

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(DOUTORADO)
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II -
CULTURA, POLÍTICA E TEMPO PRESENTE**

WILLAN DE SOUZA JANUÁRIO

REVISTA DO BRASIL: RINDO SE FAZ POLÍTICA (1906-1912).

NITERÓI – RJ

2025

WILLAN DE SOUZA JANUÁRIO

REVISTA DO BRASIL: RINDO SE FAZ POLÍTICA (1906-1912).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia), como pré-requisito para o título de doutor em História.

Setor Temático: História Contemporânea II: Cultura Política e Tempo Presente.

Orientadora: Dra. Angela Maria de Castro Gomes.

NITERÓI – RJ

2025

WILLAN DE SOUZA JANUÁRIO

REVISTA DO BRASIL: RINDO SE FAZ POLÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia), como pré-requisito para o título de doutor em História.
Orientadora: Dra. Angela Maria de Castro Gomes.
Setor temático: História Contemporânea II: Cultura Política e Tempo Presente

Aprovada em 26 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a Angela Maria de Castro Gomes – UFF
Orientadora

Prof^º. Dr^º Jorge Luiz Ferreira – UFF

Prof^º Dr^º Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB

Prof^º. Dr^º Rogério Rosa Rodrigues – UDESC

Prof^ª. Dr^a Tania Regina de Luca – UNESP

Niterói

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

J33r Januário, Willan de Souza
 Revista do Brasil: : rindo se faz política (1906-1912) /
 Willan de Souza Januário. - 2025.
 253 f.: il.

 Orientador: Angela Maria de Castro Gomes.
 Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
 de História, Niterói, 2025.

 1. Revista do Brasil. 2. Primeira República (1889-1930). 3.
 História da Imprensa. 4. História Política. 5. Produção
 intelectual. I. Gomes, Angela Maria de Castro, orientador. II.
 Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.
 Título.

CDD - XXX

Dedico esse trabalho ao meu pai, Cícero.

Não chegaria até aqui sem você.

AGRADECIMENTOS

A todos que estão lendo esse texto, saibam: estou realizando um sonho. Desde a graduação, na Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, em Ilhéus-BA, mentalizava positivamente que um dia eu iria fazer o doutorado em história pela Universidade Federal Fluminense. Pois, eu tinha em mente que o PPGH da UFF (em Niterói) concentrava a melhor pesquisa sobre a história política do país, área que estudei desde o início da minha inserção no campo acadêmico. Além, é claro, de poder ter mais contato com o estado do Rio de Janeiro, local que amo profundamente.

Acredito que trabalhos como esse são feitos por meio de várias mãos. Agradeço em primeiro lugar ao empenho da professora Angela de Castro Gomes, minha orientadora, que de forma brilhante, firme e com sabedoria soube me guiar durante esses anos no PPGH-UFF. Me senti bastante orgulhoso em ter sido orientado por uma das maiores historiadoras do Brasil cujos livros eu lia com bastante frequência. Ser orientado pela professora Angela de Castro faz parte do sonho que mencionei. Agradeço profundamente.

Agradeço também a todos os professores que estão compondo a atual banca de defesa. A Rogério Rosa Rodrigues, o meu primeiro orientador, que tive ainda nos tempos da UESC e que contribuiu decisivamente para a minha trajetória na pesquisa histórica. A Raimundo Nonato, meu orientador no programa de História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que me guiou para um trabalho que apreciei muito fazer, mais especificamente, o de escrever sobre o civilismo na “terrinha do vatapá”. Com Rogério Rosa, Nonato e a professora Angela, tenho junto em uma só mesa os três orientadores que me guiaram na vida acadêmica. Além disso, agradeço aos professores Tania De Lucca e Jorge Ferreira. A professora Tania é uma grande referência na área da História da Imprensa e sua pesquisa foi decisiva para essa tese. O professor Jorge Ferreira, por sua vez, é uma grande referência na minha formação de historiador. Um grande privilégio ter vocês nessa banca de defesa.

Além do mais, agradeço a minha família, aos meus pais, irmãos e demais familiares. Agradeço em especial a minha mãe, pelo cuidado, por torcer e se sentir orgulhosa de ter um filho que faz um doutorado. Durante o curso, um fato triste aconteceu em minha vida: o falecimento do meu pai. É algo que abala qualquer pessoa que precisa de concentração e paz de espírito para escrever um tese, mas pensava o quanto ele era prático. E assim segui em frente. Foi por ele que segui em frente. Sem mais delongas, pois meu pai não gostava de tristeza, quero

agradecer a ele, por me educar e permitir que eu chegasse aonde estou chegando. Obrigado, pai. Te amo para sempre! Essa tese é para você!

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos (que também fazem parte da minha família). Obrigado por me darem suporte, alegria, rodas de conversa dos mais variados temas e por também se sentirem orgulhosos de mim. Alguns me acompanham desde os tempos da UESC. Obrigado!

Esse sonho agora se concretiza. Espero que apreciem.

“O homem é o único animal que ri, e é rindo que ele mostra o animal
que realmente é” - Millôr Fernandes.

Ridentem dicere verum quid vetat? - Horácio.
(tradução: rindo se diz coisas sérias)

RESUMO

A tese apresenta a trajetória da *Revista do Brasil* que foi um periódico que circulou entre 1906 e 1912, em Salvador, de propriedade de José Alves Requião (dono de alguns diários de imprensa) e que era claramente inspirada em revistas como *O Malho*. Sua história e atuação se confundem com as disputas políticas da Bahia dos primeiros anos da República. Sobretudo, em três grandes crises que modificaram a política do estado: a cisão do Partido Republicano Baiano (em 1907), a Campanha Civilista (em 1910) e um outro evento, que ficou conhecido como o bombardeio de Salvador, ocorrido em janeiro de 1912. Inicialmente, simpatizava com os líderes do PRB, isto é, José Marcelino e Araújo Pinho (respectivamente, governadores do estado na primeira década do século XX). Entretanto, já na chamada Campanha Civilista, vinculou-se às hostes de J.J Seabra, que veio a ascender politicamente após a vitória presidencial do Marechal Hermes e do bombardeio da capital baiana. A partir disso, a pesquisa entende que a Bahia é um caso exemplar para que possamos repensar teses que outrora apontavam a Primeira República como um período em que as disputas políticas foram inviabilizadas e que as oposições supostamente se “acomodaram” devido aos grandes “pactos oligárquicos” (como procurou ressaltar Sampaio, 1978). Nesse sentido, dialogamos com uma corrente historiográfica que estuda a nossa primeira era republicana através de um amplo vocabulário que inclui disputas, rupturas, reconciliações e negociações – a exemplo de Brito (2014) e Negro (2013). O magazine envolveu-se nessas e em outras lutas partidárias utilizando-se da linguagem cômica da imprensa ilustrada da época ao publicar várias charges, caricaturas e textos satíricos que foram adaptados para o contexto da Bahia, como o famoso “Zé Povo”. Em solo baiano, o “Zé” ganhou características distintas das feições publicadas pela imprensa de outros estados e se travestiu em uma espécie de adulator das autoridades que Requião apoiava. Como será visto, as charges e textos cômicos produzidos por periódicos como a *Revista do Brasil* exemplificam um tipo muito peculiar de representação humorística que esteve presente em alguns momentos na história da imprensa brasileira (como bem aponta Saliba, 2002). Portanto, a tese apresenta a trajetória dessa publicação e de como ela se comportou nessas três crises políticas: 1907, 1910 e 1912. Porém, não analisaremos apenas as tramas internas do poder visto que a revista também se interessou, a seu modo, pelos conflitos sociais que ocorreram entre as classes subalternas e as autoridades desse estado.

Palavras-chave: Revista do Brasil. Bahia. Primeira República. Política. Humor.

ABSTRACT

The thesis presents the trajectory of *Revista do Brasil*, which was a periodical that circulated from 1906 to 1912, in Salvador, owned by José Alves Requião (owner of a few press dailies) and which was clearly inspired by magazines such as *O Malho*. Its history and activities are intertwined with the political disputes in Bahia in the early years of the Republic. Above all, in three major crises that changed the state's politics: the split of the Bahian Republican Party (in 1907), the Civilist Campaign (in 1910) and another event, which became known as the bombing of Salvador, which occurred in January 1912. Initially, it showed sympathy towards the leaders of the PRB, that is, José Marcelino and Araújo Pinho (respectively, governors of the state in the first decade of the 20th century). However, already in the so-called Civilist Campaign, it joined the ranks of J.J. Seabra, who rose politically after the presidential victory of Marshal Hermes and the bombing of the Bahian capital. From this, the research understands that Bahia is an exemplary case so that we can rethink theses that once pointed to the First Republic as a period in which political disputes were made unfeasible and that the oppositions supposedly “accommodated” due to the great “oligarchic pacts” (as Sampaio, 1978, sought to highlight). In this sense, we dialogue with a historiographical current that studies our first republican era through a broad vocabulary that includes disputes, ruptures, reconciliations and negotiations – such as Brito (2014) and Negro (2013). The magazine became involved in these and other partisan struggles using the comical language of the illustrated press of the time by publishing several cartoons, caricatures and satirical texts that were adapted to the context of Bahia, such as the famous “Zé Povo”. On Bahian soil, “Zé” gained characteristics different from those published by the press in other states and disguised himself as a kind of sycophant of the authorities that Requião supported. As will be seen, the cartoons and comic texts produced by periodicals such as *Revista do Brasil* exemplify a very peculiar type of humorous representation that was present at some moments in the history of the Brazilian press (as Saliba, 2002 rightly points out). Therefore, the thesis presents the trajectory of this publication and how it behaved in these three political crises: 1907, 1910 and 1912. However, we will not only analyze the internal plots of power given that the magazine also showed interest, in its own way, in the social conflicts that occurred between the subordinate classes and the authorities of that state.

Keywords: *Revista do Brasil*. Bahia. First Republic. Politics. Humor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Linha do tempo 1: revistas humorísticas e ilustradas contemporâneas da Revista do Brasil (1906-1911)	64
Figura 1 - Folha de rosto com destaque para premiação na Exposição Nacional de 1908	69
Figura 2 - Representação do Expediente	71
Figura 3 - Coluna Expediente e corpo editorial da revista	72
Figura 4 - Fotografia do corpo redacional da Revista do Brasil	74
Figura 5 - Fotografia de Jonathas Requião Benjamim	80
Figura 6 - Fotografia de Raimundo de Oliveira	81
Figura 7 - Fotografia de Salvador de Araújo	84
Figura 8 - Fotografia de Adalberto Moreno de Queiroz	85
Figura 9 - Fotografia de Altamirando Requião	86
Figura 10 - Propaganda do Elixir Nogueira	90
Figura 11 - Propaganda dos Charutos Dannemann	91
Figura 12 - Propaganda das Loterias da Capital Federal	92
Figura 13 - Propaganda da Photographia Lindemann	93
Figura 14 - Capa da 1ª edição da Revista do Brasil	94
Figura 15 - Folha de rosto da Revista do Brasil	95
Figura 16 - Representação da coluna Altos e Baixos	103
Linha do Tempo 2: A CISÃO DO PRB (1907)	110
Gráfico 1 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1907 (por porcentagem)	113
Figura 17 - Charge “3 milhões- Convênio de Taubaté – A conferência”	115
Figura 18 - Charge “Energia electro-populus-brachial”	116
Figura 19 - Charge “Enterro dos ossos: três discursos”	117
Figura 20 - Coluna Francisco e Janjão	120
Figura 21 - Charge “Os Xifópagos”	122
Figura 22 - Charge “Em papos de aranha”	126
Figura 23 - Charge “Morcego político”	127
Figura 24 - Charge “Lendo a Revista”	128
Figura 25 - Charge “Governo e Severino”	132
Figura 26 - Charge sobre a peregrinação política de Severino Vieira	133
Figura 27 - Folha de rosto com a coluna Altos e Baixos	135
Figura 28 - Charge sobre Odalberto Pereira com propaganda das loterias da capital federal	143
Gráfico 2 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1910 (por porcentagem)	148
Figura 29 - Charge “Reflexões de uma senhora smart”	150
Figura 30 - Charge “Interpelação, em tempo...”	158
Linha do Tempo 3: A Campanha Civilista (1910)	155
Figura 31 - Charge “Sectários de S. Timoteo”	160
Figura 32 - Fotografias dos membros da Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau	161
Figura 33 - Charge “Sonho político”	164
Figura 34 - Charge “Rui e Zé”	169
Figura 35 - Charge “Presidência”	171
Figura 36 - Charge de dois eleitores conversando sobre o discurso de Rui	172
Figura 37 - Charge com Rui Barbosa vendo seu sonho se distanciando	176
Figura 38 - Charge com o cometa Harley sob o céu da Bahia	178

Figura 39 - Charge “O enterro dos ossos... na Bahia”.....	180
Figura 40 - Charge do civilismo como uma “serpente”	182
Gráfico 3 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1912 (por porcentagem).....	188
Figura 41 - Charge de humor não político	189
Linha do Tempo 4: Crise do bombardeio do Salvador (1912).....	191
Figura 42 - Charge “Em 9 de janeiro de 1912”	194
Figura 43 - Charge “Câmara de Jequié”.....	195
Figura 44 - Capa com charge sobre sucessão de Pinho.....	201
Figura 45 - Charge “Oligarquias”	203
Figura 46 - Charge sobre o salvacionismo no Ceará.....	204
Figura 47 - Capa com charge sobre a posse de J. J. Seabra	208
Figura 48 - Charge sobre os adesistas do seabrismo	211
Figura 49 - Charge sobre a situação política de Marcelino, Pinho e Vieira.....	212
Figura 50 - Charge sobre o Conselho Municipal de Salvador	218
Figura 51 - Charge “Município da Bahia (capital)”	219
Figura 52 - Capa com a charge “Matrícula Municipal”	222
Figura 53 - Charge sobre a “Postura 49 A”.....	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Membros do Expediente	73
Tabela 2 – Colaboradores da <i>Revista do Brasil</i>	83
Tabela 3 – Imagens produzidas pela <i>Revista do Brasil</i>	96
Tabela 4 – Colunas sem autores identificados e com maiores incidências	98
Tabela 5 – Colunas com autores identificados e com maiores incidências.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI.....	Academia Brasileira de Imprensa
ACB.....	Associação Comercial da Bahia
ALB.....	Academia de Letras da Bahia
APEB.....	Arquivo Público do Estado da Bahia
BCEB.....	Biblioteca Central do Estado da Bahia
CRB.....	Concentração Republicana da Bahia
FBN.....	Fundação Biblioteca Nacional
IGHB.....	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
PD.....	Partido Democrata
PND.....	Partido Nacional Democrata
PRB.....	Partido Republicano Baiano
PRC.....	Partido Republicano Conservador
PRD.....	Partido Republicano Democrata da Bahia
PRF.....	Partido Republicano Federalista
PRR.....	Partido Republicano Rio-grandense

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
PARTE 1: O MAGAZINE E O SEU TEMPO	32
CAPÍTULO 1 - LUTAS POLÍTICAS E TENSÕES POPULARES NA BAHIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	33
1.1 - Partidos políticos e oligarquias: uma difícil e necessária convivência.....	35
1.2 - Tensões e competição partidária na Bahia republicana: a política daqueles que não se acomodaram.....	40
1.3 - Crises políticas e cisões partidárias: o PRB e os eventos de 1907, 1910 e 1912.	46
CAPÍTULO 2 – <i>REVISTA DO BRASIL</i>: UM PERIÓDICO POLÍTICO EM TERRAS BAIANAS	60
2.1 - <i>Revista do Brasil</i> : um olhar sobre o periódico de José Alves Requião	65
2.2 - O <i>Expediente</i> , os colaboradores e os agentes regionais: quem fazia a <i>Revista do Brasil</i> uma revista do Brasil?.....	71
2.2.1 - José Alves Requião: o Diretor-proprietário e Editor	75
2.2.2 - Os Diretores	77
2.2.3 - Os gerentes e os ilustradores.....	79
2.2.4 - Os colaboradores e os agentes regionais.....	82
2.3 - Anunciantes e propagandas	89
2.4 - <i>Revista do Brasil</i> : um periódico em busca da modernidade.....	94
2.4.1 - Colunas e conteúdo	97
PARTE 2: A <i>REVISTA DO BRASIL</i> NAS CRISES POLÍTICAS DE 1907, 1910 E 1912	105
CAPÍTULO 3 - A CRISE DO PARTIDO REPUBLICANO BAIANO DE 1907	106
3.1 - Humor e política na crise política de 1907	111
3.2 - Um “sapo traidor”: representações de Severino Vieira na crise do PRB	124
3.3 - <i>Zé Alves</i> x <i>Severo</i> : a luta política na imprensa	138
CAPÍTULO 4 - A CAMPANHA ELEITORAL DE 1910.....	147
4.1 - A Campanha Civilista na historiografia brasileira: um marco divisor na Primeira República	151
4.2 - O civilismo na <i>Revista do Brasil</i>	156
4.3 - “Ruim Barbosa” e as eleições de 1910	167
4.4 - Civilismo: uma “serpente” a ser combatida	177
CAPÍTULO 5 – A CRISE DO BOMBARDEIO DE SALVADOR.....	186

5.1 - A “república” de Jequié.....	192
5.2 - Seabra: um aliado de Requião no poder	205
5.3 - José Alves Requião: um seabrista no Conselho Municipal de Salvador.....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS	235
APÊNDICE A- EDIÇÕES ESPECIAIS DA REVISTA DO BRASIL	244
APÊNDICE B - DEDICATÓRIAS DE CAPA	247
APÊNDICE C - DEDICATÓRIAS DE FOLHA DE ROSTO.....	251

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano era 2012 e eu começava a organizar um projeto de pesquisa que seria submetido em algum programa de pós-graduação em história (*stricto sensu*) do meu estado, a Bahia. Estava recém-saído da pós-graduação em História do Brasil (*lato sensu*), ofertada pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, onde desenvolvi um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que analisou o discurso liberal de Rui Barbosa durante a Campanha Civilista (1909-1910). Para o referido projeto de pesquisa tinha a intenção de continuar a temática do civilismo, mas dessa vez com o objetivo de analisar o desenrolar dessa eleição na política baiana. Comecei a busca das fontes históricas que embasariam o trabalho, além, é claro, daquelas que já tinha disponíveis em sítios eletrônicos e em arquivos da minha região.

Sabia da existência de outras fontes, que me dariam um olhar mais amplo sobre as consequências da Campanha Civilista na Bahia, através de informações que encontrava em obras sobre a temática, com colegas e professores que me indicavam possíveis arquivos, nos quais poderia encontrá-las. Porém, não tinha maiores detalhes, mas tudo me apontava para um único lugar: Salvador, cidade que concentra grande parte dos documentos relativos ao período que estudo, a Primeira República (1889-1930). Naquela fase da pesquisa, tinha em mente o meu principal objetivo no projeto: verificar como a participação de populares foi representada nas eleições presidenciais de 1910. Algo que percebi no TCC entregue à UESC, analisando os discursos de campanha de Rui Barbosa, político que fez questão de destacar, em sua plataforma eleitoral, a participação do “povo” nessas eleições.

Com esse objeto de pesquisa e com os indícios que dispunha naquele momento, saí da cidade onde resido, Itabuna, com destino a capital baiana. Não me lembro exatamente a data, mas, provavelmente, foi em alguma semana do período de férias escolares que ocorreu na transição dos anos de 2012 e 2013- pois, além da pesquisa eu já exercia o magistério na educação básica. Cheguei a Salvador para vasculhar essas fontes nos principais arquivos da cidade e visitei locais como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB). Lendo os catálogos documentais desses arquivos, fiquei impressionado com a quantidade de fontes produzidas durante a Campanha Civilista de 1910. Em sua maioria, eram de jornais que circulavam diariamente e que retratavam a cena política do estado, porém, também tive contato com outros materiais (como as correspondências dos governadores do período republicano).

Alguns títulos que analisei, na época, foram de folhas noticiosas que marcaram a história do jornalismo baiano, como o *Diário da Bahia*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *A Bahia* etc. Na leitura desses diários, alguns detalhes me chamavam a atenção: a linguagem áspera com que eles retratavam os seus adversários políticos (sempre estimulando a “cizânia”), o tamanho em relação aos jornais atuais (muito maiores) e, sobretudo, a quantidade de colunas com textos que apresentavam uma linguagem bastante formal, mais próxima à documentação oficial. Na análise ficava evidente como a Campanha Civilista mexeu com o tabuleiro político da Bahia e, o que era mais importante para a minha pesquisa, era possível identificar as representações sobre os populares que participaram da campanha, realizadas por essas fontes.

Quando me desloquei para esses arquivos, considerava que dispunha de fontes hemerográficas suficientes para embasar minha proposta de trabalho. Mas, olhando novamente os catálogos vi o nome de um exemplar que despertou minha curiosidade por se tratar de um periódico que, apesar de ter sido publicado em Salvador, trazia em seu título a referência ao nosso país: a *Revista do Brasil*. Localizada na BCEB, esse periódico me impressionou de imediato por duas características: o tamanho reduzido em relação aos demais diários citados e, o mais importante, a existência de cores em suas páginas, que apareciam imediatamente nas capas.

Passado a primeira impressão, comecei a observar com mais afinco os exemplares. À medida que folheava essas edições, fui constatando que a *Revista do Brasil* era diferente de tudo aquilo que eu tivera acesso, sobre a imprensa baiana do período. Suas páginas eram muito bem trabalhadas do ponto de vista gráfico e o papel utilizado para sua impressão era um material que aparentava ser de boa qualidade a ponto de ter sobrevivido com mais resistência ao tempo, do que os demais jornais que analisei. Suas colunas também continham uma linguagem formal e ataques aos adversários, mas uma característica dava singularidade a esse magazine: a presença de textos humorísticos e sátiras que ridicularizavam os políticos.

Porém, dentre todos os aspectos que pude perceber nos primeiros momentos que passei com o periódico, um em particular me despertou ainda mais atenção: a presença de uma quantidade impressionante de imagens que eram distribuídas ao longo de suas páginas. Eram muitas e de uma excelente qualidade, que se alternavam entre charges, caricaturas e fotografias que saltavam em meus olhos. Ao longo da minha pesquisa nesses arquivos, comecei a constatar o quanto era criativa a equipe editorial que fazia esse periódico circular, e também o quanto eles se empenhavam para apresentar algo completamente distinto do que era publicado na imprensa da Bahia. Foi assim que a *Revista do Brasil* se tornou, para mim, um veículo jornalístico que foi um dos mais importante na pesquisa que desenvolvia, considerando meus

interesses: a presença de populares na campanha civilista. Esse projeto foi aprovado no processo seletivo do mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campos Santo Antônio de Jesus, e que posteriormente se transformou em uma dissertação (2015) e depois em um livro publicado pela editora paulista Dialética (2022).¹

O estudo sobre a Campanha Civilista chegou a algumas conclusões que passaram pelo papel da Bahia no jogo político nacional daqueles anos, com o excludente sistema eleitoral da Primeira República. Mais interessante ainda, como uma parcela alijada das votações (as mulheres, os analfabetos, os soldados de baixa patente etc.) eram representadas na documentação da época. Essas categorias eram tratadas pelo conceito amplo e genérico de “povo” - que em alguns momentos abarcava os eleitores e, em outros, referia-se a pessoas excluídas do conceito de cidadania – e que eram constantemente citadas nos discursos de campanha de algumas autoridades e na imprensa. No periódico em questão, esse “povo” aparecia através de personagens caricatos, o mais importante deles foi o *Zé Povo*, símbolo da população brasileira.

Assim, constatei o potencial que o impresso possuía para a política baiana do período republicano. Ampliei o recorte cronológico para além das eleições presidenciais de 1910, e tomei a *Revista do Brasil* meu objeto de análise para a tese de doutorado, agora apresentada à Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse sentido, a tese é fruto de uma trajetória que venho desenvolvendo e tem como objetivo principal acompanhar a trajetória da *Revista do Brasil*, um veículo da imprensa que surgiu em 1906 e deixou de circular, mais ou menos, entre em 1912 e 1913. Ela foi publicada em Salvador e trazia como marcas textos humorísticos e imagens diversas do que era feito na imprensa ilustrada do período.

Tinha como proprietário o jornalista e editor José Alves Requião, figura que teve relevância política na capital baiana, na primeira década do século XX, sendo publicada pela Tipografia da Imprensa Econômica, uma importante tipografia que surgiu em meados do século XIX. Foi a primeira revista baiana a imprimir seus anúncios em cores, utilizando a técnica de tricomia (três cores) e, mais tarde, a policromia (várias cores).² Era claramente inspirada em periódicos de sucesso que circulavam em outros estados, como no Rio Janeiro. Nesse aspecto, esforçou-se para adaptar à política da Bahia, elementos da imprensa de humor que, apesar de

¹Na UNEB, fui orientado pelo professor Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira. Posteriormente, a dissertação foi adaptada como livro que recebeu o título de “O civilismo na terrinha do vatapá”: representações do povo na campanha eleitoral de 1910.

²NELSON, Cadena. **Os pioneiros do anúncio a cores na Bahia**, 2012. Disponível em: < <http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2012/08/25/os-pioneiros-do-anuncio-a-cores-na-bahia/>>. Acesso em 03 outubro de 2020

existirem desde o final do século XIX, ganharam outros olhares através dos seus principais caricaturistas em início do século XX.

Trabalharam nessa publicação, desde profissionais que eram completamente desconhecidos pela imprensa de humor de outros estados, até aqueles que tinham alcançado grande reconhecimento para a caricatura brasileira da época. Além da produção de charges, José Alves Requião se preocupou em trazer colunas escritas que versavam sobre diversos assuntos, reunindo profissionais com experiência no jornalismo da Bahia, a fim de respaldar seu empreendimento. Porém, apesar do esforço em diversificar o seu magazine, Requião tinha como objetivo central, repercutir a agitada política baiana dos primeiros anos da Primeira República. E não somente repercutir, mas também se envolver nas lutas políticas vividas nesses anos, pois ao longo dessa investigação ficará evidente o quanto a história da revista se confundiu com as principais disputas partidárias da Bahia.

Sobretudo, em três grandes crises que modificaram a política do estado: a cisão do Partido Republicano Baiano (em 1907), a campanha civilista (em 1910) e um outro evento, que ficou conhecido como o bombardeio de Salvador, ocorrido em janeiro de 1912, que teve como consequência a ascensão de um novo grupo político no estado. Até meados de 1907, o veículo era aliado do grupo situacionista dentro do Partido Republicano Baiano (agremiação que foi criada para dar estabilidade à conturbada política do estado), mas com a crise estabelecida nessa agremiação, passou para as hostes oposicionistas, que já existiam e conviviam em disputa, no interior do PRB.

Portanto, a pesquisa ora apresentada tem como foco a trajetória dessa publicação e de como ela se envolveu nos confrontos partidários, sobretudo, durante essas três crises: 1907, 1910 e 1912. Ao longo da tese, veremos o quanto esses três episódios modificaram a conjuntura baiana e, conseqüentemente, obrigaram a *Revista do Brasil* (e seu proprietário) a se reposicionarem dentro da política estadual. À medida que avançarmos nos próximos capítulos ficará evidente o quanto foi conturbado o cenário político-partidário da Bahia no início da República, época em que, segundo uma corrente historiográfica mais recente, uma das principais marcas foi a existência de acirradas lutas intraoligárquicas. Como veremos, essa unidade federativa participou de forma ativa da política nacional.

Nessa perspectiva, é necessário afirmar que esta tese dialoga com uma nova visão historiográfica que se empenhou, nas últimas décadas, em revisitar a Primeira República com a finalidade de evitar análises simplificadoras sobre esse período. Seu objetivo é refutar o argumento muito utilizado por uma corrente historiográfica bastante compartilhada de que a Primeira República teria sido o regime dos grandes acordos oligárquicos, que teriam

inviabilizado e existência das disputas políticas e partidárias, assim como qualquer participação de camadas da população. Como o intuito de contestar essa interpretação, essa nova historiografia procurou evidenciar o papel de diferentes atores na construção dos acordos políticos (com outros entes federados, além do eixo São Paulo-Minas Gerais), da importância dos partidos políticos, da complexidade das eleições, do papel político da imprensa etc. Esta tese tocará em alguns desses pontos, em especial, da presença da imprensa dentro do jogo político nacional, caso do periódico ora analisado que foi um agente político de relevância, durante a segunda década da República, na Bahia.

Ao buscarmos mais perspectivas sobre o regime republicano, entendemos que esta pesquisa se insere no que se passou a denominar de Nova História Política, que procurou dialogar com amplos olhares metodológicos sobre os estudos do poder. Durante muito tempo, a história política foi acusada de privilegiar uma narrativa factual, que se preocupava com aspectos da vida dos grandes monarcas e personagens heroicos individuais, menosprezando outros sujeitos históricos, coletivos e excluídos, críticas que fizeram a história política ser menosprezada por uma geração de estudiosos. Entretanto, nas décadas finais do século XX, ocorreram várias inovações na prática historiadora que, procurando não negar as críticas feitas anteriormente, culminaram com a retomada das pesquisas desse campo. Em meados dos anos 1990, historiadores, como René Rémond, passaram a afirmar que a política não está separada da sociedade, ela é uma prática social que tem de dialogar com outras áreas. Deste modo, o movimento da Nova História Política trouxe novos objetos, métodos e conceitos, que passaram a retomar os estudos sobre as instituições, práticas e sujeitos (individuais e coletivos) da política, como é o caso, dos parlamentos, das eleições, da imprensa, dos partidos e das relações entre intelectuais e política, da cultura política etc.³

De forma particular, o interesse desses pesquisadores pelo papel dos intelectuais dentro das teias partidárias é de relevância particular. Durante algum tempo, esses indivíduos eram pensados apenas como eruditos encarnados em figuras típicas do século XIX, como os filósofos, teólogos, poetas, literatos etc. Nesse perfil de intelectualidade, que predominou durante décadas, praticamente só era possível que esses intelectuais fossem homens – geralmente, brancos – a partir de sua excepcionalidade, o que lhes permitia a produção de bens culturais de valor simbólico. Em tal visão, um intelectual seria alguém capaz de escrever um grande livro, um pensador de renome, enfim, alguém que produziria uma obra que fosse reconhecidamente marcante. A renovação da história política e seu diálogo com a história

³RÉMOND, René (Org.) - **Por uma história política**. Rio de Janeiro. FGV, 2003.

cultural evidenciaram a estreiteza desse perfil do que seria o intelectual, somente associado à noção de genialidade, passando-se a reivindicar uma redefinição do conceito, abrindo-o a outras práticas culturais e usos políticos. Essa visão se mostrou insuficiente para compreender aspectos do mundo político e cultural em suas relações, bem como os múltiplos perfis dos sujeitos entendidos como intelectuais, sobretudo, da variedade de práticas culturais envolvidas na atividade intelectual.

Nessa mesma perspectiva, foram propostas novas abordagens metodológicas que questionaram a ideia de que somente quem produz ou cria um bem cultural poderia ser reconhecido como um intelectual. Visando ampliar o conceito, considerando com destaque as mudanças tecnológicas das mídias (impressa, sonora, visual, audiovisual, digital), uma história de intelectuais e/ou história intelectual afirma que essa categoria abrange um conceito muito mais amplo, que vai além da criação/produção de um bem cultural de grande reconhecimento. Intelectuais são também profissionais que atuam em uma etapa muito importante, que é a da divulgação cultural, isto é, que atuam como mediadores culturais. Daí, o conceito de intelectuais mediadores para apontar como determinados homens e mulheres também exercem funções de relevância, uma vez que as práticas culturais que eles desenvolvem são fundamentais para todo o processo de produção e circulação, fazendo com que os bens culturais possam alcançar públicos mais amplos.⁴

Exemplos de intelectuais mediadores são os de profissionais que trabalham na edição de livros ou periódicos, na tradução, na ilustração, na pesquisa etnográfica, na curadoria, na organização ou direção de uma biblioteca e instituições culturais, entre vários casos. O trabalho desses sujeitos não deve ser classificado como algo menor, pois, atuando na atividade de circulação de ideias, os intelectuais mediadores acabam criando novas formas e novas apropriações de bens culturais. Assim, não há uma escala hierárquica entre esses dois tipos de intelectuais (os mediadores e os produtores/autores) que seja capaz de definir quem é menor ou maior na elaboração de conhecimentos. O que importa aqui é entender a diversidade e as especificidades de um tipo de prática que envolve a mediação. Citando Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen:

(...) o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideais, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular.⁵

⁴GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 21 e 22.

⁵Idem, p. 18)

Nesse sentido, essa abordagem teórico-metodológica abre novas possibilidades para pensarmos outros sujeitos históricos que agem culturalmente e intervêm politicamente. Acreditamos que a imprensa é um dos lugares em que nós historiadores temos acesso às práticas culturais de mediação, porque os periódicos abrigam perfis de intelectuais variados que, não por acaso, ao se envolverem em sua produção, estão defendendo projetos culturais e políticos. Entre eles citamos os editores (que nessa tese são figuras centrais) e, embora não todos, muitos colonistas/críticos de literatura e de teatro, caricaturistas etc. É também nesses espaços que os intelectuais (mediadores ou não) atuam com o objetivo de estabelecer debates que, divulgados pelos impressos, passam a serem vistos por uma ampla parcela de leitores, mesmo os que não sabem ler, pois há diversas práticas de leitura coletiva, como sabemos. Ainda segundo Gomes e Hansen, o intelectual mediador:

(...) muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos.⁶

Compartilhando essa proposta de pensar os intelectuais, acreditamos que José Alves Requião, proprietário da *Revista do Brasil*, foi um intelectual mediador de sua época, no caso, um editor, profissional que faz a comunicação com um grande público, promovendo a circulação de ideias e valores. Especificamente em relação aos editores de jornais e magazines ilustrados, que é o exemplo aqui estudado, são eles que fazem a mediação cultural entre colonistas de diversas áreas e os seus leitores. Como iremos perceber, Requião foi um editor que soube fazer propaganda de suas ideias, através de um veículo jornalístico com claros interesses políticos. Sua trajetória na imprensa indica que foi um homem que soube se movimentar entre os partidos políticos que existiram em seu tempo, tornando-se, ele mesmo, um político eleito. Requião trouxe para as colunas de seu periódico ilustrado pessoas de renome nos campos das artes, como críticos literários, poetas, diretores de teatro, professores e caricaturistas.

Demonstraremos, assim, que a *Revista do Brasil* e José Alves Requião são personagens que irão se confundir, pois, como figura central do seu empreendimento, exercia múltiplas funções no magazine. Na sua trajetória, Requião soube mudar de posição política, na medida em que os ventos turbulentos da vida partidária baiana iam se movimentando; mas também foi

⁶Idem, p. 19.

um correligionário fiel a alguns dos chefes partidários que marcaram a história desse estado. Nesse interim, colecionou desafetos que levou até o fim de sua carreira política e jornalística. No desenvolvimento da tese, ficará evidente que o comportamento e a militância de Requião moldaram a linha editorial do periódico. Além disso, ficará claro que o caso de Requião se assemelha ao de vários editores e donos de jornais de seu tempo que utilizavam-se de seus veículos de comunicação para defender seus interesses políticos, mesmo que, em vários momentos, eles afirmassem o compromisso com a denominada “imparcialidade” da imprensa.

Nesse sentido, Jean-François Sirinelli, outro representante da história política renovada e da história dos intelectuais, contribui de forma particular, quando propõe o conceito de redes de sociabilidade. Para Sirinelli, o conceito de redes presume que os intelectuais, como sujeitos históricos, estão imersos em um “pequeno mundo estreito” de relações, nas quais eles se unem e viabilizam a produção intelectual. Essas relações são permeadas por espaços/lugares de sociabilidade que variam com o tempo e os subgrupos de intelectuais. Se nos séculos XVIII e XIX, os salões eram os principais locais dessa sociabilidade, ao longo do tempo foram se criando outros espaços para estabelecer vínculos, o que também podia produzir competição, conflito e cisões. Conforme aponta Sirinelli, é possível e necessário fazer uma arqueologia dessas relações

(...) inventariando as solidariedades de origem, por exemplo, de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político.⁷

O historiador francês também afirma que essa sociabilidade é feita através de escolhas que envolvem, algumas vezes, aspectos muito subjetivos como “a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e rancor”.⁸ A partir do que diz Sirinelli, tomemos como exemplo um espaço em que essa categoria construiu redes muito bem estabelecidas, como é o caso da imprensa. A *Revista do Brasil* e os demais diários que circulavam no mesmo período, são aqui compreendidos como lugares de sociabilidade de setores da *intelligentsia* baiana do início do século XX, que compartilhavam afinidades pessoais e projetos políticos em comum, o que gerava alianças e competição, ao mesmo tempo. Nesse quesito, Requião soube se aproveitar dos vínculos que conseguiu construir com alguns intelectuais, políticos e com pessoas de notoriedade da sociedade baiana daquele tempo.

⁷SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249 e 250)

⁸Idem, p. 250.

Inclusive, desde os tempos em que era um estudante de faculdade (espaço que Sirinelli assinala como fundamental para a formação de redes) ou mesmo quando do seu ingresso na vida pública.

Como ficará evidente, a *Revista do Brasil* fez circular um grande número de imagens, o que nos leva a vê-la como uma fonte iconográfica de grande valor, especialmente para se compreender o humor como forma de fazer crítica política e cultural em seu tempo. Cada vez mais é crescente o interesse dos historiadores em tomar as imagens como fontes fundamentais de suas pesquisas. Muito desse interesse se deve à ascensão de novas abordagens históricas como a história cultural, que é um campo que nasceu em meados dos anos 1980 e tem como expoentes intelectuais como Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Historiadores que trabalham com fontes iconográficas consideram que elas são muito eficazes para se entender como se deram as representações de determinados atores ou questões políticas, ao longo do tempo. “Representação” é um conceito central para esses historiadores, sendo compreendido como o ato de tornar “presente” ou “apresentar novamente” um objeto que está ausente, estabelecendo determinados sentidos para ele.⁹

Ginzburg, por exemplo, defende que distintos tipos de iconografias (pinturas, esculturas, estátuas etc.) exercem poder há séculos em nossa história. O autor utiliza o exemplo dos rituais fúnebres de alguns monarcas, que foram realizados em locais como o Império Romano ou na Europa dos séculos XV e XVI. Nesses casos, os líderes mortos foram representados através de imagens de cera, que eram colocadas próximas aos seus corpos como forma de representá-los - ou torná-los presentes - no momento da morte. Esses objetos eram símbolos da continuação da vida pública e do próprio Estado que, mesmo após o falecimento do rei, tinham o poder de eternizá-los.¹⁰ Chartier, por sua vez, vê o conceito de representação como um fenômeno claramente associado às práticas culturais que dão sentido à vida social. Assim, para ele, a força da representação está em fazer “ver” um objeto ausente substituindo-o por uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de representá-lo tal como ele era e é.¹¹

No caso da *Revista do Brasil* trabalharemos com as imagens, sejam elas charges, caricaturas ou fotografias, como representações imagéticas que, dentre outras questões, têm a capacidade de perdurar na memória dos leitores, dando certo significado às ações daqueles que são representados. Veremos que Requião e o sua equipe editorial sabiam da importância das

⁹PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-47, 2006. p. 16 17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/abstract/?lang=pt> . Acesso em 04 de outubro de 2023.

¹⁰GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p. 86-93

¹¹CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol. 5, n. 11, jan/abr. 1991. p. 184

imagens, sobretudo as que usavam o humor, para apresentar positivamente ou negativamente, no caso dos adversários, os homens que, naquele momento, exerciam o poder político na Bahia e no Brasil. É possível notar como o magazine enaltecia a atuação de seus aliados que, por sua vez, estavam interessados em construir uma memória de si mesmos para a posterioridade.

No Brasil de início dos anos 2000, uma contribuição importante para o estudo das imagens como fontes históricas foi a de Ulpiano Bezerra de Menezes, que propôs uma abordagem que chamou de história visual, e que iria se consolidar entre as pesquisas. Em texto inaugural sobre o tema, Menezes procurou advertir que a proposta de estabelecer uma história visual não estava associada à criação de mais uma rígida compartimentação da História. Seu esforço e objetivo era criar um campo operacional que pudesse trazer um conjunto de recursos metodológicos que permitissem aos historiadores ampliar a qualidade de nossas pesquisas com as imagens.¹² Assim, nessa concepção, aqueles que lidam com fontes visuais têm de se preocupar em questionar aspectos como: o suporte material de uma determinada imagem; onde ela está inserida; qual era/é o seu público-alvo; o período/data em que foi produzida; quem a produziu; a qualidade dessa imagem, entre outras questões.

Mas, sobretudo, para os historiadores que debruçam sobre as imagens, é necessário vê-las como documentos ou artefatos da cultura material, que nos auxiliam na compreensão de aspectos das sociedades que as produziram. Ana Maria Mauad, uma das maiores referências desse campo no Brasil, compreende a produção das imagens como um ato simbólico, já que elas nascem da necessidade de simbolização. Segundo Mauad, esse processo é uma experiência histórica, pois, as imagens vão se reciclando de forma contínua e produzindo novos sentidos, o que permite a elas - como símbolos - “acamparem” em corpos diferentes, tornando-se “novas imagens em novos processos de simbolização”.¹³ Resguardadas as distinções metodológicas, alguns dos questionamentos trazidos por esse campo também estiveram presente na pesquisa com a produção imagética da *Revista do Brasil*, um periódico ilustrado em terras baianas.

Ao contrário das colunas políticas de críticas ácidas, que a maioria dos jornais possuía, a presença de imagens no periódico estudado teve a capacidade de suavizar a linguagem formal da imprensa, essencialmente escrita e, algumas vezes, amenizar ataques pessoais que eram direcionados aos políticos. Essas imagens, no entanto, eram acompanhadas de textos e legendas, que tinham como funções específicas: corroborar as ideias que os caricaturistas queriam

¹²MENESES, U. B de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp.11-36, 2003, p. 25 e 26. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025.

¹³MAUAD, Ana M. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, jul./dez., 2014, p. 115.

transmitir; complementar a mensagem que queria ser transmitida; reforçar estereótipos e críticas aos políticos ou a sociedade como um todo; realizar elogios às autoridades que os profissionais do humor e/ou donos de magazines simpatizavam. Esses textos eram diferentes dos “balões” de diálogos e das onomatopeias das tirinhas que começavam a circular nos periódicos da época. No início do século XX, as legendas apareciam, geralmente, embaixo da imagem e, em boa parte dos casos, sob a forma de diálogos bastante longos.

No desenvolver da tese, reproduzimos a maioria desses textos em sua totalidade ou, quando achamos que eram longos demais, optamos por apresentar apenas a ideia central que queria ser divulgada. De todo modo, para facilitar o entendimento do leitor, optamos por reproduzir todas as legendas que foram publicadas conjuntamente com as imagens, por compreendermos que esses textos são fundamentais para se contextualizar essas figuras. Nesses anos, essa era a maneira dos jornais ilustrados de mostrar as imagens, que só existiam em interação com as legendas que integravam a narrativa.

Nessa perspectiva, a imprensa ilustrada foi alvo de diversas pesquisas em nossa historiografia. Como veremos, o magazine se inspirou no que era feito em outras cidades do país, especialmente no Distrito Federal. Portanto, a investigação dialoga com uma história da imprensa que busca analisar os embates políticos por meio de uma linguagem comum no jornalismo da época, isto é, a do riso, do humor que usa imagens. Nesse sentido, são valiosos os estudos produzidos sobre periódicos ilustrados, como *O Malho*, *Fon-Fon*, *Careta*, *Tagarela* etc. Com objetivos e recortes cronológicos distintos, esses trabalhos analisam o papel do jornalismo que se dedicou ao riso e que foi desenvolvido por profissionais como os caricaturistas e comediantes. São exemplos de pesquisadores que trabalham nessa linha: Marco Antonio Silva,¹⁴ Isabel Lustosa,¹⁵ Elias Thomé Saliba,¹⁶ Pedro Krause Ribeiro¹⁷, que são referências para essa pesquisa, mesmo sabendo que a publicação em questão se diferenciava em vários aspectos.

Entre essas diferenças está o objetivo do magazine em repercutir, na maior parte do tempo, as lutas políticas da Primeira República. Assim, contar a sua história é uma boa chance de mostrarmos como a imprensa desse estado travou sua luta político-partidária, e como o veículo de Requião foi um participante ativo dessa luta. Participante, mas não um partido político em

¹⁴SILVA, M. A. **A caricata República: Zé Povo e O Brasil**. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

¹⁵LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso. Humor e boemia em Mendes Fradique**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

¹⁶SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁷RIBEIRO, Pedro Krause. **Usos do povo no discurso político da charge: Zé povo e Zé povinho na imprensa luso-brasileira (1877-1912)**. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social (UFRJ). Rio de Janeiro, 2011.

si mesmo. Como bem lembra Maria Helena Capelato, que defende que, embora se envolvam e defendam partidos políticos, os jornais têm especificidades, visto que são empresas que se dedicam a um público de leitores, que é muito mais um público de consumidores, do que de eleitores ou adeptos de uma causa política. A imprensa, ainda segundo Capelato, constitui um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, o que exige do historiador um constante diálogo com as diversas personagens que atuam em jornais de uma determinada época.¹⁸

Mostrar esses aspectos também inclui apresentar ao leitor outras questões que vão além do que acontecia dentro das teias partidárias. Esses veículos, por exemplo, foram forçados a noticiar as tensões sociais que ocorriam nesses anos, sobretudo, movimentos populares como greves, lutas contra a carestia, questões que envolviam a condição feminina e também racial etc. No período de circulação do periódico, houve, com certa frequência, eventos desse tipo, na Bahia, causando temor nas elites políticas e repercutindo na sociedade e nas páginas desse veículo. Como ficará evidente, esses episódios demonstram que a Bahia, além de sido atravessada por crises partidárias, ainda, presenciou intensas lutas populares, especialmente em Salvador.

É necessário frisar que, embora dialoguemos com teses que trazem exemplos de periódicos ilustrados da antiga capital federal, Rio de Janeiro, e de outros estados do país, não compartilhamos da visão de que esses jornais sejam produções de caráter “nacional” e o que era feito na imprensa da Bahia ou de outros estados, como produção “regional”. Entendemos que tais conceitos estão ligados a construções sociais de poder e espacialização,¹⁹ e que a imprensa de humor baiana já existia desde meados do século XIX. A *Revista do Brasil* foi um exemplo importante desse tipo de imprensa, que soube usar a linguagem cômica para seus interesses. Além do mais, esse periódico, embora tenha se inspirado no que era feito em outras capitais, apresentou uma linguagem própria e muito peculiar ao contexto de seu estado.

No que diz respeito aos locais em que essa fonte está disponível, a coleção mais completa se encontra na Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB). Essa instituição, que foi fundada em 1811, tem como intuito salvaguardar a memória histórica do estado, sobretudo, em seu período inicial, a de seus governantes. O acervo está especificamente localizado no setor de periódicos raros dessa biblioteca, uma unidade que tem ligação com entidades, como a Fundação Pedro Calmon que, dentre seus setores, possui o Centro de Memória da Bahia e

¹⁸CAPELATO, Maria Helena. A imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988, p. 21 a 27.

¹⁹ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste* e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p. 25-26.

também o Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia.²⁰ Embora não tenha uma coleção tão completa quanto a que está disponível no arquivo da capital baiana, outro local em que a fonte pode ser consultada é no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital, plataforma que faz parte da Fundação Biblioteca Nacional (BNdigital), no Rio de Janeiro.

Como foi dito acima, outros jornais também se encontram nessa biblioteca. Nela e em outros arquivos da capital baiana, o estado de preservação dos periódicos é preocupante. Boa parte está fora de uso ou se deteriorando rapidamente sem, ao menos, ter-se um plano para digitalizá-los. Um deles é o *Diário da Bahia*, que foi uma folha noticiosa que marcou época. A maioria das edições desse diário se encontra indisponível para pesquisa. O estado de preservação desses jornais acaba simbolizando a forma como a história da Bahia está sendo tratada pelos entes públicos responsáveis. A *Revista do Brasil*, felizmente, se encontra bem preservada, pelo menos até o momento. Essa situação acabou criando algumas lacunas quando cruzamos dados apresentados por esses jornais com as do magazine ilustrado, além de outras dificuldades.

Nessa perspectiva, resolvemos de forma estratégica analisar com mais afinco os exemplares da *Revista do Brasil* que correspondem ao recorte cronológico que essa tese se propõe a estudar, isto é, os períodos de crises da política baiana: a divisão do PRB, a Campanha Civilista e o ano do bombardeio da cidade de Salvador. Com o objetivo de apresentar a atuação política dessa publicação nesses três episódios, catalogamos e analisamos exatos 16 exemplares que foram publicados em 1907, outras 16 edições que circularam em 1910 e mais 14 números do ano de 1912. Entretanto, isso não impediu que avançássemos para outros anos, quando achamos que fosse necessário.

Também enfrentamos dificuldades em relação às poucas informações acerca dos membros do corpo editorial e dos demais profissionais que, de alguma forma, faziam parte da redação do magazine. Não conseguimos os locais e as datas de nascimento e morte de vários membros, a formação acadêmica, as ligações familiares, políticas etc. Alguns dados que conseguimos foram retirados da própria fonte, de outros jornais que circulavam no período, diários oficiais do estado da Bahia e de sítios eletrônicos. Outras informações, ainda, não coincidem com precisão. Por exemplo, no que se refere ao fim da publicação, algumas pesquisas indicam que ela pode ter circulado até início de 1913,²¹ porém, em todos os arquivos consultados, as informações

²⁰Site da Fundação Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>. Acesso em 02 agosto 2022.

²¹Ver: SILVA, Letícia Santos. **Ideias e ações:** a trajetória política de Altamirando Requião (1922-1937). 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2015. Ver também: MELO, Cristiane Tavares Santos. **A produção literária de Altamirando Requião:** a Bahia do século

apontam que o seu último exemplar foi a tiragem de 31 de agosto de 1912. De todo modo, o cruzamento desses dados indica que o magazine acabou mais ou menos entre meados de 1912 e início de 1913.

A tese se divide em duas partes. Na primeira, denominada de “O magazine e o seu tempo”, apresentamos dois capítulos. O capítulo 1, “Lutas políticas e tensões populares na Bahia da Primeira República”, tem a intenção de mostrar ao leitor o conturbado cenário em que esse estado se encontrava, e permite confrontarmos teses anteriormente propagadas de que, durante a Primeira República, os grandes acordos oligárquicos teriam inviabilizado disputas partidárias. Assim, fizemos uma breve revisão historiográfica, cuja intenção principal foi situar esse ente federado dentro do instável jogo partidário do estado. Como será possível notar, nessa época, os baianos presenciaram crises em suas instituições políticas, que ocorreram do princípio até o fim da Primeira República.

O capítulo 2, “*Revista do Brasil*: um periódico político em terras baianas”, apresenta a materialidade do magazine: os tipos de capa, folha de rosto e contracapa, até elementos relacionados às colunas e aos títulos que tinham maior incidência. Também examina outros aspectos, como tamanho do veículo, média de charges/caricaturas por número, quantidade de fotografias por número, páginas por número etc. Além do suporte material, o capítulo 2 enfatiza informações sobre o corpo editorial do veículo (como proprietário, redatores, caricaturistas e diretores) e aqueles profissionais que atuavam na distribuição dos exemplares, nas cidades em que ela era comercializada.

Na segunda parte, nomeada de “A *Revista do Brasil* nas crises de 1907, 1910 e 1912”, o objetivo é mostrar como a luta política empreendida pelo magazine apresenta e se posiciona no conturbado cenário político da Bahia daquele tempo. Nessa parte, apresentaremos três capítulos. O capítulo 3 dedica-se à crise do Partido Republicano Baiano; o capítulo 4 apresenta como a Campanha Civilista aparece no periódico; e o capítulo 5 quer mostrar as consequências do episódio nomeado como Bombardeio de Salvador. Essas três crises vivenciadas pelo estado se originaram no contexto das eleições da Primeira República, que tinham a capacidade de desestabilizar os acordos e os grupos que compunham os partidos políticos. No caso, foram duas eleições estaduais e uma nacional, que serão acompanhadas em cada capítulo. Em cada uma delas é possível notar como o magazine atuou como um agente que buscava intervir na política.

Nesse sentido, ao final da leitura, esperamos contribuir com a historiografia que estuda a história da imprensa e, de forma especial, colaborar com os estudos sobre a história política da Primeira República. No que concerne às produções historiográficas baianas sobre esse período veremos que a investigação se une aos trabalhos que revisitaram teses clássicas acerca da era republicana, época que outrora foi compreendida como a da “acomodação” política na Bahia, quando os chefes partidários teriam se adaptado as novas realidades eleitorais sem produzir maiores rupturas. O projeto de ação política de José Alves Requião, exemplificado pela utilização de sua *Revista do Brasil* mostra justo o contrário: é possível ver na política da Bahia da Primeira República um amplo vocabulário que inclui disputas, rupturas, reconciliações, negociações etc.

PARTE 1: O MAGAZINE E O SEU TEMPO

CAPÍTULO 1 - LUTAS POLÍTICAS E TENSÕES POPULARES NA BAHIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

(...) Decorridos são vinte ciclos da nova forma de governo pretendida e adotada como a única incontestavelmente capaz de assegurar o progresso do país, a que melhor condiz com os nossos costumes, as nossas legítimas aspirações, o nosso caráter enfim. Neste decurso, porém, que temos visto e vemos? (...) Como tem exercido e cumprido o povo o mais sagrado de seus deveres cívicos?

Que respondam as maiorias parlamentares que um partido e políticos obtenham; que respondam os próprios partidos, cujas lutas se tornam daninhas a coletividade, tais as armas de que se sirvam, como geralmente entre nós, para a conquista de seus desejos”.²²

Velha, oligárquica, coronelista, fraudulenta, dentre outros termos, eram as únicas características pensadas para o período que conhecemos como Primeira República, em uma interpretação predominante na escrita da história ao menos até a década de 1990 e, conseqüentemente, reverberada nos livros didáticos adotados nas escolas. Segundo ela, esses anos teriam sido marcados pelo domínio exclusivo do coronelismo, da fraude eleitoral e, principalmente, pela existência de um estável pacto político – conhecido como a política do café com leite ou a política dos governadores – em que era impossível haver disputas, oposições e resistências, enfim, competição. Porém, não negando a presença dessas características no período, uma historiografia mais recente tem comprovado que a sociedade e a política republicanas eram bem mais complexas do que se costumava imaginar.

O estudo da *Revista do Brasil*, que ora se fará, está inserido nesse esforço de pensar a história da Primeira República no Brasil e, por conseguinte, a história política do estado da Bahia, de um ponto de vista que evidencie seu dinamismo e a grande competição partidária existente. Isso porque, no que diz respeito à unidade federativa em discussão, o termo instabilidade seria um dos escolhidos para definir os anos iniciais e o processo de consolidação das instituições republicanas, marcados, quer pela criação de vários clubes que simpatizavam com o novo regime; quer, posteriormente, pelas tentativas de viabilização de partidos políticos mais estruturados e duradouros.

Tal percepção, contudo, não é nova, tendo sido notada por historiadores e outros profissionais (da Sociologia e Ciência Política) que se dedicaram ao tema, como Eul-Soo Pang e Consuelo Novais Sampaio, em investigações datadas da década de 1970. Para o primeiro, na aurora do novo regime, esse estado assistiu ao desinteresse dos outrora líderes monárquicos para assumir a direção das novas organizações político-partidárias. Ele cita três casos emblemáticos de nomes fortes no Império. O de Rui Barbosa (1849-1923), que não aparentava

²² *Revista do Brasil*. BCEB. 28 de fevereiro de 1910, ano 3, n. 16, n.p.

disposição para liderar seus conterrâneos liberais em um processo de unificação de forças políticas. E os de José Marcelino (1848-1917) e Araújo Pinho (1851-1917), que teriam manifestado maior preocupação com seus interesses particulares, ao menos naquele momento.²³ Com o mesmo entendimento, Sampaio aponta o incipiente movimento republicano da Bahia, como um fator problemático para a organização política do estado, e acrescenta que a debilidade das instituições partidárias ampliou as dificuldades dos baianos de se manterem competitivos nas disputas nacionais então estabelecidas.²⁴

Entretanto, é necessário lembrar que, em pesquisas posteriores, vários historiadores que se direcionam aos estudos das organizações políticas do estado concordaram que o movimento baiano de apoio às ideias republicanas não foi tão tímido assim. Por exemplo, há os que defendem que é um lugar-comum a ser superado, pensar que a Bahia foi a última província a aderir ao novo regime, e que, após sua instauração, os antigos políticos do Império retomaram facilmente suas posições de poder, reforçando a posição da fraqueza da propaganda republicana. Nessa nova linha interpretativa, há estudos que comprovam que os agrupamentos que defendiam as ideias republicanas remontavam às décadas anteriores à Proclamação, havendo clubes de apoio ao novo governo tanto na capital como em cidades do interior.²⁵

Considerando que o argumento da debilidade da propaganda republicana poderia ser praticamente afastado, é ainda possível encontrar em Pang e Sampaio um fator que poderia explicar a instabilidade que marcou a primeira década desse regime na Bahia: a inexistência de um partido estadual coeso e unificado. De modo geral, em suas análises, ambos concluem que, até o início do século XX, houve tentativas de organização de agremiações partidárias, mas elas teriam insuficientes bases políticas, pois se originavam de dissidências de caráter exclusivamente personalista. Nesse sentido, os dados apresentados por esses dois autores conduzem à conclusão, de que coube ao Partido Republicano Baiano o papel de se constituir no elemento organizador das elites regionais que, até sua criação, em 1901, estavam muito cindidas. Consequentemente e concordando, nesse ponto, com os autores, o cenário político que levou à formação do PRB e o mapeamento de seus principais articuladores são de extrema importância para a política baiana na Primeira República, tanto em termos estaduais como nacionais. E essa é uma das fortes razões do interesse em se estudar a *Revista do Brasil*, pois

²³PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**, 1889-1943. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 67 e 68.

²⁴SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 1978, p. 42 à 48. .

²⁵SANTOS, Mário Augusto da Silva. **O Movimento republicano na Bahia**. Salvador. Centro Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1990, p. 5. O autor destaca que no Mato Grosso a notícia da Proclamação só chegou em 9 de dezembro de 1889.

ela foi criada nessa conjuntura, podendo ser compreendida como ator político que, vocalizando os interesses e ideias de um grupo, permite entender melhor a dinâmica da competição política na Bahia dos inícios do século XX.

1.1 - Partidos políticos e oligarquias: uma difícil e necessária convivência.

O entendimento dos processos de organização dos partidos políticos é extremamente relevante para os historiadores da política. Recentemente as pesquisas que se relacionam ao tema ganharam cada vez mais espaço na historiografia que passou a valorizar sua conformação, identificando-os como atores centrais da História Política renovada, preocupada quer com a narrativa dos acontecimentos, quer com a das conjunturas e estruturas. É essa a visão de Serge Bernstein²⁶ que nos adverte que é preciso diferenciar os partidos modernos, nascidos no final do século XIX, de grupos anteriores - a exemplo dos clubes, clientelas, associações parlamentares e facções - que não se voltavam para a canalização de votos de populações numerosas, em um processo de competição próprio ao que foi chamado de sociedade de massas, que emerge nesse período. O mesmo autor defende que os partidos modernos, além de serem organizações/ espaços em que se opera a mediação política entre governantes e governados, são igualmente importantes lugares de socialização política, capazes de orientar seus membros e o eleitorado, dando-lhes identidade política e, assim, sendo capazes de intervir na organização da sociedade mais ampla. Além disso, para o autor, é neles que é feita a seleção das elites governantes, e que “se fazem conhecer aqueles que almejam as funções dirigentes, e que se constroem os destinos nacionais”.²⁷

Para essa pesquisa, que se situa no momento de articulação de partidos políticos republicanos, é fundamental saber mais sobre essa questão, para enfrentar e relativizar uma afirmação muito compartilhada na historiografia sobre a política na Primeira República, que é a da ausência de partidos políticos. Certamente, não se defende aqui que os partidos então existentes possam ser equiparados aos partidos políticos modernos segundo a literatura da Ciência Política, que funciona como um referencial. Tais partidos têm muito dos clubes formados por elites que se organizam em facções de interesses, que lutam internamente e são pouco voltadas para um eleitorado mais amplo. Porém, esses partidos podem comportar forte

²⁶BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

²⁷BERNSTEIN, Serge. Op cit, p. 93.

competição política interna entre facções e por um eleitorado, ainda que este seja proporcionalmente pequeno.

Novamente, Bernstein contribui com a questão quando afirma que é preciso historicizar e não aprisionar essas agremiações em tipologias. Assim, a formação de um partido pode estar estritamente ligada a crises que ocorrem na sociedade a exemplo das guerras, depressões econômicas, explosões demográficas e demais acontecimentos históricos que são aspectos explicativos do desenvolvimento desses grupos.²⁸ Nessa direção, novos estudos têm retomado à Primeira República para entender a formação das instituições políticas surgidas nesse regime. Eles consideram que, se nela não há partidos modernos ou eleições com efetivo grau de incerteza, não é por isso que deixa de haver partidos e competição política, com candidatos, campanhas, eleições, eleitores, parlamento etc.

Assim, trabalhos mais recentes, vindos da história e das ciências sociais, trazem novas leituras, que demonstram como a existência de um concorrido mercado eleitoral produziu uma forte competição partidária nesse período, evidentemente considerando-se suas singularidades.²⁹ Paulo Ricci e Jaqueline Zulini, por exemplo, estão interessados em analisar como a visão construída pelos ideólogos da ditadura estadonovista desacreditou todas as instituições e os procedimentos da liberal-democracia experimentados na Primeira República. Para os autores, o papel desempenhado pelos partidos políticos na coordenação das elites, sendo analisado com cuidado, sobretudo nos momentos eleitorais, revela contextos muito mais diversos e complexos.

A função dessas organizações políticas não deveria ser depreciada, pois as eleições e os votos não estavam completamente assegurados de antemão. Era preciso dividir responsabilidades; estruturar uma rede de hierarquias entre os apoiadores; constituir e gerir diretórios municipais e comitês centrais, dentre outras deliberações. Além disso, as agremiações partidárias eram os principais articuladores das ações dos dirigentes, uma vez que eram capazes de acomodar as elites e administrar os conflitos entre facções, surgidos durante a definição dos candidatos que formariam as chapas que concorreriam às eleições.³⁰ Portanto, é possível concluir que as organizações políticas construídas nessas décadas devem ser entendidas como partidos, na medida em que eles eram atores políticos coletivos que se estruturavam no jogo

²⁸BERNSTEIN, 1998, p. 67

²⁹Uma interpretação que vem associada a uma revisão historiográfica sobre a própria história política da Primeira República, que apontou como os ideólogos do autoritarismo do pós-30 impactaram a memória e mesmo a escrita da história do período, consagrando-o como uma República Velha. São muitas e variadas as contribuições.

³⁰RICCI, Paulo. ZULINI, Jaqueline. Partidos Políticos e Legislativo na Era Vargas: a representação política antes da democracia. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio. ABREU, Luciano Aronne (orgs). **A Era Vargas (1930-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 298.

político-eleitoral através de campanhas, alistamento de eleitores etc. Nesse caso específico, inclusive, valiam-se muito da imprensa como meio para divulgar seus objetivos e ideias, utilizando-se da nomenclatura de partidos e agindo como tal.

No caso da Bahia, que até o surgimento do Partido Republicano Baiano viu a formação de diferentes grupos partidários, a maioria deles de curta duração, é possível verificar vários tipos de exemplos. Um é o do Partido Católico, criado em maio de 1890, que foi fruto da resposta de determinados setores ligados ao catolicismo, que julgavam ter perdido influência com as medidas de separação entre a Igreja e o Estado e queriam recuperar prestígio político. Essa reação católica foi experimentada na Bahia, porém não se sustentou, na medida em que, por determinação do próprio Vaticano, foi abandonada a ação política por via partidária.³¹ Outro exemplo de grupo partidário, que sobreviveu pouco, foi o Partido Operário, também criado em 1890, com nomes como Manuel Querino (1851-1923), que chegou a disputar uma vaga de deputado federal por essa agremiação. Entretanto, a existência de partidos que representassem as demandas de trabalhadores, numa sociedade recém-saída da escravidão, era muito difícil e despertou temores e reação nas elites baianas. Uma situação que obrigou o fundador do partido, Gonçalo Espinheira, a anunciar que esse grupo não tinha fins políticos, abandonando a função de partido e assumindo a de um Centro Operário da Bahia, voltado para a proteção dos interesses dos trabalhadores.³²

Outras experiências de organização nesse formato são as do Partido Nacional (de 24 de junho de 1890) e do Partido Nacional Democrata (de 25 de abril de 1892). O primeiro foi fruto da união de monarquistas, conservadores e liberais, que aderiram à República; o segundo foi obra de um grupo, que se originou da desintegração do primeiro. Mas, um mês após a criação do novo PND, os baianos assistiram também a seu desaparecimento, um indicador de fortes confrontos. Mais uma vez, um novo partido procurava articular as elites políticas do estado. O Partido Republicano Federalista (de 16 de maio de 1892) tinha em seus quadros, nomes de peso das oligarquias locais como Severino Vieira (1849-1917), Luís Viana (1846-1920) e José Gonçalves (1838-1911). Todavia, a sigla não resistiu a sua primeira grande disputa, protagonizada entre seus próprios correligionários. Luís Viana e José Gonçalves cindiram as hostes do PRF, a ponto de elas se organizarem em duas novas organizações: O Partido

³¹SAMPAIO, 1978, p. 62.

³²GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Org.). **Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador. EDUFBA, 2013, p. 129.

Republicano Federal (de 15 de abril de 1894), com o domínio dos vianistas, e o Partido Republicano Constitucional (de 19 de agosto de 1894), sob o controle dos gonçalvistas.³³

Dessa maneira, o que a efemeridade desses partidos e os choques entre suas facções (dando origem a novos agrupamentos) deixam claro é a grande instabilidade política da década de 1890, resultante, em grande parte, de disputas intraelites. Além disso, esse cenário não foi algo isolado, apenas da Bahia, uma vez que também acontecia no restante do Brasil. Vale inquirir, portanto, de que modo as dificuldades de criação e manutenção de uma agremiação partidária, estavam igualmente relacionadas ao panorama político nacional daquele momento do novo regime. Pang é um dos que atribui a debilidade inicial desses partidos às disputas políticas que ocorriam no Brasil nos governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

De tal modo, que também é plausível pensarmos que a formação do Partido Republicano Baiano, em 1901, esteve relacionada ao governo Campos Sales (1898 a 1902), que buscou construir um pacto oligárquico - conhecido como política dos governadores - que produzisse, senão estabilidade, ao menos condições de governabilidade para os executivos (federal e estaduais), algo que não existia no período de seu antecessor, Prudente de Moraes (1894 a 1898). A importância da política dos governadores para a estabilização da política na Primeira República foi uma interpretação muito compartilhada por algum tempo pela historiografia. Contudo, ela tem sido discutida e revista por uma série de estudos que, sem descartá-la inteiramente, demonstram que esse pacto oligárquico era igualmente sujeito a disputas e a instabilidades crescentes.

Na interpretação que se consagrou desse modelo de fazer política, Campos Sales construía um pacto mútuo entre o governo federal e os situacionismos dos governos estaduais, cujo objetivo era pôr fim às incertezas dos primeiros anos da República. Renato Lessa, entre outros, enxerga nesse modelo características semelhantes aos dispositivos estabilizadores do Poder Moderador monárquico, que conduziriam o Congresso a um comportamento “dócil” ante o Executivo federal, que então se fortalecia. Tal pacto produziria uma prática de fazer política, cuja chave estaria na alteração do Regimento Interno da Câmara que, por meio de órgãos como a Comissão de Verificação dos Poderes, conseguia excluir os candidatos de oposição aos grupos dominantes estaduais, impedindo-os de serem diplomados ou como se dizia na época, fazendo com que fossem degolados.³⁴

³³PANG, 1979, p. 69.

³⁴LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Topbook, 1999. p.146 e 147.

Portanto, a formação de partidos estaduais únicos e de bancadas homogêneas estariam ligadas a esse arranjo político que, seria a razão da eliminação das oposições tanto a nível federal como estadual, produzindo o domínio, no Congresso, dos entes mais fortes economicamente e politicamente da federação. Assim, a política republicana desse período foi realizada sem que acordos homogêneos e contínuos existentes, o que “impediu que a hegemonia de uns fosse perpetuada e a exclusão de outros fosse definitiva”.³⁵ Viscardi enfatiza, ainda, que o pacto oligárquico proposto por Campos Sales não conferiu estabilidade em relação às sucessões presidenciais, pois não criou mecanismos inibidores de conflitos intraoligárquicos, que ocorriam nos momentos eleitorais. Os exemplos são as campanhas eleitorais de 1910 e 1930 que, ao contrário do que se pensava, não foram momentos excepcionais de quebra da aliança Minas-São Paulo. Tais eventos foram rotineiros,³⁶ já que, a cada eleição, um ambiente de competição desafiava esses dois estados.

Jaqueline Zulini tem a mesma posição, discordando que o dispositivo adotado por Campos Sales tenha sido capaz de criar, com eficiência e duração, estabilidade política para o regime republicano. O que ela argumenta é que, após a reforma regimental feita na Câmara dos Deputados, em 1899, realmente, prevaleceram as bancadas estaduais unipartidárias no Congresso. Mas, esse fator por si só não justifica o argumento de uma neutralização da competição no parlamento, muito ao contrário.³⁷ Nesse sentido, o caso baiano mostraria a complexidade e permanência das disputas oligárquicas, a despeito do mecanismo criado por esse mandatário. Nas eleições legislativas de 1900, por exemplo, esse estado apresentou o maior número de diplomas de parlamentares em duplicatas de todo o país, correspondendo ao dobro de sua bancada.³⁸

Além disso, Zulini demonstra que as “degolas” eram empregadas desde 1894, antes de Campos Sales, não sendo igualmente um recurso tão generalizado, quanto a tese da política dos governadores fazia crer. Ainda é válido ressaltar, que nem sempre essas “degolas” eram ligadas às divergências entre parlamentares opositores e governadores ou presidente em exercício. Novamente a Bahia pode ser usada como exemplo. Nas eleições estaduais de 1912, a unidade federativa concentrou quase 1/3 das “degolas” de candidaturas a deputados federais. Mas, esse

³⁵VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 22.

³⁶VISCARDI, 2002, p. 38.

³⁷ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930**. São Paulo, 2016. 323 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016, p. 113.

³⁸VISCARDI, Claudia Maria. FIGUEIREDO, Vitor. As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 61.

fato não é explicado pela degola de candidatos que eram de oposição, ou seja, adversários do presidente da República, como se poderia supor, ocorrendo igualmente entre os candidatos que eram apoiadores de Hermes da Fonseca.³⁹

A argumentação de Zulini e de Viscardi é de fundamental importância para se entender a conjuntura política da Bahia e a atuação de seus partidos, pois não podemos enxergar o Congresso da época como apático, coeso e facilmente conduzido pelo Poder Executivo. Para tanto, o que o acompanhamento dos trâmites da Verificação dos Poderes, na Câmara, deixa claro, é que as medidas efetuadas para viabilizar o pacto com os governadores não foram suficientes para controlar, por completo, as bancadas e as decisões do Plenário.

À vista disso, a hipótese de que as autoridades baianas se beneficiaram desse contexto para criar uma nova agremiação, reunindo diversos de seus grupos políticos, pode ser considerada como favorável, mas não deve ser superestimada. Ressalta-se também que Severino Vieira – um dos três grandes líderes do PRF - foi ministro de Sales e seria o primeiro governador da Bahia após a criação desse novo arranjo. Coube a ele a liderança do processo de criação do Partido Republicano Baiano, o que leva a crer que a Bahia tentava se articular às propostas que estavam sendo desenhadas para os estados politicamente mais fortes do país. Finalmente, após tentativas malsucedidas, as elites baianas conseguiram articular um partido político mais forte e duradouro. Porém, isso não significou o fim dos conflitos internos em solo baiano.

1.2 - Tensões e competição partidária na Bahia republicana: a política daqueles que não se acomodaram

Uma análise do período que vai de 1890 a 1900 – década anterior à formação do PRB – mostra que as dificuldades da Bahia não se restringiram apenas às suas instituições partidárias. No que concerne à economia, por exemplo, o que se viu foi um quadro “anêmico”, com os produtos que nos tempos monárquicos sustentavam os cofres estaduais, entrando em crise, como era o caso das lavouras do açúcar e do fumo.⁴⁰ Inversamente, a partir do início do século XX, as elites da região cacaueteira começavam a despontar como grandes fornecedoras de renda, a uma média de um terço, a mais da metade da receita baiana.⁴¹ Porém, elas não conseguiam o prestígio político das demais oligarquias herdeiras do Império. E, no que se refere à

³⁹ZULINI, 2016, p. 100.

⁴⁰SAMPAIO, 1978, p. 32.

⁴¹PANG, 1979, p. 74.

industrialização, o cenário era preocupante. Salvador possuía um pequeno número de fábricas cujo principal ramo era o têxtil. O restante da economia era sustentado por firmas comerciais que produziam azeite, charutos, cigarros, cerveja, sabão e outros gêneros.⁴²

Além dos entraves econômicos, as classes dirigentes da Bahia lidaram com agitações sociais. A mais significativa delas ocorreu no semiárido do estado e foi fruto da concentração latifundiária e de uma longa seca, que obrigou inúmeros camponeses a saírem de suas terras. A Guerra de Canudos (1896 a 1897), conflito liderado por Antônio Conselheiro (1830-1897), causou temor nas já divididas lideranças do estado e chamou atenção de todo o país. O conflito opôs sertanejos ao Exército brasileiro, servindo “para revelar ao Brasil do litoral um Brasil distante, diferente, totalmente desconhecido”.⁴³ Mas, sobretudo, foi o principal problema do governador da época, Luís Viana (1896 a 1900), uma vez que a repercussão nacional e as consequências desse conflito arruinaram sua base de sustentação partidária, que foi perdendo apoio gradativamente.

Entretanto, Canudos foi apenas um dos acontecimentos que justificaram o instável mandato de Viana. Outro trágico evento, já no fim da sua administração, se deu no contexto da eleição municipal de Salvador, ocorrida em 13 de novembro de 1899. A pugna colocou em lados opostos duas candidaturas: uma situacionista, a de José Eduardo Freire Carvalho (1852-1934), e outra de oposição, representada por Domingo Rodrigues Guimarães (1849-1914). Esse último tinha fortes ligações com a Associação Comercial da Bahia, um grupo de influência junto aos chefes políticos da época. O incidente teria começado quando um funcionário do estado afixou, em uma livraria, um cartaz dando a vitória aos governistas, antes da conclusão da apuração dos votos.

O ato teria gerado a revolta dos opositores. Então, a mando do governador, policiais reprimiram os revoltosos, gerando um clima de guerra na capital, quando lojas de comerciantes foram atacadas, caixeiros viajantes perseguidos e duas pessoas acabaram mortas. Como reação, a instituição comerciária do estado, a partir desse momento, tratou o chefe político como *persona no grata*.⁴⁴ O episódio terminou com a vitória do candidato governista a intendência de Salvador. Mas, os custos políticos desse e de outros eventos foram amargos para Viana que viveu uma espécie de ostracismo político logo após o fim de seu mandato. Os problemas

⁴²SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A República do povo: sobrevivência e tensão**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 17.

⁴³TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP / Salvador: EDUFBA, 1979, p. 168.

⁴⁴SANTOS, Mario Augusto. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República**. Um grupo de pressão. 2ª ed. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1991, p. 93 e 96.

financeiros e sociais, a perda de influência do governo junto a associações de relevância econômica, como a dos comerciantes, somados à dificuldade de estabilização das instituições partidárias eram graves problemas que seriam herdados por um novo governador.

Severino Vieira, que assumiu executivo baiano após Luís Viana (entre 1900 e 1904), herdou uma máquina administrativa com sérias dificuldades. Um balanço do mandato de Vieira é ambíguo. Alguns estudiosos apontam que ele foi estratégico ao conseguir estruturar a agricultura do estado, criar programas educacionais e realizar reformas em usinas de açúcar.⁴⁵ Outros, contudo, enfatizam as dificuldades enfrentadas por sua administração, inclusive, com a ACB (quanto à cobrança do imposto sobre o consumo).⁴⁶ Todavia, a maioria concorda que a organização do Partido Republicano da Bahia foi um acerto de Vieira, pois conseguiu recrutar os chefes políticos regionais que estavam dispersos desde o fim da Monarquia. Quer dizer, Severino Vieira conseguiu alistar as principais oligarquias do estado - não somente na capital, mas no interior – a fim de montar o PRB

A hegemonia do PRB prevaleceu por pouco mais de uma década, de 1901 a 1912. Todavia, sua formação não significou o fim das disputas internas na Bahia, que ocorreram em vários momentos da Primeira República. A legenda foi a primeira grande instituição partidária do estado, mas seus caciques, ao longo desse tempo, viram o surgimento de dissidências que, em boa parte, foram provocadas por seus próprios membros. Uma delas foi originada por José Joaquim Seabra (1855-1942), o J.J. Seabra, político que alcançava prestígio nacional, ocupando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1906. Nesse ano, ao vislumbrar as eleições federais que iriam ocorrer, começou a mexer as peças do xadrez político em seu estado, rompendo com seus correligionários e criando uma corrente de oposição ao PRB.

Esse movimento teria gerado a formação de um novo grupo político, que parte da historiografia denomina de Partido Dissidente Seabrista.⁴⁷ Porém, a formação desse partido pelo grupo seabrista não é algo consensual. A literatura analisada diverge sobre o tema. A principal questão é se, realmente, essa dissidência se constituiu um partido de oposição ao PRB, ou seja, se Seabra já teria influência política entre as elites estaduais, já em 1906, para fundar uma nova organização antagônica ao consolidado Partido Republicano Baiano. Uma hipótese

⁴⁵PANG, 1979, p. 86.

⁴⁶SANTOS, 1991, p. 97.

⁴⁷Ver: TAVARES, 1979, p.170. Também SAMPAIO, 1978, p. 82 e 85. A historiadora chama esse período de *intermezzo* seabrista e afirma que o partido foi constituído para concorrer às eleições federais de 1906. Mas, seus membros foram excluídos da chapa do governo a mando dos marcelinistas. Pang, por outro lado, cita a existência de uma dissidência organizada pelos seabristas com o intuito de disputar a eleição legislativa desse ano. O pesquisador não chega denominar esse movimento como um partido político. E, ainda, afirma que após o episódio Seabra se refugiou na Europa voltando só em 1909 para a Bahia. C.f.: PANG, 1979, p. 102.

válida é que esse grupo pode ter funcionado como uma corrente de oposição à sigla dominante, mas internamente, sem que se tivesse formado um novo partido. Esse argumento não pode ser descartado, pois as dificuldades de se criar e estruturar uma legenda eram grandes.

Até o início dos anos 1930, diversas cisões ocorreram e tal fato afasta qualquer visão que caracterize essa época como desprovida de disputas políticas. Nesse aspecto, o caso baiano se mostrou bastante exemplar posto que as constantes tensões entre suas elites fortalecem os argumentos críticos a interpretações que compreendiam que, durante a Primeira República, os grupos oposicionistas não tinham espaço de atuação.

Dentre os estudos, aqui já citados, que entendem que a única possibilidade de sobrevivência das oposições era aderir ao situacionismo, temos a tese de Consuelo Novais Sampaio. Para defender o argumento de que os oposicionistas tinham de se adaptar aos novos contextos que surgiam dentro do jogo político, a historiadora usa o conceito de “política de acomodação”. O termo remete a uma espécie de adesismo que era imposto aos grupos derrotados nas disputas políticas, principalmente, nas eleitorais. Sampaio acredita que o *modus operandi* de toda a Primeira República buscava sempre a rearticulação dos grupos oligárquicos que, para não serem totalmente excluídos, tinham que aceitar os novos rearranjos impostos pelos vitoriosos e se recomporem dentro da máquina partidária governamental. Por isso, se “acomodavam” ou se reconciliavam.

De forma resumida, para Sampaio, no sistema político republicano eram comuns as lutas eleitorais pautarem os chefes e a existência de cisões e fusões partidárias, sendo o personalismo político o principal aspecto. Obviamente, a autora refuta a associação entre “quietismo” e “acomodação”, pois o que ela aponta, é que as alianças entre o derrotados e vencedores não eram algo fácil nem tranquilo. Os acordos poderiam ser rompidos a qualquer momento em função de novos interesses ou oportunidades políticas dos grupos.⁴⁸ Entretanto, apesar dessa ressalva, a formulação da autora se diferencia de estudos mais recentes que apontam a necessidade de vermos as disputas oposicionistas de forma mais complexa do que aparentavam ser.

Antonio Luigi Negro, dialogando com a interpretação de Sampaio, adverte que nem sempre a “acomodação” se mostrou eficaz ou duradoura. O “racha” do PRB, em 1907, que ainda será mais bem detalhado, é um exemplo de um momento, na Primeira República, em que as elites derrotadas não conseguiram se acomodar. Para Negro, o cisma que enfraqueceu um dos maiores partidos estaduais da República, o PRB, afetou tanto a oposição quanto a situação,

⁴⁸SAMPAIO, 1978, p. 48 e 49.

o que acabou prejudicando a política da Bahia como um todo. Na verdade, as aspirações do estado por maior prestígio, em termos nacionais, sofreram um duro golpe. Um exemplo também citado pelo historiador é a participação de Severino Vieira na crise de 1907, que culminou com a divisão da agremiação citada. Negro destaca que, vendo-se desprestigiado, o dirigente temeu o ostracismo político e caminhou para a ruptura afastando-se da ala governista do PRB.⁴⁹ Essa seria a forma de não ficar isolado/vencido dentro do partido e que, nesse momento, estava cada vez mais dominado por seus opositores, os marcelinistas.

A observação feita por Negro leva-nos a situar Severino Vieira como um claro exemplo de liderança de oposição dentro da política baiana. Vieira perdeu poder dentro do partido que ajudou a criar, o que o levou a se contrapor aos seus antigos aliados. Primeiro, rompeu com os dois governadores que o sucederam: José Marcelino (1904 a 1908) e Araújo Pinho (1908 a 1911). Ao mesmo tempo, manteve um relacionamento conflituoso com Rui Barbosa, um dos mais importantes baianos daquela época. Posteriormente, quando Seabra se posiciona como um grande líder da política da Bahia, Vieira se mostrou uma das principais forças antagônicas ao seabrismo.

Ao que parece, enquanto o PRB se manteve como organização política viável, a estratégia de Severino Vieira foi se manter como uma corrente de oposição dentro dessa sigla.⁵⁰ Para isso, não seria preciso fundar um novo partido. Nesse caso, a principal ferramenta de atuação de Vieira foi o *Diário da Bahia* que, a partir de 1901, passou a ser de sua propriedade até sua morte, em 1917. Esse periódico funcionou como um veículo contrário a dupla situacionista Marcelino-Pinho e a todos os adversários que Vieira conquistou. Se o fundador do PR baiano não tinha mais controle do seu partido, passou a ter sua voz repercutida através de seu jornal.

Vieira pareceu não ter se “acomodado” ou se rearticulado, aos interesses das lideranças que se saíram vitoriosas nas disputas eleitorais. Sua atuação é um claro exemplo das disputas ocorridas dentro da política baiana, pois as lutas oligárquicas também permitiram um tipo de oposicionismo dentro do situacionismo. Ou seja, os membros dessas organizações partidárias não agiam em bloco ou de forma homogênea. Aparentemente, existiam correntes de interesses distintas que disputavam a hegemonia no interior dessas agremiações. Nesse aspecto, o caminho

⁴⁹NEGRO, Antonio Luigi. **Política de acomodação:** lendo e relendo “Partidos políticos da Bahia na Primeira República”, de Consuelo Novais Sampaio. In: Pol. Hist. Soc., 2020, Vitória da Conquista. Anais. p. 11. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/6922/4964>. Acesso em 25 fev. 2023.

⁵⁰Não há relatos na literatura consultada de que Vieira possa ter fundado outro partido estadual, após a crise de 1907. Por outro lado, quando o PRB já estava totalmente desagregado (processo que se concretiza com a eleição de Seabra em 1912), se vincula a um grupo nacional: o Partido Republicano Conservador. Ver: NORONHA, 2011, p. 67.

traçado pela facção severinista mostra como as oposições eram totalmente viáveis, mesmo no interior de um partido situacionista.

Retornando a característica principal da tese de Sampaio - a da conciliação entre grupos políticos, no interior do partido único estadual - é possível verificar que ela se articula à interpretação do pacto oligárquico proposto por Campos Sales, como um mecanismo apaziguador das disputas nos estados. Nas palavras da autora, em texto dos anos 1970, para um “melhor entendimento da política de acomodação, deve-se ter em vista o sistema político dominante”.⁵¹ Todavia, um novo olhar historiográfico atesta que esse modelo de pacto não neutralizou de forma efetiva a competição entre os grupos, o que converge com a existência de disputas intraoligárquicas ocorridas dentro de um partido situacionista, bem como com cisões que poderiam ocorrer, gerando outros partidos, em determinados momentos.⁵²

De todo modo, é relevante afirmar que não queremos recusar a ideia da existência de reordenações entre os chefes partidários, pois, de fato, esse adesismo existiu em muitos momentos. Entretanto, nossa intenção é ressaltar que o questionamento gira em torno de que nem sempre essa acomodação aconteceu como uma característica predominante, durante a Primeira República. Podemos pensar, ainda, nos constantes rearranjos entre lideranças como uma política de disputas e negociações que também permitia acordos entre antigos rivais. Porém, isso não excluía por completo que oposições existissem e que até mesmo fundassem novos partidos. E a Bahia seria um bom exemplo da política daqueles que “não se acomodaram”.

Dessa maneira, por uma década, o Partido Republicano Baiano parecia ter posto fim a instável década de 1890. E, de certa forma, ele foi uma exceção em uma época marcada pela pulverização política e pela tentativa de consolidação de um partido único estadual. Contudo, o PRB foi estremecido por crises bem significativas para a política do estado. Nesse sentido, três episódios exemplificam essa competitividade e a eles daremos maior foco: o chamado Cisma do PRB de 1907; a Campanha Civilista de 1910; e a ascensão de J. J. Seabra ao executivo da Bahia em 1912.

⁵¹SAMPAIO, 1978, p. 49.

⁵²VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 18.

1.3 - Crises políticas e cisões partidárias: o PRB e os eventos de 1907, 1910 e 1912.

Em 1907 a Bahia tinha dois chefes políticos que, aparentemente, dividiam tarefas dentro do partido único do estado, o PRB. De um lado, o governador em exercício, José Marcelino, que cuidaria da máquina administrativa; de outro, Severino Vieira, senador federal, que estaria encarregado do que era relacionado às tratativas políticas.⁵³ Tal acordo não era uma exceção naquele tempo, sendo praticado em outras unidades federativas, a exemplo do Rio Grande do Sul, entre Pinheiro Machado (parlamentar) e Borges de Medeiros (líder do executivo).⁵⁴ Mas pode-se pensar que ele seria também um caminho conciliatório para a facciosa política baiana.

Entretanto, a relação entre Marcelino e Vieira acabou se tornando conflituosa, pois, ambos ambicionavam mais poder dentro e fora do estado o que, conseqüentemente, passaria pelo controle do PRB. Alguns acontecimentos foram decisivos para testar tal aliança. O principal deles se relacionou a uma tradição política que é atribuída a Bahia, no início da República: ao governador era permitido indicar um nome de sua confiança para concorrer às eleições que o sucederiam. Assim, nos preparatórios para a eleição estadual do ano posterior, em 1908, Marcelino reivindicou esse direito. João Ferreira de Araújo Pinho, deputado estadual, natural das oligarquias do Recôncavo Baiano (berço político do governador) foi o seu escolhido, provavelmente, por ser um correligionário próximo do mandatário.

Pelo aludido costume, as credenciais de Pinho junto a Marcelino fariam dele um candidato viável dentro da base situacionista. Contudo, tal escolha esbarrou nos planos de Severino Vieira. Como presidente do PR baiano, Vieira não apoiou a escolha de seu correligionário e, em gesto de contraposição, apresentou outro nome para concorrer ao pleito: o deputado federal Joaquim Inácio Tosta (1856-1919), também oriundo do Recôncavo. A partir daí os dois chefes não retrocederiam de suas decisões e o que se viu foi uma luta entre dois grupos políticos de teor altamente fratricida.

Assim, no transcorrer dos meses que antecederam à pugna, cada um deles buscou apoio com o intuito de garantir a vitória de seus respectivos candidatos. Seja de forma pessoal ou por missivas, a persuasão a lideranças foi intensa. Correspondências demonstram que Severino Vieira buscou o respaldo de autoridades como Rui Barbosa e Miguel Calmon (1879-1935), que declinaram. Barbosa se manteve fiel aos governistas, por considerar a indicação de Pinho uma

⁵³ ARAGÃO, Antonio Ferrão Muniz. **A Bahia e os seus governadores na República**. Bahia: Salvador, Imprensa Oficial, 1923, p. 177 e 178.

⁵⁴ PANG, 1979, p. 93.

decisão correta e ao manifestar seu desejo de que o PRB acolhesse esse nome. Já Calmon, que era um jovem político baiano e que, naquele momento, era o Ministro da Viação e Obras Públicas agiu de forma enfática. Declarou que o postulante de Marcelino era seu preferido e que não contribuiria com a cisão que estava acontecendo, uma vez que “só serviria para prejudicar os grandes e elevados interesses da Bahia”.⁵⁵

A disputa entre os postulantes a candidato pelo PRB também se deu na imprensa. A seu favor, Vieira tinha o *Diário da Bahia* para sustentar sua oposição ao governo. Já Marcelino contava com o apoio do *A Bahia*, jornal que pertencia a Bernardo Jambeiro (1864-1929), influente deputado federal. Jambeiro afirmava, através do seu diário, que o nome de Pinho era respaldado por normas institucionais criadas em uma comissão executiva do PRB, em 1905, e que tanto Vieira quanto Tosta sabiam antecipadamente dessa escolha que era correta: “no seu pensar, reúne, no momento, os requisitos de maior relevância”.⁵⁶

A competição pela indicação do partido produziu uma árdua disputa no interior do estado. A atuação de coronéis de localidades como Ilhéus, Lavras de Diamantina, Castro Alves, dentre outros municípios, mostra a intensa mobilização que severinistas e marcelinistas fizeram em prol de seus candidatos, inclusive, com o uso extremo de violência e fraude no dia da votação. Mas, a disputa também repercutiu na capital federal com o envolvimento pessoal do presidente Afonso Pena (1847-1909), que tinha uma relação próxima com a base situacionista do PRB. Dessa forma, o acontecimento pressionou o Legislativo baiano, cuja alternativa foi aprovar a decisão de Marcelino.

De modo geral, a maioria apoiou a ala governamental do PRB. Porém, Vieira não se deu por vencido e também conseguiu viabilizar a candidatura de Tosta, levando os dois nomes do PRB para um pleito concorrido.⁵⁷ O resultado final foi a vitória do grupo situacionista (Pinho com 49.000 a 14.000 votos de Tosta), que foi contestada pelos severinistas.⁵⁸ Todavia, para além dos números, o principal derrotado desse pleito foi o próprio Partido Republicano Baiano.

⁵⁵SOUSA, Maria Mercedes Lopes de. **Rui Barbosa e José Marcelino**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949, p. 165.

⁵⁶SOUSA, 1949, p. 158.

⁵⁷ Na Primeira República, ao contrário do que ocorre nos tempos atuais, a Constituição de 1891 não exigia a filiação partidária como pré-requisito para ser candidato a algum cargo público. Por sua vez, a Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 02 de julho do mesmo ano da carta magna federal, estabelecia, em seu artigo 47, apenas três requisitos para o direito a se candidatar ao cargo de governador: ser brasileiro nato e residente no estado por dez anos; estar no gozo de todos os direitos políticos; e ser maior de 30 anos. Isto é, não havia impedimento legal para que dois candidatos de um mesmo partido disputassem uma eleição estadual, como no caso ocorrido com o PRB na pugna de 1908.

⁵⁸PANG, 1979, p. 92 à 96.

A partir daí, três grupos se rivalizariam na política estadual. A facção governista representada por Marcelino e Pinho que, naquele momento, contava com o suporte de Afonso Pena e Rui Barbosa e tinha eleito o governador. A base de Severino Vieira que tinha adeptos e, principalmente, seu jornal. E, ainda, a claqué de Seabra que, desde 1906, já demonstrava vontade de deixar a agremiação que, no início, também ajudou a construir. Nesse sentido, a cisão produziu o enfraquecimento de um partido que chegou a reunir a parte mais expressiva das elites locais, mas que com o desenrolar dos acontecimentos de 1907, não estaria preparado para os eventos que seriam vivenciados posteriormente.

Um desses episódios ficou conhecido como a Campanha Civilista. Foi uma eleição que ocorreu entre agosto de 1909 e março de 1910. Porém, ainda no período pré-eleitoral, em 1908, Afonso Pena, o presidente, dá partida à escolha de um nome para sua sucessão. Algumas opções surgiram como possíveis candidaturas. A primeira foi a do seu conterrâneo e colega pelo Partido Republicano Mineiro, o governador de Minas Gerais, João Pinheiro (1860-1908). Todavia, o mandatário mineiro faleceu em outubro desse mesmo ano, o que acabou embaralhando o jogo político criado por Pena. Então, a segunda indicação recaiu dentro da base governista, especificamente, no Ministério da Fazenda que era liderado por David Campista (1863-1911).

Campista ganhou força, mas também criou resistências entre diversas autoridades, o que levou seu nome a se tornar cada vez mais inviável. Dessa forma, outros postulantes passaram a ser mencionados. Dentre eles, o gaúcho e ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, que adquiriu visibilidade para o cargo, por meio de sua atuação em uma missão militar na Europa. Se por um lado, o Marechal (como era conhecido) se destacava, por outro também enfrentou barreiras para se viabilizar como candidato. Algumas lideranças eram resistentes ao fato de se ter um presidente pertencente às fileiras militares e, inclusive, o Presidente da República chegou a pedir que o militar se declarasse fora do pleito, o que gerou reação do Exército brasileiro.⁵⁹ Contudo, entre críticas e apoios, a candidatura de Fonseca se concretizou.

Outro incidente mudaria os rumos desse acontecimento e, novamente, com uma morte. Dessa vez, a do próprio presidente Afonso Pena (em junho de 1909). Assim, o então vice-presidente, Nilo Peçanha (1867-1924), assumiu o cargo deixado por Pena e manifestou preferência pela candidatura de Hermes da Fonseca. O nome do marechal dividiu as elites políticas do país. Estados como Rio Grande do Sul, através da figura de Pinheiro Machado, e Minas Gerais o apoiaram, mas ele não agradou as classes dirigentes de São Paulo, que acabaram escolhendo outro concorrente que já vinha sendo cogitado: o civil baiano, Rui Barbosa. A

⁵⁹BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 142 e 143.

citação a Barbosa ganhou força pelo seu desempenho como representante brasileiro na Conferência Internacional da Paz de Haia, em 1907, episódio pelo qual foi apelidado de “águia de Haia”. Sua candidatura foi confirmada em agosto de 1909, tendo como principal bandeira o combate ao que denominava de “militarismo”, representado por seu adversário.

A Campanha Civilista é vista como uma das eleições mais agitadas da Primeira República. O país foi tomado por *meetings*, comícios, panfletos e caravanas. A imprensa repercutia o cotidiano dos presidentiáveis, divulgava suas plataformas eleitorais e, ao final, transcrevia os boletins com o resultado das urnas. Na Bahia, o disputado clima de campanha repercutiu muito, amplificado pelo fato de Rui Barbosa ser baiano e ser o candidato de oposição à chapa situacionista. Seus apoiadores faziam questão de reafirmar o local de nascimento e a importância nacional do senador. Já seus contendores diziam que ele abandonou sua terra natal, tanto na política como em sua residência, pois havia anos que Barbosa morava na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o pleito não só abalou as estruturas do pacto nacional que se convencionou denominar de política do café com leite, colocando em lados distintos mineiros e paulistas; como também desestruturou fortemente a política baiana, que vinha, desde 1907, com sérias divergências.

Assim, enquanto os arranjos políticos da sucessão presidencial ocorriam a nível federal, na Bahia, as autoridades também se moviam para construir acordos. Ainda sob o efeito da cisão de 1907, o PRB não fechou uma decisão unitária sobre qual nome seria o seu candidato nas eleições. O que se viu foi a formação de três frentes de apoio aos postulantes da campanha eleitoral. Os severinistas e seabristas que, mesmo mantendo uma renhida rivalidade, decidiram apoiar Hermes da Fonseca. Já os marcelinistas preferiram seu conterrâneo, Rui Barbosa, honrando a relação que estabeleceram havia algum tempo. Esses últimos contavam com a máquina administrativa do estado, que foi utilizada pelo então governador, Araújo Pinho, para apoiar o civilista.

Os jornais baianos da época obviamente repercutiam o clima altamente competitivo. Uma análise geral mostra que o apoio a Hermes da Fonseca foi predominante na imprensa local, contrariando a expectativa da força de Rui Barbosa. Isso ocorreu porque, nessa época, Severino Vieira e Joaquim José Seabra tinham seus diários, e eles faziam a campanha de Hermes, alcançando o público da capital e de cidades do interior. Seabra tinha amplo apoio dos noticiosos. Publicações como o *Jornal de Notícias*, *A Ordem* e a *Gazeta do Povo* (esse último foi o órgão oficial do seabrismo) demonstravam como Seabra construiu um forte esteio político

pela imprensa.⁶⁰ Os seabristas, inclusive, em julho de 1909, organizaram um grupo político, com número significativo de adeptos do Marechal e de seu candidato a vice-presidente, intitulado, “Junta Republicana Pró- Hermes - Wenceslau Brás”. Dentre os apoiadores do grupo estava Luís Viana que, com o intuito de sair de seu ostracismo político, estabeleceu uma temporária aliança com J.J. Seabra.

Jornais da época relatam que o clima de campanha eleitoral, na Bahia, teve episódios que expressavam a popularidade de Rui Barbosa, inclusive com grande presença de populares. Um deles foi sua chegada de navio, em janeiro de 1910. Sua recepção começou pela Baía de Todos os Santos, seguida de um concorrido cortejo até o Teatro Politeama, centro cultural de Salvador na época. Nesse local, ao lado de José Marcelino e Araújo Pinho, proferiu um de seus vários e rebuscados discursos. Mas, de outro lado, o grupo hermista também organizava *meetings*, que muitas vezes acabaram até em violência. Um desses comícios foi feito por J.J. Seabra no município baiano de Pojuca, com a presença de autoridades e da população da região.⁶¹

Enquanto isso, Severino Vieira publicava, em seu jornal, inúmeros artigos contra os civilistas e os seabristas. Tais eventos mostram como as diversas lideranças políticas oligárquicas se movimentaram para a vitória de seus candidatos. E, mais uma vez, confirma como as eleições, naquele período, envolviam competição e campanhas, não tendo resultados tão previsíveis. Era preciso buscar apoios e construir alianças. Exemplo disso ocorreu no dia da votação, em que vários jornais, agindo ao sabor de seus interesses, divulgavam resultados conflitantes das apurações dos votos. Ao final, a vitória nacional foi atribuída ao candidato militar, Hermes da Fonseca, em 1º de março de 1910.

Os efeitos da conquista dos hermistas foram bastante sentidos na Bahia, dado que, tanto a ala situacionista do PRB (os marcelinistas) como o grupo severinista de “oposição”, presenciaram o prestígio que os seabristas ganharam após a posse do Marechal. Seabra voltou a ocupar uma pasta ministerial, uma das mais importantes e das preferidas pelos políticos baianos: a da Viação e Obras Públicas, que tinha grande peso econômico e político, traduzido em obras e construções de impacto.⁶² Com isso, o seabrismo foi se viabilizando enquanto uma forte corrente de oposição ao PRB, dentro do PRB. Nesse momento, J.J. Seabra havia conseguido organizar uma base política que incluía parte de lideranças que integravam esse

⁶⁰JANUÁRIO, Willan de Souza. **Civilismo na “terrinha do vatapá”**: representações do “povo” na campanha eleitoral de 1910. São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 94.

⁶¹Ibidem, p. 94 e 214.

⁶²A mesma que outrora foi gerida por Severino Vieira (governo Campos Sales) e Miguel Calmon (com Afonso Pena e Nilo Peçanha).

partido, além da presença na imprensa. Nesse sentido, após a vitória de Hermes da Fonseca, os seabristas começariam a se articular para duas outras eleições: a primeira, que substituiria parte do legislativo estadual (em 1911) e a segunda, que era a da sucessão do então governador, Araújo Pinho (em 1912).

Para tanto, um passo decisivo seria necessário: a criação de um partido político que concorresse nessas eleições com o PRB. A partir da estrutura desenvolvida no comitê de campanha de 1910 - a junta “pró-Hermes-Wenceslau” - um novo cisma se concretiza, com a formação de uma nova agremiação política: o Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD),⁶³ de março de 1910, portanto, imediatamente após os resultados eleitorais. Se, em 1907, o Partido Republicano Baiano já estava fracionado internamente, o desfecho da vitória militarista, que colocou em lados apostos hermistas e civilistas no estado, acelerou o colapso da agremiação. Uma nova conjuntura política estava estabelecida, pois, um grupo de oposição ao situacionismo do estado (representado pelo seabrismo), tornou-se situação no país, presidido por Hermes da Fonseca, enquanto a situação, liderada por Araújo Pinho (que apoiou Rui Barbosa) se enfraqueceu, na medida em que passou a ser oposição em nível nacional.

Nesse sentido, é necessário destacar que as eleições para presidente da República e para os governos dos estados não ocorriam de forma casada (como acontece nos tempos atuais). Um presidente, por exemplo, tinha de enfrentar dois cenários. Primeiro construir alianças com os chefes locais, já no exercício de seus mandatos, para ser eleito. Segundo, já eleito se dedicar ao pleito que ocorreria nos próximos dois anos, e que definiria quais seriam os próximos líderes estaduais. A última hipótese gerava maior incerteza ainda.

Desestruturado, o PR baiano não suportaria as ofensivas que o partido de Seabra faria nos anos seguintes. Exemplo disso foi o resultado das eleições para a Assembleia Estadual em 1911, que deu ao Partido Democrata um número significativo de parlamentares. Essa seria mais uma etapa da derrocada do PRB como um partido situacionista. Porém, Seabra, ao se valer da relação que tinha com o presidente militar, ambicionava algo maior: sua candidatura ao Executivo de seu estado. Entretanto, o caminho rumo a seu principal objetivo passaria por outro episódio que expõe ainda mais as complexas e violentas relações estabelecidas entre as facções oligárquicas que disputavam o comando do país.

Tal evento está inserido nas estratégias de J.J. Seabra de se lançar candidato ao cargo de presidente de estado (governador), nas eleições que se realizariam em 1912, e na chamada “política de salvação” do governo Hermes. Nesse aspecto, como Ministro da Viação, enfrentou

⁶³Boa parte da historiografia que estuda esse tema e algumas fontes da época, como a *Revista do Brasil*, preferem abreviar essa agremiação como Partido Democrata (PD). Termo que seguiremos nas próximas páginas.

a resistência de Rui Barbosa, que passou a trabalhar na tese, que então circulava, em torno da inelegibilidade de Seabra, que deveria entregar seu cargo meses antes do pleito estadual. Dessa forma, o que se viu foi uma série de acontecimentos que transformaram os rumos da política do estado.

O primeiro deles foi a renúncia do governador Araújo Pinho (em dezembro de 1911) que, enfrentando dificuldades para governar, alegou saúde frágil. Logo, teoricamente, quem assumiria seria o presidente do Senado estadual, o cônego Leôncio Galvão. Porém, ele também abdicou ao citar a mesma justificativa de Pinho. Coube, então, ao segundo na linha de sucessão e presidente da Assembleia Legislativa, Aurélio Viana (1864-1939), um aliado de Rui Barbosa, ocupar a presidência até as próximas eleições de 1912. Todavia, a passagem de Viana pelo cargo não foi fácil. Logo de início, teve seu nome vetado pelo grupo de deputados seabristas. Reagiu e, em represália à atitude dos oposicionistas, mandou a polícia militar cercar o edifício do Legislativo da Bahia. Mas, aconselhado por um receoso Rui Barbosa, Viana temeu uma provável intervenção federal de Hermes da Fonseca na Bahia, e transferiu, de forma provisória, a sede do Legislativo baiano para a cidade de Jequié, no interior.

Tal atitude provocou uma rápida reação dos seabristas, que recorreram aos tribunais federais solicitando um *habeas corpus* e um “mandado de interdido possessório”. Os recursos tinham a finalidade de obtenção do acesso ao prédio do Legislativo, bem como a proibição da mudança da sede parlamentar de Salvador para Jequié.⁶⁴ Porém, a ordem judicial não foi respeitada. Então, os apoiadores de Seabra tomaram uma atitude extrema. Em 10 de janeiro de 1912, com o aval do presidente da República e o apoio do ministro da Guerra, a capital baiana foi atacada. Os principais fortes militares da Marinha local, como o Forte São Marcelo (localizado a cerca de 300 metros do litoral), dispararam contra o centro comercial da cidade deixando um rastro de destruição.

O incidente durou por alguns dias e teve a participação de soldados do Exército que promoveram intensas batalhas contra civis e a polícia militar da Bahia. Em meio a grave crise que ocorria, a alternativa encontrada por Aurelio Viana foi a renúncia. Coube então a Bráulio Xavier (1863-1936), presidente do Tribunal de Justiça, assumir interinamente o governo e organizar a próxima pugna que escolheria o novo mandatário do estado. As eleições (que ocorreram em fins de janeiro de 1912) foram vencidas por J. J. Seabra, pelo Partido Democrata. Apesar da vitória, o evento foi usado como arma política contra Seabra em alguns momentos de sua vida pública. Sua imagem foi vista de forma negativa e passou a ser vinculada, em todo

⁶⁴TAVARES, 1979, p. 170 e 171.

o país, as cenas da capital baiana em destroços. Ao longo dos anos, os seabristas procuraram se justificar pelo episódio, atribuindo a culpa do ocorrido ao que consideravam os erros de Rui Barbosa e José Marcelino.

O principal deles seria o de desrespeitar o *habeas corpus* conseguido pela oposição seabrista: “se [ele] houvesse sido acatado pelo governador, não teria havido a intervenção do governo da União”.⁶⁵ Apesar das justificativas, sabemos que essa ação estava relacionada ao que acontecia em âmbito nacional. O “salvacionismo” de Hermes da Fonseca também afetou outros estados, como Pernambuco, que viu meses antes a ascensão de Dantas Barreto (1850-1931) ao governo, militar apoiado pelo Marechal ao executivo desse estado. O episódio, portanto, não foi um gesto voluntarista dos seabristas, pois foi “parte de um conflito que opôs militares, partidários ou não dos processos de intervenção federal, e elites dominantes”.⁶⁶ Ou melhor, grupos das elites dominantes que estavam, naquele momento, na oposição estadual.

As três crises ocorridas com o PRB - 1907, 1910 e 1912 - conectam-se e explicam seu colapso. De um lado, o desfecho de 1910 não permitiu a recomposição política da ala situacionista marcelinista, o que intensificou, ainda mais, as lutas intrapartidárias. Por outro, os conflitos não possibilitaram aos opositores, de imediato, o controle do poder local. Tanto que, em 1912, a candidatura de Seabra a governador não dispunha de maioria na assembleia do estado.⁶⁷ O que demonstra que, se ocorresse de forma regimental, a eleição de 1912 poderia ser muito competitiva. Foi preciso um ato dramático para selar a queda da agremiação fundada em 1901. O bombardeio de Salvador marcou a desintegração desse partido e reorganizou o governo baiano, pela ascensão da figura de J.J. Seabra e seu grupo político.

Esse episódio foi, portanto, um dos mais traumáticos capítulos dos vários embates que aconteceram entre Rui Barbosa e José Joaquim Seabra, um heremita que queria chegar (e acabou chegando) ao governo da Bahia. No livro *A Raposa e a Águia*, de 2011, Silvia Noronha Sarmiento, demonstra que a relação Rui-Seabra foi marcada por embates, mas também por tréguas. Em 1913, por exemplo, meses após o bombardeio da capital, que despertou a ira do senador, a ponto de ele denunciar a atitude de seu conterrâneo a todo país, os baianos assistiram, com surpresa, a formação de uma inusitada aliança entre esses dois adversários políticos. A

⁶⁵Esses fatos estão narrados em uma obra que se constitui numa fonte de referência para a historiografia baiana da Primeira República: **A Bahia e seus Governadores na República**, escrita em 1923 por Antonio Ferrão Muniz de Aragão, um seabrista que foi governador entre os dois mandatos de J.J. Seabra (1916 a 1920). Como alguém que vivenciou esse episódio, Aragão se dedicou a tecer uma visão positiva de si mesmo e de seus contemporâneos seabristas, justificando sua participação e a de seus correligionários no evento, com o objetivo de afastar qualquer responsabilidade de seu grupo político sobre os prejuízos causados pela catastrófica ação militar.

⁶⁶QUARESMA, Mônica dos Santos. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política de J. J. Seabra (1912-1916)**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, Unicamp-IFCH, 1999, p. 202 e 203.

⁶⁷SAMPAIO, 1978, p. 109.

reviravolta se estabeleceu com o objetivo de se combater a influência de Pinheiro Machado (1851-1915) dentro do governo Hermes da Fonseca.⁶⁸ Dessa forma, um pacto foi constituído entre Rui e Seabra, nesse momento o governador da Bahia, tendo em vista as pretensões do “águia de Haia” de se lançar, novamente, candidato à Presidência da República. Dessa vez, feita com o apoio da situação baiana, o que não ocorrera em 1910.

O diagnóstico político era o de que, apenas Rui Barbosa seria capaz de enfrentar e vencer a força do líder gaúcho, Pinheiro Machado, o grande eleitor de Hermes da Fonseca. Assim, Barbosa e Seabra teriam um acordo que lhes traria benefícios mútuos. Porém, o armistício durou pouco, em função da insistência de J. J. Seabra na indicação de seu sucessor: Antônio Ferrão Muniz de Aragão (1875-1931). O senador baiano não aceitava um nome tão ligado ao seabrismo para ocupar o Executivo da Bahia, e acabou se lançando candidato à presidência da República, novamente sem o apoio do governo de seu estado natal.⁶⁹

A maioria dos historiadores da política baiana que pesquisa a Primeira República concorda que uma união mais duradoura dos dois maiores representantes da política do estado, naquele momento, seria algo decisivo para a unificação dos interesses das elites. Sem isso, o objetivo de fortalecer o estado nas negociações junto ao Catete ficava fortemente comprometido. De toda a forma, a tentativa de aproximação entre essas duas lideranças mostra o pragmatismo dos arranjos políticos oligárquicos, que nem sempre conseguiam articular interesses estaduais e nacionais de um estado, até mesmo em função da diversidade de grupos que disputavam o poder em alianças e cisões de maior ou menor duração. No caso da Bahia, apesar desses confrontos intraoligárquicos, esse ente federativo conseguiu manter uma boa posição nos acordos nacionais, embora certamente não aquela de que se julgavam merecedores.

Cláudia Viscardi corrobora esse raciocínio, ao sublinhar que o estado estava entre aqueles que mais tinham poder de definição na escolha das candidaturas presidenciais e que, dentre os “estados médios”, se saía melhor no quesito da ocupação de ministérios importantes. Essa autora também indica que o fator ocupação de cadeiras no Congresso definia, igualmente, a força dos estados, e a Bahia, assim como São Paulo, possuía 22 deputados federais (números

⁶⁸É necessário afirmar que o Partido Republicano Conservador, fundado por Pinheiro Machado em 1910, agregou apoiadores da candidatura Hermes da Fonseca na Bahia. Inclusive, com vários seabristas. Nesse ano, a comissão executiva do PRC era a mesma do Partido Democrata. Com a posse de Seabra, em 1912, o PD acabou perdendo sua individualidade e confundiu-se com o partido pinheirista. Dessa forma, ao menos no início de seu governo, Seabra assumiu o comando do PRC baiano. Após a morte de Machado, em 1915, essa agremiação desintegrou-se. Ver: SAMPAIO, 1978, p. 116.

⁶⁹SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia**: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. Salvador, EDUFBA, 2011, p. 25-33.

⁶⁹Ibidem, p. 146-160.

que eram superados apenas por Minas Gerais).⁷⁰ Reforçando o raciocínio de Viscardi, Jonas Brito defende que o estado era um importante “ás” no jogo do poder nacional, e estava longe de ser uma “carta fora do baralho”.⁷¹

Embora tenha amargado algumas derrotas teve participação relevante em casos como o da Reação Republicana de 1922, que tinha como objetivo construir uma candidatura de oposição a Arthur Bernardes (1875-1955), apoiado por unidades de maior peso como Minas Gerais, São Paulo e estados menores. A Reação Republicana tinha o apoio de outras unidades da federação, a exemplo de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal e Bahia, e lançou a chapa de oposição que tinha o fluminense Nilo Peçanha, como candidato à presidência e J. J. Seabra como seu vice-presidente.

Esse acordo demonstrava, mais uma vez, como os baianos desempenharam importante papel político no jogo oligárquico do período, evidenciando como nos momentos eleitorais havia articulações de cunho oposicionista, e que o acordo construído por Campos Sales não se mostrou nem tão eficaz, nem tão duradouro. Evidentemente, tais lutas intraoligárquicas não eram uma exclusividade da Bahia, uma vez que cada um dos entes federativos tinha suas especificidades. Indiquemos o caso do Rio Grande do Sul, considerado um estado que possuía relevante papel na esfera nacional. Sua política local foi marcada pelo predomínio do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que, nas suas origens, foi influenciado pelo positivismo comtiano e por figuras como Júlio de Castilhos (1860-1903) e Borges de Medeiros. Esse último governador sempre reeleito, entre 1898 e 1928.

Mas a despeito do PRR ter controlado o governo do estado por décadas, teve que enfrentar uma forte oposição política, que chegava a recorrer às armas, primeiro reunida no Partido Federalista Brasileiro (dos maragatos) e a partir de 1928, no Partido Libertador, ambos liderados por Assis Brasil (1857-1938).⁷² Porém, apesar desse cenário de disputas internas, os gaúchos apresentaram grande poder de intervenção na política nacional, o que levou os historiadores a classificarem-nos dentro do que foi chamado de “estados grandes” (junto a São Paulo e Minas Gerais).⁷³

Majoritariamente, as pesquisas sobre esse tema apontam que as elites baianas e fluminenses tinham dificuldades de obter maior poder a nível nacional. Nessa perspectiva,

⁷⁰VISCARDI, 2001, p. 57-64.

⁷¹BRITO, Jonas. **A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da 1ª República (1920-1926)**. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador: 2014, p. 177.

⁷²PINTO, Célia Regina. **A Política Rio-Grandense na República Velha - a Percepção das Oposições**. Análise Econômica. Março/1987. Ano 5, n. 8, p. 83. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10264>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

⁷³VISCARDI, 2001, p. 52.

Marieta Ferreira enfatiza que o Rio de Janeiro é um exemplo interessante. Nesse estado, os confrontos internos se vinculavam à tentativa de construir uma agenda minimamente coesa (econômica e de organização política) frente ao domínio Minas-São Paulo, visando a recuperação de uma posição que se perdera com o regime republicano. De fato, o Rio de Janeiro, de principal polo econômico do país e da maior base de apoio político na Monarquia, decaía muito, com a crise do café do vale do Paraíba, com o fim da escravidão e com a República. Ferreira defende, ainda, que a grande proximidade entre a capital da República e o estado do Rio dificultava que as autoridades se voltassem a seus assuntos políticos internos.⁷⁴

O argumento de Marieta Ferreira encontra ressonância no trabalho de Rinaldo César Leite que se debruçou sobre as percepções das elites baianas nas primeiras décadas do novo regime. Segundo o historiador, também é possível encontrar sentimentos de desilusão e lamento, face à situação da Bahia no contexto da República, o que era evidente quando os políticos se utilizavam de comparações com as posições alcançadas pelas lideranças baianas no antigo regime monárquico.⁷⁵ Essa comparação entre um passado de glórias, com um presente de declínio, experimentado no período republicano, só fazia acentuar o drama dessas elites, que enfatizavam um possível enfraquecimento político, cultural e econômico. Tal sentimento de desprestígio vivido pelo estado se tornou muito mais evidente a partir de 1910, pois os discursos de lideranças de destaque, como Rui Barbosa, derrotado nas eleições presidenciais, vão acentuá-lo. Dessa forma, tanto Leite quanto Ferreira sinalizam como essas manifestações se configuravam em mecanismos de persuasão política para conseguir mais espaços dentro do cenário nacional.

Porém, para além dessas intensas batalhas pelo poder nacional e estadual, travadas durante a Primeira República, o período também foi assinalado por conflitos sociais que aconteciam nas ruas, nos quais as classes trabalhadoras defendiam suas constantes reivindicações. Na Bahia, essas tensões coletivas ocorriam tanto em Salvador quanto no interior. Suas principais pautas eram as lutas contra a carestia, pela melhoria do transporte público e, ainda, reivindicações de aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho. À vista disso, Mário Augusto da Silva Santos destaca que as oligarquias souberam se aproveitar das lutas dos trabalhadores para proveito próprio.

⁷⁴FERREIRA, Marieta. **Em busca da idade do ouro:** as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994, p. 8, 12 e 141.

⁷⁵LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A Rainha Destronada:** Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas. Feira de Santana; UEFS Editora, 2012, p 23.

O ano de 1907, citado por Santos como um dos que mais tiveram mobilizações grevistas, teria sido paradigmático. Nesse período, as facções oligárquicas do PRB, que estavam cindidas, teriam seu primeiro teste com as eleições municipais da capital. Enquanto seus comandantes se engalinhavam para definir quem iria controlar a liderança do partido e a vitória nesse pleito, duas grandes greves aconteciam nos principais polos industriais da Bahia: uma na Fábrica de Boa Viagem (Empório Industrial do Norte) e outra na Fábrica da Plataforma (União Fabril). Mesmo com motivações autênticas, esses movimentos paredistas foram usados como armas políticas tanto por severinistas quanto por marcelinistas.

A imprensa da Bahia foi o principal palco dessa disputa. A mando de Severino Vieira, o *Diário da Bahia* definia os trabalhadores como “vítimas” e acusava o governador José Marcelino de “politicagem” ao estimulá-los a deflagrarem greve. Por sua vez, o marcelinista *A Bahia* dizia que os apoiadores de Vieira estavam por trás desses atos obrigando os operários a votarem contra o governo. Nesse aspecto, a prática adotada por esses veículos da imprensa mostra como o clima político do Cisma de 1907 também chegou ao ambiente fabril e como grupos dominantes procuravam explorar, em seus benefícios, a ação das classes trabalhadoras.⁷⁶

Diversos historiadores assinalam que algumas associações laborais e até mesmo tentativas de formação de partidos políticos exerceram importante papel na política republicana de certos estados, como no caso da Bahia. Uma delas foi o Partido Operário, já mencionado, que mesmo não tendo prosseguido enquanto uma organização partidária viu seus principais líderes conquistarem cadeiras na Assembleia estadual, representando o Centro Operário da Bahia. Apesar da apropriação das reivindicações grevistas pelas elites, havia espaço para os trabalhadores garantirem maior atenção e atendimento a suas demandas.

Conforme Aldrin Castellucci, os operários de Salvador não atuavam apenas nas greves e revoltas contra a carestia, mas, também, podiam decidir os rumos de uma eleição, pois constituíam parcela significativa do eleitorado dessa cidade. Paralelamente, quanto maiores as dissidências entre as elites melhores eram as oportunidades de as lideranças operárias negociarem em condições mais vantajosas suas posições no jogo político, inclusive, elegendo representantes nos pleitos municipais. Principalmente na capital, cujos eleitores tinham mais chances de manter algum nível de independência em relação aos chefes políticos tradicionais.⁷⁷ Para Castellucci, o Centro Operário da Bahia foi uma das organizações laborais que cumpriu

⁷⁶SANTOS, 2001, p.129 à 133.

⁷⁷CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Tese de doutorado, Salvador. UFBA, 2008, p. 34.

papel relevante nos arranjos políticos das elites baianas, nesse período, conseguindo mobilizar amplos setores da classe operária para apoiar determinados candidatos e chapas situacionistas ou oposicionistas.

Evidentemente, dentre as lideranças baianas até agora mencionadas, J. J. Seabra foi a que melhor soube se aproveitar das pautas dos trabalhadores. Alguns grupos e lideranças populares foram base de seus governos, a exemplo de Cosme de Farias (1875-1972), que foi político, rábula, e um dos responsáveis por criar a imagem de Seabra como um “porta-voz e amigo do povo”.⁷⁸ Inclusive, quando de sua fundação, o programa do Partido Democrata fazia claras referências aos trabalhadores ao citar a necessidade de solucionar questões como as habitações precárias, a educação dos operários e de seus filhos e proteção àqueles que sofriam acidentes de trabalho (questões que serão retomadas mais adiante). Obviamente, essa alusão estava relacionada à preocupação dessas elites políticas em “civilizar” a classe trabalhadora.

Principalmente, no que se refere à instrução e à melhoria de suas moradias, pois o que se buscava era disciplinar os costumes populares e remover os cortiços e construções que eram considerados insalubres e feios.⁷⁹ Na Bahia, o auge desse processo “civilizatório” se deu em 1912, quando, ao assumir o poder, Seabra liderou um processo de reurbanização inspirado em reformas como as de Pereira Passos (1902 a 1906), no Rio de Janeiro. O que se viu foi um verdadeiro bota abaixo que não se limitou às construções e avenidas, pois havia clara limitação ao acesso de trabalhadores negros, homens ou mulheres, aos espaços públicos.⁸⁰ Portanto, a Bahia é um dos exemplos que nos permite afastar a visão de uma Primeira República dominada pela estabilidade e previsibilidade políticas. Visto que os embates internos de suas elites e os conflitos travados nas ruas demonstram uma forte competição com cisões partidárias e muita violência, em especial, contra as manifestações de trabalhadores.

Um dos eventos dessa época que caracterizam as rivalidades oligárquicas se deu no contexto da crise do seabrismo. Ao ser derrotado como postulante ao cargo de vice-presidente, na Reação Republicana (em 1922), Seabra saiu enfraquecido nacionalmente (pois sofreu retaliações do governo eleito) e também dentro de seu estado. Em solo baiano, o episódio permitiu aos adversários de J. J. Seabra se recomporem politicamente e viabilizarem a fundação

⁷⁸SANTOS, Mônica Celestino. **As Trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972):** A interface entre a atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República. 2011, 406 f, tese (doutorado em História Social) Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 117

⁷⁹NORONHA, 2011, p. 127.

⁸⁰NEGRO, Antonio Luigi e BRITO, Jonas. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias?:** o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia hist.* [online]. 2013.vol.29, n.51. p. 882-883. ISSN 0104-8775. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/BLskV493NyHZcz4ycqmbbG/>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

de uma nova agremiação partidária, que reuniu as principais forças oposicionistas locais. A Concentração Republicana da Bahia (CRB) foi criada em 1923, com o intuito de concorrer ao pleito estadual que ocorreu nesse mesmo ano. Essas eleições tiveram como concorrentes, Arlindo Leoni (1869-1936), candidato do seabristmo, e Góis Calmon (1874-1932), irmão de Miguel Calmon e líder da oposição.

A vitória de Calmon, que governou entre 1924 e 1928, selou o fim da era seabrista. Porém, a criação da CRB seria apenas mais um capítulo dentro dos acontecimentos que culminaram com a ascensão de um novo grupo oligárquico. No transcorrer de seu mandato, Góis Calmon reorganizou a política estadual e criou mais um partido político: o Partido Republicano Baiano, em 1927 (que recebeu o mesmo nome do antigo PRB, de 1901).

Por seu turno, havia outras arenas utilizadas pelas elites oligárquicas que também se constituíram em espaços de disputa, como, a imprensa, que tinha relevante função à época. Os periódicos eram atores políticos fundamentais, pois eram órgãos dos partidos. Eram nesses veículos que as campanhas eleitorais aconteciam uma vez que se constituíam enquanto o mais importante mecanismo adotado pelas agremiações para convencer os eleitores a irem às urnas. Essas folhas se convertiam em espaços para a divulgação dos editais de convocação do alistamento dos eleitores, da relação dos alistados e dos mesários, dos locais de votação com endereço completo e das plataformas dos candidatos.⁸¹ Por fim, eram armas na luta contra os adversários, dentro e fora das campanhas eleitorais.

⁸¹RICCI, Paolo. ZULINI, Jaqueline Porto. Nem só a base do cacete, nem apenas com presente: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 110.

CAPÍTULO 2 – *REVISTA DO BRASIL*: UM PERIÓDICO POLÍTICO EM TERRAS BAIANAS

Sem objetivo especial, ela será ao mesmo tempo, uma revista de ciência, arte, letras e indústria, comércio como de política, e em todos estes caminhos estranha às dependências de escola ou sistema, austera quando o deva ser, risonha se assim convier, ligeira ou profunda segundo o escrito e o escritor, e sempre, sempre, criteriosa e justa na propaganda de suas ideias e na luta de seus preferidos pensamentos.⁸²

Com o editorial acima a *Revista do Brasil* estreou seu primeiro número ao apresentar suas atribuições no âmbito da imprensa, definindo-se como um veículo que abordaria assuntos diversos, enxergando nisso uma espécie de “dever” a nortear seus trabalhos. Para tanto, tratava os acontecimentos com humor, pois entendia que o riso era uma ferramenta capaz de “castigar o erro” e “gritar contra os desvios de ignorância e da maldade”.⁸³ Essa revista foi um dos inúmeros periódicos de seu tempo que, como símbolos da *Belle Époque*, também foram afetados pelo ideal de modernidade que atingiu toda sociedade na passagem do século XIX para o XX.

Nesse período, a imprensa viveu profundas mudanças que obrigaram os jornais e revistas a se adaptarem. Essas transformações passaram, inicialmente, pela forma como os periódicos eram impressos. Se em tempos passados a predominância era de um modelo de produção artesanal no processo de montagem dos jornais, nessa “nova era” o que se viu foi a consolidação de um novo modelo que recorria a um novo maquinário capaz de dar velocidade e multiplicar a impressão. Algumas dessas máquinas surgiram nas oficinas dos jornais, aumentando significativamente a quantidade de exemplares.

Dentre os equipamentos que revolucionaram o processo de impressão está a rotativa Marinoni (de 1866) que foi batizada com o nome de seu inventor, Hipolyte Marinoni (1823-1904). Necessitando apenas de três pessoas para ser manuseada, era movida a energia elétrica e composta por quatro cilindros que comportavam 32 páginas e que imprimiam inéditos 10 mil exemplares por hora. Outro avanço tecnológico foi a *linotype*, ou linotipo. Criado em 1884 pelo alemão Ottmar Mergenhater (1854-1899), o equipamento superou a lentidão das antigas oficinas de tipografia, que utilizavam o trabalho manual dos tipógrafos. Esse dispositivo tinha uma ferramenta que utilizava caracteres de metal (com letras, números e símbolos) que possuíam canais com “corredores”, por onde as letras passavam e formavam uma sequência ou um negativo com estrutura metálica. Era nesse bloco de metal, que continha os caracteres alfanuméricos, que era formada uma página para impressão.

⁸²Editorial Primeiras Palavras. *Revista do Brasil*. Biblioteca Central do Estado da Bahia. 06 de maio de 1906, ano, n. 1, p. 4.

⁸³Idem.

No Brasil, essa nova tecnologia foi introduzida nos órgãos de imprensa em fins do século XIX e princípio do XX. Na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, essa transformação ocorreu com maior vigor. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, adquiriu as rotativas marinonis em 1901, o que resultou no aumento da produção para o impressionante número de 60 mil exemplares por dia. Uma cifra que possibilitou mais agilidade ao processo de reprodução das notícias, pois aos jornais cabia informar com a maior rapidez possível o que ocorria.⁸⁴

Os periódicos ilustrados brasileiros também experimentaram esses avanços. Uma das maiores revistas do país à época, *O Malho* (1902-1953), do grupo empresarial de mesmo nome, vangloriava-se de ser a primeira do gênero na América do Sul a usar as marinonis. Em texto de 1905, justificava a compra do equipamento como uma forma de atender à sua “enorme tiragem”, afirmando que os aparelhos possibilitariam a redução das horas de trabalho em suas oficinas de “quatro noites e quatro dias para três horas”, numa rapidez que “chegava a perturbar as vistas”.⁸⁵ O grupo empresarial demonstrava o impacto que essa inovação trouxe à imprensa estampando em suas capas, por várias edições, o fato de que era impresso em máquinas rotativas de Marinoni. Como resultado dessas mudanças, o conteúdo que era publicado também vai sendo diversificado. Com o objetivo de atrair mais leitores, os veículos da imprensa utilizaram temáticas mais aprazíveis, que intensificaram recursos já trabalhados em décadas anteriores.

O uso de vários tipos de ilustrações foi também sendo privilegiado. Tal escolha permitiu que a informação textual dos periódicos fosse transmitida e enriquecida pelas imagens, valendo lembrar que, a partir da segunda metade do século XIX, um movimento cultural mais amplo passou a entender a imagem como significado do real, isto é, um modo de oferecer maior veracidade aos acontecimentos. Nesse sentido, as fotografias ganhavam importância, pois eram vistas como instrumentos eficientes para se reproduzir a notícia da forma mais fidedigna possível. Para os diários dessa época, ilustrar ou fotografar um fato era a forma mais neutra, atual e objetiva de documentar, no sentido de oferecer provas, dos episódios contemporâneos.⁸⁶

Outro recurso muito conhecido e bastante utilizado pela imprensa, que foi impulsionado nesses novos tempos, foi o humor, representado, na maioria das vezes, pela linguagem imagética das charges e caricaturas. Essas imagens carregavam um sentido político forte, com o uso da ironia e do ridículo para atacar oponentes. Nesse aspecto, os magazines semanais que dominaram o mercado nacional, a exemplo da *Fon-Fon* (1907-1958), *Careta* (1908-1960) e *O*

⁸⁴BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 22 a 27.

⁸⁵*O Malho*. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNdigital). 15 de julho de 1905, ano IV, nº 148, p. 15.

⁸⁶BARBOSA, 2010, p. 32 a 36.

Malho, se destacaram. Além do humor, as revistas buscavam uma linguagem mais leve, que visava uma aproximação com seus leitores, trazendo para suas páginas assuntos variados que giravam em torno da cultura, da literatura, dos esportes e da vida cidadina.

Não por acaso, será também nesses semanários que vários literatos e artistas, também homens de jornal, se consagraram usando a linguagem do humor de forma frequente. Nomes como Alfredo Storni (1881-1966), Raul Pederneiras (1874-1953), Calixto Cordeiro (1877-1957), J. Carlos (1884-1950) e Bastos Tigre (1882-1957) se tornam conhecidos nacionalmente por apresentar uma produção diversa e adaptada ao suporte do periódico. Por meio do humor, esses homens colocavam em pauta, através das letras, da caricatura e das charges, denunciando e criticando de forma dura e ferina, questões complexas e polêmicas. Criaram personagens humorísticos que marcaram uma geração - como o Zé povo, não por acaso uma representação do homem comum - fazendo sátiras que iam dos principais assuntos do cotidiano, aos mais graves problemas da política.

Elias Thomé Saliba afirma que, no Brasil, o humor não foi uma invenção da era republicana, pois parte não desprezível da produção humorística brasileira existia desde os tempos da Regência e do Segundo Reinado. Porém, essa tradição cômica ganhou força com a República, pois houve um maior desenvolvimento técnico da imprensa e dos chamados *réclames* publicitários, principalmente com o aumento das chamadas revistas ilustradas que conseguiram se desligar dos jornais, pelo menos em termos empresariais.⁸⁷ Foi nessa conjuntura de grandes transformações dos periódicos, que se inseriu a *Revista do Brasil*, inspirada nos grandes impressos publicados em outras capitais do país, com os quais, como veremos, compartilhou os estilos e as ideias de uma imprensa periódica moderna. Pois, esse fenômeno também se difundiu em solo baiano, que viu nascer algumas revistas ilustradas.

É o que mostrou os *Anais da Imprensa da Bahia*, livro que foi lançado no ano de 1911 pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia para comemorar os 100 anos de existência da imprensa desse estado. O intuito do IGHB foi catalogar todos os jornais e revistas surgidos até esse ano, inclusive, aqueles classificados como chistosos e/ou ilustrados, ou seja, semelhantes à *Revista do Brasil*. Segundo esses anais, entre os anos de 1900 e 1905, portanto, uma época anterior ao magazine, foi possível ver a existência de um número considerável de publicações que eram assim classificadas. No entanto, a grande maioria desses periódicos teve pouca duração, alguns até mesmo não passaram de duas ou três edições. No período indicado, os que tiveram maior durabilidade foram: *O Raio* (01 maio de 1900 a 1901); *O Neto do Diabo* (02 de

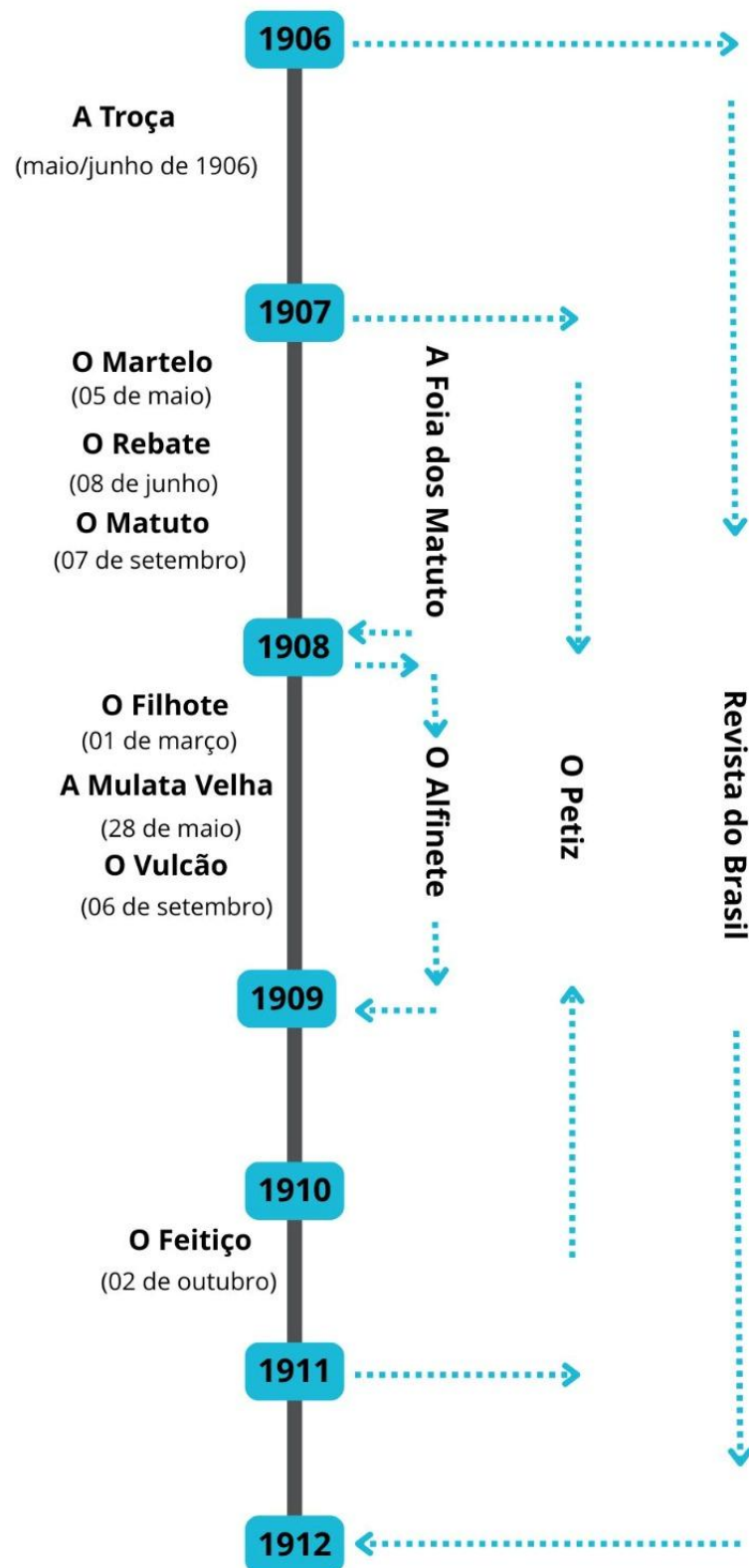
⁸⁷SALIBA, 2002, p. 38 e 39.

novembro 1900 a 1901); *O Porvir* (14 de janeiro a dezembro de 1902); *O Maribondo* (05 de setembro de 1903 a 1904); *O Papão* (23 janeiro 1904 a 1905) e o *Pimpolho* (24 de setembro de 1904 a 1905).⁸⁸

Já entre 1906 e 1911, anos em que o magazine de Requião circulou, a característica de efemeridade desse tipo de imprensa se repetiu. Podemos citar alguns veículos que tiveram apenas uma edição e que foram denominados pelo IGHB como chistosos e/ou ilustrados: *O Martelo* (05 de maio de 1907); *O Rebate* (08 de junho de 1907); *O Matuto* (07 de setembro de 1907); *O Filhote* (01 de março 1908, que foi uma edição especial da *Revista do Brasil* sobre o carnaval de 1908); *A Mulata Velha* (28 de maio de 1908); *O Vulcão* (16 de setembro de 1908) e *O Feitiço* (02 de outubro de 1910). E aqueles que chegaram a passar de mais de um exemplar como *A Troça* (01 de maio a julho de 1906). Baseado nas informações desse livro, elaboramos a Linha do tempo 1, que apresenta de forma esquematizada as revistas desse tipo que surgiram durante a existência da *Revista do Brasil*. Torna-se necessário a análise dessa imagem, que se encontra a seguir:

⁸⁸ CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João N. **Annaes da imprensa baiana**: primeiro centenário 1811 a 1911, Bahia, Typografia Bahiana de Cicinnato Melchiades, 1911. Esse livro foi localizado na Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Linha do tempo 1: revistas humorísticas e ilustradas contemporâneas da Revista do Brasil (1906-1911)



Fonte: Anais da Imprensa da Bahia 1811-1911)

A leitura da linha do tempo 1 demonstra que, dentre outros fatores, nenhuma outra publicação do gênero teve duração maior que a *Revista do Brasil*. Afora o veículo de Requião, aqueles que mais circularam foram *O Alfinete* (19 de janeiro de 1908 a 1909), *O Petiz* (1907 a 1911) e a *Foia dos Matuto* (06 de julho de 1907 a 1908). Esse último foi definido pelos *Anais da Imprensa da Bahia* como chistoso e também ilustrado (definição que mais se aproximava da proposta do magazine que estamos apresentando). Como veremos nos próximos parágrafos, houve outros quesitos em que esses periódicos não puderam concorrer com a fonte aqui analisada, a exemplo da quantidade de páginas, charges, fotografias e da qualidade gráfica. Pelo menos nos anos que estamos indicando.

2.1 - Revista do Brasil: um olhar sobre o periódico de José Alves Requião

Um dos primeiros aspectos a se observar na análise da *Revista do Brasil*, são os motivos que levaram a escolha de seu nome. Embora não haja indicações na própria revista, é possível conjecturar prováveis caminhos que levaram a tal escolha e que estão conectados à conjuntura política da época, marcada, como assinalamos, por intensas batalhas intraelites. Como outros jornais desse tempo, a *Revista do Brasil* não estava interessada apenas nas disputas políticas locais e regionais. Ao contrário, queria alcançar as principais questões da República do Brasil. Percebemos, assim, que havia uma ambição por parte desse impresso em se tornar uma publicação nacional, que é explicitada pela escolha de um título que representava o desejo de ultrapassar os limites do estado da Bahia. Como veremos no decorrer deste capítulo, seu corpo editorial empreendeu esforços materiais e políticos, visando o reconhecimento da revista na imprensa brasileira. Essa aspiração permeou a maior parte da trajetória do veículo em seus sete anos de existência, especificamente, nos seus 119 exemplares (número que corresponde as edições que conseguimos catalogar). Inclusive, desde o editorial Primeiras Palavras, de maio de 1906, que tinha a finalidade de apresentar ao país “sem excessivas promessas” o seu surgimento.⁸⁹

José Alves Requião foi uma figura que começava a despontar dentro do jornalismo da Bahia no início do século passado e era bacharel em Direito, empresário, funcionário público e, também, político. A revista tinha o tamanho médio de 26,5cm de comprimento por 18 cm de largura, com uma média de 50 páginas por edição e, se propondo a ser um periódico ilustrado com vários tipos de imagens. Era distribuído a cada 15 dias, mas, por vários fatores, essa

⁸⁹ *Revista do Brasil*. BCEB. 06 de maio de 1906, ano 1, nº 1, p. 2.

distribuição quinzenal acabava sendo interrompida. A razão mais comum para tais interrupções, constantemente citada em suas páginas, foram as viagens que seu proprietário e os membros da redação realizavam, com o intuito de elaborar matérias e edições especiais que consideravam importantes. Quando isso acontecia, tentava-se compensar os leitores publicando dois e, às vezes, três números de uma só vez.

Os preços variavam de acordo a modalidade de venda. Existiam as assinaturas de tipo anual e semestral para aqueles que moravam na capital e pagavam um valor menor (10 mil réis anuais e 6 mil réis em um semestre). Já os leitores que residiam no interior ou em outras unidades federativas e, inclusive, no exterior, tinham que pagar 12 mil réis por ano. Também existia a chamada venda avulsa em que o leitor poderia adquirir um número por 300 réis. Essa última cifra se aproximava dos valores de outros periódicos que circulavam na mesma época. *O Malho* tinha preço idêntico ao valor da venda avulsa (300 réis) e chegava a valores próximos da assinatura anual e semestral (respectivamente, 15 mil e 8 mil réis). Outros magazines, como *Fon-Fon*, vendiam seus exemplares entre 400 réis (para os moradores da capital federal) e 500 réis (para leitores de outros estados).

Se compararmos essas quantias com valores de mercadorias essenciais, vemos que não era fácil adquirir um número da revista para os que tinham salários baixos, como os trabalhadores. Alguns desses artigos tinham preço parecido com os valores do periódico. Por exemplo, uma lamparina para 12 horas, que era movida por querosene, custava, em média, 500 réis. Esse produto era essencial em uma época em que a energia elétrica era oferecida a uma parcela ínfima da população. Por outro lado, existiam artigos que eram símbolos de diferenciação social e são boas referências para o poder aquisitivo das classes médias urbanas. Um par de sapatos poderia custar entre 15 a 26 mil réis, sendo mais caro que o valor de uma assinatura anual da revista, estando muito aquém do poder aquisitivo dos trabalhadores, que, em sua maioria, usavam tamancos.⁹⁰ Os preços de alguns alimentos dão maior clareza a essa comparação. Entre eles estão alguns produtos mais baratos na época, como o bacalhau (chamado de “peixe de pobre”), a “carne virada” (que era uma mistura dos restos desprezados nos açougues), o charque e a farinha de mandioca.⁹¹ Nos mercados esses gêneros variavam de preços de acordo a região e, a cada ano, poderiam sofrer alterações. No início do século XX, a média do valor da farinha de mandioca chegava a 70 réis o litro; o feijão a 240 réis/kg; a carne

⁹⁰*Revista do Brasil*. BCEB. 24 de dezembro de 1907, ano 2, nº 8. Anúncio do patrocinador da revista (Calçados Clark).

⁹¹SANTOS, 2001, p. 68 a 71.

de segunda qualidade a 600 réis/kg e o café moído alcançava 1200 réis/kg.⁹² Todos esses valores demonstram, que as condições de vida de grande parte da população baiana não permitia a compra de nenhum impresso que circulasse nesses tempos.

A *Revista do Brasil*, ao longo de sua existência, teve dois tipos de números. Um regular, que combinava temáticas políticas e cotidianas e foi o mais comum. Outro de caráter extraordinário, que surgia nas chamadas edições especiais. Nesse caso, o periódico tinha objetivos específicos de dois tipos. Podia ser uma edição totalmente dedicada a homenagear uma figura política, um estado ou até uma cidade; ou podia ser especial devido a ser uma edição natalina, fazendo um balanço ou algo similar ao final de um ano, como faziam os almanaques. No primeiro caso, o objetivo era apresentar a trajetória de algumas lideranças políticas, como Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Araújo Pinho, José Marcelino e José Joaquim Seabra. Quando se tratava de localidades, a razão era serem consideradas modelos para o país. Exemplos são os números dedicados aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe; ou voltados para cidades que experimentaram progresso econômico, como Itabuna, na Bahia (ver os apêndices A, B e C que apresentam todas as edições desse gênero). Provavelmente, essas matérias eram financiadas: ou por autoridades que tinham interesse em propagar suas qualidades e feitos; ou enaltecer estados e cidades a que eram ligadas politicamente; ou, ainda, de alguma forma, a revista visava vantagens políticas e/ou financeiras, fazendo essas homenagens.

Nas edições natalinas, que surgiram a partir de 1907, sente-se diferenças em relação aos números anteriores. Nelas os ataques pessoais aos políticos desafetos eram amenizados por uma linguagem que procurava se adequar ao clima de festas do Natal e do Ano Novo. As fotografias eram o grande destaque dessas publicações. Chamados de clichês,⁹³ apresentavam os comerciantes e personalidades da alta sociedade baiana em retratos acompanhados por textos que continham descrições bastante elogiosas a essas pessoas. Ao que tudo indica, esse recurso gerava benefícios financeiros para a *Revista do Brasil*, pois, possivelmente, os clichês também eram pagos. A edição de Natal do ano de 1907 é paradigmática, pois, foi publicada com 119 páginas e 86 fotografuras, enquanto nos meses anteriores a média foi de 55 páginas e os clichês giraram em torno de 17.⁹⁴ A edição natalina evidencia o empenho de Requião para fazer de seu veículo uma referência no ramo. A qualidade técnica do periódico era enaltificada em textos que ressaltavam aspectos que eram relevantes naquele momento. Esse exemplar foi anunciado

⁹²*O Regenerador*. BNdigital. 04 de junho de 1905, ano 49, nº5, p. 2. Jornal de Nazaré das Farinhas (BA).

⁹³Era uma arte gráfica que, por meio de uma placa de metal, eram gravados em um papel fotografuras ou imagens.

⁹⁴*Revista do Brasil*. BCEB. 28 de dezembro de 1907, ano 2, nº 8.

antecipadamente como um “atestado” de que essa publicação estaria promovendo o gosto pela caricatura e pela “fotogravura” na Bahia, através da publicação de retratos de comerciantes e homens de evidência.⁹⁵

A distribuição da *Revista do Brasil* acontecia de maneiras distintas. Em Salvador, ela era vendida em várias casas comerciais que formavam uma espécie de parceria com José Alves Requião. Cafeterias, lojas de variedades, alfaiatarias, mercearias, dentre outros, eram locais em que o leitor soteropolitano poderia encontrar a publicação de forma avulsa. Mas, ao que tudo indica, Requião empreendeu grande esforço para que seu magazine fosse visto fora dos limites da capital de seu estado. Além dessas lojas comerciais, que eram em sua maioria anunciantes da revista, as edições eram mandadas para outras cidades de duas formas. A primeira era o envio direto de edições, pelos Correios, para os leitores que queriam ser assinantes da publicação. O outro meio, mais usual, era a comercialização através de representantes locais que, ao receberem uma remessa da revista, revendiam os exemplares nas cidades em que residiam.

Como veremos a seguir, esses “agentes regionais”, como eram chamados, tinham uma função muito importante para a consolidação financeira da revista e, geralmente, eram homens que exerciam influência política em suas regiões. Desse modo, na Bahia, ela também circulou em cidades do interior - Ilhéus, Feira de Santana, São Félix, Santo Amaro e Serrinha – podendo também ser comprada em outros entes federados, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará. Mas, apesar do empenho de Requião, precisamos ponderar as dificuldades de distribuição de jornais e magazines nesses tempos, pois os meios de transporte eram precários. De navio, trem ou outro veículo de locomoção, a imprensa enfrentava problemas para que suas edições chegassem em um curto prazo aos seus leitores. Isso incluía a *Revista do Brasil* que, por meio de comunicados, relatava atrasos constantes na entrega de suas tiragens.

No ano de 1908, o periódico promoveu intensos esforços para ganhar maior abrangência nacional. O principal deles foi a participação do veículo na chamada Exposição Nacional que foi um evento organizado para comemorar os 100 anos da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. A mostra foi inspirada em outras feiras ocorridas no século XIX, como a de Londres (1851) e de Paris (1889). E, no Brasil, a perspectiva era apresentar um país que alcançou o progresso na era republicana. Para isso, no Rio de Janeiro, na região da Urca, foram

⁹⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de dezembro de 1907, ano 2, nº 7, p. 21.

erguidas estruturas temporárias que abrigaram pavilhões que representaram os vários estados, particularmente em suas atividades econômicas.

Dentre eles estava a Bahia que, desde 1907, começara a se preparar para o evento, destinando verbas para a viabilização de seus estandes. O intuito do governo era custear uma exposição preparatória em Salvador, com o objetivo de classificar os produtos do estado para o evento nacional. Além dos setores econômicos, outras vitrines da Bahia fizeram parte da exposição, como os pavilhões dos artistas e a representação da fauna e a flora estadual. Logo, a imprensa baiana também participou para informar sobre os prazos que os municípios e demais participantes teriam para enviar suas mercadorias.⁹⁶

O periódico de Requião foi um grande divulgador dessa mostra. Durante a realização do evento, que ocorreu entre agosto e novembro, repercutiu a rotina da exposição. Estampou fotografias dos pavilhões, elaborou charges e respondeu às matérias que criticavam o evento. Também divulgou os produtos que estavam sendo expostos nos estandes, especialmente, aqueles que eram de seus anunciantes. Ao que tudo indica, a *Revista do Brasil*, não só participou da Exposição Nacional, como foi premiada com uma medalha de prata, entregue pela comissão do evento. A honraria foi um trunfo que o magazine exibiu fartamente em suas capas ao longo do ano de 1909 e início de 1910, através de chamadas que registravam essa premiação (figura 1).⁹⁷

Figura 1 - Folha de rosto com destaque para premiação na Exposição Nacional de 1908



Fonte: *Revista do Brasil*. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNdigital). 16 de julho de 1909, ano 4, n. 4, folha de rosto.

No mesmo período da Exposição Nacional houve empenho do magazine para aumentar suas tiragens. Em seu primeiro ano, circulou com 6.000 exemplares e, a partir de 1907, passou a ter 10.000, distribuídos quinzenalmente. Mas, essa cifra cresceu de forma significativa em

⁹⁶CUNHA, Cinthia da Silva. “A Bahia se mostrará digna do renome que a cerca”: Exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923). 2018. 184 f. Tese (Doutorado Programa em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p. 6 a 11.

⁹⁷*Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de novembro de 1908, ano 3, nº 11, p. 11

meados de 1908, quando chegou a alcançar 20.000 exemplares em uma edição especial, dedicada ao estado do Amazonas.⁹⁸ Ainda em 1908, chegou a 25.000 exemplares no especial natalino, sendo essa a maior tiragem encontrada.⁹⁹ Após essas oscilações, sua distribuição se estabilizou em 15.000 exemplares, quantidade que permaneceu até seu último ano. Entretanto, esses números são passíveis de questionamentos, pois, com o intuito de atrair o público e os anunciantes, o periódico poderia divulgar cifras maiores de impressão, como se sabia que alguns impressos faziam.

As tiragens do magazine eram montadas pela Imprensa Econômica, que era uma oficina tipográfica que publicava livros e demais impressos, antes do surgimento desse veículo. Embora não saibamos dizer como foi estabelecida essa relação, há algumas hipóteses. Na capa e folha de rosto era indicado que a redação do quinzenário e as oficinas da empresa funcionavam no mesmo endereço: Rua das Princesas, atual rua Conselheiro Dantas, em Salvador. Isso pode indicar que Requião e a Imprensa Econômica formaram uma parceria, que incluía a ocupação do mesmo espaço. Probabilidade plausível, ainda mais se levarmos em conta que a tipografia também era um anunciante da revista, dedicando-se à venda de “clichês”.

Não se sabe ao certo se essa publicação usufruiu dos artefatos tecnológicos que modificaram a forma como os periódicos eram impressos nesses anos. Como no caso d’*O Malho*, que utilizou as rotativas marinonis. Porém, a edição de novembro de 1910 anunciou, com entusiasmo, que a sede do veículo mudaria de endereço e ocuparia dois andares da Rua da Alfandega, também no centro da capital baiana, e que o antigo trabalho manual de tipografia seria substituído por máquinas movidas à eletricidade, sem especificar quais seriam os equipamentos.¹⁰⁰ O empenho em se aproximar do que era produzido pelas principais publicações brasileiras da época também foi visto na qualidade do papel utilizado nas edições. Foi possível perceber que o processo de impressão da revista evoluiu. Os números especiais, por apresentarem grande quantidade de fotografias, eram totalmente feitos em papel couchê, um tipo de papel que o magazine considerava de melhor qualidade e que era anunciado, através de notas, todas as vezes que era utilizado.¹⁰¹ O uso de uma maior quantidade de cores, em algumas edições, também foi intensificado para além de páginas como as capas e contracapas.

⁹⁸*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de junho de 1908, ano 3, nº 3.

⁹⁹*Revista do Brasil*. BNdigital. 24 de dezembro de 1908, ano 3, nº 12.

¹⁰⁰*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1910, ano 5, nº 8, n.p.)

¹⁰¹O papel couchê apresenta uma superfície mais lisa e acetinada, o que permite que as fotografias e ilustrações se destaquem. A *Revista do Brasil* utilizava esse material em todos os dois tipos de edições especiais – natalinas e de dedicatórias às autoridades – e em alguns números regulares.

Tudo isso indicando a busca de se modernizar, aumentando sua qualidade gráfica e editorial, para ganhar novos leitores na Bahia e no Brasil.

2.2 - O *Expediente*, os colaboradores e os agentes regionais: quem fazia a *Revista do Brasil* uma revista do Brasil?

A *Revista do Brasil* possuía uma página que era frequente em outros órgãos da imprensa desses tempos, geralmente, denominada de Expediente. Os principais elementos trazidos por esse tipo de coluna eram os nomes dos profissionais que elaboravam o conteúdo dos jornais, a exemplo dos diretores, redatores, colaboradores, responsáveis pela arte gráfica etc. Todos esses dados estavam presentes no Expediente da *Revista do Brasil* que, além disso, trazia outras informações. Utilizando-se da criatividade, o magazine baiano iniciava a coluna com uma imagem que se tornaria a típica marca da coluna. Nas ilustrações abaixo (figura 2, em destaque; figura 3, em página inteira), o Expediente trazia uma caricatura - de autoria de seu principal caricaturista, Raimundo de Oliveira - que era José Alves Requião sentado em uma mesa que recebia o nome da revista. No desenho, ele estava cercado por papéis e trazia no punho uma pena, seu principal instrumento de trabalho, parecendo escrever de forma rápida.

Figura 2 - Representação do Expediente



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 24 de dezembro de 1907, ano 2, n. 8, n.p. Autor: Raimundo de Oliveira.

Figura 3 - Coluna Expediente e corpo editorial da revista

REVISTA DO BRASIL



REVISTA DO BRASIL
Proprietário
Bacharel José Alves Requião
Diretores
Rafael Spínola — José Requião
e *Antonio Garcia*
Colaborador Artístico
Dr. Raul Poderneiras
Director Artístico
Raymundo de Oliveira
Director Secretario
Carlos Duarte da Silva
Gerente
Coronel José Antonio Susart
Tiragem 10.000 exemplares
Esta Revista apparecerá duas vezes em cada mez.
E' e será sempre independente e sem ligacões
partidarias, imparcial, scientifica, artistica, com-
mercial, litteraria, industrial, humeristica e illu-
strada com caricaturas e photographias.
Tem suas officinas na importante typographia
Imprensa Economica, estabelecimento muito bem
montado, com officina de abras.
As condições de assignaturas são:

CAPITAL	Anno	108000
	Semestre	68000
INTERIORES E ESTADOS	Anno	128000
EXTRANSEIRO	Anno	208000

Accella subscricão a preços convencioneados.
PAGAMENTOS ADIANTADOS.
A *Revista do Brasil* aceita collaboracão para a
sua parte editorial, de accordo com o seu pro-
gramma.
Os originaes condemnados não serão devolvidos
ESCRITÓRIO E OFFICINAS
Rua das Princesas 16, 2.º andar
Endereço telegraphico — **BRASIL**. — BAHIA
Vende-se a *Revista do Brasil* nos seguintes logares:
comercio
Livraria Queirolo, Rua Cons. Dantas n. 28.
Café Cabral, Travessa do Catilina.
Plano Inclinado.

CIDADE ALTA

Enradermacão Vicente, Rua da Misericórdia.
Sapataria Popular, Praça da Piedade n. 11
João Aciolins de Lima, Rua da Lapa n. 77
Casa de Cabelleireiro Brandão, Baixo dos Sapa-
teiros 9. Em frente a Pharmacia Falcho.
Casa Agucena, Rua da Vallia 17.
Loja de Imagens, Ladeira do Taboão 64.

SÃO Nossos AGENTES OS SEGUINTESENHORES

ILHEOS — Major Virgilio Amorim.
FRIEIRA DE SANT'ANNA — Major João José de Abreu
SERPINHA — Alfredo Maciel (Hotel).
NAZARETH — Arthur Bramon.
ARLITA — C. Filho, Fortinho da Rocha Moreira.
CARAVELLAS — Coronel Gustavo Costa.
MUNDO NOVO — Capitão Manoel Auto de Oliveira.
S. FELIX — Celso Pereira de Almeida, Loja B. Fioleta.
S. AMARDO — Dr. Americo Leonardo Pereira.

FOZES DO ESTADO

CAPITAL FEDERAL — Major Victor Marks — Rua
dos Ourives n. 103.
RIO DE JANEIRO — Coronel José Benjamin.
S. PAULO — Casa Gutthux — Rua 15 de Novembro.
PELOTAS — Sr. Domingos Alves Requião.
PARÁ — Agencia, J. Martins — Travessa Campos
Salles.
CARPINAS — Elias Lobo.
ALAGOAS — Manoel Joaquim Ramalho. Livraria
Comercial.
MAYBOS — Centro de Publicações — Avenida Edu-
ardo Ribeiro.
RIO GRANDE DO NORTE — Agostinho Baccara, — Rua 15 de
Novembro.
RIO GRANDE DO NORTE — Fortunato Aranha —
Livraria Cosmopolita, Natal.
S. LEUZ — Agencia da Pacotilha — Largo Reis
Libório.
PORTALEZA — Pharmacia Rocha.

Coronel José Antonio Susart
Comunicamos aos nossos dignos assigna-
tarios haver assumido a gerencia desta
Revista, o nosso distincto amigo sr. Cor-
onel José Antonio Susart, a quem desta
data em diante fica confiada a sua parte
financieira.
Bahia 4/10/1907. O Proprietario,
José Alves Requião.

Aos assignantes em atraso
Aos assignantes da *Revista do Brasil*,
desta capital e do interior, que ainda não
antiofizaram o pagamento de suas assigna-
turas, correspondentes ao 1.º anno, pedimos
a fizeza de o fazerem com promptidão para
evitar que lhes seja suspensa a remessa da
meama e não passem pelo dissabor de
verem seus nomes publicados no MINIS-
TERIO DO CALOTE.
O Gerente
J. A. SUSART.

Revista do Brasil. BNdigital. 24 de dezembro de 1907, ano 2, n. 8, n.p.

Acima, na figura 3, após a típica representação do Expediente, vemos elencados os profissionais responsáveis pela redação do magazine e, em seguida, alguns dados: as tiragens, circulação, preços das assinaturas, locais de venda dos exemplares e os agentes responsáveis pela venda das edições. Posteriormente, eram publicados comunicados que se relacionavam à entrada ou à saída de nomes da redação, à venda de algum produto ou, ainda, avisos bem-humorados que tinham o objetivo de cobrar assinaturas em atraso. No que concerne à equipe dirigente do periódico, as referências são escassas. Dados mais pormenorizados vistos em verbetes ou biografias de domínio público, por exemplo, não existem. A tabela 1 apresenta o nome de todos os membros que ocuparam essa coluna entre 1906 e 1912, trazendo a função e os anos de entrada e saída de cada um.

Tabela 1 - Membros do Expediente

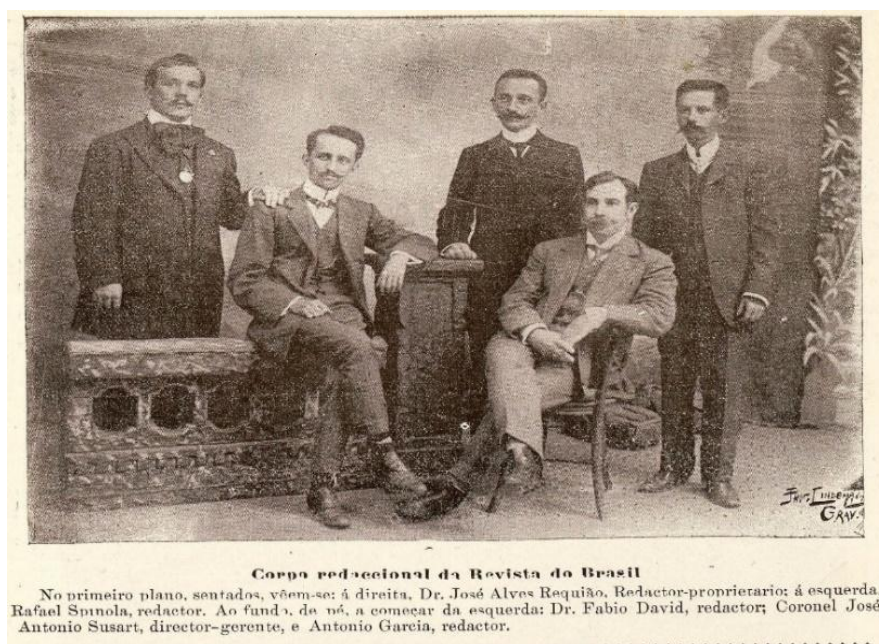
Nome	Função	Entrada	Saída
Antônio Garcia	Diretor/redator	1907	1910
Carlos Duarte da Silva	Diretor/redator	1906	1910
Jonathas Requião Benjamim	Gerente	1909	1912
José Alves Requião	Diretor-proprietário/redator	1906	1912
José Antônio Suzart	Gerente	1907	1908
Raimundo de Oliveira	Diretor artístico/caricaturista	1906	1912
Rafael Spinola	Diretor/redator	1906	1908

Fonte: *Revista do Brasil*. Biblioteca Central do Estado da Bahia. Edições de 1907, 1910 e 1912.

A despeito da falta de informações, é possível traçar um perfil, embora bem geral, de seus membros. A pesquisa realizada demonstrou que a maior parte dos redatores tinha formação acadêmica: eram bacharéis em Direito ou estudantes de Farmácia, Letras e Cirurgiões-dentistas, que, inclusive, já haviam atuado em jornais da capital ou do interior da Bahia. As funções pareciam estar subordinadas aos interesses de Requião que além de dono do periódico, também participava da redação, além de sua direção. Como a tabela acima demonstra, ao longo do tempo houve trocas nos postos da revista, que foram ocupados por membros do próprio Expediente ou por profissionais que vinham de outros veículos.

No que se relaciona à equipe dirigente, a investigação feita aponta que o magazine apresentou dois momentos. Um primeiro, onde homens como Rafael Spinola e Antonio Garcia - nomes com muita experiência no jornalismo da Bahia - eram os responsáveis. Após a saída deles (Spinola em 1908 e Garcia em 1910), a publicação passou a ter, gradualmente, outro perfil. A *Revista do Brasil* se tornou, nesse segundo momento, um veículo composto por uma equipe bem mais jovem e com maior presença de José Alves Requião e de sua família. Coincidência ou não, essas mudanças ocorreram quando o periódico passou a adotar uma postura mais atuante na política, o que pode indicar que esses profissionais não estariam satisfeitos com o posicionamento partidário da revista. A bela foto abaixo (figura 4), do Estúdio Lindemann, mostra o corpo de redatores em 1907, destacando-se a figura de José Alves Requião, que, na legenda, é o primeiro a ser citado.

Figura 4 - Fotografia do corpo redacional da Revista do Brasil



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 24 de dezembro de 1907, ano 2, n. 8, n.p. Autoria: *Photographia Lindemann*.

Legenda:

Corpo editorial da Revista do Brasil.

No primeiro plano, sentados, vêm-se à direita, Dr. José Alves Requião, Redator-proprietário; à esquerda, Rafael Spinola, redator. Ao fundo, de pé, a começar da esquerda: Dr. Fábio David, redator; Coronel José Antônio Suzart, diretor-gerente, e Antônio Garcia, redator.

Nesse segundo momento, Requião acumulava as funções de diretor-proprietário e também de redator da *Revista do Brasil*, o que lhe permitia assinar muitos textos e colunas com suas opiniões, além de deter o controle econômico e editorial de seu veículo. Tal função garantia a definição dos conteúdos que seriam publicados e com quais profissionais iria trabalhar, até porque, durante muito tempo, as funções de editor e proprietário se confundiam. Aníbal Bragança, por exemplo, classifica os editores em três tipos: o editor-impressor, o editor-livreiro e o editor.¹⁰² O primeiro caso seria o mais antigo, surgindo entre 1450 e 1550 e remontando às funções do criador da prensa móvel, Johannes Guttemberg. Esse profissional tinha como saber essencial, o domínio da tipografia, tendo também como atribuição estar à frente das vendas para o público. Já o chamado editor-livreiro, que dominou de 1550 a 1850, teria a loja e não a oficina tipográfica, como lugar de trabalho, visto que a ele interessava o mercado e o domínio dos canais de comercialização. O último, chamado simplesmente de editor e que predominou entre 1850 e 1950, foi aquele que teve como objetivo ter uma ligação direta com os autores de livros,

¹⁰²BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira, in *Cultura*, Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. XIV, II série, 2002, p. 5 a 24.

artigos etc. Geralmente, tinha certa formação intelectual e mantinha boas relações com as gráficas. Seu lugar de trabalho era o escritório e não a livraria ou a tipografia. Para Bragança, o primeiro editor brasileiro com essas características foi Monteiro Lobato (1882-1948), proprietário de uma *Revista do Brasil* que teve muita fama e longa duração, como os estudos de Tania de Luca demonstram muito bem.¹⁰³

Essa classificação, que tem a Europa como referência, constrói tipos ideais, que devem ser adaptados ao Brasil. Desse modo, o editor/proprietário Requião não se encaixa exatamente em nenhuma delas, mas, suas características indicam que ele se aproxima tanto do perfil de um editor-livreiro como do de um editor envolvido com os colaboradores/autores de seu periódico, combinando-os de maneira própria. Monteiro Lobato, citado por Bragança como o primeiro dos editores modernos no Brasil, tinha uma visão empresarial pioneira para sua época, estabelecendo algo inédito na década de 1910: a estruturação da venda do mercado de livros, por meio do aumento dos postos de venda, utilizando-se de vários tipos de estabelecimentos comerciais (como mercearias, vendas etc.), já que as livrarias eram muito raras. Para ele, o livro deveria ser vendido como qualquer outra mercadoria e precisava estar ao alcance dos leitores.¹⁰⁴ É interessante observar que, de certa forma, essa prática também era adotada por Requião e outros donos de periódicos de inícios do século XX e por razões semelhantes: oferecer essa mercadoria especial ao maior público possível.

Nesse mesmo Expediente, estavam também listados diversos postos de venda da publicação, que incluíam cafeterias, sapatarias, livrarias, barbearias, dentre outros tipos de estabelecimentos. Entretanto, o método adotado pelo periódico baiano não se constituiu em algo estruturado como o desenvolvido por Lobato posteriormente. Assim, as informações contidas nessa coluna demonstram como Requião, que era a figura central da revista, construiu sua carreira na imprensa baiana através da estruturação de uma rede de relações que envolviam políticos e demais interlocutores.

2.2.1 - José Alves Requião: o Diretor-proprietário e Editor

Os dados sobre José Alves Requião foram localizados em livros que se dedicam a narrar a vida de um de seus sobrinhos: o poeta e também colaborador da *Revista do Brasil*,

¹⁰³ LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 68 e 69.

Altamirando Requião. Tais livros se constituíram numa fonte fundamental, pois esses textos biográficos sobre o poeta trouxeram indícios das origens da família e da vida de seu tio. As informações encontradas apontam que os pais de José Alves Requião, Domingos de Souza Requião e Umbelina Maria Alves Pitombo, fixaram-se na Bahia em meados do século XIX. Eles tiveram cinco filhos: Isaías, Júlio, Domingos, Euclides e José Alves.¹⁰⁵ A família de Requião era abastada e tinha ligações com a política. Seu pai era médico clínico e chegou a participar da Guerra do Paraguai. Aos 62 anos foi eleito pelo Partido Liberal para Câmara Municipal de Salvador, chegando a ser seu presidente.¹⁰⁶ Outro dado relevante é que a profissão de jornalista foi comum entre alguns dos membros da família. Um deles foi Alfredo Requião, primo de José Alves, que trabalhou como redator em alguns diários, como o *Jornal de Notícias* - um dos maiores noticiosos baianos da época - e a *Gazeta da Tarde*.

Alfredo Requião era descrito como um “noticiarista”, sendo reconhecido como um “repórter nato” e um pioneiro nos “registros dos fatos da sociedade”, o que ficaria conhecido como crônica social.¹⁰⁷ Além de Alfredo, outro irmão de José Alves teve destaque no jornalismo baiano: Euclides Requião. Pai de Altamirando, ele se consolidou como colunista do tradicional *Diário da Bahia*, onde escrevia colunas com temáticas políticas. Médico, como seu pai, foi filiado ao Partido Liberal, agremiação pela qual foi eleito deputado estadual por três mandatos consecutivos. Após o período no *Diário da Bahia*, ocupou o posto de redator em outro noticioso, a *Gazeta de Notícias*. Esse jornal pertenceu, por breve tempo, a José Alves Requião antes da fundação da *Revista do Brasil*.¹⁰⁸

Requião foi casado por duas vezes. A sua primeira esposa foi Elicina Sento Sé Requião, que faleceu deixando-o viúvo ainda jovem. Dessa primeira união, o casal teve apenas um único filho, Aldemar Requião. O segundo casamento foi com Cláudia Abreu Requião, também viúva, e que era filha do coronel Abdon Alves de Abreu, um dos mais influentes intendentess de Feira de Santana durante a Primeira República.¹⁰⁹ Informações fornecidas pela própria fonte indicam

¹⁰⁵Altamirando teve passagem em noticiosos de outros estados. Como no Distrito Federal, no jornal *O País*, em 1922. Além de ter organizado um semanário de curta duração, denominado de *Magazin*, também no Rio. Porém, a sua principal contribuição na imprensa foi no jornalismo baiano, quando começou sua carreira no *Diário de Notícias*, um dos noticiosos de maior duração dessa época. Vicente do Amaral, diretor do veículo, convidou-o para trabalhar na gazeta em 1915, quando Altamirando compôs a redação do jornal. Todas as informações estão em VEIGA, 1993, p. 34.

¹⁰⁶ *Jornal de Notícias*. BNdigital. 25 de janeiro de 1898, ano 19, nº 5417, p. 1

¹⁰⁷TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa da Bahia, 2005, 65.

¹⁰⁸A carreira de Euclides Requião na política e no jornalismo foi interrompida com sua morte, em 1909, aos 55 anos. Deixando órfão Altamirando. Ver: *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de novembro de 1909, ano 4, nº 12, p. 47.

¹⁰⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. BCEB. 1 de maio de 1917, p. 1.

que Requião acumulava a experiência de 12 anos no jornalismo, quando adquiriu o magazine ilustrado ¹¹⁰ e que foi estudante de Direito na Faculdade do Recife, entre 1885 e 1890. Aparentemente, a convivência com colegas e professores lhe renderam frutos duradouros. O principal exemplo foi a aproximação estabelecida com outro baiano, J. J. Seabra, que foi seu professor de Direito Constitucional. ¹¹¹ Possivelmente, o tempo em Recife contribuiu para a criação de um vínculo entre os dois que teve consequências na carreira de Requião, tanto na imprensa quanto na política.

José Alves Requião não vivia do jornalismo, tendo outras fontes de renda. A investigação apontou que ele também trabalhou no funcionalismo público em cargos como Juiz municipal e de órfãos em Caravelas ¹¹² e, ainda, na Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em Salvador. ¹¹³ Portanto, é possível conceber que sua carreira como funcionário público, a influência de sua família no jornalismo e, como será visto, a boa relação que tinha com algumas autoridades políticas contribuíram para a construção das redes de sociabilidade que sustentaram a *Revista do Brasil*.

Por esse ângulo, era comum a utilização da imprensa enquanto um meio auxiliar de outros empreendimentos econômicos ou outras atividades desenvolvidas pelos proprietários de jornais. Inclusive, muitos deles utilizavam seus jornais como recursos para galgar cargos na política, até porque era igualmente uma prática que partidos e agrupamentos políticos tivessem seu periódico. ¹¹⁴ O que os indícios levam a crer é que esse foi o caso de Requião, visto que o magazine foi um agente importante no jornalismo em momentos decisivos de disputa na política baiana.

2.2.2 - Os Diretores

Um dos postos mais relevantes em qualquer periódico é a direção. Ao que parece, o diretor orientava a linha editorial do quinzenal, que articulava todas as matérias do veículo. O diretor também era encarregado de representar a *Revista do Brasil* em eventos políticos e

¹¹⁰ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de janeiro de 1907, ano 1, nº 18, p. 24 e 25.

¹¹¹ Requião citou que Seabra foi seu lente. Essa informação foi confirmada nos documentos disponibilizados pela Faculdade de Direito do Recife para pesquisa online. Duas atas foram pesquisadas. Uma que disponibiliza os formados no ano de 1885 e que inclui o nome de Requião (nº44, p. 5). E outra que confirma que Seabra foi professor do curso nesse ano (página 1). Site da Universidade Federal de Pernambuco. **Acervo**. Disponíveis em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em 07 de julho de 2023.

¹¹² *Jornal de Notícias*. BNdigital. 09 de janeiro de 1892, ano 13, nº 3641, p. 2.

¹¹³ *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de novembro de 1908, ano 3, nº 10, p. 22

¹¹⁴ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Caminhos da produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875 – 1891)**. 2015. 272 f. Tese (Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 66

sociais, além de assinar comunicados e esclarecimentos para o público. Os indícios apontam que essa função correspondia ao segundo posto mais expressivo dessa publicação, atrás apenas de Requião que era definido como diretor-proprietário.

Dentre os que fizeram parte da direção estava o jornalista Rafael Spinola (que na fotografia acima está sentado, primeiro à esquerda). Ao que tudo indica, Spinola construiu uma carreira sólida e se tornou um nome conhecido do jornalismo da Bahia desse tempo. Trabalhou na revista desde o início e era descrito como um “incansável combatente da imprensa baiana”.¹¹⁵ Foi o profissional com mais experiência de jornalismo dentro do magazine de Requião, trabalhando no periódico e contribuindo com outros jornais. Um deles foi o *Diário de Notícias*, fundado em 1875, que, ao longo da sua história, teve como proprietários nomes reconhecidos da imprensa estadual, como Manoel da Silva Lopes Cardoso, Cassiano Gomes e Vicente Ferreira Lins do Amaral.¹¹⁶ Esse diário foi um dos mais duradouros e teve colunistas destacados como Rui Barbosa. Spinola trabalhou também na *Gazeta do Povo* e em *O Tempo*. O primeiro, fundado em 1905, era propriedade do escritor e político Virgílio de Lemos (1863-1926) e se transformou em um dos órgãos mais influentes no recorte cronológico estudado. Em 1908, Spinola saiu da *Revista do Brasil* e entrou em definitivo para a direção da *Gazeta do Povo*.

Nos dois anos que passou no periódico, Rafael Spinola teve várias funções. Como nos outros jornais em que trabalhou, escreveu textos cômicos que retratavam as tramas do poder, mas também assumiu, por determinado tempo, a direção da redação do magazine. Esse cargo tinha grande relevância, havendo diversas nomenclaturas para nomeá-lo na imprensa da época. No veículo examinado, quem exercia o posto era chamado de diretor-secretário, mas podia receber outras designações. De toda a forma, a função envolvia a direção da produção dos conteúdos, a revisão de textos e também a escrita de colunas e matérias.

Foram identificados dois nomes que trabalharam na redação do quinzenal: Carlos Duarte da Silva e Antonio Garcia. Dentre as poucas informações que temos sobre esses profissionais, citamos o fato de que ambos eram professores de formação. Carlos Duarte, por exemplo, era formado em Ciências e Letras, trabalhou no magazine entre 1906 até 1910, ano de sua morte. Já Antonio Garcia, que também assinava como Poty, foi o profissional que mais tempo permaneceu como redator, tendo breve passagem na direção do veículo. É citado como um nome de experiência da imprensa baiana, inclusive, tendo trabalhado anos antes em um jornal

¹¹⁵*Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de março de 1908, ano 2, nº 13, p. 32.

¹¹⁶REIS, Meire Lúcia Alves dos. **A Cor da Notícia**: Discurso sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937. Dissertação (Mestrado em História Social / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 21.

de gênero humorístico de Salvador (denominado de *O Papão*). E, posteriormente ao cargo exercido na *Revista do Brasil*, ter sido redator da *Renascença*, periódico ilustrado de variedades dessa capital que pertenceu ao grupo da *Photographia Lindemann* e que ganhou fama ao ocupar por décadas, na imprensa desse estado, o vazio deixado após o fim do magazine de Requião.¹¹⁷

2.2.3 - Os gerentes e os ilustradores

Outro posto estratégico numa redação era o do gerente, encarregado de coordenar as finanças do periódico. Assim, cuidavam da administração financeira e do faturamento dos anúncios publicados, inclusive adotando métodos para sanar o problema das assinaturas em atraso. Dentre as estratégias, estavam os comunicados que cobravam o pagamento das dívidas dos leitores e, não perdendo o bom humor característico da revista, os gerentes afirmavam que, se os assinantes não quitassem seus compromissos, teriam seus nomes publicados no Ministério dos Calotes.

Duas pessoas exerceram essa tarefa: José Antonio Suzart e Jonathas Requião Benjamin. Conforme a tabela 1, Suzart era comerciante da capital baiana e exerceu o posto por curto prazo, isto é, entre 1907 e 1908. De acordo com as informações disponíveis, após sua saída, esse cargo só foi preenchido em meados de 1909 quando o segundo citado assumiu a gerência financeira do veículo. Benjamin foi um dos membros mais jovens que passaram pelo Expediente (figura 5) e era enteado de Requião, filho da segunda esposa do dono da revista, Claudia Abreu Requião.¹¹⁸ Essa informação reforça o quanto José Alves queria ter total controle sobre sua empresa ao colocar membros de sua família no corpo financeiro do veículo. Benjamin ainda cursava a faculdade para ser cirurgião-dentista, quando foi gerente do magazine. Antes dessa função, foi caixa no Café Cabral, uma cafeteria de encontro da alta sociedade baiana daqueles tempos e patrocinador de revista.¹¹⁹

Outra função essencial em um periódico, que se definia como ilustrado, era a direção de artes. Quem esteve à frente dessa função desde o início da *Revista do Brasil* foi o caricaturista Raimundo de Oliveira (figura 6). Não há clareza sobre o papel que Oliveira exercia como diretor artístico, mas, sabendo o que ocorria em outros impressos, podemos supor que era o responsável

¹¹⁷SANTOS, Henrique Sena dos Santos. **Uma Bahia Ilustrada:** cultura visual, imprensa e cidade na Renascença, 1916-1931. 2024. 501 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024, p. 183.

¹¹⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. BCEB. Salvador. 1 de maio de 1917, p. 1.

¹¹⁹ *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de novembro 1907, ano 2, nº 4, p. 16.

pela construção gráfica dos exemplares. Ou seja, cuidava da imagem que o periódico apresentava aos leitores, o que abrangeria toda parte visual da revista, isto é, as capas, charges, caricaturas, fotografias e toda a estrutura da publicação.

Figura 5 - Fotografia de Jonathas Requião Benjamim



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de outubro de 1911, ano 6, n. 11 e 12, n.p. Autoria: desconhecido.

Legenda: Jonathas Requião Benjamim

Ainda uma vez os que labutam na Revista do Brasil abraçam efusivamente ao querido companheiro de lutas, nesta tenda de trabalhos, Jonathas Requião Benjamim, pela passagem de seu aniversário natal, em 13 do mês que finda hoje. Ao inteligente odontolando, nossas cordiais felicitações, com voto, de vida longa e alegre.

Figura 6 - Fotografia de Raimundo de Oliveira



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 24 de dezembro de 1907, ano 2, n. 8, n.p. Autoria: desconhecida.

Legenda: Raimundo de Oliveira

Talento Diretor-Artístico desta Revista, que, com o seu bem aparado lápis, rindo-se sempre, tem catucado a valer, uma meia dúzia de costumes e hábitos políticos. Um abraço amigo.

As menções a Raimundo de Oliveira são bastante escassas. Na maioria das vezes, ele era identificado como um caricaturista alegre, brincalhão, amado por uns e odiado pelos homens da política nacional que ele “catucava” com seu “lápis cintilante”.¹²⁰ Características que buscavam reforçar o seu lado cômico. Oliveira, nesse momento, foi qualificado também como um aprendiz no ofício dos desenhos, revelando-se como um “promissor mestre da caricatura”.¹²¹ A julgar pelos indícios que dispomos, o diretor artístico dessa publicação poderia ter sido de família abastada, assim como boa parte dos membros desse corpo editorial. Essa informação foi encontrada em uma nota divulgada pela *Revista do Brasil* que lamentou a morte do tio Raimundo de Oliveira que tinha um sobrenome com certa tradição na vida política baiana desses tempos: Major Epifânio de Araújo Goes.¹²²

¹²⁰*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de abril de 1910, ano 4, n.º 20, n.p.

¹²¹*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de agosto de 1908, ano 3, n. 6, p. 12).

¹²²*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1907, ano 2, n. 5, p. 21. Dentre aqueles que tinham o mesmo sobrenome que do tio de Raimundo de Oliveira, citamos o de Inocêncio de Araújo Goes (1811-1897), o chamado barão de Araújo Goes (político de influência no Recôncavo). Ou mesmo Antonio Calmon de Araújo Goes (1828-1913), filho de Inocêncio, político que era uma liderança dos municípios de Catu e Mata de São João. Outros que compartilhavam do mesmo sobrenome e linhagem eram Miguel Calmon (ex-ministro) e Francisco Calmon (que foi governador da Bahia), sobrinhos de Antonio Calmon de Araújo Goes. Não poderíamos, no entanto, afirmar qualquer ligação de parentesco entre o Major Epifânio com essa linhagem política, mas, apenas, conjecturar as

O cartunista baiano também era descrito a partir de umas das principais características atribuídas a um grupo de intelectuais do humor da época: a boemia. Pois, era chamado de apreciador de “água de coco” (uma referência às bebidas alcoólicas) e um frequentador da “boemice” baiana, hábito que teria causado, segundo a publicação, ausências no trabalho.¹²³ De acordo com Isabel Lustosa, no Rio de Janeiro, a boemia literária marcou uma geração de intelectuais, dentre eles, os humoristas. Esse grupo possuía dois atributos principais: a atuação na imprensa e uma vida social agitada, marcada pela sociabilidade dos bares e cafés.¹²⁴

Na Bahia, apesar de não ter sido tão forte como na capital federal, dentre os artistas boêmios estava o grupo ligado ao poeta e crítico literário Carlos Chiacchio (1884-1947), frequentador de bares e cafés de Salvador.¹²⁵ Já em relação a Raimundo de Oliveira, a grande maioria das charges e caricaturas encontradas na *Revista do Brasil* tinha a sua assinatura, abreviado para R.O. ou R. de Oliveira, embora existam ilustrações de outros autores ou mesmo sem identificação.

2.2.4 - Os colaboradores e os agentes regionais

Além dos membros que recebiam os créditos no Expediente existia um grupo de colaboradores que também participava da elaboração do conteúdo da *Revista do Brasil*, embora de forma secundária. Ao longo dos anos, vários foram os nomes que contribuíram com colunas para o veículo. A tabela 2 mostra os principais colaboradores dessa publicação. Seleccionamos aqueles que, de alguma forma, tiveram destaque no magazine seja pelo período que publicaram ou pelo respaldo que deram ao veículo.

possíveis origens de Raimundo de Oliveira. Ver: CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. Antonio de Almeida Calmon. Biblioteca Consuelo Pondé. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/08/14/antonio-calmon-de-araujo-goes/> Acesso em 16 de junho de 2025.

¹²³ *Revista do Brasil*. BCEB. 29 de fevereiro de 1912, ano 6, nº 20, n.p.

¹²⁴ LUSTOSA, 1993, p. 36 e 37.

¹²⁵ NETO, AL Machado. *A Bahia intelectual* (1900-1930). Universitas, n. 12/13, p. 261-261, 1972, p. 300.

Tabela 2 – Colaboradores da Revista do Brasil

Colaborador	Função	Entrada	Saída
Altamirando Requião	Revisor/Colunista literário/Poeta	1907	1912
Adalberto Moreno	Caricaturista/colunista literário	1910	1912
Arlindo Fragoso	Colunista Literário/ autor das Primeiras Palavras	1906	-
Fábio David	Colunista	1906	1908
Salvador Araújo	Redator/representante da Revista do Brasil	1910	1912
Sílio Bocannera Junior	Colunista Literário	1911	1912
Raul Pederneiras	Caricaturista	1907	1908

Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1906, 1907, 1910 e 1912.

O primeiro grupo de relevância na tabela são os artistas ou homens das letras da Bahia. Durante o percurso do periódico, vários nomes publicaram textos que retrataram a cena artística ou intelectual do estado. Porém, dentro dos anos investigados, selecionamos aqueles que se destacaram à época como Sílio Bocannera Junior (1863-1938) e Arlindo Fragoso (1865-1926). O primeiro, que era teatrólogo e jornalista, ficou encarregado de escrever seções sobre a vida teatral da Bahia, por algum tempo. Já Fragoso, também político, foi o autor do editorial Primeiras Palavras, o que atesta seu envolvimento desde os primeiros momentos.¹²⁶ Essa geração de intelectuais via no jornalismo uma atividade necessária à sua sobrevivência, uma vez que não era possível se sustentar somente das letras.¹²⁷

Ao estabelecer diálogo com esses intelectuais, Requião esperava legitimar seu periódico e, conseqüentemente, atrair público e anunciantes. Nessa perspectiva, o nome do caricaturista carioca Raul Pederneiras (1874-1953) é o mais relevante. Ele foi o único colaborador a receber créditos no Expediente. Pederneiras publicou várias charges na revista baiana entre os anos de 1907 e 1908. Já era conhecido no país, trabalhando em outros veículos do Distrito Federal, como no *D. Quixote*, *Fon-Fon* e na *Revista da Semana*. No último magazine, inclusive, ficou conhecido por representar os protestos que culminaram com a Revolta da Vacina de 1904. Além de artista, foi um homem “plurivocacional”, que era bacharel em letras, professor na Escola Nacional de Belas Artes, político e membro da Academia Brasileira de Imprensa (ABI).¹²⁸ Sob

¹²⁶*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de novembro de 1907, ano 2, nº 5, p. 38.

¹²⁷NETO, 1972, p. 274.

¹²⁸RIBEIRO, Pedro. **O professor-doutor Raul Pederneiras**: a formação bacharelesca e a atuação política de um “intelectual-humorista” da Primeira República. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2014, Rio de Janeiro. Anais, p. 5 a 9.

essa ótica, é possível entender que a presença de Pederneiras nessa publicação fizesse parte dos esforços de José Alves Requião para que seu veículo repercutisse nacionalmente.

Existiam outros nomes que, com o passar dos anos, se tornaram membros fixos da redação do impresso, mesmo não aparecendo no Expediente. Um desses colaboradores foi Salvador de Araújo, estudante de direito de Alagoinhas, ao que parece de uma família de prestígio (figura 7).¹²⁹ O papel de Araújo no magazine se intensificou no momento em que, como foi assinalado, o veículo já não mais contava com nomes de experiência no jornalismo baiano, o que abriu espaço para a presença de profissionais mais jovens nessa redação. Suas funções foram bem variadas. A partir de 1910 entrou para o corpo editorial, assumindo os postos de colunista e representante da publicação em eventos políticos e sociais, mas também fazia a divulgação do periódico em algumas cidades da Bahia e de outros estados, quando viajava para elaborar matérias em números dedicados a homenagear autoridades.¹³⁰

Figura 7 - Fotografia de Salvador de Araújo



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Dezembro de 1911 (o mês de dezembro possui um só número, não especificando o dia), ano 6, n. 15 e 16. Autoria: *Photographia Lindemann*.

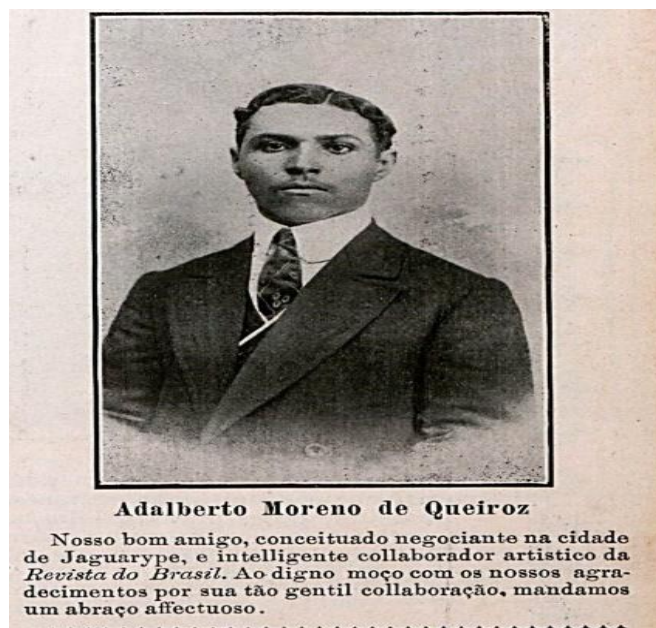
Além de R. de Oliveira, uma segunda assinatura apareceu, por determinado período, com bastante frequência. Era a de Adalberto Moreno de Queiroz ou simplesmente de Onerom,

¹²⁹A revista relata que seus irmãos eram padres nas cidades baianas de Catu e Alagoinhas exercendo influência da região. Ver: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1910, ano 5, nº 8, n.p.

¹³⁰O exemplo mais instigante foi o número dedicado a Itabuna. Araújo viajou para a região sul do estado e organizou o número especial da cidade que conseguiu se desmembrar de Ilhéus em julho desse mesmo ano. *Revista do Brasil*. BCEB. 18 de agosto de 1910, ano 6, nº 7, s. p.

Moreno ao contrário (figura 8), que foi um caricaturista que substituíra Oliveira em momentos de ausência ¹³¹. Adalberto exercia ainda duas funções: o de colunista literário, ao publicar poemas e textos do gênero e, ainda, representava comercialmente o magazine nos municípios baianos de Atauípe e Jaguaripe, onde tinha familiares.

Figura 8 - Fotografia de Adalberto Moreno de Queiroz



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 20 de janeiro de 1911, ano 5, n. 13, n.p. Autoria: desconhecido.

Legenda: Adalberto Moreno de Queiroz

Nosso bom amigo, conceituado negociante na Cidade de Jaguaripe, e inteligente colaborador artístico da *Revista do Brasil*. Ao digno moço com os nossos agradecimentos por sua tão gentil colaboração, mandamos um abraço afetuoso.

Outro membro colaborador foi o jornalista e poeta Altamirando Requião (figura 9), já mencionado. Um dos nomes mais famosos da literatura baiana do início do século XX, Altamirando iniciou sua longa carreira no jornalismo na *Revista do Brasil*, aos 17 anos, se transformando em uma espécie de pupilo de José Alves Requião. Começou a trabalhar no veículo a partir de 1907, fazendo revisões de textos e escrevendo resenhas sobre os principais clássicos da literatura, além de publicar vários poemas. Suas colunas ficaram cada vez mais frequentes com o decorrer do tempo, especialmente, nos anos de reformulação do quadro profissional da revista, quando passou também a representá-la em eventos sociais.

¹³¹Além das faltas pela “boemice” o período mais longo que afastou Oliveira das ilustrações foi em decorrência de seu adoecimento pela varíola. O episódio o afastou por cerca de 40 dias. *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de abril de 1910, ano 4, nº 20, n.p.

Figura 9 - Fotografia de Altamirando Requião



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1911, ano 5, n. 18, n.p. Autoria: desconhecida.

Determinados colaboradores da *Revista do Brasil* também exerciam um posto de fundamental relevância para esse veículo, isto é, os agentes regionais dessa publicação que atuavam na distribuição dos exemplares da revista dentro e fora da Bahia. Esses agentes possuíam ao menos duas funções. Inicialmente, eram responsáveis pela venda do periódico nos locais em que residiam. Entretanto, pareciam ter atribuições que iam além da parte financeira. Aparentemente, eram também interlocutores políticos desse impresso, atuando no estreitamento das relações entre José Alves Requião e as autoridades de uma cidade ou região. A maioria era formada por comerciantes, funcionários públicos e pessoas com cargos de confiança nos órgãos da administração dos municípios e, em determinados casos, de lideranças políticas locais. De alguma forma, vários possuíam vínculos com Requião. Alguns eram amigos ou, ainda, parentes do dono do magazine.

No Expediente eram tratados por títulos como coronel, major, capitão e doutor, formas de tratamento de homens poderosos econômica, social e politicamente. Essas nomenclaturas indicavam, de fato, sua influência e poder naquela sociedade. Os títulos de caráter militar surgiram no Império como uma forma de reconhecimento a pessoas de relevância que ganhavam (ou compravam) uma patente da Guarda Nacional. Com a República, designações como a de coronel passaram a se referir a chefes políticos, que detinham poder e prestígio em suas regiões.

Nesse perfil, o nome mais relevante foi o do major Virgílio Calazans Amorim (1880-1964), agente da *Revista do Brasil* em Ilhéus, o que mostra como Requião construía sua sociabilidade. No início do século XX, Amorim foi um fazendeiro que se enriqueceu com a produção de cacau na região, que era a mais rica da Bahia. Sua história é um dos exemplos que demonstra como nessa localidade a construção de laços parentais era uma forma de se fazer e aumentar fortunas entre os mais ricos. O seu casamento com a filha do coronel Henrique Berbert, político ilheense, fez aumentar suas posses e, conseqüentemente, sua influência.¹³² No sul do estado, era conhecido como uma liderança que construiu obras estratégicas, chegando a ser Intendente interino de Ilhéus, em 1914. Amorim também possuía terras e era atuante na política do município de Itabuna e, em alguns momentos, recebeu elogios da publicação. Em 1908 o magazine destacou a visita que o fazendeiro e o seu sogro fizeram à sede do periódico, em Salvador, afirmando que o político era “um abastado negociante em Cachoeira de Itabuna”.

133

A *Revista do Brasil* contava também com a representação de outra grande liderança. Denominado de coronel Gustavo Costa, ele foi um comerciante e chefe político de Caravelas (cidade situada no extremo Sul do estado). Ao que pôde ser constatado, era um político de influência na região e, segundo o magazine, foi Intendente do município, filiado ao Partido Conservador (em 1912) e tendo ligações com J.J. Seabra e Luís Viana.¹³⁴ Além dos líderes político-partidários, o veículo dispunha do auxílio de representantes que tinham postos na esfera pública. O caso de Feira de Santana é exemplar. O agente de Requião nessa cidade, chamado de major João José de Abreu, era tesoureiro da Intendência municipal.¹³⁵ Mas apesar de possuir um representante com um cargo estratégico, o principal vínculo do magazine com a cidade era a relação estabelecida com a família de sua segunda esposa, Cláudia Requião, e, principalmente, com o coronel Abdon Alves de Abreu. Liderança na cidade, Abdon governou os feirenses entre 1908 e 1912 e era mencionado em várias ocasiões por matérias que frisaram a sua amizade com o dono da revista.¹³⁶

¹³²RIBEIRO, André Rosa. **Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2002, p. 114

¹³³*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de abril de 1908, ano 2, nº 14, p. 28

¹³⁴*Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de janeiro de 1912, ano 6, nº 18, p.7. As informações sobre o coronel Gustavo Costa estão disponíveis em: Fundação Ralile, Coronel Gustavo Costa. https://www.fundacaoralile.blogspot.com/p/caravelas_17.html. Acesso em: 03 de junho de 2023

¹³⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1912, ano 6, nº 22, p. 14.

¹³⁶A fonte estudada não confirma um vínculo familiar entre o coronel Abdon Alves de Abreu e o agente da revista em Feira de Santana, João José de Abreu, mas, a julgar pelos sobrenomes, essa possibilidade não pode ser descartada. O que poderia reforçar mais uma vez como Requião aproveitou-se da boa relação dos seus amigos e familiares no meio político.

O periódico citava, ainda, a existência de casas comerciais que eram locais onde se podia comprar a revista em outras localidades do interior da Bahia. Fora do estado, Requião também possuía representantes. Dois deles eram seus irmãos: Isaías e Domingos Requião. Eles defendiam os interesses da publicação no estado do Rio Grande do Sul. Isaías, como já assinalado, era corretor da casa de seguros Garantia da Amazônia, mas também exerceu a profissão de farmacêutico. Era o responsável por representar o impresso na cidade de São Lourenço do Sul. Já Domingos Requião era médico clínico e agente em Pelotas, onde residia e trabalhava pela revista.

Como representantes políticos do magazine, era necessário para José Alves Requião dispor de pessoas de sua confiança, o que favorecia a presença de amigos e de familiares. Nessa perspectiva, os números especiais exemplificam como funcionavam esses representantes, pois, sua elaboração exigia maior articulação com os chefes políticos locais e regionais. Podemos imaginar que as primeiras iniciativas para a execução desses números seriam os acordos para a escolha das autoridades homenageadas. Uma escolha que envolvia tanto uma articulação direta com Requião - que muitas vezes fazia viagens com esse intuito - como a presença ativa de agentes da revista. Vale lembrar que essas tiragens extraordinárias tinham como proposta comemorar a atuação de autoridades, principalmente através do uso de fotografias, o que demandava a disponibilização dos álbuns familiares e informações pessoais. Provavelmente, essa tarefa seria facilitada com o trabalho desses representantes nos locais em que os chefes políticos moravam e neles confiavam.

Em número dedicado ao estado de Minas Gerais, que trouxe a fotografia do governador João Pinheiro, o magazine cita o nome do coronel José Benjamim como seu articulador em Belo Horizonte. Requião o descreve como um amigo capaz de representá-lo entre os mineiros.¹³⁷ Benjamim nasceu na Bahia em 1860, foi militar e chegou a dirigir um posto da Guarda Nacional, acumulando fortuna com fazendas no interior de Minas.¹³⁸ Seria importante para José Alves Requião ter o apoio de homens como esse coronel, pois ele teve função decisiva na elaboração desse número especial. Esse exemplo corrobora o raciocínio que, com a colaboração desses agentes, o periódico tinha o intento de ser comercializado para além dos limites de seu estado.

¹³⁷ *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de janeiro de 1908, ano 2, nº 10, p. 70.

¹³⁸ Nos dias atuais tem seu nome gravado em rua da capital mineira. Coronel José Benjamim, a rua do fazendeiro, 2023. Disponível em: <https://www.jornaldopadrecustaquo.com.br/coronel-jose-benjamim-a-rua-do-fazendeiro>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

2.3 - Anunciantes e propagandas

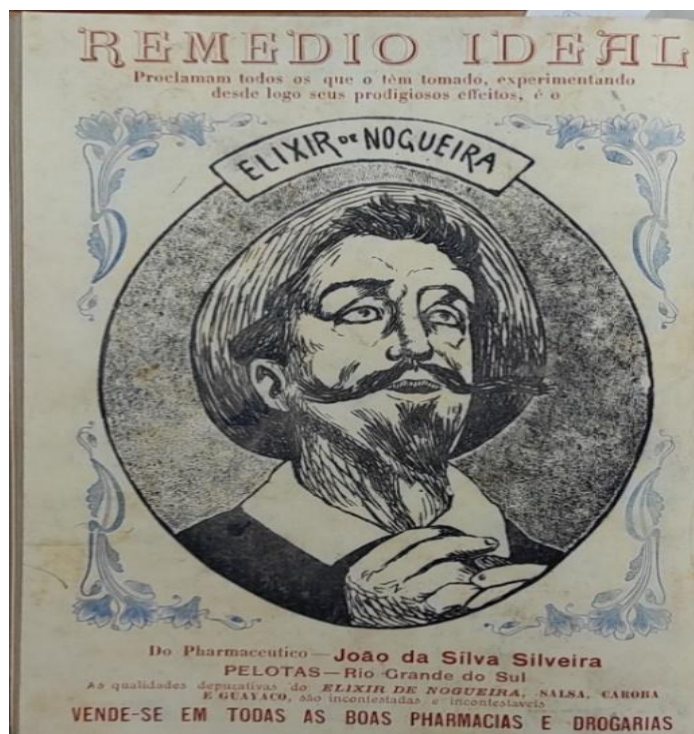
As propagandas também são fatores importantes para se conhecer melhor a *Revista do Brasil*. A quantidade de anúncios durante a existência do veículo variou a cada ano, mas sempre ocupou posição importante no impresso. Em determinados momentos seus organizadores conseguiam aumentar o faturamento vindo dos anunciantes, embora em outros essa quantia diminuísse, o que torna difícil estabelecer uma média geral de reclames. Porém, a análise das propagandas exibidas nos anos de 1907 e 1910 (etapas que a pesquisa teve maior foco, além de 1912) demonstra que alguns anunciantes permaneceram como financiadores fiéis ao magazine.

Nesses dois anos, foram encontradas várias empresas comerciais, como aquelas voltadas à venda de alimentos e bebidas (armazéns, padarias, confeitarias, cervejarias e vinícolas). As lojas de variedades e miudezas (armarinhos, papelarias e livrarias) e o ramo de vestuário e acessórios (que incluía roupas, sapatos, relógios, chapéus e alfaiataria). Também foi possível verificar que o setor de lazer (que abrangia os cinemas, teatros, bares, restaurantes e cafeterias), de transporte (que inseriam os bondes, trens e a navegação marítima) e as casas de ferragens e material de construção anunciaram com frequência no periódico.

Mas, alguns setores se destacaram dos demais. Os medicamentos, vendidos, geralmente em drogarias e farmácias, estavam entre eles. Eram remédios que prometiam combater a tosse, as doenças da pele e todos os tipos de males. Ainda havia as loções de beleza para as mulheres, que tinham presença ativa nos reclames da revista. Muitos desses medicamentos eram de marcas conhecidas, que publicavam na imprensa nacional desde o final do século XIX, como o Elixir Nogueira, da Emulsão Scott e do xarope Bromil. Essa indústria farmacêutica adotou estratégias inovadoras que envolveram a participação de humoristas que trabalhavam nos tradicionais jornais da época. Através de versos bem-humorados, caricaturas e ilustrações chamavam a atenção dos leitores para determinado produto. Esses artistas desempenharam papel fundamental na elaboração de reclames que demonstravam o início de tempos novos para a propaganda brasileira.¹³⁹ A *Revista do Brasil* publicava esses anúncios em suas páginas, como se vê abaixo (figura 10):

¹³⁹ SALIBA, 2002, p. 81.

Figura 10 - Propaganda do Elixir Nogueira



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de janeiro de 1910, ano 4, n. 15, contracapa.

Legenda: Proclamam todos os que o têm tomado, experimentando desde logo seus prodigiosos efeitos, é o Elixir Nogueira.

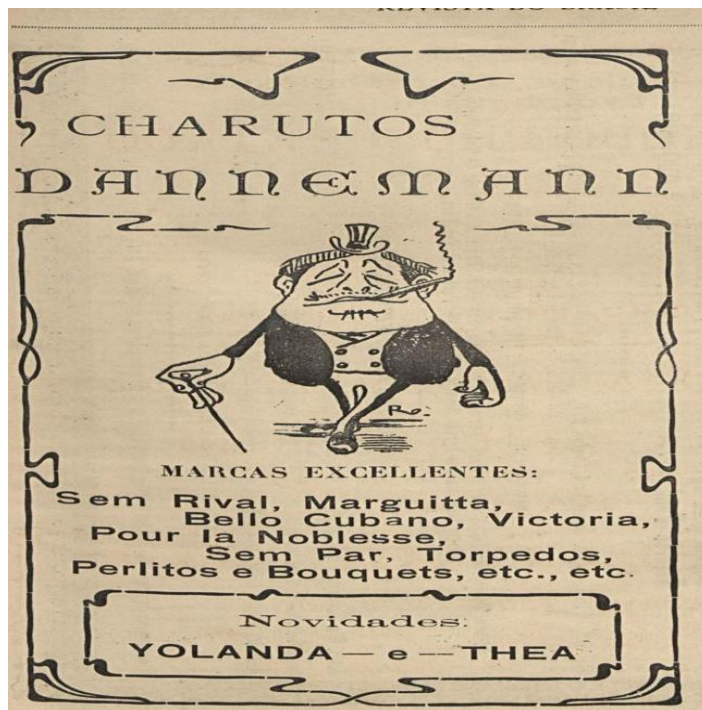
Outro setor que teve grande participação nas propagandas do periódico foi o de tabaco, representado por produtos como cigarros, charutos e cigarrilhas. As grandes representantes desse ramo eram as fábricas localizadas no recôncavo baiano, em especial a Dannemann & Companhia. Com sede em São Félix, foi fundada em 1872 pelo alemão Geraldo Dannemann (1851-1921) que chegou a ser Intendente do município (em 1890) e se tornou um dos principais empresários do estado. Buscando se inserir nos novos métodos de propaganda que surgiram no início do século, a empresa também investia na divulgação de sua marca nos diários. A *Revista do Brasil* era um deles, passando a divulgar os charutos Dannemann com criatividade e humor. Esses reclames mobilizavam o ambiente político do momento e faziam sátiras com autoridades, como o então governador Araújo Pinho. Em charge publicada na revista, por exemplo, afirmava-se que a única consolação de Pinho - que enfrentava uma grave crise financeira no estado - seria degustar um “apreciável” charuto Dannemann.¹⁴⁰ Outras peças publicitárias iam além da política, como na imagem abaixo (figura 11), que apresenta uma caricatura assinada

¹⁴⁰ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de outubro de 1910, ano 5, nº 7, n.p.

por Raimundo de Oliveira onde um homem elegante degusta um charuto da empresa baiana.

141

Figura 11 - Propaganda dos Charutos Dannemann



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 16 de julho de 1909, p. 37. Autor da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Sem rival, Marguitta, Bello, Cubano, Victoria, Pour la Noblesse,
Sem Par, Torpedos, Perlitos e Bouquets, etc., etc. Novidades: Yolanda e Thea.

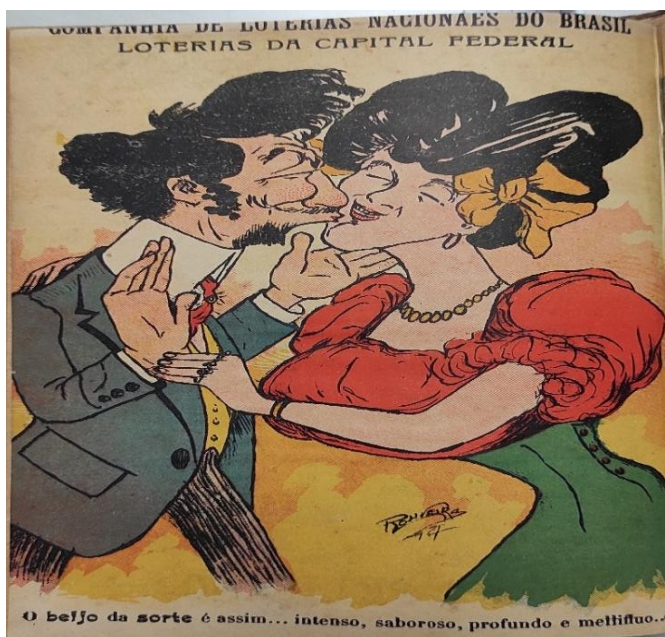
Essa fábrica de charutos, ao menos nos anos pesquisados, tornou-se a maior financiadora do quinzenário. Além da regularidade na publicação de anúncios, um dos fatores que destacava o produto era o espaço em que ele ocupava nas áreas destinadas à publicidade. Nesse aspecto, havia algumas formas de se promover os anúncios. Além das contracapas, já citadas, existiam os reclames que abrangiam um quarto do espaço correspondente a uma página, os que circulavam em meia página e aqueles que, mais caros, correspondiam a uma página inteira.¹⁴² As propagandas da Dannemann foram encontradas em todos esses tamanhos, inclusive, nos rodapés da maioria das páginas que, por algumas edições, traziam uma frase que se tornaria uma espécie de slogan da empresa: “Só fumem charutos Dannemann”.

¹⁴¹ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de janeiro de 1910, ano 4, nº 15, n.p. Na peça publicitária acima (figura 11) estão alguns tipos de modelos de charutos e cigarros vendidos pela Dannemann e que eram denominados de “torpedos”, “perlitos” e “buquês”. Eram alguns dos produtos fabricados por essa empresa.

¹⁴² *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de novembro de 1907, ano 2, nº 6, p 15. Nessa edição, o magazine divulgou valores dos anúncios do número especial de Natal desse ano que valia um quarto de espaço por 45 mil réis, meia página por 25 mil réis e a página inteira por 80 mil réis.

O setor financeiro, que incluía os bancos, casas de seguros, loterias e casas de câmbio também tinham importância e estiveram representados nos anúncios do periódico. O destaque foi a Garantia da Amazônia, uma sociedade de seguros de vida que tinha representação em vários estados do país.¹⁴³ Um de seus principais representantes era Isaías Requião, irmão do proprietário da *Revista do Brasil*. Incluídas nesse ramo, as loterias estiveram muito presentes nas propagandas. Nesse sentido, Raimundo de Oliveira, mais uma vez, assinou várias adaptações de reclames para o contexto estadual. Um exemplo é a imagem abaixo (figura 12), que apresenta a contracapa da revista com anúncio das chamadas Loterias da Capital Federal. Caso que também se sobressaia é o da Photographia Lindemann (figura 13) que era um relevante estúdio fotográfico da capital baiana e que, ao que tudo indica, era um grande parceiro de José Requião. A Lindemann assinou várias fotografias que foram publicadas no magazine e seu dono, o comerciante José Dias da Costa, foi responsável por publicar diversas cenas do cotidiano de Salvador da época.¹⁴⁴

Figura 12 - Propaganda das Loterias da Capital Federal



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1907, contracapa. Autor da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda: O beijo da sorte é assim... intenso, saboroso, profundo e melindroso...

¹⁴³VEIGA, Claudio. *Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 20.

¹⁴⁴Site Salvador Antiga. **Rodolfo Lindemann**. Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/fotografos/lindemann.htm>. Acesso em 02 de maio de 2023.

Figura 13 - Propaganda da Photographia Lindemann



Fonte: Revista do Brasil. BNdigital. 30 de março de 1910, ano 4, n. 21. Autoria: Photographia Lindemann.

Legenda: O mais bem montado estabelecimento fotográfico da Bahia. Tem as máquinas mais aperfeiçoadas, sendo os seus trabalhos nítidos e garantidos. Praça Castro Alves, 92, Bahia.

A maioria das empresas comerciais citadas se localizava em Salvador, especificamente no Bairro do Comércio, na chamada Cidade Baixa, que era um dos principais centros comerciais da Bahia nessa época. Mas as propagandas iam além do comércio baiano, pois foram encontrados anúncios de estabelecimentos comerciais de outros estados. Um fato que se tornava mais frequente nos números especiais dedicados a outros entes federados, uma vez que o magazine conseguia o patrocínio do comércio desses locais para elaborar as edições. Já as revistas natalinas se constituíam numa oportunidade para os anunciantes apresentarem seus estabelecimentos. Dessa forma, esses números ampliavam as finanças do periódico, que conseguia aumentar sua publicidade. No ano de 1910, por exemplo, a tiragem de dezembro alcançou 84 reclames, um número superior à média dos anúncios dos exemplares dos meses anteriores.

2.4 - *Revista do Brasil*: um periódico em busca da modernidade

Um leitor da época, ao manusear um exemplar do magazine teria sua atenção voltada para a capa (chamado de frontispício pela revista). Na capa, eram utilizados métodos não usuais pela maioria da imprensa do período. Dentre eles, o uso de cores (para além do preto) na impressão das páginas. Normalmente, nesse espaço eram encontradas informações como a data da publicação, ano vigente e, principalmente, seu título, que tomava a maior parte da encadernação. As capas, certamente com o desejo de atrair o leitor (e também quem não sabia ler) geralmente estampavam imagens, que podiam ser charges de cunho político ou fotografias que homenageavam chefes partidários da Bahia ou de outros estados. A capa reproduzida abaixo é um exemplo de uso da charge.

Figura 14 - Capa da 1ª edição da *Revista do Brasil*



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 06 de maio de 1906, ano 1, n. 1, capa. Autor da charge: Perolingo.

Legenda: O apertadíssimo abraço/ Dos dois — alguém traduziu/
Foi um que saiu do laço/ No qual o outro caiu.

O contexto da charge é a transição do governo de Rodrigues Alves para o de Afonso Pena, que é retratado por Perolingo (autor desconhecido) através de um “abraço” caloroso entre os dois presidentes. É possível observar, na parte inferior da capa, que há um anúncio de uma loja de roupas (Casa Valentim). Como citado, a publicidade tinha muita importância para esse veículo e estava presente em diversas de suas páginas. Nos exemplares de 1906, como o descrito

acima, essas peças publicitárias apareciam com muita frequência na capa e, posteriormente, em outros espaços com destaque semelhante. Um dos locais em que o leitor encontrava os anúncios era uma série de páginas de propagandas que aparecia após o frontispício e que, geralmente, ocupava de três a cinco folhas. Na maioria das vezes, essa sequência se repetia em várias edições, pois o intuito era dar visibilidade para esses produtos que, provavelmente, deviam pagar mais caro por esses espaços.

Só depois dessas propagandas surgia uma folha de rosto que se assemelhava ao formato do frontispício, mas que não era em cores. Nela havia alguns dados que se repetiam em relação à capa inicial (como número, ano e título) e outros diferentes, dentre eles, direção/propriedade, valor, tiragem e endereço da redação. Entre as informações que ficavam em evidência e que poderiam provocar curiosidade em um leitor estava a expressão em latim *Ridentem dicere verum quid vetat?* A citação é do poeta romano Horácio que viveu entre 65 a.C. a 8 a.C. e pode ser traduzida como, “Rindo se fala a verdade” ou “Rindo se diz coisas sérias”. Frase que funciona como um lema para a revista, tendo, portanto, especial significado para seu entendimento. Tanto o frontispício quanto a folha de rosto, que eram páginas que precediam o interior do periódico, ora repercutiam a cena política do momento, ora faziam dedicatórias a autoridades e figuras de destaque na sociedade. Na maioria das vezes, elas continham o tema que dominaria o conteúdo das demais páginas (ver a figura 15).

Figura 15 - Folha de rosto da *Revista do Brasil*



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 06 de maio de 1906, ano, n. 1, folha de rosto. Autoria da charge: desconhecida.

Legenda:

Rui Barbosa: Que foi isto na eleição do 1º distrito da Bahia, sr. Neiva. Você, o mais legítimo representante do povo, o mais querido e o mais trabalhador de todos os seus colegas, quase no olho da rua?

Neiva: Eu sei, sr. Rui!! Você sabe. Severino como me quer bem? Entendeu ele que deveria me afogar em um lago, paciência. Os meus votos ele pode tirar, mas o meu prestígio, as justas manifestações dos meus amigos da Bahia, ah! Isto não! Tenho certeza de que sou o candidato mais querido da mulata velha...

Severino: Você não tem razão, sr. Neiva. Você sabe que eu sempre lhe quis muito bem. Por saber de seu grande prestígio na câmara, mandei colocá-lo em 5º lugar, meu velho. (...)

Só então o leitor chegava à página onde eram apresentados os membros da redação da revista, isto é, o Expediente. Finalmente, só depois dessa página, o leitor encontrava as matérias do periódico, fortemente ancorado em assuntos políticos, tratados, com frequência, via humor. O veículo apresentava um número significativo de imagens. A tabela 3 demonstra a quantidade de caricaturas e fotografias que foram encontradas nos anos investigados.

Tabela 3 – Imagens produzidas pela *Revista do Brasil*

IMAGENS	ANO			
	1907	1910	1912	TOTAL
Caricaturas/charge	408	269	210	887
Fotografias	223	311	109	643
TOTAL GERAL				1539

Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições 1907, 1910 e 1912.

A primeira impressão, ao vermos os dados acima, é que tanto as caricaturas quanto as fotografias tinham números elevados, se levarmos em conta as dificuldades gráficas da época. Na comparação dos três anos, 1907 foi o período que se utilizou mais charges (com 408). Não se sabe ao certo, mas podemos supor que no ano da Campanha Civilista (1910) e do Bombardeio de Salvador (1912) a revista priorizou a produção de textos que retratassem esses eventos ao invés das caricaturas. O número de fotografias também chama atenção. Apesar de ser uma novidade para a maioria das pessoas, seu uso começava a se firmar no jornalismo desse período. O ano de 1910 foi o que mais se utilizou esse recurso (ao todo 311). Os tipos de imagem variavam. Havia fotos relacionadas à vida urbana (como praças, ruas, avenidas e construções);

retratos dos chefes políticos nacionais ou estaduais, sendo essas últimas o principal foco do magazine.¹⁴⁵

As ilustrações também apareciam nas contracapas, última parte da revista, que recebiam cuidado especial. Nesse espaço era apresentada a propaganda de um produto que se destacava dos anúncios das páginas anteriores. Na maioria das vezes a impressão era colorida e com charges ou caricaturas que destacavam um anunciante que, provavelmente, também pagava mais caro. Vê-se que o magazine se dedicava à confecção das contracapas, já que elas costumavam ser associadas ao conteúdo do quinzenário. Assim como no frontispício e na folha de rosto, nessas páginas a maioria das ilustrações eram de autoria dos cartunistas da publicação.

2.4.1 - Colunas e conteúdo

Uma breve comparação com outras publicações contemporâneas da *Revista do Brasil* leva-nos a perceber que *O Malho* deve ter sido uma inspiração. A principal semelhança era a parte gráfica. As capas, as folhas de rosto, o formato das propagandas e caricaturas tinham simetria com o magazine carioca. Mas, além do formato visual, a estrutura das colunas e demais textos também parecia se espelhar nesse periódico semanal, sobretudo nos títulos de algumas colunas que tinham nomes parecidos as d'*O Malho*.

Entretanto, o veículo de Requião se dedicou a produzir um conteúdo jornalístico a partir do contexto político da Bahia. O magazine não tinha uma ordem fixa de seções para apresentação de matérias, podendo haver alterações a cada edição. Na maior parte das vezes, seu interior era composto por textos e ilustrações que eram alternados por propagandas. Além da política, a revista se organizava por colunas que possuíam temáticas diversas como crônicas do cotidiano, esportes, descobertas científicas, poemas, charadas e resenhas literárias.

Nesse sentido, as tabelas apresentadas nos próximos parágrafos mostram as colunas com maiores ocorrências no recorte cronológico da pesquisa. Antes da leitura desses dados é preciso fazer ponderações. Algumas dessas seções, que tinham conteúdos semelhantes, mas apareciam com nomes diferentes em períodos distintos, foram agrupados em um mesmo espaço de acordo com a temática que divulgavam. Em outra perspectiva, o fato de alguns títulos apresentarem menor incidência não pode ser visto como fator indicativo de que essas colunas ocupassem

¹⁴⁵É preciso ponderar, ainda, que as edições natalinas apresentavam quantidades de fotografias acima dos exemplares regulares. Esse fato ajuda a entender as cifras da tabela (o ano de 1907 com 129 imagens, enquanto 1910 apresentou 86 fotografias na tiragem de Natal).

espaços esporádicos ao longo da história do magazine, pois o objetivo aqui foi analisar os anos de 1907, 1910 e 1912. Pelo que notamos, alguns desses textos eram frequentes em outros períodos nos quais a pesquisa não se debruçou. A tabela 4 mostra os títulos em que não identificamos os autores, sejam com seus nomes reais ou com pseudônimos.

Tabela 4 – Colunas sem autores identificados e com maiores incidências

Títulos/colunas	Temática/assunto predominante	Autor (nome/pseudônimo)	Ocorrências (soma dos anos analisados)
1- <i>Correspondências/ Postais masculinos/ Postais femininos</i>	Interação com os leitores da revista	Não identificado	11
2- <i>Carnet da Revista/ Felicitações</i>	Aniversários de leitores e personalidades	Não identificado	9
3- <i>Sportivas</i>	Esportes	Não identificado	9
4- <i>Pantheon</i>	Poemas	Diversos	7
5- <i>Poemas (trovas e versos diversos)</i>	Poemas	Diversos	-
6- <i>Seção Científica</i>	Descobertas científicas e invenções modernas	Não identificado	4

Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1907, 1910 e 1912.

A partir da análise do material acima é possível identificar seções que tinham a participação dos leitores. Nesse gênero circularam alguns títulos como Correspondências, Postais Femininos e Postais Masculinos. De forma geral, esses espaços eram destinados à publicação de cartas enviadas à redação, com as impressões do público sobre o veículo ou de pensamentos diversos sobre o cotidiano que os assinantes queriam que fossem publicados. Além disso, o periódico possuía as colunas *Carnet da Revista* e *Felicitações*, que tinham a finalidade de parabenizar os leitores, as autoridades locais e os patrocinadores em datas especiais como aniversários, enlaces matrimoniais, batizados ou o nascimento de novos membros de famílias tradicionais. Todas elas evidenciam o interesse de estabelecer a interação com os leitores, tornando-os parte da revista e fidelizando-os.

Outros títulos divulgavam notícias sobre os esportes mais populares, como o cricket, a natação, o remo e, sobretudo, o futebol. A coluna mais longeva nessa área foi *Sportivas*. Ela repercutia os campeonatos e os times que surgiam em Salvador e no interior entre o final do século XIX e princípio do XX. Ao que pôde ser visto, o time mais citado foi o Esporte Clube Vitória, que foi fundado em 1899 e é um dos clubes mais tradicionais da Bahia e dos mais antigos do Brasil até o momento.

Parte do magazine se dedicava a trazer resenhas de livros dos principais escritores da literatura mundial. Era o caso dos textos feitos por Altamirando Requião, sobrinho de José Alves. Além das análises literárias, as poesias tinham espaço garantido ao trazer obras de autores diversos, mas, com predominância dos escritores baianos. Geralmente, os versos eram dispostos ao longo das páginas de uma edição e podiam ser publicados também em espaços específicos. Durante algum tempo, a coluna “Pantheon” era o local destinado para a divulgação de poemas de autores dos mais renomados como Castro Alves, Olavo Bilac, Gonçalves Dias ou mesmo de versos de leitores e amigos do dono dessa revista, que solicitavam publicação. Durante a história do impresso, esse título recebeu outras nomenclaturas, como foi o caso da coluna Página de Arte.

Tão tradicionais quanto as matérias políticas, as análises literárias, artísticas e culturais tinham espaço garantido no periódico. Um dos primeiros textos da *Revista do Brasil*, por exemplo, foi do escritor Manuel Querino que, ao defender o investimento na instrução pública dos trabalhadores, criticou as elites brasileiras pela “perversidade” com que sustentavam a situação dos “infelizes heróis do trabalho”.¹⁴⁶ Ainda em relação às artes, apareciam notas que repercutiam peças teatrais, recitais musicais, saraus e outros eventos. Em algumas ocasiões eram destinados espaços onde se publicavam pautas musicais que eram apreciadas na época.

Outros títulos apresentados acima exemplificam como o interesse pela modernidade era uma característica do magazine. Algumas notas anunciavam a criação de invenções e uma delas merece destaque. Ela cita o surgimento do protótipo de um carro de guerra que seria capaz de passar em terrenos acidentados e disparar vários projeteis.¹⁴⁷ Como é sabido, máquina similar só surgiria com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que acelerou as novas tecnologias bélicas pelo mundo. Nessa mesma perspectiva, a coluna Seção Científica se destacou. Nela eram apresentadas notícias de descobertas científicas e da medicina, em particular. Em artigo publicado, lembrou-se a importância da descoberta da radioatividade em 1896, pelo químico francês Antoine Henry Becquerel (1852-1908). E, a seguir, noticiaram-se os estudos realizados pelo casal Marie Curie (1867-1934) e Pierre Curie (1859-1906) que, em 1898, descobriram a existência de dois novos elementos químicos: o polônio e o urânio. Essas e outras novidades científicas eram vistas com bons olhos pela revista como indicativos de novos tempos.¹⁴⁸

¹⁴⁶*Revista do Brasil*. BCEB. 21 de maio de 1906, ano 1, nº 2, p. 26.

¹⁴⁷*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de abril de 1907, ano 1, nº 24, p. 14.

¹⁴⁸*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de abril de 1907, ano 1, nº 24, p. 13.

Com imagens projetadas freneticamente em uma tela, os cinemas se constituíram em ícones de um novo tipo de entretenimento dessa sociedade. Salvador também experimentou essas mudanças e viu a abertura de vários cinematógrafos. A *Revista do Brasil* se mostrou uma entusiasta desse novo tipo de arte. Para o magazine os cinemas eram uma maneira do estado se destacar culturalmente, pois, além de um lazer, eram uma “mania da moda, a última palavra da elegância provinciana, aqui na Bahia, pelo menos”.¹⁴⁹ Dessa maneira, como espécie de incentivo, o periódico divulgava notas informativas sobre sessões de filmes que estavam em cartaz na capital baiana.

Nesse sentido, a busca pelo moderno permeava toda a estrutura dessa publicação, que parecia estar conectada à discussão intelectual e artística sobre a modernidade, que afetou toda a imprensa. Monica Pimenta Veloso, inclusive, propõe um novo marco para as origens desses tempos modernos, cujas manifestações teriam se originado no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, espalhando-se pelo país. Alguns sinais já apontavam esse caminho. Dentre eles, a consolidação das revistas humorísticas ilustradas que eram representadas, muitas vezes, pela combatividade dos boêmios cariocas.¹⁵⁰ Ainda segundo Veloso, esses sinais da modernidade não se limitavam apenas ao território paulista ou fluminense, uma vez que também ocorreram, de forma específica, em outras capitais. Desse modo, o humor foi um recurso bastante utilizado pela intelectualidade brasileira como importante ingrediente na construção da contemporaneidade.

A *Revista do Brasil* fazia parte desse contexto. Um dos principais exemplos disso é a expressão *turuna*, usado pelo magazine, e que tem diferentes significados, como valentão, chefe, destemido e, em alguns casos, era associada à figura do malandro carioca. Esse termo possuía sentido fundamental para a cultura humorística da época, pois sua figura era um dos elementos de identificação de um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro que atuava no humor.¹⁵¹ Algumas vezes, as charges de Raimundo de Oliveira associavam positivamente os turunas à esperteza do malandro, mas na maior parte do tempo essa expressão tinha sentido negativo, vinculando-se à imagem dos políticos espertalhões que sabiam se utilizar dos cofres públicos para proveito próprio. Ainda nessa revista, algumas notas traziam a assinatura de uma personagem identificada como Bráz Turuna que, embora não saibamos o nome de seu autor, retratavam o cotidiano do poder. Essas referências dão bons indícios de como o periódico estava

¹⁴⁹*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de outubro de 1910, ano 5, nº 7, n.p.

¹⁵⁰VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio. Vargas, 1996, p. 46 e 47.

¹⁵¹ Ibidem, 1996, p. 53.

conectado à cultura política do período. Na tabela 5, abaixo, estão os títulos das colunas com seus autores identificados.

Tabela 5 – Colunas com autores identificados e com maiores incidências

Títulos/colunas	Temática/assunto predominante	Autor (nome/pseudônimo)	Ocorrências (soma dos anos analisados)
1- <i>Altos e Baixos</i>	Política	Zé Alves (José Alves Requião)	35
2- <i>Crônica</i>	Política, moda e comportamento	Krlos (Carlos Duarte da Silva)	7
3- <i>Francisco e Janjão/Thomé e Gregório</i>	Política (charge)	Raimundo de Oliveira	6
4- <i>Na Tesoura/Ferroadas</i>	Política	Ariosto/Tiradentes	9
5- <i>Rápidas/Pancadas e Pancadinhas/Tacos e Tacadas</i>	Políticas (piadas)	Zé Relâmpago	7
6- <i>Torneio Charadístico</i>	Charadas	José Pitágoras (Fábio David) e colaboração de leitores	13

Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1907, 1910 e 1912.

A maior parte das colunas acima se dedicava às disputas partidárias. Apenas duas delas tinham temáticas variadas. Era o caso das seções Torneio Charadístico e Crônica. Torneio Charadístico, que tem a segunda maior incidência na tabela, foi uma das mais duradouras no magazine, sendo organizada pelo colaborador Fábio David, que também era médico e autor outras seções nessa publicação. Assinando como José Pitágoras, David deixou o Expediente em 1908, quando se mudou para a cidade de São Borja (RS) para exercer a medicina, tornando-se posteriormente o agende regional de Requião nesse local.¹⁵² Assim como Correspondências e Felicitações, a coluna de charadas tinha a participação de leitores que, através de cartas, enviavam suas perguntas à redação do impresso. Ela se inspirava nos tradicionais textos charadísticos produzidos pela imprensa do século XIX, selecionando enigmas que eram enviados pelo público que queria publicar suas adivinhações para que fossem decifradas por outros leitores no decorrer dos exemplares seguintes.

Já a coluna Crônica, apesar de citar assuntos políticos, era uma das mais variadas. O autor Krlos, provavelmente, Carlos Duarte da Silva, escrevia desde assuntos políticos até crônicas

¹⁵² *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de julho de 1908, ano 3, n. 5, p. 42.

sociais sobre costumes e comportamentos. Em boa parte de sua existência, esse espaço foi destinado a comentários sobre as principais tendências da moda daquela época, quando o colonista descrevia os estilos predominantes para todos os gêneros de vestuário e aparência pessoal. Em relação aos homens, afirmava que deveriam ter bigodes bem aparados e usar roupas bem alinhadas. Já para as mulheres as exigências eram maiores, pois muitas vezes foram criticadas pelo uso de chapéus demasiadamente grandes e a adoção de vestimentas que acentuavam suas curvas.

Entretanto, a despeito de todas essas colunas, o principal destaque do magazine era a política. A *Revista do Brasil* era repleta de matérias, que em alguns casos não se situavam em colunas fixas, retratando as contendas do poder. Como já dissemos anteriormente, a publicação produziu textos com piadas que zombavam dos chefes políticos, em especial os desafetos de Requião. Vários desses textos surgiram com esse intuito e tiveram nomes diferentes. Como observado acima, os títulos que tiveram maior incidência foram, Na Tesoura (chamada também Ferroadas) e Rápidas (ou Pancadas e Pancadinhas), retratando os principais acontecimentos e disputas partidárias de forma cômica.

Por tratar das tramas partidárias, boa parte delas traziam assinaturas com pseudônimos. Esse recurso foi comum em vários momentos da história da imprensa, por ser uma forma de proteger, pelo anonimato, os autores de retaliações política de seus adversários. Não há como saber o nome real de quem escrevia essas seções, mas podemos levantar hipóteses, partindo do princípio de que alguns membros do Expediente também elaboravam colunas para esse veículo. Alguns indícios levam a crer que a seção Ferroadas, por exemplo, assinada por Tiradentes, era escrita pelo gerente comercial da revista, Jonathas Requião Benjamim, um cirurgião-dentista.

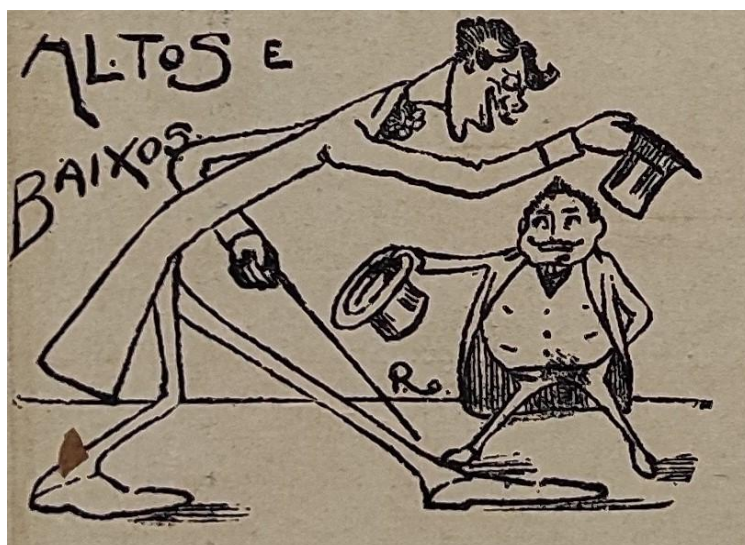
Na mesma direção estava a coluna Francisco e Janjão (que em algumas ocasiões era denominada de Thomé e Gregório). A charge assinada por Raimundo de Oliveira apresentava dois homens negros maltrapilhos (logo homens pobres, do povo “miúdo”), que comentavam de forma irônica episódios políticos do momento. Um dos assuntos mais comentados por eles foi a cisão que acabou por fragmentar o Partido Republicano Baiano, em 1907. As legendas que acompanhavam a imagem eram repletas de erros ortográficos e vícios de linguagem, mas as observações feitas, eram agudas críticas políticas, marcadas pelo bom senso comum. Essa característica era comumente associada aos personagens negros representados nas caricaturas, possivelmente a melhor figura de “homem do povo miúdo” na Bahia.

As colunas sobre as tramas do poder - como Francisco e Janjão, Rápidas, Na Tesoura, Pancadas e Pancadinhas - são fundamentais para os objetivos desta tese e serão mais bem analisadas nos próximos capítulos. A propósito, colunas similares se tornaram, ao longo do

tempo, ainda mais predominantes nessa publicação, sobretudo quando ocorreram alguns eventos-chave na política baiana desse período. Para falar de política, inclusive, uma das estratégias era trazer o típico repertório utilizado pela imprensa humorística da época a exemplos de personagens como a Dona Política; a Bahia como Mulata Velha; e a personificação de políticos que dominavam o cenário nacional. Mas, a partir do segundo exemplar (em 25 de maio de 1906), a revista começou a adaptar para o cenário estadual a representação do Zé Povo, através do trabalho de seus cartunistas. Como aponta a tabela 3, já apresentada, a publicação tinha uma quantidade expressiva de caricaturas desse tipo que foram assinadas, em sua grande maioria, por Raimundo de Oliveira.

Porém, nenhum outro texto desse gênero é tão importante para se entender o caráter político desse periódico quanto Altos e Baixos. Foi a coluna com maior incidência na revista e era escrita pelo próprio Requião, que assinava com o pseudônimo de Zé Alves. Altos e Baixos era uma espécie de editorial, que emitia as opiniões pessoais do dono e editor do veículo. Os assuntos principais versavam sobre as querelas partidárias e os elogios ou críticas às autoridades, além de cobranças sobre a realização de obras públicas, que ele julgava necessárias. Na maioria das vezes, apresentava o tema predominante que permeava a edição, evidenciando a importância desse espaço no magazine, e de como ele era usado por seu proprietário. A seção aparecia, geralmente, após o chamado Expediente e possuía uma caricatura que a apresentava (ver figura 16):

Figura 16 - Representação da coluna Altos e Baixos



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 01 de julho de 1907, ano 2, n. 1, p. 3. Autor: Raimundo de Oliveira.

A caricatura de Raimundo de Oliveira mostra dois homens se cumprimentando, um de estatura alta e o outro tamanho baixo. Assim como Altos e Baixos, boa parte das colunas que

citamos até aqui, sejam elas de cunho político ou de variedades, possuíam imagens caricaturais que funcionavam como tipos de marca dessas seções, apresentando-as para os leitores. Além das colunas, identificamos notas que traziam a opinião de periódicos de outros estados sobre a revista baiana, que se comunicava com as redações de diários da época, através de cartas que continham felicitações e enviavam seus exemplares.

Vários foram os jornais que receberam as missivas da *Revista do Brasil*. O mais importante deles foi *O Malho* que, em uma rara publicação, respondeu a sua congênere, classificando-a como um “magnifico quinzenário que se publica na Bahia sob propriedade de José Alves Requião”.¹⁵³ Podemos imaginar como a resposta d’*O Malho* foi importante para Requião, pois, ao buscar respaldo na imprensa nacional, ambicionava que seu veículo ultrapassasse os limites de seu estado. Por outro lado, o veículo baiano também tecia comentários sobre outros diários, procurando destacar aspectos que julgava essenciais: qualidade da impressão, conteúdo das colunas, presença de caricaturas, charges, fotografias e assuntos diversos.

Essas informações exemplificam as redes de sociabilidade da revista, construídas principalmente a partir das relações de Requião com a política. Com o passar dos anos, seus objetivos na imprensa ficaram cada vez mais claros. Em março de 1911, sem explicar o motivo para seus leitores, as capas do magazine trouxeram a informação de que a propriedade do periódico passou a ser dividida entre “Requião e Carneiro”. O mais provável é que Requião tenha tido dificuldades para manter seus negócios por conta própria. Não sabemos quem, de fato, era seu novo sócio, mas a julgar pelo sobrenome, a hipótese mais provável é que fosse o impressor do veículo, que se chamava Raimundo Carneiro.

Na transição dos anos de 1911 e 1912 outras mudanças ocorreram. A tradicional coluna Expediente, que surgiu nos primeiros exemplares da publicação, deixou de circular e as seções com temáticas diversas, diminuíram. As charges de Raimundo de Oliveira continuavam a ter destaque, mas a diversidade foi cedendo lugar a uma linguagem ainda mais partidária. Nesse mesmo período, Requião pareceu ter recuperado a direção da *Gazeta de Notícias*, jornal que fora de sua propriedade. Para esse jornal levou alguns dos profissionais que trabalharam na *Revista do Brasil*, a exemplos de Rafael Spinola e seu sobrinho, Altamirando Requião. Aparentemente, entre 1912 e 1913, o magazine foi desaparecendo aos poucos, ao mesmo tempo em que José Alves Requião consolidava seu trabalho na *Gazeta de Notícias*. Nesse jornal, surgiram inúmeras notas que anunciavam um provável retorno da revista, algo que não se concretizou.

¹⁵³*O Malho*. BNdigital. 15 set 1906, ano 5, nº 209, p. 27.

PARTE 2: A *REVISTA DO BRASIL* NAS CRISES POLÍTICAS DE 1907, 1910 E 1912

CAPÍTULO 3 - A CRISE DO PARTIDO REPUBLICANO BAIANO DE 1907

Vamos ver em que dá o desafio
 Dos dois dessa Bahia
 Um de *pinho* já apronta o seu cacete
 E o outro pra tomar o seu forte
 Bota no fogo, o *tosta*, e assim dispostos
 Preparam a arrelia.¹⁵⁴

O trecho acima foi publicado pela *Revista do Brasil* e apresenta o cenário das eleições estaduais de 1907, que culminaram com a crise do Partido Republicano Baiano (PRB), um dos mais importantes partidos políticos do Brasil no início da era republicana. Esses versos foram extraídos de uma de suas principais colunas - as Pimentinhas - e refletem o clima acirrado que a política desse estado vivenciou, ao longo da disputa travada em 1907. Neste capítulo, apresentaremos como o periódico de José Alves Requião, ao unir humor e política, representou o desenrolar desses acontecimentos e, de forma mais evidente, como se posicionou frente às disputas e alianças que foram estabelecidas.

Entre o final de 1906 e início de 1907, o periódico publicou as primeiras notícias de um conflito entre o governador, José Marcelino e o então senador da República, Severino Vieira, duas grandes lideranças baianas. Nos bastidores políticos, já corriam as notícias de que Marcelino pensava em indicar Araújo Pinho como candidato ao governo do estado. Uma notícia que foi vista como uma ameaça ao grupo de Severino Vieira, que não escondia o desejo de ter, como candidato, um nome mais próximo de sua ala. A disputa entre essas facções partidárias não era nova, mas, até então, não havia se concretizado abertamente. O evento chave para tanto ocorreu em 10 de abril de 1907, quando houve a confirmação do nome de Araújo Pinho para concorrer às eleições estaduais, que ocorreriam em janeiro de 1908, pelo grupo marcelinista. A indicação foi oficializada pelo porta-voz do governo, sendo anunciada também pelos jornais governistas, dentre eles, a *Revista do Brasil* que, como fez desde suas primeiras edições, manteve o apoio ao grupo situacionista.

Tal gesto gerou o posicionamento contrário de Severino Vieira, que rebateu, afirmando não ser uma decisão pessoal do governador a indicação do nome de quem concorreria a um pleito, pois, era necessário, para tanto, ter o aval da maioria da Comissão Executiva do PRB – comissão essa que era presidida por Vieira. Sem um acordo que pudesse conciliar essas divergências, a cisão da agremiação poderia não ter mais volta. Foi o que começou a se

¹⁵⁴ *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1907, ano 1, n. 22, p. 26, grifos do autor.

desenhar, visto que os dois líderes partiram para buscar apoios junto aos coronéis regionais, que formavam as bases políticas do PRB. O senador Vieira não foi bem-sucedido nesse campo, uma vez que a maioria desses chefes políticos escolheu ficar ao lado da máquina estadual liderada por Marcelino, a exemplo da recusa de Miguel Calmon em apoiá-lo - apesar de ele ter sido lançado na vida política pelas mãos de Vieira, quando era governador da Bahia. Fato concretizado em 12 de abril de 1907.

Entretanto, Vieira ainda tinha o apoio da maioria do Parlamento do estado da Bahia, que nessa época se dividia entre o Senado e a Câmara estaduais, além de boa parte dos deputados federais.¹⁵⁵ O apoio desses deputados e senadores eleitos dava ao político bastante poder de negociação, contrabalançando o peso das adesões feitas ao grupo marcelinista. Severino utilizou essas bancadas para realizar, em 15 de abril de 1907, uma Convenção do PRB, cujo intuito era barrar a candidatura de Araújo Pinho, invalidando a escolha do governador. Porém, ele não obteve sucesso e a candidatura de Pinho foi conseguindo se viabilizar com a adesão de importantes nomes do cenário político nacional.

O mais importante deles era o apoio do senador federal Rui Barbosa que, mesmo residindo no Rio de Janeiro, acompanhava de forma detalhada a crise política por que passava seu estado natal. Naquele momento, Barbosa se preparava para representar o Brasil no Congresso Internacional de Paz de Haia, que aconteceria em 1907, e de longe, esforçava-se para validar junto aos deputados e senadores federais o nome de Araújo Pinho. Algumas informações apontam que seu empenho foi tão grande, que teria sugerido abdicar de sua viagem para Haia, para tentar resolver a grave situação. Entretanto, a alternativa encontrada por Rui Barbosa foi fazer uma passagem pela Bahia, antes de embarcar para o congresso em Haia. Sua vinda ao estado, em 24 de maio, é vista como um ato fundamental para fortalecer a candidatura da hoste governista do PRB.

Apesar disso, o senador Vieira embaralhava ainda mais o jogo político. Com o argumento de que caberia à Comissão Executiva do PRB decidir quem seria o candidato, foi realizada uma segunda convenção da ala severinista do PRB, entre 26 e 29 de junho de 1907, na sede do *Diário da Bahia*. Nessa reunião foram eleitos os membros do Conselho Geral do PRB - todos de sua confiança - e foi apresentado o nome de Joaquim Inácio Tosta, como o “único candidato do partido” à sucessão estadual.¹⁵⁶ Assim, ficou estabelecido que, para o pleito

¹⁵⁵Na época, a Câmara baiana tinha um total de 42 deputados e o Senado estadual tinha 21 parlamentares, como aponta PANG, 1979, p. 97.

¹⁵⁶SAMPAIO, 1978, p. 98.

de 1907, haveria dois candidatos do PRB, cada um deles representando uma facção da agremiação.

Entre a confirmação das duas candidaturas e o dia da eleição, ou seja, entre junho de 1907 e janeiro de 1908, o que se viu foi uma disputa bastante acirrada. Em Salvador, ocorreram os *meetings* e outras cerimônias políticas que chamavam a atenção da população soteropolitana. Além da capital, a campanha foi também marcada por viagens dos candidatos e de seus respectivos padrinhos políticos às cidades do interior da Bahia, locais em que eram realizados encontros com autoridades e também comícios. Boa parte da imprensa da capital apoiou o governador. Contudo, Severino Vieira utilizava-se do *Diário da Bahia* para se defender dos ataques dos periódicos que sustentavam os marcelinistas e, claro, também possuía uma base política, construída desde os tempos de governador. As informações colhidas juntos às fontes e à literatura especializada que trata do evento indicam que o senador Vieira teve vantagem em boa parte dos meses iniciais dessa campanha, o que mostra seu grande poder político.

Mas alguns acontecimentos fizeram o jogo mudar, favorecendo o governador. Um dos mais decisivos foi a adesão do grupo que se organizava em torno de outro importante líder baiano, J.J. Seabra, também uma facção dentro do PRB, que tinham quadros relevantes no legislativo do estado e viu, nessa disputa, uma oportunidade de ampliar seu espaço nesse partido e na política baiana. O apoio formal de Seabra ao candidato Araújo Pinho, ocorreu em um evento realizado no Teatro Politeama, em 10 de janeiro de 1908, quando se estabeleceu uma estratégia reveladora da complexidade existente no interior dos partidos da Primeira República e da competição que isso implicava. Neste caso: apesar dos seabristas desejarem manter as críticas que faziam ao governador Marcelino, o grupo apoiaria o nome de Araújo Pinho, uma vez que a facção de Severino Vieira e, portanto, seu candidato, eram seus principais desafetos no estado. Quer dizer, é aquela história: “quem é inimigo de meu inimigo, é meu amigo” (mesmo que por pouco tempo).

As eleições ocorreram em 28 de janeiro de 1908. Como as demais pugnas eleitorais da Primeira República, oposição e situação se utilizaram das práticas usuais à época, dentre elas, as fraudes, que, como sabemos, são indícios da acirrada competição existente em um pleito; expediente que se alastra exatamente nos momentos de eleições com candidatos de grupos políticos fortes. Tudo para garantir um bom resultado nas urnas, o que não estava assegurado por alianças anteriores. O saldo da eleição foi desanimador para os severinistas, que só ganharam em 34 municípios, enquanto o governador e seus próceres ganharam em 93.¹⁵⁷

¹⁵⁷Ibidem.

Porém, a batalha ainda não estava totalmente acabada, pois, segundo as leis estaduais da época, o resultado do voto popular teria de ser respaldado pelo Parlamento da Bahia que teria de fazer a apuração e o reconhecimento do vitorioso. Tanto na Câmara estadual quanto no Senado baiano, Severino Vieira tinha a maioria. Por isso, ele continuava a manter esperanças de levar seu pupilo ao Executivo do estado, atuando nessas etapas da eleição. Em 28 de março de 1908, as duas casas legislativas se reuniram para fazer a verificação do resultado.

Nessas sessões era preciso que os situacionistas tivessem número suficiente de parlamentares para respaldar o resultado das urnas. A tática do governo foi utilizar da força da polícia estadual para manter o Parlamento baiano em funcionamento e impedir que os partidários de Severino Vieira fossem maioria. Apesar dos severinistas também se utilizarem de seus jagunços, o aparato policial do governo garantiu o reconhecimento do nome de Pinho.¹⁵⁸ Meses após a confirmação de seu nome, em 28 de maio de 1907, o novo governador tomava posse, em evento marcado pela presença de várias autoridades locais, estaduais e federais, e também por populares.¹⁵⁹ Todas as datas e eventos sinalizados até agora estão presentes, cronologicamente, na “Linha do tempo 2: a Cisão do PRB (1907), logo a seguir:

¹⁵⁸ PANG, 1979, p. 97.

¹⁵⁹ *Fon-Fon*. BNdigital. 20 de julho de 1908, ano 2, n.11, p. 22. A revista *Fon-Fon* publicou fotos da posse de Araújo Pinho destacando a presença de José Marcelino, do intendente de Salvador, Carneiro da Rocha, e de José Joaquim Seabra, além de mostrar uma grande multidão acompanhando o ato.

¹⁵⁹ PROPP, 1992, p. 85.

Linha do Tempo 2: A CISÃO DO PRB (1907)



Fonte: informações fornecidas pela *Revista do Brasil* e pela historiografia do tema.

Os fatos narrados acima estavam sob a mira da *Revista do Brasil*, que acompanhou o desenrolar desses acontecimentos desde o início, posicionando-se e utilizando-se do humor para, ora defender seus correligionários, ora para ironizar seus adversários. A pesquisa acerca

da crise do Partido Republicano Baiano demonstra como o papel da imprensa era fundamental dentro do aparato partidário, pois ela informava sobre os bastidores, envolvia-se nas tramas internas de gabinete e incitava as autoridades a tomarem decisões. Esse foi o caso do magazine em análise, que comprometido com um projeto de intervenção na política, posicionou-se frente aos grupos que se movimentavam face à cisão do PRB em 1907.

3.1 - Humor e política na crise política de 1907

O cômico, a sátira e a piada, que estão presentes na *Revista do Brasil*, são gêneros de algo maior: o riso. Ao longo do tempo, alguns estudiosos se perguntaram: por que rimos? O que nos faz rir? No livro, *O riso e o risível na história do pensamento*, Verena Alberti defende que a chave para respondermos a essas questões está na forma como a filosofia, da Antiguidade aos dias atuais, explica o que é o riso. Para a historiadora, os filósofos do mundo antigo, como Platão, enxergavam no riso algo que nos afastava da “verdade”, porque o ato de rir, para esses pensadores, seria resultado de um falso prazer, já que o “verdadeiro” prazer só seria alcançado através da sabedoria. Esse tipo de compreensão - que deixava o riso como algo à parte, distinto ou até inverso ao mundo das “verdades” - influenciou boa parte dos textos filosóficos de épocas posteriores, a exemplo da Idade Média, em que se acreditava que o ato de rir afastava os homens de Deus.¹⁶⁰

Aos poucos essa noção de que o riso não tinha relação com a verdade foi se modificando. A partir do século XIX, percebe-se que alguns estudiosos afastaram-se dessa concepção formulada na Antiguidade, e passaram a entender o riso como algo central para a filosofia. Analisando as obras de filósofos e pensadores como Nietzsche, Freud e Schopenhauer, Alberti demonstra que foi nessa época que se montaram as bases para uma nova visão do cômico em que o riso passou a ter a capacidade “de nos fazer reconhecer, ver e apreender a realidade que a razão séria não atinge”.¹⁶¹ Assim, o risível, isto é, aquilo que provoca o riso, foi se modificando ao longo do pensamento ocidental, variando e podendo abarcar desde um defeito inofensivo, a um instrumento de moralização ou mesmo o próprio trágico, como assinalavam alguns filósofos.

Já na concepção de Vladimir Propp, não devemos enxergar o riso como algo obrigatório ou natural. O homem ri. Mas, isso depende de uma complexidade de fatores culturais que

¹⁶⁰ ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio Janeiro: Zahar, FGV, 1999, p. 8

¹⁶¹ Ibidem, p. 12

explicam o porquê algumas pessoas acham graça de certas anedotas e outras não. Cada época e cada povo possuem seus próprios sentidos de humor e de cômico, o que pode explicar porque o riso francês se distingue pelo seu “refinamento”, o alemão pelo seu “peso” e o inglês pela zombaria, ora “bonachona” ora “caustica”. É possível, inclusive, enxergar vários tipos de riso em uma mesma cultura nacional, em que as variadas camadas sociais têm sentidos e formas distintas de expressar o seu humor.¹⁶²

O riso não é natural, dependendo dos grupos sociais e dos momentos no tempo. O que vale questionar um dos aspectos mais trabalhados nas caricaturas da *Revista do Brasil* e dos demais periódicos ilustrados do mesmo período, isto é, a representação de detalhes exagerados do corpo humano com o intuito de provocar o riso. Durante algum tempo, acreditou-se que para darmos risadas bastaria que os caricaturistas e demais profissionais do humor acentuassem o que eram considerados como “defeitos” de determinados sujeitos. Assim, visando colocar algumas pessoas como bobas e ridículas era comum retratá-las como altas ou gordas demais, com nariz demasiadamente grande ou outro aspecto físico marcante. Porém, Propp entende que o riso, nesse caso, só é possível quando os aspectos físicos de quem está sendo representado se sobressaem em relação aos aspectos espirituais, isto é, “quando quem ri vê na pessoa, antes de mais nada, seu ser físico, ou seja, no sentido literal do termo, seu corpo”.¹⁶³ Entende-se aqui como aspectos espirituais o sentido e a significação interior de uma pessoa que deve se tornar uma característica trivial em comparação a seus “defeitos”. Um exemplo importante é a representação comumente associada a Rui Barbosa pelos chargistas do período. Várias imagens cômicas traziam o senador baiano com uma cabeça grande e desproporcional a seu corpo, indicando a característica mais associada a ele: a inteligência.

Essas questões são muito importantes para entendermos a atuação da *Revista do Brasil*, pois uma das facetas do humorismo do início do século passado foi canalizar os ódios e ressentimentos dirigidos a específicos grupos sociais ou personalidades, através de uma espécie de militância do humor. No Brasil, os profissionais do riso (caricaturistas, comediante, artistas e jornalistas desse ramo) manifestavam-se, em boa parte do tempo, por meio de renitentes preconceitos raciais ou mesmo por polêmicas pessoais e ataques contra algo ou alguém.¹⁶⁴ Assim, ao analisarmos as charges e os textos cômicos da *Revista do Brasil*, identificamos que esse periódico compartilhava de um tipo de humor muito usual à época e que se voltava contra

¹⁶²PROPP, V. **Comichidade e riso**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ed. Ática, 1992, p. 32.

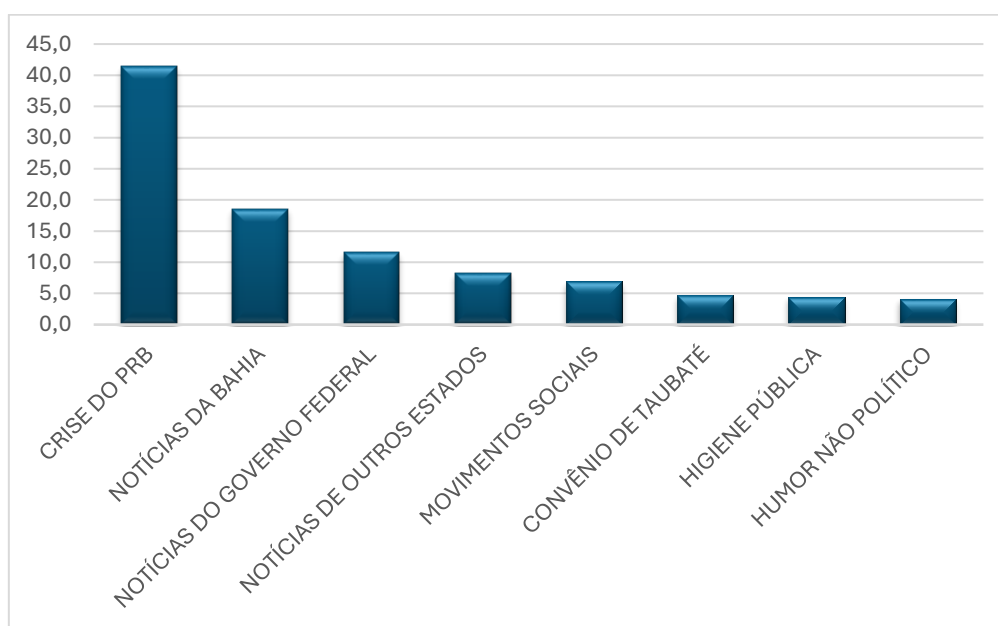
¹⁶³ Ibidem, p. 45.

¹⁶⁴SALIBA, 2002, p. 113.

seus adversários, representando-os sempre em situação de ridículo, recurso clássico para fazer rir pelo rebaixamento que era então produzido.

Em 1907, em pleno ano da crise do PRB, a revista completava seu primeiro ano de existência. Em relação ao início de suas atividades, em meados de 1906, foi possível notar que o periódico se transformou significativamente, visto que possuía um corpo editorial mais experiente. No quesito humor, essa mudança ficou ainda mais evidente, pois encontramos uma boa quantidade de textos cômicos e charges. No que se refere às charges e caricaturas, as temáticas acompanhavam o desenrolar da vida política nacional, estadual e alguns acontecimentos do cotidiano baiano. Para resumir as temáticas predominantes que foram encontradas nesse período, apresentamos o gráfico 1.

Gráfico 1 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1907 (por porcentagem)



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1907.

*

Elaboramos gráficos como o descrito acima pensando que as charges e caricaturas representavam a principal linguagem de comunicação da *Revista do Brasil* com o seu público. Como já evidenciamos, foram encontradas em um número consideravelmente elevado e se diferenciavam de tudo aquilo que era produzido pela imprensa baiana nesses anos, que privilegiava as colunas escritas. Por isso, escolhemos analisá-las elaborando três gráficos que resumem as temáticas que mais veicularam nos anos de crise da política desse estado: 1907 (que está apresentado acima), 1910 (que será visto do capítulo 4) e de 1912 (que mostraremos no último capítulo). Muitas vezes, essas imagens refletiam os assuntos que eram tratados nas

demais seções do magazine, por isso resolvemos apresentá-las por meio desses dados. Foram incluídas nesses gráficos as temáticas de todas as charges produzidas para o conteúdo desse veículo, nesses anos, excetuando-se as caricaturas que representavam colunas como Altos e Baixos, Pimentinhas, Ferroadas etc., pois elas apenas se repetiam por várias edições.

Posto isto, no gráfico 1 é perceptível a predominância da crise do Partido Republicano Baiano como o assunto mais tratado em 1907. Mas, além da divisão do PRB, o veículo de Requião se voltou para outras tramas partidárias que aconteciam dentro da Bahia, especificamente, as querelas políticas da Intendência da capital baiana e de outras cidades do interior (que ocupam o segundo lugar no gráfico). A produção humorística desse periódico abordou também as disputas políticas que aconteciam a nível federal, a exemplo das contendas partidárias que surgiam dentro do Parlamento brasileiro e os desafios políticos enfrentados pelo então presidente Afonso Pena e o seu ministério, onde, vale lembrar, havia um nome baiano. Dentro desse quesito, se incluí imagens cômicas que retratavam questões como as relações internacionais do Brasil (referentes às suas fronteiras e às viagens oficiais do presidente). Já as “notícias de outros estados”, outro tema apresentado acima, se referem aos conflitos políticos ocorridos em outros entes federados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará, nos quais aconteceram pugnas eleitorais de caráter sucessório, que foram observados pelo olhar curioso e afiado dos caricaturistas do magazine.

Entre os temas nacionais que despertaram a atenção dessa publicação, temos o Convênio de Taubaté, criado em 1906, como uma parceria entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os maiores estados cafeicultores do país, que visavam a valorização do café, através da criação de um preço mínimo para a venda do produto. Destacamos o assunto em separado, no gráfico, devido a quantidade expressiva de charges que foram dedicadas ao acordo (que foi bastante criticado pela publicação). O periódico comparava a atenção dada a esse produto, com a situação da agricultura da Bahia que, também em dificuldades, não tinha prestígio para uma mobilização da União. Um dos pontos de maior combate da revista foi um empréstimo de valor considerado exorbitante feito pelo Estado brasileiro, no exterior, visando garantir a aplicação das medidas do Convênio. Várias charges sobre o assunto foram então elaboradas. Em uma delas, R. de Oliveira trouxe a figura de um banqueiro inglês para representar a dívida contraída. Nas legendas da charge o banqueiro aparece com um forte sotaque que misturava a língua inglesa com o português e, conversando com os membros do Convênio, vangloriava-se da quantia que tinha para emprestar (ver figura 17).

Figura 17- Charge “3 milhões- Convênio de Taubaté – A conferência”



Fonte: Revista do Brasil. BNdigital. 01 de julho de 1907, ano 2, n. 1, p. 16. Autoria da charge: R. de Oliveira.

Legenda:

Afonso Pena: Seu Nilo, que acha você do empréstimo de três milhões de esterlinos que a União vai contrair para São Paulo?

Nilo Peçanha: Penso que devemos empregar todos os meios para que esse empréstimo seja uma realidade, mesmo porque se ele não for feito, morrerá o Convênio e com ele seu grande autor o David Campista. Peço-lhe, entretanto, que obrigue o Tibiriçá a comprar o café do João Pinheiro como o do Backer.

Tibiriçá: Sim! Sim! Comprarei todo o café do Brasil... prometto!

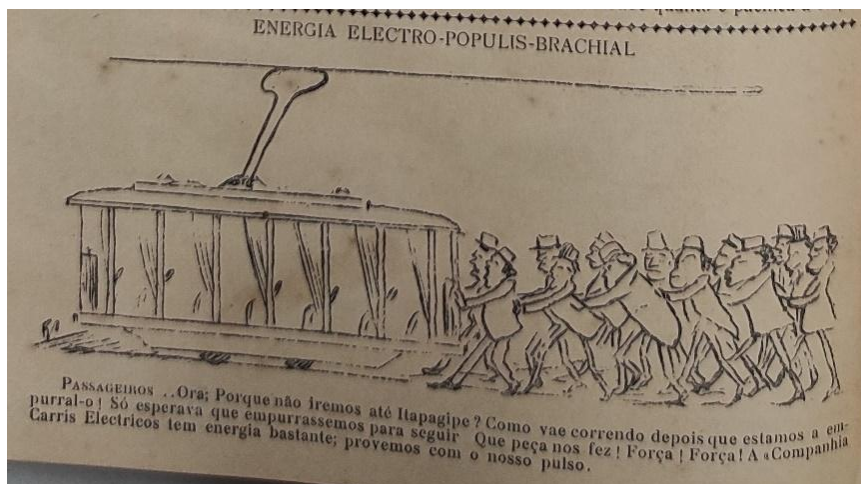
O inglês: Dinheira coma cabelha de sapa, coma talenta cabeluda de Ruy Barbosa, mister Buff tem aqui; questão é garantir. Quer, não perde tempa. *Time is Money*.

Dr. Alfredo Backer (sozinho): Só quero ver o que vem para o estado do Rio (grifos do autor).

Para além dos assuntos partidários, dominantes no gráfico 1, no ano de 1907 o periódico de Requião atentou-se a uma questão que, por vezes, era citada em charges (e também em várias colunas), isto é, a higiene pública. Ao publicar essas imagens, a *Revista do Brasil* visava cobrar da intendência de Salvador e do governo baiano a canalização dos esgotos, a vacinação contra a varíola e o combate à peste bubônica, doenças que tinham um potencial de mortandade muito grande à época. Ainda ocupando um lugar estratégico no gráfico, temos o assunto dos movimentos sociais que foram vistos tanto na capital e no interior do estado. Essas imagens que tratavam dos conflitos sociais incluíam greves, revoltas populares, a repressão ao jogo do bicho (que acontecia no Rio de Janeiro), além da mobilização da população urbana para a melhoria do transporte público etc.) No que toca no último quesito, citamos a precária situação dos

bondes da capital do estado, alvo do veículo, que cobrava a limpeza dos carris e criticava os constantes atrasos (ver o exemplo da figura 18).

Figura 18 - Charge “Energia electro-populus-brachial”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 28 de fevereiro de 1907, ano 1, n. 20, p. 4. Autoria da charge: R. de Oliveira.

Legenda:

Passageiros: Ora; Por que não iremos até Itapagipe? Como vai correndo depois que estamos a empurrá-lo! Só esperava que empurrássemos para seguir. Que peça nos fez! Força! Força! A companhia Carris Elétricos tem energia bastante; provemos com o nosso pulso.

Na imagem acima, vemos uma crítica à companhia de carris elétricos que fazia o transporte para locais como a Península de Itapagipe, região localizada na capital baiana. Para o periódico, a citada empresa oferecia um péssimo serviço aos seus passageiros, que na imagem são representados empurrando os bondes devido à falta de eletricidade (reclamação que era constante na época). Como veremos em algumas passagens dessa tese, a temática da precariedade dos bondes de Salvador foi um assunto que mobilizou o periódico. Mesmo que em uma porcentagem bem menor, encontramos ainda charges que utilizavam a criatividade para fazer publicidade dos patrocinadores e aquelas que retratavam momentos corriqueiros da vida citadina e não tinham nenhum caráter político (que apareceram de forma minoritária no ano de 1907).

Porém, a grande maioria dessas charges se voltou para a divisão do Partido Republicano Baiano, assunto no qual a revista tinha o maior interesse, posicionando-se ao lado do grupo do governador José Marcelino. Nessas imagens cômicas, a *Revista do Brasil* apresentava as autoridades envolvidas nessa crise com suas características físicas bastante exageradas, sobretudo, quando políticos. Acentuar aspectos do corpo - como o tamanho do nariz, o diâmetro da cabeça, a falta ou o excesso de peso e/ou estatura – sempre foi algo presente nas caricaturas,

visto que o exagero é uma das características primordiais desse tipo de representação.¹⁶⁵ Araújo Pinho, por exemplo, era caracterizado por sua magreza e altura proeminentes; José Marcelino, por sua longa barba branca; e Severino Vieira, por seus marcantes olhos esbugalhados. A charge abaixo (figura 19) traz um diálogo entre esses chefes políticos, num dos momentos iniciais da divisão do PRB, todos devidamente caracterizados.

Figura 19 - Charge “Enterro dos ossos: três discursos”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de fevereiro de 1907, ano 1, n. 19, capa.
 Autoria da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda: Enterro dos ossos – Três discursos

Severino: Seu Marcelino, o partido Republicano da Bahia, que elegeu governador, por mim, que sou o seu chefe, lhe manda dizer que se acha muito satisfeito com a independência de sua administração, porquanto você tem sabido cumprir religiosamente os deveres de bom e leal amigo, mantendo-se sempre com esse partido inquebrantável solidariedade. Não podia, nem pode ser outro, o seu procedimento, sob pena, de cada qual, procurar seu rumo. É e **será franca sua liberdade de ação, dentro dos limites que lhe der meu partido.**

Araújo Pinho: Meu compadre e amigo, o banquete já passou e aqui estão os ossos. Não se curve aos **cânticos da sereia**, mostre de fato, sua independência e se convença de que sua administração, não é para o partido do sr. Severino, porém, para a Bahia, para o Brasil, assinalará a vitória do regime republicano e do progresso dessa Mulata Velha. Seu prestígio, hoje, no mundo político do Brasil não carece da tutela do sr. Severino.

Zé Marcelino: Tenho certeza de ter cumprido até hoje os deveres de primeiro magistrado da Bahia, dentro do programa de meu partido, mas, se aqueles que desejam ser meus tutores chegar mostarda ao meu respeitável nariz, a todos, então, com máxima independência mostrarei com quantos paus se faz uma canoa.

Zé (dirigindo-se ao dr. Marcelino): [ilegível]
 (grifos do autor)

¹⁶⁵ PROPP, 1992, p. 85.

A imagem traz alguns pontos que chamam a atenção, o primeiro se refere à materialidade do magazine. Como é observado, a capa apresenta cores intensas e comuns aos jornais ilustrados da época (como o vermelho, azul e o preto) e a utilização de letras cursivas para destacar o nome do periódico (ao contrário das imagens 14 e 15, no capítulo anterior, que apresentam letras de imprensa nesse item). Notamos que o design gráfico da revista não era padronizado e poderia se modificar a cada edição de acordo com a criatividade de seus organizadores. O outro ponto em relevo é a charge que estampa a página. Intitulada de “Enterro dos Ossos: três discursos”, ela é uma alusão ao jantar político oferecido pelo então governador José Marcelino a seus colegas de partido, em fevereiro de 1907, com o intuito de apaziguar os ânimos da ala severinista do PRB, que já mostrava sinais de descontentamento. Nela há três chefes políticos que estão sendo representados: Marcelino (ao centro da mesa), Pinho (em pé, do lado direito) e Vieira (à esquerda, sentado), que parecem reafirmar suas posições em meio as primeiras notícias de ruptura, que culminariam com a crise dessa agremiação.

A conjuntura da charge é melhor entendida se levarmos em conta o posicionamento político adotado pela *Revista do Brasil* em meio a essa crise, pois, como iremos notar, José Alves Requião foi um dos mais ferrenhos opositores ao severinismo. A explicação dada por esse veículo para a origem da cisão do PRB era a de que houve, por parte de Severino Vieira, a quebra de um suposto pacto político que teria sido estabelecido entre ele e o governador José Marcelino na transição de seus mandatos. O desrespeito a esse acordo, segundo a revista, foi estopim, pois Vieira não aceitou a autonomia de Marcelino para liderar sua sucessão. Essa narrativa permeou toda a linha editorial do magazine, que enfatizava a atitude da ala severinista. Nesse aspecto, a figura acima direciona o leitor a concluir que o então senador seria o membro desagregador que causou a discórdia em seu partido.

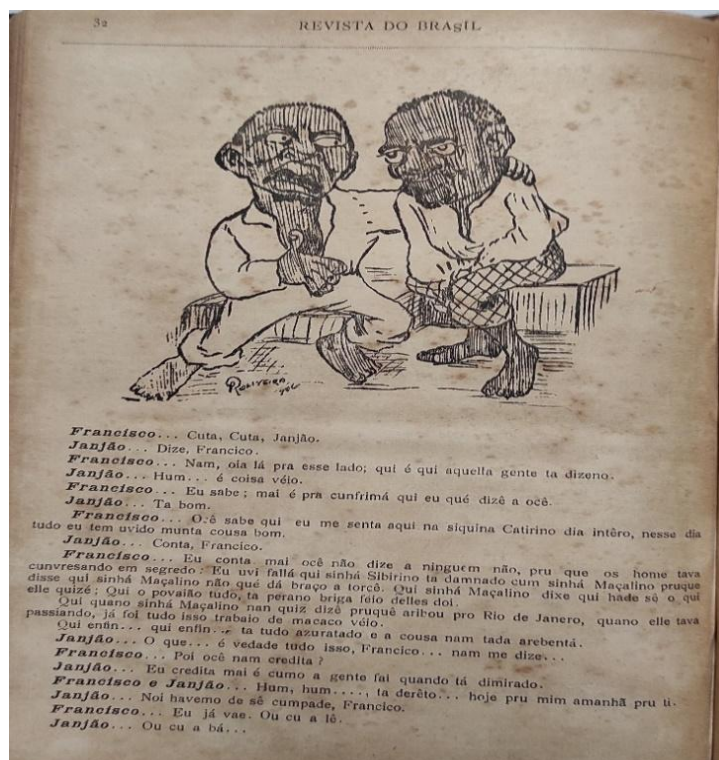
Ainda na imagem 19, em segundo plano, atrás da cortina e longe das autoridades, aparece o Zé Povo, personagem que foi símbolo das reivindicações da vida cotidiana brasileira. Criado em Portugal, pelas mãos de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), em 1875, na revista *Lanterna Mágica*, o Zé Povinho também representava, nesse país, as mazelas sofridas pela sociedade, devido aos desmandos dos políticos. A personagem atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil quando Bordalo morou no país entre 1875 e 1879 para trabalhar em alguns periódicos cariocas. Nesse período, ajudou a difundir o Zé em nossa imprensa, popularizando-o no imaginário nacional por várias décadas seguidas. Nesse sentido, ele também figurou na *Revista do Brasil* ganhando uma adaptação para o cenário político-social da Bahia. Na charge acima, apesar de sua fala estar ilegível, sua função é clara: a de reafirmar a posição da revista em apoio à decisão do governador José Marcelino.

Ao longo da tese, apresentaremos as variadas atribuições desse Zé Povinho que foi a representação caricatural predominante nesse periódico. De modo geral, o Zé criado em solo baiano mantinha a mesma essência da personagem criada por Bordalo Pinheiro, que foi difundida nos magazines brasileiros. Isto é, o de ser vítima das ações da classe política. Entretanto, a *Revista do Brasil* via nessa figura um instrumento eficaz de mobilização e utilizou-o para seu propósito de intervenção na política. Nas imagens, geralmente, ele aparecia afastado, sem dialogar com as personagens, salvo em raras exceções, quando era apresentado conversando diretamente com outra pessoa. Mas, quando isso acontecia, sua função era dar conselhos, na maioria das vezes, aos chefes políticos. Inclusive, essa era a sua principal finalidade: dar pitacos, advertir ou complementar uma ideia que representava a opinião do periódico. Nas próximas páginas, será possível notar que esse Zé Povinho, ainda, representava a consciência política ou um alter ego da *Revista do Brasil* que era utilizado para emitir opiniões ou reafirmar a ideia central de uma imagem.

Na crise de 1907, a revista dispunha de uma produção cômica variada, que contou com outros personagens, além do típico Zé. Até 1908, a imagem de Francisco e Janjão, de Raimundo de Oliveira, foi vista, com frequência, trazendo um diálogo entre os dois amigos que comentavam, desde assuntos políticos, até os problemas do cotidiano da população, a exemplo da precária situação dos bondes elétricos que faziam o transporte público em Salvador.¹⁶⁶ Geralmente, essa charge era a última imagem da revista e ocupava o espaço de toda uma página. A figura 20 apresenta uma conversa entre esses dois compadres, como se denominavam, confabulando sobre o assunto que dominava o noticiário dos principais jornais da capital: as desavenças entre José Marcelino e Severino Vieira.

¹⁶⁶ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de março de 1907, ano 1, n.21, p. 30.

Figura 20 - Coluna Francisco e Janjão



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 31 março de 1907, ano 1, n. 22, p. 32. Autoria da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

(...) Francisco: Eu conta. maiocê não dize a ninguém, não, praquê os home tava cunvresando em segredo: Eu uvi fala que sinhá Sibirino tá damnado cum sinhá Maçalino praque disse qui sinhá Maçalino não qué dá braço a torcê. Qui sinhá Maçalino dixe que hade sê o qui lhe quizê; Qui o povaião tudo, ta perano briga feio dele doi.

Qui quando sinhá Maçalino nan quiz dizê praquê aribou pro Rio de Janeiro, que quando ele tava passando, já foi tudo isso trabaio de macaco véio.

Que enên...que enên...ta tudo azuratado e a cousa nam tada arebentá...

Janjão: O que... é vedade tudo isso, Francisco nam me dize...

Francisco: Poi ocê nam credita?

Janjão: Eu credita mai é cumo a gente fai quando tá dimirado.

Francisco e Janjão: hum...hum...ta derêto...hoje pru mim amanhã pru ti.

Francisco: Eu já vae. Ou cu a lê.

Janjão: Ou cu a bá

Em tom de fofoca, Francisco e Janjão comentam acerca da queda de braços entre “Maçalino” e “Sibirino” - como eles são chamados no diálogo - em torno da sucessão do Executivo baiano. Como dito acima, até a data dessa edição, a ruptura dos dois líderes do PRB não havia sido oficializada e o que se sabia eram rumores que eram divulgados pela imprensa. Provavelmente, os bastidores reverberavam entre o “povo miúdo” que não participava das tramas internas do poder e que era representado por Francisco e Janjão. Outro quesito que notamos são as legendas. Elas estão repletas de erros ortográficos e gramaticais que são apresentados de forma proposital. Na *Revista do Brasil*, e também em outros magazines ilustrados, os personagens negros eram sempre apresentados por meio de caricaturas jocosas e

preconceituosas que as legendas acentuavam com a ausência da norma culta da língua portuguesa.

A questão da identidade racial é reforçada ainda mais se compararmos as figuras 19 e 20. Além de expressar um português sem erros, como veremos nas próximas charges, o tradicional Zé Povo, geralmente era apresentado como um personagem branco. Quando o contrário acontecia, os mesmos recursos depreciativos empregados nas caricaturas similares a Francisco e Janjão eram utilizados no Zé. Marco A. da Silva salienta que nas revistas *O Malho* e *Fon-Fon* a etnia desse desenho variava conforme o contexto e os caricaturistas. Assim, elementos como os cabelos eriçados e o desmazelo eram relacionados aos mulatos ou negros, enquanto a magreza, as orelhas avantajadas, cabelos lisos etc. eram associados aos brancos. Para o historiador, a definição racial dessa ilustração se apresentava como um mecanismo de identificação e diferenciação possíveis entre o Zé Povinho e o leitor.¹⁶⁷

Como apontam alguns estudiosos, o Zé é uma das representações ilustradas do que a vanguarda intelectual e artística brasileira entendia como “povo”. Uma categoria ampla para época, por abranger parte da população presente nas estatísticas (encontrada nos censos), nas eleições (uma minoria votante) e aqueles presentes nas ruas (que não participavam da política oficial, mas atuavam de forma marginalizada).¹⁶⁸ Na Primeira República, essa *intelligentsia* se viu diante do dilema de construir uma nação em meio a um “povo” que ainda não era definido e que para alguns nem mesmo existia.¹⁶⁹ Assim, o Zé Povo se tornou uma resposta para aqueles que buscavam formas de entender aquela sociedade. Na *Revista do Brasil*, que estava inserida nesse debate, o Zé foi utilizado politicamente para emitir opiniões e fazer perguntas simples, delegando a voz do personagem a alguma autoridade que eles apoiavam.

Caricaturas como as citadas acima se intensificaram a partir do segundo ano do periódico, com um viés ainda mais partidário. Apesar de publicar desde o início matérias que traziam críticas e/ou elogios aos chefes políticos, a *Revista do Brasil* repetia um discurso comum aos veículos de imprensa da época, isto é, o de neutralidade em relação aos assuntos do poder. Mas, com a análise das edições que repercutiram a crise de 1907 mostra, é possível perceber que esse discurso parecia cada vez mais não se sustentar, pois o episódio exigiu do magazine posicionamentos. Algumas das charges encontradas procuravam mesclar as disputas que aconteciam no plano nacional com aquelas que surgiram nesse estado, como o caso da cisão

¹⁶⁷SILVA, 1990, p. 21.

¹⁶⁸CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. Revista USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, novembro de 2003, p.113.

¹⁶⁹Cf. SALIBA, 2002.

do partido republicano. A charge (figura 21) denominada de Os Xifópagos, gêmeos siameses em grego, é um claro exemplo.

Figura 21 - Charge “Os Xifópagos”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de abril de 1907, ano 1, n. 23, folha de rosto. Autor da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Zé Marcelino: Ah! Quero me mover e não posso. Sinto-me forte, animado, mas essa trouxa que tenho do lado, esse peso enfadonho perturba-me por inteiro as energias. Separem-me, por piedade, ou antes matem-me que é atroz o suplício desse acontecimento.

Severino (fanhoso): Se desligarem estou frito. Adeus minhas encomendas. Aquele monstro das sete cabeças, santo Deus, com aquele trinchete está me agoirando mal. Que lâmina fria, penetrante, dolorosa; liquidam-se o canastro, pois não tenho vida própria...

A ilustração faz alusão à aliança eleitoral feita, em 1906, entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia para apoiar a candidatura do mineiro Afonso Pena à Presidência da República. Chamada de Bloco, essa coligação contou com a adesão das elites desses entes federados, que tinham o objetivo de combater a hegemonia de São Paulo na política nacional, sendo considerada pela historiografia como a primeira aliança que desafiou os paulistas, desde o início da República.¹⁷⁰ Como vemos acima, o Bloco é representado por

¹⁷⁰VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; SOARES, Livia Freitas. Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de “O Malho”. *Revista de História*, São Paulo, n. 177, p. 01–31, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/shSx4zJjDSvYDBJCKzvSpsS/>. Acesso em 23 de março de 2014. É necessário citar que, no poder, Afonso Pena contou com o apoio de São Paulo. Seu governo foi sustentado por membros do *Bloco* e também por um grupo de ministros e apoiadores que foi denominado de “Jardim da Infância”.

um corpo com várias “cabeças” em que podemos identificar Afonso Pena, Rui Barbosa, Miguel Calmon e Pinheiro Machado - que eram membros entusiastas dessa coligação. Na imagem em que eles “dividem” Marcelino e Severino ao meio, um detalhe chama a atenção: a lâmina utilizada para o corte recebe o nome de “sucessão governamental”, em referência ao que motivou essa divisão.

A imagem acima exemplifica o tom crítico que as revistas ilustradas desses anos direcionavam contra seus opositores políticos. É bom lembrar que a caricatura dos dez primeiros anos do século XX manteve vínculos estreitos com o poder. Presidentes como Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Hermes da Fonseca ou mesmo políticos como Pinheiro Machado e Rui Barbosa despertaram a oposição ou simpatia dos grandes caricaturistas da época.¹⁷¹ Até mesmo outros periódicos também deram ampla cobertura aos conflitos que aconteciam na Bahia, como *O Malho* que trouxe matérias e charges que repercutiram a cisão do PRB retratando o papel de jornais como o *A Bahia* e o *Diário da Bahia* no evento. Em algumas charges encontradas, o jornal carioca destacou a dura oposição que Marcelino enfrentou com Severino Viera¹⁷² e, por meio de uma capa, deu destaque à derrota que Vieira teimava em não aceitar.¹⁷³

A partir dessas informações, cabe aqui uma diferenciação entre a atuação política d’*O Malho* e da *Revista do Brasil*. Nas charges da revista carioca os políticos, em sua maioria, também eram abordados de forma pejorativa e vistos como privilegiados, preguiçosos, falsos, arrogantes e vaidosos. Porém, as críticas não se limitavam as autoridades que ocupavam o poder de forma individual. O que interessava ao *O Malho* era comentar o próprio exercício do poder e a situação das instituições do Estado, visto como incompetente e ineficiente.¹⁷⁴ Já para o magazine baiano, o que constatamos, sua atuação política e, consequentemente, seu humorismo eram voltados para críticas diretas aos indivíduos que ocupavam o poder. Obviamente, essa revista se preocupava com os rumos de instituições como o Parlamento ou mesmo com a própria República, mas o seu engajamento político era mais voltado contra algo ou alguém.

Periódicos como *O Malho*, ainda, entendiam que as charges possuíam muito mais um caráter “educador” do que humorístico, pois, em alguns momentos, os temas não tinham a

Essa ala recebia esse nome, pois contava com a presença de ministros jovens em seu governo (a exemplo do próprio Miguel Calmon).

¹⁷¹LUSTOSA, 1993, p. 97.

¹⁷²*O Malho*. BNdigital. 11 de maio de 1907, ano 6, nº 243, p. 24.

¹⁷³*O Malho*. BNdigital. 09 de maio de 1908, ano 6, nº 295, p. 24.

¹⁷⁴ VISCARD; SOARES; 2018, p.8.

mínima graça. O que se pretendia era a crítica e a mobilização que essas imagens possuíam.¹⁷⁵ Nesse sentido, entendemos que a *Revista do Brasil* compartilhava dessa visão e enxergava nas charges (e em toda a sua produção cômica) uma ferramenta eficaz de mobilização política que, *ad hominem*, era extremamente agressiva contra seus adversários. O lema da revista, “rindo se diz a verdade”, tradução da frase de Horácio, nos ajuda a entender melhor essa questão na medida em que compreendemos a finalidade da obra do poeta romano, que ficou conhecido por sátiras que retratavam a moralidade humana, acreditando na função “pedagógica” do riso como uma forma de mostrar os vícios dos “homens que falham”.¹⁷⁶ A referência a Horácio é um forte indicador do quanto Requião e os membros do Expediente tinham plena consciência do papel político que exerciam dentro da imprensa.

Acreditamos que esse projeto de intervenção política ficou evidente pela primeira vez com a crise do PRB. Quando o único partido que representava as elites baianas, naqueles anos, fragmentou-se, a revista precisou tomar uma posição mais clara nas disputas do poder. Ao mobilizar os seus leitores através de ilustrações e textos humorísticos, o magazine tinha consciência que o riso não era uma ação ingênua; ao contrário, ele carregava em si o poder de constranger os adversários. Como será visto, a seguir, Severino Vieira foi o grande alvo desse humor de caráter político, durante o racha de 1907.

3.2 - Um “sapo traidor”: representações de Severino Vieira na crise do PRB

De modo geral, a análise das edições que repercutiram o chamado cisma de 1907 aponta que a *Revista do Brasil* indicou o então senador Severino Vieira como o principal responsável pelo racha que ocorreu com o PRB. Desde as primeiras citações ao episódio até o resultado definitivo da eleição, o magazine procurou construir uma narrativa que desqualificasse Vieira como um político incapaz de estabelecer diálogos com oponentes, com personalidade extremamente colérica e, sobretudo, uma pessoa desleal. Para isso, mobilizou os membros de sua redação, que elaboraram uma grande quantidade de charges, notas cômicas e textos caluniosos que, em especial, utilizavam-se do deboche contra o senador.

A revista procurou firmar essa opinião em suas matérias, antes mesmo da confirmação do nome de Araújo Pinho como candidato. Exemplo disso foi a repercussão que o periódico

¹⁷⁵Ibidem, p. 15

¹⁷⁶ZANFRA, Marcello Peres. Horácio Sat. 1.4, a comédia de Terêncio e a filiação do gênero satírico. **Phaos: Revista de Estudos Clássicos**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, 2017, p. 237. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/phaos/article/view/9424>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

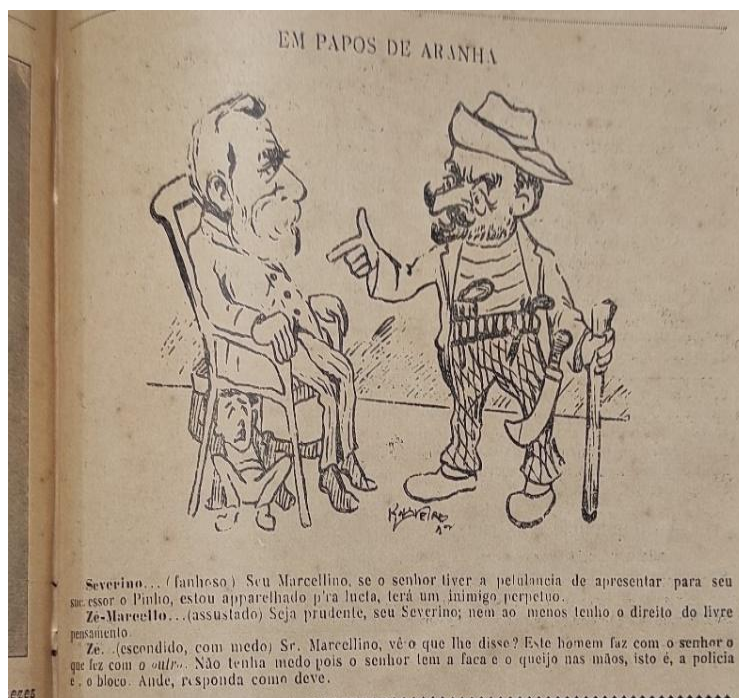
deu ao jantar político que José Marcelino ofereceu para os membros do PRB (que é retratado na figura 19). Esse banquete foi realizado logo após a chegada de Marcelino de uma viagem oficial feita aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre o final de 1906 e início de 1907. O evento foi bastante concorrido e contou com a presença dos principais caciques do PRB que, provavelmente, já tinham consciência das desavenças entre os dois chefes do partido.

A *Revista do Brasil* repercutiu a cerimônia não poupando elogios a detalhes como o *buffet* servido, a elegância dos convidados ou mesmo a música tocada. Porém, o tom elogioso das palavras utilizadas pelo magazine mudaria significativamente, quando Vieira era citado. Segundo uma matéria, ao tomar a palavra para si e proferir um discurso, o senador causou desconforto entre as autoridades presentes, que tiveram de ouvir que o seu papel, dentro do Partido Republicano Baiano, seria a de um “progenitor” enquanto a Marcelino caberia a figura de um “filho”.¹⁷⁷ Gesto esse que foi lido pelo periódico como um claro sinal de desagravo, em meio às negociações da sucessão governamental.

O objetivo era investir contra o senador que, além de um adversário, era tratado como um inimigo pessoal de José Alves Requião. Assim, o veículo procurou atribuir a Severino Vieira características que eram associadas a ele dentro do meio político e da imprensa da época. Entre essas características, Vieira era denominado como um político agressivo e não afeito a contrariedades. A figura 22 explora esses aspectos, ao retratar um diálogo entre os dois chefes do PRB.

¹⁷⁷*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de fevereiro de 1907, ano 1, n.19, p. 4 a 6.

Figura 22- Charge “Em papos de aranha”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 28 de fevereiro de 1907, ano 1, n. 20. p. 19. Autoria: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Severino (fanhoso): Seu Marcelino, se o senhor tiver a petulância de apresentar para seu sucessor o Pinho, estou aparelhado para luta, terá um inimigo perpetuo.

Zé-Marcello (assustado): Seja prudente, Seu Severino; nem ao menos tenho o direito do livre pensamento.

Zé (escondido, com medo): Sr Marcelino, vê-se que lhe disse? Este homem faz com senhor o que fez o outro... Não tenha medo, pois o senhor tem a faca e o queijo nas mãos, isto é, a polícia e o bloco, responde como deve.

Na cena acima, Severino Vieira está vestido de forma jocosa em um esforço para representá-lo como uma espécie de “jagunço urbano”: nota-se que ele utiliza duas armas de fogo e um facão, que estão guardados na cintura, e também segura um porrete em uma das mãos. Além do arsenal, que por si só já indica uma ameaça, o dedo em riste em direção a seu adversário é seguido de palavras intimidadoras. Assustado, só resta a José Marcelino uma breve defesa, que é complementada pela fala do Zé Povo que, ainda mais amedrontado, apela para que o governador utilize dos poderes da polícia e peça auxílio aos membros do Bloco ou coligação, que apoiava o governo Pena. A estratégia em desacreditar a atuação de Vieira, dentro desse processo sucessório, variou desde associá-lo à imagem de uma pessoa raivosa até comparações de suas atitudes e sua aparência às imagens de animais específicos. A tática de comparar os adversários políticos com expressões animais não é algo recente na história do Brasil, nem na história da caricatura. Desde nossa Independência, em meados do século XIX, diferentes campos da luta política – liberais, conservadores, portugueses etc. - utilizaram-

se desses tipos de comparações, com o intuito de difamar seus oponentes. Nessa época, havia uma tentativa de animalização através de metáforas, que visavam apresentar os adversários como irracionais, por meio de uma verdadeira “zoologia política”.¹⁷⁸ Método que se manteve no meio político e na imprensa por décadas. O periódico de Requião, por exemplo, algumas vezes trouxe Severino Vieira como um “morcego político” (figura 23).

Figura 23 - Charge “Morcego político”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1907, ano 1, n. 22, p. 13. Autor: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

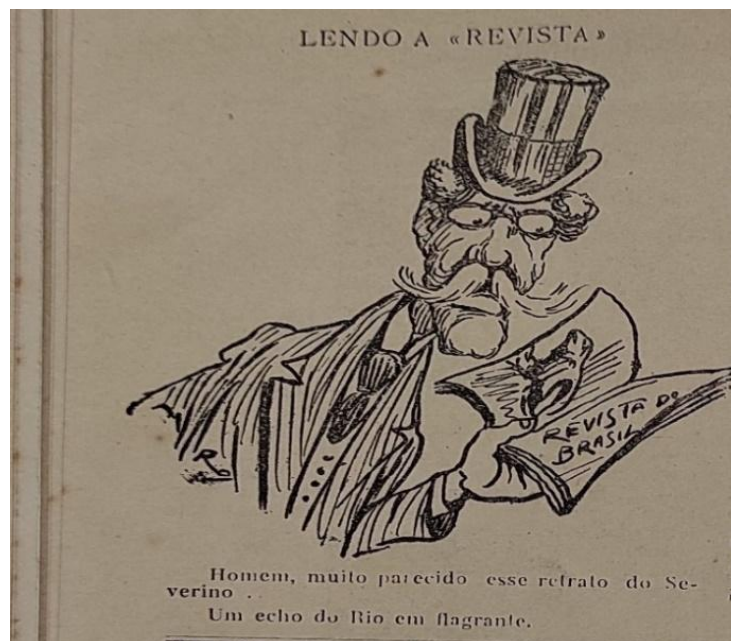
Chupou, chupou e depois voou...

Em contraste com a figura anterior, que apresenta Vieira jocosos, a caricatura acima mostra a personagem vestida de forma elegante. Porém, esse aspecto positivo perde força, quando a imagem do senador é comparada negativamente à figura de um morcego, que na política é associado à traição. Essa ideia é reforçada pela legenda que tem o objetivo de indicar que Severino iria abandonar seu grupo político, logo após esse evento. É válido citar que a utilização de termos animais só é negativa e, conseqüentemente, pode provocar o riso, quando ligada a tipos específicos, como o porco, o macaco, a gralha, a cobra etc. Já animais como o cisne, o rouxinol ou a águia (caso de Rui Barbosa) despertam mais qualidades que defeitos.¹⁷⁹ O comportamento ou a aparência desses seres devem ser suficientes para suscitar algum aspecto depreciativo a determinada pessoa. Foi o caso da analogia que a *Revista do Brasil* fez entre Severino Vieira e um sapo, que está retratada na figura 24.

¹⁷⁸MOREL, Marco. **Animais, monstros e diformidades:** a “zoologia política” no processo de construção do Império no Brasil. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 262.

¹⁷⁹ PROPP, 1992, p. 67

Figura 24 - Charge “Lendo a Revista”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de outubro de 1907, ano 2, n. 4, p. 22. Autor: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Homem, muito parecido esse retrato do Severino. Um eco do Rio em flagrante.

A caricatura de R. de Oliveira é uma clara referência à “zoologia política”, que tinha o poder de ultrapassar os círculos das tramas partidárias e da luta na imprensa, e invadir o cotidiano da população. Nessa cena, temos a representação de um leitor da revista, um homem idoso e vestido de forma elegante, que se mostra espantado com a semelhança física entre Severino Vieira e o retrato de um sapo. Devido a seus olhos saltados, o senador era comumente comparado por seus adversários e alguns veículos jornalísticos a um “sapo cururu”. Mas, Vieira não era a única autoridade igualada aos animais. Araújo Pinho, por exemplo, considerado lento e antiquado, era uma “lesma de suíças”; Virgílio de Lemos, por estar acima do peso, era chamado de “porco”; Rui Barbosa de “águia Haia” virava um “peru”.¹⁸⁰

A associação entre o senador federal e esse anfíbio foi a preferida da *Revista do Brasil* sendo encontrada de diversas formas, a exemplo da específica nota cômica que contava a história de um sapo cuja principal característica era a traição. Em alusão à situação de Vieira, o texto relata a tragédia ocorrida com esse animal que, ao irritar um homem honesto (no caso, Marcelino), teve sua cabeça pisoteada. A anedota conta que os amigos do sapo, ao verem a situação do colega perguntaram atônitos: “compadre, o que é isto? Está morto?”. Não se dando

¹⁸⁰SARMENTO, 2011, p. 74 e 75.

por vencido, ele teria respondido: “Não, estou aqui subjugando este homem”.¹⁸¹ Essa típica caricatura do senador também foi vista em outras revistas da época. Em charge de autoria de J. Karlos, por exemplo, Vieira foi representado como um sapo que acabava de nascer de um “ovo”. Na cena do ilustrador carioca, Afonso Pena é retratado olhando espantado para o senador e exclamando: “Ora...bolas! Parecia um ovo de cascavel e não passa de um simples ovo de sapo...”.¹⁸²

Com a intensificação da disputa, a *Revista do Brasil* publicou matérias que mesclavam sátiras humorísticas e também textos com ataques ácidos que retratavam Severino Vieira minando a escolha do governador. A confirmação do nome de Araújo Pinho como o candidato de José Marcelino foi realizada em editorial publicado pelo jornal *A Bahia* e reverberado por outros meios da imprensa. Repercutindo a matéria do *A Bahia*, a coluna Altos e Baixos apelou para a unidade do PRB em torno da escolha de Marcelino lamentando a reação negativa dessa candidatura nas duas casas legislativas do estado (no Senado e na Câmara), que eram dominadas pelos severinistas. O editorial acusou os representantes do “povo” baiano de serem governados pelo “espectro” de um “Supremo Chefe” onde apenas “reproduzem e sempre reproduziram a orientação única e exclusiva de um César, o que muito satisfatoriamente dizem ser o respeito das bases orgânicas do Partido Republicano”.¹⁸³

Na mesma edição do editorial que reproduziu a recepção dessa candidatura, a palavra cisão apareceu pela primeira vez na *Revista do Brasil*. Até então, os atritos entre esses dois chefes não haviam sido confirmados, mas com o nome de Pinho lançado, a disputa começara de fato. Por vários exemplares, a seção assinada por Zé Alves e outras colunas similares desacreditaram a capacidade do senador Vieira de vencer o pleito, procurando reforçar sua imagem de traidor.

Mas, apesar do periódico continuar citando a crise do PRB, durante toda a eleição outras disputas também ganharam notoriedade. Uma delas foi a rivalidade criada entre as duas empresas que controlavam o transporte dos bondes de Salvador: a *The Bahia Tramway, Ligth and Power*, que controlava o transporte da Cidade Baixa, e a Companhia da Linha Circular, que era a responsável pelos trilhos da Cidade Alta.¹⁸⁴ A disputa, que girou em torno do comércio

¹⁸¹ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de novembro de 1907, ano 2, n.6, p. 11.

¹⁸² PORTO, Ângela (org.). **O Barão do Rio Branco e a caricatura**: Coleção e Memória. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012, p. 105.

¹⁸³ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de abril de 1907, ano 1, n. 23, p. 3.

¹⁸⁴ A *The Bahia Tramway, Ligthand Power* pertencia ao empresário Percival Farquhar (1864-1953) enquanto a *Companhia da Linha Circular* era de propriedade do brasileiro Guilherme Guinlé (1882-1960). Essa disputa era uma peculiaridade que não era vista em outra capital. SAES, Alexandre Macchione. **História do Bondes de Salvador**, 2012 <https://salvador2012.blogspot.com/2012/07/historia-dos-bondes-em-salvador.html>. Acesso em 02 junho de 2025.

do tráfego de carris elétricos dessa cidade, gerou várias matérias que se alternavam sobre a repercussão dessa contenda comercial e o desenrolar do cisma partidário. Na cobertura dessa disputa, sobrou até para Severino Vieira que, levando a culpa pela situação, foi alvo de textos com palavras difamatórias e até piadas que tinham o tema dos bondes como assunto dominante.¹⁸⁵

Nos meses de maio, junho e agosto de 1907, o periódico não produziu novos exemplares. A hipótese mais provável para essa interrupção foram as viagens que José Alves Requião fez aos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Amazonas, com o intuito de estreitar vínculos com os políticos locais. Pouco tempo após a essas viagens, identificamos que o magazine deu espaço para fotografias e números especiais com autoridades dessas regiões. Não podemos descartar também que a interrupção poderia estar ligada a problemas técnicos e materiais.

De todo modo, nesse período a *Revista do Brasil* não repercutiu diversos momentos decisivos da crise do PRB, a exemplo da convenção que confirmou a candidatura de Inácio Tosta (em junho de 1907). Por outro lado, na edição de 01 de julho de 1907, a coluna Altos e Baixos comemorou o fato de o governador Marcelino não retroceder em indicar o nome de Pinho, afirmando que o gesto seria uma oportunidade de alijar o

chefão do *Diário da Bahia*, outrora *Usina do Largo do Teatro*, era uma necessidade que se impunha à política, aos altos interesses desse estado a quem ele tanto infelicitou com sua política traiçoeira; felizmente o honrado e ilustre sr. dr. José Marcelino de Souza compreendendo, em tempo, que a Bahia, a generosa Bahia, sob sua sábia orientação, não devia mais suportar o julgo desleal e pérfido de tal tortulho (...).¹⁸⁶

A tática de qualificar Severino Vieira como traidor se repete nesse trecho acima e em todas as edições que encontramos sobre a crise de 1907. A justificativa dada por Zé Alves é que Vieira desejava ser de fato o candidato de seu partido ao governo da Bahia, mas, com a resistência da ala marcelinista, transferiu para terceiros o seu desejo escolhendo o nome de Tosta, um correligionário bem próximo, para cumprir a tarefa. Além de escolher o senador e seus apoiadores como rivais, a publicação assumiu também a adesão à candidatura Pinho, dedicando capas e folhas de rosto com fotografias do postulante. O empenho dado pela revista a essa candidatura se alinha ao conteúdo de algumas cartas que encontramos no acervo de memórias do ex-governador Araújo Pinho, que está sob a guarda da Fundação Pedro Calmon,

¹⁸⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de abril de 1907, ano 1, n.24, p. 16.

¹⁸⁶*Revista do Brasil*. BCEB. 01 de julho de 1907, ano 2, n. 1, p. 3, grifos do autor.

localizada na BCEB. Ao que constatamos, o conteúdo dessas cartas demonstra que José Alves Requião e Pinho mantiveram uma relação próxima advinda antes mesmo dos eventos da crise de 1907 e que se estendia à rede de sociabilidade desses dois líderes.

Um dos exemplos mais interessantes foi uma missiva enviada por Abdon Alves de Abreu, o seu sogro que governava Feira de Santana, ainda em 1904, pedindo favores pessoais a Araújo Pinho (na época, liderança política do Recôncavo baiano), citando para isso o nome de Requião como referência.¹⁸⁷ Ou mesmo uma carta escrita, em 1910, por Isaías Requião, irmão do proprietário do magazine e também seu agente, procurando manter contato com Pinho e parabenizando-o por mais um aniversário de sua administração.¹⁸⁸ Dentre outras correspondências, uma em específico nos interessa, pois ela foi enviada pelo próprio Requião ao então candidato da base marcelinista do PRB com o objetivo de elogiar a sua indicação. Nas próprias palavras desse editor-proprietário, a notícia

Encheu de júbilo meu espírito, por ver que minha terra vai continuar a ter no seu governo um homem de talento superior, honesto e sensato, dou parabéns e sorte futura aos baianos, ao dr. José Marcelino por sua acertadíssima escolha e a vós que, forçosamente, vos empenhareis em dar-vos um governo digno de vossas honrosas tradições.¹⁸⁹

Repleta de elogios, a carta demonstra o esforço dos donos de jornais da época, a exemplo do missivista, em estreitar relações com os chefes partidários. Apesar de ser uma fonte histórica bastante utilizada pelos historiadores contemporâneos, esse tipo documentação deve ser vista com certa cautela. Pois, como afirma Angela de Castro Gomes, as “escritas de si” - como as biografias, as autobiografias, as cartas, os diários etc. - são, antes de mais nada, representações de homens e mulheres que estavam comprometidos em construir as suas memórias para a posteridade, procurando preservar suas imagens. Segundo a historiadora, um caminho para compreendê-las é afastando-nos da ideia de encontrar nelas “o que realmente aconteceu”, visto que não é essa a perspectiva do registro de quem produz uma carta, pois elas não registram o que se passou, mas “o que o autor disse que viu, sentiu, experimentou” em um acontecimento.¹⁹⁰

Enviada antes do rompimento total entre Severino Vieira e José Marcelino, a carta de Requião citou ainda a existência de um hipotético acordo que estaria sendo construído entre

¹⁸⁷Carta de Abdon Alves de Abreu a Araújo Pinho. BCEB. Local de envio: não identificado. 01 de fevereiro de 1904.

¹⁸⁸Carta de Isaías Requião a Araújo Pinho. BCEB. Local de envio: Não identificado. 28 de maio de 1910.

¹⁸⁹Carta de José Alves Requião a Araújo Pinho. Local de envio: Belém do Pará. 15 de março de 1907. BCEB, Salvador.

¹⁹⁰GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: __ (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14-15.

esses dois líderes com o intuito de se confirmar o nome de Pinho, algo que, como vimos, não se concretizou. Assim, imbuída em seu propósito, a revista continuou seu oposicionismo contra Vieira. Embora a coluna Altos e Baixos fosse o espaço em que as acusações contra o presidente do PRB se mostravam mais explícitas, era nas ilustrações que esses ataques apareciam com mais frequência. A figura 25, de autoria de Raul Pederneiras, o mais famoso colaborador da revista de Requião, explicita esse posicionamento.

Figura 25 - Charge “Governo e Severino”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1907, ano 2, n. 5, p.27. Autor: Raul Pederneiras.

Legenda:

Governo: Severo, se gosta tanto de mim, se sou seu feitiço, tua cachopa, teu arroz doce, teu fubá de milho, se sou seu alívio pronto, a tua tuberculose, a tua diabetes, ao teu aneurisma, para que foste tão traidor, tão desleal, tão ingrato ao meu querido e bondoso patrão, honrado dr. José Marcelino?

Severino: Deixa-me... Sou um desgraçado, um arara, um coió sem sorte!!!

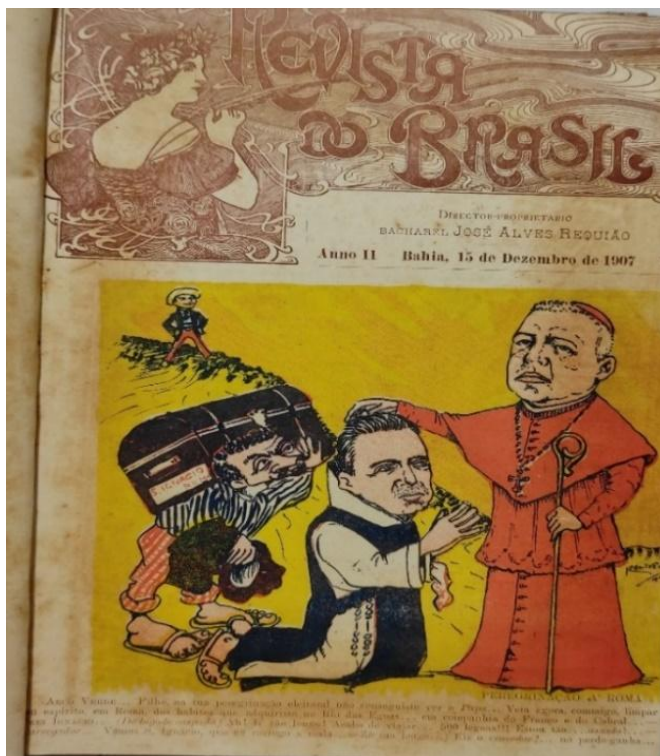
Governo: Aguenta-te agora no balanço...

Na imagem vemos o “governo baiano” apresentado alegoricamente como uma figura parecida com a Mulata Velha (que no caso de velha nada tem), que é usada nesse contexto para repetir a estratégia exaustiva do magazine de classificar Vieira como “algoz”, enquanto a José Marcelino caberia a figura de “vítima”. A narrativa adotada na charge de Pederneiras e em outras matérias pode ser explicada pelo posicionamento adotado por Requião no episódio, visto que ele tentava se equilibrar entre o apoio de dois dos três grupos partidários, que atuavam durante o cisma: o situacionista, liderado pelo governador José Marcelino, com quem mantinha ligações cordiais; e outra corrente do PRB, liderada por Seabra (que apoiou estrategicamente

Marcelino e com quem o proprietário do periódico também mantinha contatos). Mas, com a terceira facção, de oposição ao governo do estado, liderada por Severino Vieira, não houve espaço para qualquer tipo de diálogo. Essa foi a postura da revista durante todo o evento.

No transcorrer da cisão, Vieira buscou reaver o apoio perdido entre os caciques regionais do PRB, investindo em excursões para realizar campanha eleitoral pela Bahia. Atenta à movimentação dos seus adversários, a *Revista do Brasil* repercutiu algumas dessas viagens. A que ganhou maior destaque foi a visita que o candidato de oposição fez as cidades do extremo oeste baiano, como no município de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (atualmente Correntina). Para o magazine, essa viagem teria sido um fracasso, pois os eleitores não viam com bons olhos o apoio dado por Vieira a Tosta Filho. Este último foi representado pelo periódico como um sofrendor por ter o “peso” do apoio de Severino Vieira. A capa baixo (figura 26) explora a imagem de penitência de Tosta cuja única alternativa, para evitar uma possível derrota, seria pedir as bênçãos no Vaticano.

Figura 26 - Charge sobre a peregrinação política de Severino Vieira



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de dezembro de 1907. Autoria da charge: R. de Oliveira.

Legenda:

Arco Verde: Filho, na tua peregrinação eleitoral não conseguiste ver o Papa... vem agora, comigo, limpar seu espírito, em Roma, dos hábitos de adquiriste em Rio das Éguas (...).

Frei Inácio (de bigode raspado): Ah! É tão longe! Acabo de viajar... 500 léguas! Estou tão... assado!

Carregador: Vamos, sr. Inácio, que eu carrego a mala...

Zê (ao longe): Eis o vencedor... no perde-ganha!

A charge acima mostra quatro personagens. Em pé, dando a bênção, está Joaquim Arcoverde, primeiro clérigo a receber o título de cardeal do Brasil e da América Latina, pelo Papa Pio X, em 1905. Tosta, chamado na ilustração de “frei”, está de joelhos recebendo as bênções do cardeal e reclamando da longa distância que tivera de percorrer. Ridicularizado na cena, Severino Vieira carrega as malas de seu candidato tentando incentivá-lo. Ao encenar uma viagem dos políticos ao Vaticano, a ilustração apresentada nessa capa é uma clara referência às viagens eleitorais feitas por Tosta ao interior do estado, o que evidencia a competitividade desse pleito e, por isso, em se fazer investimentos de tempo e esforços numa campanha. Nessa ilustração, o periódico cita a excursão que o candidato severinista fez a região de Rio das Éguas, que é o assunto predominante da edição.

Novamente, a maneira como o Zé Povinho é apresentado desperta atenção. Em outro plano, distante dos protagonistas da cena, ele tem a função de sentenciar a derrota dos opositores, que é um claro desejo da revista. Apesar de ter as mesmas características gerais de outros desenhos da época, na ilustração da *Revista do Brasil* ele se diferenciava em alguns pontos, particularmente, no que diz respeito a sua consciência política. No caso de *O Malho*, por exemplo, o personagem é quase sempre mostrado como uma vítima dos políticos corruptos, arrogantes e preguiçosos,¹⁹¹ aspecto que, acreditamos, permitia ao Zé desse jornal - e dos demais periódicos - refletir sobre sua condição social. Já na congênere baiana, o que notamos é que, apesar de fazer críticas pontuais sobre seu cotidiano, Zé Povinho era usado, predominantemente, como a representação da opinião do magazine nas situações de luta partidária.

No auge dessa disputa, entre finais de 1907 e janeiro de 1908, a *Revista do Brasil* se dedicou, com mais afinco, a reproduzir matérias que repercutiram as viagens dos candidatos, as alianças que eles estabeleceram com os coronéis de cada região e os conflitos armados que aconteceram entre apoiadores e os jagunços das duas correntes em disputa. O dia da votação, 28 de janeiro, foi descrito como um dia em que não ocorreram maiores incidentes e o resultado das urnas foi comemorado pelos vencedores. Em edição comemorativa, a revista estampou em sua tradicional folha de rosto a fotografia de Araújo Pinho, candidato aclamado vitorioso (ver figura 27).

¹⁹¹VISCARD; SOARES, 2018, p.15.

Figura 27- Folha de rosto com a coluna Altos e Baixos



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de fevereiro de 1908, ano 2, n. 11, folha de rosto. Longo texto assinado por *Zé Alves* e com a fotografia do governador eleito, Araújo Pinho, de autoria da *Photographia Lindemann*.

Nesse texto acima, o periódico já antecipava a outra disputa que ocorreria meses depois, no Legislativo baiano, que teria de reconhecer esse resultado, conclamando os “eleitos do povo” para referendar o novo governador eleito.¹⁹² Como dito inicialmente, o processo de reconhecimento do novo governador ocorreu com o uso de extrema violência por ambas as partes, mas a *Revista do Brasil* culpou os “jagunços” de “Severo” - como também era chamado pelo magazine - por amedrontar a bancada de situação. Reconhecido o novo mandatário, a publicação dedicou-se, nas edições posteriores, a debochar da situação de Vieira, a exemplo dos versos abaixo:

Depois da grande derrota
Perde a bola o traidor.
Não vive mais da patota,
Depois da grande derrota.
Tem servido de chacota
Seu *Diário* amolador.
Depois da grande derrota,
Perdeu a bola o traidor.¹⁹³

¹⁹² *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de fevereiro de 1908, ano 2, n.11, folha de rosto.

¹⁹³ *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de março de 1908, ano 2, n. 13, p. 29, grifos do autor.

A utilização de versos bem-humorados, que misturavam política com assuntos do cotidiano, como os apresentados acima, era uma tradição nos jornais da Bahia, antes mesmo da *Revista do Brasil* existir. A figura mais conhecida nesse ramo, na Primeira República, foi a de Lulu Parola, nome artístico do intelectual e jornalista baiano, Aloísio de Carvalho (1866-1942). Parola desempenhava um papel importante no jornalismo do estado, retratando as principais crises políticas desse tempo (como a cisão do PRB) nos principais diários estaduais. A obra de Parola, seabrista convicto, foi referência para a revista de Requião, que o citava e prestava homenagens constantes ao seu papel na imprensa, o que certamente influenciou a produção humorística do veículo.

Traidor, colérico e não afeito ao diálogo são algumas das características que eram direcionadas a Severino Vieira. A *Revista do Brasil* não foi a única que atribuiu a Vieira a causa da cisão do PRB, pois no desenvolvimento da pesquisa percebemos que essa justificativa foi utilizada por outros de seus desafetos à época. Antônio Muniz Aragão, por exemplo, ex-governador baiano, reforça o argumento de que a divisão desse partido foi de responsabilidade de Vieira, ao argumentar que José Marcelino tentou apaziguar os ânimos no PRB ao indicar, desde o início do conflito, o nome do próprio Tosta como um candidato de conciliação. Gesto esse que teria sido recusado por Vieira, naquele momento, com a justificativa de que a decisão caberia à Comissão do partido. A atitude é vista por Aragão como “mero pretexto” de Vieira para impor sua vontade e não dividir seu poder, uma vez que, posteriormente, indicou Tosta como seu candidato.¹⁹⁴

Outro contemporâneo que compartilhava desse argumento foi o jornalista e político Lemos Brito (1886-1963), que dedicou um livro ao evento. Intitulada de *A Cisão*, a obra defendeu a ideia de que José Marcelino tinha o direito de escolher seu sucessor, afirmando que Severino Vieira queria “semear a discórdia” em seu partido e citando, ainda, que Joaquim Inácio Tosta foi uma “vítima” da “imolada frieza” de seu padrinho político.¹⁹⁵ Lançado em 1908, a *Revista do Brasil* recebeu um exemplar desse livro, autografado pelo autor, dedicando uma nota de destaque com elogios a atuação de Lemos Brito e ao conteúdo do texto enviado. Sabendo da importância de salvaguardar a memória desse episódio, a revista procurou reforçar nessa coluna a sua posição política na ocasião - que era a mesma de Brito - definindo a obra como de um

¹⁹⁴Aragão, 1923, p. 195.

¹⁹⁵BRITO, Lemos. *A Cisão*: páginas de crítica, Bahia: Tip. Baiana, 1908, p. 98: apud: Aragão, 1923.

“apreciável valor histórico, digno de ser lido e guardado zelosamente nas estantes dos nossos políticos”.¹⁹⁶

Ao que parece, o perfil de Vieira, construído por seus adversários, acabou por influenciar parte da historiografia que se utilizou dessas fontes para avaliar a vida pública desse político - antes mesmo da crise do PRB. Um exemplo é Pang, que afirma que Severino Vieira foi um líder “vingativo e até mesmo brutal ao lidar com seus inimigos políticos”.¹⁹⁷ Já Sampaio lembra dos constantes conflitos em que o político se envolveu desde os tempos em que era ministro do governo Campos Sales.¹⁹⁸

A despeito das designações apontadas para esse chefe partidário, é possível notar que ele manteve uma carreira política em ascensão tanto na Monarquia, quanto na República. Nascido em 1849, Severino Vieira veio de uma família rica do Recôncavo baiano. Em 1870 chegou a ingressar na tradicional Faculdade de Direito do Recife, mas, transferiu o curso para a Faculdade de Direito de São Paulo - lugar onde se formou em 1874. No ano seguinte, foi nomeado como promotor público e, posteriormente, juiz municipal de São Francisco do Conde (BA), sua terra natal. Como a maioria dos homens de posse do Império, investiu na política, candidatando-se pelo Partido Conservador, sendo eleito para sua primeira legislatura na Assembleia Provincial (entre 1882-1884).

Com a Proclamação do novo regime, soube se adaptar à nova conjuntura, elegendo-se deputado federal entre os anos 1891 e 1893. Também foi senador republicano a partir do ano de 1894, mas não concluiu o último mandato, pois foi nomeado para ocupar o posto de ministro da Viação e Obras Públicas e, em seguida, eleito como governador do estado da Bahia (em 28 de maio de 1900). Ou seja, para além da visão de um político belicoso (como a maioria, aliás), é necessário enxergarmos que Vieira era habilidoso e soube construir uma base política sólida, mesmo após sua saída do Executivo baiano.

Assim, através das representações humorísticas acerca de Severino Vieira entendemos que a *Revista do Brasil* tinha plena consciência de que o “riso é uma arma de destruição”, pois ele corrói a “falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio”.¹⁹⁹ O sarcasmo com que o veículo de Requião retratava Vieira gerou incômodo nele e em seus apoiadores. Mas, nem sempre a oposição ao severinismo era feita via humor, pois em alguns momentos o periódico também fez virulentas acusações contra o chefe do PRB. No *Diário da*

¹⁹⁶*Revista do Brasil*. BCEB. 17 de julho de 1908, ano 3, n. 4, p. 58.

¹⁹⁷PANG, 1979, p. 85.

¹⁹⁸SAMPAIO, 1978, p. 78.

¹⁹⁹PROPP, 1992, p. 46.

Bahia, os severinistas procuraram responder às matérias dessa revista, o que produziu um dos capítulos mais instigantes sobre a cisão de 1907.

3.3 - *Zé Alves x Severo: a luta política na imprensa*

Até passar para as mãos de Severino Vieira, o *Diário da Bahia* pertenceu a vários proprietários. Fundado em 1853, em Salvador, viu acontecimentos que marcaram a vida no Império, momento esse em que o noticioso se transformou em um dos principais palcos do movimento abolicionista da Bahia. Na fase de declínio desse regime, alguns de seus redatores mais brilhantes, a exemplo de Rui Barbosa, divulgavam ideais republicanos que se destacaram na história da imprensa do estado. Entre 1899 e 1901, o jornal fechou as portas, até ser adquirido por Vieira em uma clara estratégia para montar uma base de sustentação para seu governo e para o PRB.²⁰⁰ Nesses anos, ser dirigente ou proprietário de um jornal era um meio seguro, para alguns membros das elites entrarem na política, assim como uma prática muito comum aos partidos políticos.

Marialva Barbosa, ao analisar os principais diários cariocas das primeiras décadas da República, afirma que alguns dirigentes de jornais da capital federal possuíam influência junto ao poder, seja porque conseguiam cargos públicos, seja porque atuavam como intermediários em negócios, tanto para empresas privadas, quanto para o governo brasileiro. Esses homens se constituíam enquanto “porta-vozes dessas elites”, quando não eram eles mesmos que assumiam o papel de divulgadores do pensamento desses grupos. A propriedade de um jornal garantia a esses homens um estágio antes do ingresso efetivo na política ou na diplomacia, o que só era possível pelo poder que possuíam junto à sociedade. Poder esse que era capaz de “derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da população”.²⁰¹ Essa característica não foi diferente do que aconteceu na Bahia, lugar onde vários donos de periódicos exerceram influência e mandatos públicos.

O *Diário da Bahia* funcionava no centro histórico de Salvador, próximo à Praça Castro Alves e ao Teatro São João, demolido em 1923, após um incêndio. A localização do diário era usada pelo magazine de Requião, que lhe deu o apelido de “Usina do Largo do Teatro”. Durante

²⁰⁰SAMPAIO, Consuelo Novais. **Diário da Bahia**. Verbetes temáticos da Bahia. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diario-da-bahia>. Acesso: em 17 de abril de 2024.

²⁰¹BARBOSA, Marialva. **Donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vícios de. Leitura, 2000, p. 69 a 72.

todos os anos em que Vieira esteve à frente do Executivo estadual, o *Diário da Bahia* serviu como órgão oficial de propaganda de seu governo e também como sede informal do Partido Republicano Baiano para reuniões e encontros partidários. O jornal não era um veículo humorístico, ao contrário. Era conhecido por sua linguagem áspera e extremamente vilipendiosa contra seus adversários. Assim a forma sarcástica e depreciativa que a *Revista do Brasil* utilizava para se referir a Severino Vieira não ficou impune aos seus olhos.

Apesar da relação conturbada, José Alves Requião e o dono do *Diário da Bahia* vieram de famílias bem-sucedidas e tinham algumas semelhanças típicas dos dirigentes de veículos jornalísticos do início do século XX. Os dois proprietários se envolveram com a política do estado, na era monárquica, exerceram cargos na administração pública, até porque tinham uma formação acadêmica comum aos jornalistas de então: o diploma em Direito. Vale lembrar, Severino Vieira iniciou o curso na mesma faculdade em que Requião se formou, em Recife, antes de se transferir para São Paulo. Apesar das diferenças, podemos supor que pessoas como Vieira e Requião compartilhavam dos ideais comuns que eram difundidos nesses tipos de instituições acadêmicas e que também reverberaram na imprensa, isto é, a defesa de uma nação moderna, logo, sem escravos, industriosa, civilizada e científica.²⁰²

A pesquisa identificou que a crise de 1907 foi um dos momentos mais intensos de uma conflituosa relação que os dois tiveram na imprensa e no meio político local. Um dos primeiros conflitos que registramos se originou em função de uma denúncia feita pelo *Diário da Bahia*, em julho de 1907, acusando José Alves Requião de cometer ilícitos em uma viagem feita por ele à região Norte do país. Como dito anteriormente, Requião passou um período nos estados do Amazonas e do Pará, com o objetivo de sua revista chegar além das divisas baianas. Esse gesto, aparentemente, não levantaria suspeitas. No entanto, o jornal severinista fez duas acusações contra Requião.

Na primeira delas o dono do magazine foi acusado de ter recebido seus proventos de funcionário público, enquanto estava em uma viagem para cuidar de seus negócios particulares. Na segunda, uma acusação ainda mais grave: Requião também teria recebido uma grande quantidade de dinheiro do governo de José Marcelino em troca de apoio político. Ao chegar de viagem, em setembro de 1907, utilizou-se de sua coluna Altos e Baixos para se defender. O referido texto é carregado de ofensas que demonstram o quanto Requião estava irritado com as

²⁰² Ibidem, 68.

acusações, procurando para isso negar que teria recebido do “tesouro a gorda gorjeta de seis contos de réis” para fazer “propaganda da *Revista do Brasil*”.²⁰³

Zé Alves classificou o proprietário do *Diário da Bahia* de sabujo e desleal, questionando quem teria sido o “cérebro rafeiro” que escreveu o texto com essas denúncias, descritas por ele como de uma “canalhice” sem tamanho. Outros trechos dessa publicação indicam que as desavenças entre esses dois proprietários de veículos jornalísticos teria origens anteriores, pois, na sua defesa, Requião acaba questionando algumas atitudes e a carreira política do senador Severino Vieira, a exemplo do trecho abaixo:

Nós bem de perto conhecemos a estofa de certos tipos que se modelam pelo sr. Severino, o ex-governador da Bahia, que sem o mínimo escrúpulo, mandou vaiar e atirar esterco sobre o Conselheiro L. Viana, seu grande amigo e protetor de ontem, seu criador político, para ficar, com essa forma miserável, com um falso bastão, que se ter indigno dele, lhe foi arrancado das garras.²⁰⁴

A *Revista do Brasil* também fez acusações contra Severino Vieira comentando que o senador aproveitava-se das estruturas de seu jornal para proveito próprio, desde os tempos em que era chefe do Executivo do estado. Segundo o magazine, os vínculos entre o *Diário da Bahia* e Vieira seriam tão estreitos que uma viagem oficial que o político fez à Europa - quando era governador - teria como motivação principal a compra de materiais de impressão que garantiriam a melhoria da qualidade do seu jornal. Uma clara resposta à denúncia feita pelo veículo severinista à visita de Requião a região Norte. O tom da matéria alcançou níveis indecorosos, quando Zé Alves usou de impropérios contra os editores do *Diário da Bahia*, chamando-os de “canalhas” e “imorais”.

Mas, o jornal severinista parecia estar disposto a comprar mais brigas, visto que, dias após a essa seção, publicou outra coluna que trazia mais uma acusação contra Requião. Nessa matéria, José Alves foi acusado de se aproveitar dos atrasos dos salários dos servidores estaduais – uma realidade que aconteceu com frequência na administração de José Marcelino - para emprestar, a juros, dinheiro aos soldados do governo. Ato que foi intitulado como “desumano e odioso” por esse noticioso:

(...) O bacharel [Requião] dispõe da boa vontade dos que governam a Bahia, nesta quadra infeliz, e obtém muitas vezes que os pagamentos da polícia fiquem por vezes, até que, necessitados, os praças recorram ao odioso empréstimo, para, dois ou três dias depois, descer do céu oficial a graça, o pagamento que, então, só aproveita ao sr. José Alves Requião e aos interessados na firma tartufa, com que o mesmo sr. explora

²⁰³ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de setembro de 1907, ano 2, n. 5, p. 10.

²⁰⁴ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de setembro de 1907, n. 2, ano 2, p. 5.

a pobreza e a subordinação das praças de polícia, que recebem vencimentos já descontados pelo pagador que neste também protege o sr. José Alves Requião.²⁰⁵

Sabemos que, durante a crise de 1907, o diretor da *Revista do Brasil* estava vinculado à ala situacionista do PRB, o que incluía outros veículos jornalísticos da capital que, provavelmente, recebiam ajuda financeira em troca de apoio na imprensa ao grupo de Marcelino. O que as acusações apontam é que José Alves Requião, não só receberia recursos para seu periódico, como também poderia ter um cargo de confiança no governo, o que, aliás, não era incomum. Não importa aqui se tais denúncias eram verdadeiras ou falsas ou até que ponto o eram, mas sim chamar a atenção para como esse tipo de acusação agitava a política e não só baiana. Nesse episódio, vemos que essa luta fazia parte da oposição ferrenha feita a Severino Vieira, um adversário comum que Marcelino e Requião tinham, naquele momento.

Poucos dias após essa última denúncia, Requião respondeu ao *Diário da Bahia*, deixando claro que a animosidade entre ambos era mútua. Em texto agressivo, inicia uma longa defesa de sua reputação citando diretamente todas as colunas em que foi acusado de crimes, e negando-os um a um. Requião chama o jornal e o seu dono de “apodrecidos”, lembrando que Severino Vieira não teria moral para falar do assunto, e que ele e seus apoiadores não “pregam o que fazem”. Na matéria, José Alves admite que emprestou dinheiro aos soldados da polícia, mas se isentou de qualquer ilícito, negando que o ato estivesse vinculado aos atrasos e descontos nos salários dos servidores. Entretanto, lembra que Aurelino Leal (1877- 1924) - redator do diário severinista e provável autor da acusação - tinha semelhante prática, quando ocupava o cargo de chefe de polícia. O trecho abaixo exemplifica o caráter colérico das ameaças:

(...) Como hei de responder a esse zé-cuecas, a esse biltre, a esse desavergonhado? Só lhe responderia bem, se pudesse conhecer-lhe a máscara natural, porque então saberia o que fazer nela.

Seu Ele, seu sabujo, você é um mentiroso muito canalha!

Ainda dessa vez você perdeu uma bela oportunidade de ficar calado, pois mentiu e mentiu descaradamente.²⁰⁶

O diretor do magazine chama de “desumano e odioso” o próprio Severino Vieira, que é classificado como “salteador de verbas”, acusando também todos os membros de seu jornal. O texto termina repleto de impropérios e com uma clara ameaça de Requião, que pedia para que o jornal parasse com as acusações, se não “dançaria um canção infernal” com Vieira. Bastante

²⁰⁵ *Diário da Bahia*. BCEB. 20 de outubro de 1907, p. 1, n. 239.

²⁰⁶ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de outubro de 1907, ano 2, n. 4, p. 20 e 21.

utilizado pela imprensa da Primeira República, a desqualificação dos adversários políticos por meio de agressões pessoais era algo que remetia aos debates estabelecidos no meio intelectual brasileiro desses anos. Era comum que os polemistas adotassem a retórica cívica romana em que as qualidades morais do orador valem tanto quanto a qualidade de seus argumentos. Assim, era comum a tentativa de desqualificar o opositor atacando sua moral e utilizando de agressões verbais.²⁰⁷

As desavenças se estendiam a todos os apoiadores de Severino, que também eram agredidos pelo periódico. O nome de Aurelino Leal foi o primeiro a chamar a nossa atenção. Leal foi candidato do severinismo na eleição suplementar, que visava substituir a vaga que Miguel Calmon ocupava, quando assumiu o ministério, em fins de 1907. Derrotado com um número considerável de votos pela ala marcelinista, Leal foi vítima da pena vilipendiosa de José Alves Requião, que não perdeu a oportunidade para disparar contra o jornalista caçoando da situação. Em algumas edições a *Revista do Brasil* retratou a derrota do severinista zombando dos seus discursos rebuscados, uma característica em que ele era conhecido na época, e acusando-o de ter recebido dinheiro ilícito enquanto era redator do *Diário da Bahia*. Em texto específico, Requião foi ainda mais direto, advertindo Vieira de que o resultado eleitoral de seu pupilo seria um prenúncio do que viria a acontecer nas eleições de janeiro de 1908, quando Tosta concorreu contra Araújo Pinho.²⁰⁸

Entretanto, nenhum outro correligionário de Severino Vieira foi mais citado por essa revista do que Odalberto Pereira (1864-1908). Deputado federal (entre 1906 e 1908), professor e redator de vários jornais baianos em fins do século XIX, inclusive, sendo diretor do *Diário da Bahia*, Pereira foi um dos líderes do PRB. Na cisão desse partido, se aliou a Severino Vieira, tornando-se seu braço direito em momentos decisivos da crise.²⁰⁹ Pelo que notamos, a lealdade do deputado junto a Vieira despertou a atenção da *Revista do Brasil*, que se dedicou a representá-lo com charges e textos cômicos altamente depreciativos.

Essas representações humorísticas, na maioria das vezes, se referiam a questões como suas origens humildes e ao fato dele ser mestiço, aspecto que era tratado de forma pejorativa e, sem dúvida, racista. Além das pilhérias, Odalberto também foi alvo de insinuações que

²⁰⁷CARVALHO, José Murilo. História Intelectual: a retórica como chave de leitura. Topói, Rio de Janeiro, n. 1, 1999, 135.

²⁰⁸*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1907, ano 1, n. 5, p. 10.

²⁰⁹NASCIMENTO, Jaime de Oliveira. **Obalberto Pereira**. Verbetes da Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Odalberto.pdf> Acesso em 17 de abril de 2024.

procuravam atacar sua reputação, a mais grave delas sendo se aproveitar da função de parlamentar para se apropriar de rendas dos cofres públicos da Bahia.²¹⁰ Na figura 28, vemos uma das várias charges que tinham o intuito de investir contra o deputado.

Figura 28 - Charge sobre Odalberto Pereira com propaganda das loterias da capital federal



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de setembro de 1907, ano 2, n. 2, contracapa. Autoria da charge: R. de Oliveira.

Legenda:

Odalberto: Viva a Pátria do meu nascimento! Viva o Paraguai! Viva meu chefe Severo! Ora Viva o 2 de Julho! Viva Companhia da Loterias Nacionais do Brasil! Viva a Loteria Federal, a única que dá sempre sortes aos seus felizes fregueses. AGÊNCIA GERAL. PRAÇA TIRADENTES – BAHIA (grifos do autor).

Comemorando também o 2 de Julho, data considerada como a Independência do Brasil, na Bahia, a figura do político é utilizada para fazer propaganda de um dos principais patrocinadores da *Revista do Brasil*, as Loterias da Capital Federal. A imagem é de uma contracapa que, como foi dito, sempre apresentava a ilustração de um anunciante em destaque, e onde raramente se unia política e anúncios. De autoria de Raimundo de Oliveira, que estava alinhado politicamente a Requião, a charge traz, na legenda, algumas informações como a referência ao Paraguai. Não sabemos de forma exata o porquê desse país ser citado, na legenda

²¹⁰*Revista do Brasil*. BCEB. 01 de julho de 1907, ano 2, n. 1, p. 28.

e em outros momentos, para se referir ao deputado, mas podemos supor que seja uma alusão às suas origens mestiças ou, ainda, uma provável ascendência familiar paraguaia. É necessário enfatizar que a mestiçagem era uma questão que mobilizava debates entre as elites brasileiras e isso não foi diferente com a *Revista do Brasil*, que também defendia os ideais “civilizadores europeus”, vale dizer o branqueamento da população.

Opositores políticos, Requião e Odalberto Pereira protagonizaram um momento de extrema violência, que ganhou as páginas da imprensa baiana. Em 6 de dezembro de 1907, em Salvador, os dois chegaram a ir às vias de fato em um episódio que teve duas versões. A *Revista do Brasil* relatou, através de nota de esclarecimento, que José Alves Requião foi agredido verbal e fisicamente por Odalberto, quando conversava com amigos em frente uma conhecida casa comercial dessa capital. O periódico conta, que o deputado avistou o dono do magazine e, repentinamente, começou a insultá-lo com injúrias. Em seguida, teria se aproximado de Requião, agarrado seu paletó e, no mesmo instante, alçando a sua bengala, feriu o jornalista na cabeça. Nesse mesmo relato, a publicação conta que Requião tentou a todo custo se afastar de seu agressor no esforço de fugir de uma luta iminente, mas sua única alternativa, para evitar “uma desgraça”, seria sacar

um pequeno revólver, fê-lo detonar a esmo para deter o agressor, que procurava alcançá-lo a todo custo. Sempre recuando, porque não queria ferir, mas defender a sua honra e a sua vida, o dr. Requião disparou dois tiros, sem alvejar, porém, e sem se utilizar as três cápsulas restantes. Assim detalhado o fato, digamos por que o nosso companheiro trazia um revólver consigo.²¹¹

Nessa nota de esclarecimento, publicada em 15 de dezembro, a revista tentou justificar a atitude extrema de Requião e o fato dele portar um revólver, afirmando que teria recebido, dias antes desse acontecimento, cartas anônimas que continham ameaças de morte, avisando-o de um ataque premeditado. Preocupado com a repercussão na imprensa e no meio político, a direção do magazine pedia a sociedade baiana que compreendesse a conduta de José Alves Requião “com inteiro conhecimento de causa pública desta capital, como o de todos os Estados pelos quais circula está revista, amparada sempre pelos apoios dos que leem”.²¹²

O texto acima também foi uma resposta da *Revista do Brasil* à coluna distribuída pelo *Diário da Bahia* em 8 de dezembro de 1907, dois dias após o acontecimento. Nessa matéria, o diário severinista dá um desfecho diferente para o caso, ao afirmar que Odalberto Pereira foi atingido pelo tiro do revólver, contrariando a versão de Requião de que o projétil não teria

²¹¹*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de dezembro de 1907, ano 2, n. 7, p. 9.

²¹²Idem.

alvejado o seu adversário. Sem dar maiores detalhes sobre o que teria acontecido antes desse disparo, o jornal diz que o deputado estaria se recuperando em casa sob cuidados médicos e que aguardava a retirada da bala. O caso é tratado como uma “tentativa de assassinato” com fins políticos, mas não cita o nome de Requião; apenas dizendo que o autor foi “um dos mais aquinhoados sectários da política de sangue” de José Marcelino”.²¹³

As acusações mútuas e, por fim, a culminância do confronto físico entre José Alves Requião e Odalberto Pereira, não devem ser vistos como exemplos de simples rugas pessoais. Ao contrário, esses episódios refletem a violência da luta política no período e de como ela mobilizava a vida privada, expondo-a publicamente. Nesse sentido, a compreensão de emoções humanas como o ódio, o rancor, a culpa, a mágoa etc. se misturam à política e podem explicar o caso de Requião e Vieira. Dois donos de jornais e homens da política que criaram um ressentimento que talvez possa ter surgido da competição travada na imprensa e dentro dos ambientes partidários em que eles poderiam ter convivido.

Os indícios apontam que essa disputa pode ter se originado antes mesmo da crise do PRB, visto que em algumas matérias encontradas o magazine fez várias críticas à atuação de Severino Vieira no ministério de Campos Sales e, de forma mais enfática, quando estava no executivo da Bahia. Em algumas edições de 1906, ano de estreia da *Revista do Brasil*, também encontramos comentários negativos ao mandato de Vieira como senador, mas, ao contrário do que foi mostrado acima, o tom crítico das análises era ameno. Desse modo, acreditamos que o intenso clima político desencadeado com a crise de 1907 acirrou ainda mais os ânimos desses que pareciam ser dois ferrenhos opositores.

A rivalidade estabelecida entre que os donos do *Diário da Bahia* e da *Revista do Brasil*, que protagonizaram intensos debates em meio à crise do PRB, mostra como a luta política e disputas na imprensa se confundiam. O confronto entre Requião e Vieira reforça também o que temos demonstrado até o momento, ou seja, como a política da Bahia na Primeira República foi assinalada por uma intensa competição. Vale lembrar que os dois líderes estavam ligados a um mesmo partido, mas nem por isso atuavam em um mesmo grupo político. Aspecto que é comum a essas instituições, pois elas não possuem unanimidade sendo marcadas por lutas internas que, em boa parte dos casos, se originam pela disputa do comando do partido. No caso do PRB, essa contenda foi capaz de cindir a agremiação produzindo a primeira grande crise de sua história.

²¹³*Diário da Bahia*. BCEB. 08 de dezembro de 1907, n.279, p. 1.

Desse modo, não é possível analisar esse episódio a partir dos argumentos da *Revista do Brasil* e dos demais adversários de Severino Vieira, isto é, de que esse evento foi um gesto de “traição” do então senador. Para além disso, é necessário entender que cisões como essa faziam parte da dinâmica no período. Após o “racha” de 1907, o magazine ainda manteve apoio ao grupo político do governador José Marcelino por algum tempo. Mas, aos poucos a relação entre Requião e Marcelino se deteriorou, através do desenrolar de uma outra pugna eleitoral que mexeu profundamente com o tabuleiro do poder do Brasil e, consequentemente, com a Bahia: a Campanha Civilista de 1910.

CAPÍTULO 4 - A CAMPANHA ELEITORAL DE 1910

O passado desta Revista garante-lhe o futuro e nos é padrão de glória no presente. Verdade é que, para isso conseguirmos, temos lutado muito, temos lutado incessantemente, o necessário para [que] o triunfo nos trouxesse glórias, para que pudéssemos receber – entre confortados e satisfeitos – os louros da vitória, que nos chegam como um bálsamo extraordinário, um grande refrigério às chagas ainda sangrentas que nos abriram os cardos do caminho.²¹⁴

O texto acima é parte da coluna comemorativa do quinto aniversário da *Revista do Brasil*, sugestivamente denominada, “Continuando a Luta”. Completar cinco anos de existência na imprensa era algo a ser comemorado por qualquer veículo jornalístico brasileiro da época, a exemplo da Bahia, estado em que a maioria dos jornais tinha vida efêmera. Dentre alguns trechos dessa coluna, o que mais despertou nossa atenção foi o orgulho com que o periódico cita sua mais importante missão até aquele momento, isto é, o cumprimento de um “religioso programa” de defesa dos interesses do “povo”. Classificando esse programa como “fielmente” cumprido, os redatores do veículo se vangloriaram das vitórias que tiveram nesses anos, apesar das derrotas que eventualmente sofreram.

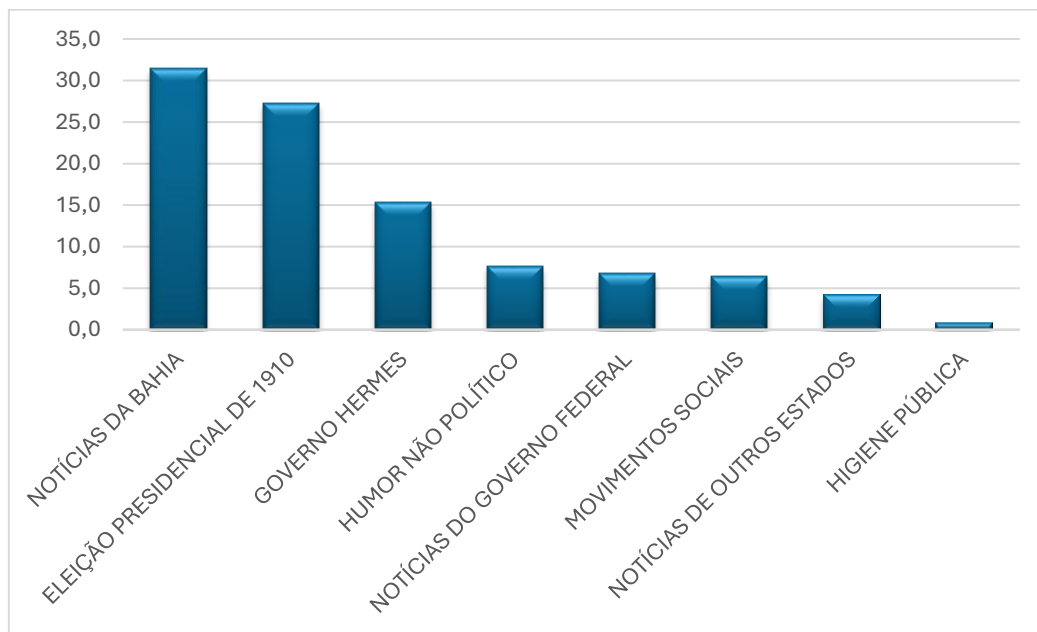
Ao que tudo indica, uma das referidas vitórias foi o resultado eleitoral que elegeu o gaúcho Hermes Rodrigues da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910. Nesse pleito, o periódico se envolveu diretamente, apoiando o Marechal Hermes e seus correligionários baianos, e, sobretudo, defendendo o “programa” citado acima que, com a justificativa de defender “o povo”, era claramente um projeto de parcelas das elites políticas do país. Neste capítulo, veremos como o corpo editorial da revista, mais uma vez, utilizou-se do humor (e dos ataques pessoais) para repercutir uma eleição, cujos resultados eram decisivos para a Bahia, criando, para isso, um forte discurso oposicionista contra o baiano Rui Barbosa e seus seguidores.

A Campanha Civilista, empreendida por Rui Barbosa contra o militar Hermes da Fonseca, foi um dos temas mais abordados na *Revista do Brasil* no ano de 1910, seja por meio de textos em diversas seções ou através de charges e caricaturas. Entretanto, apesar de ter sido predominante, o combate ao civilismo e o apoio a Hermes conviveram com outros assuntos. Conforme demonstra o gráfico a seguir (2), que apresenta (em porcentagem) as temáticas das

²¹⁴*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de maio de 1910, ano 5, n.1, n.p.

charges e caricaturas que foram publicadas em 1910, é possível ver uma variedade de temas que interessavam ao periódico, nesse que foi um ano decisivo para a sua história.

Gráfico 2 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1910 (por porcentagem)



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1910.

Como é possível notar, as temáticas que se relacionam à política são predominantes no gráfico. Em primeiro lugar estão as imagens que noticiavam as disputas internas da Bahia que, assim como em 1907, repercutiam o instável cenário político que acontecia nas intendências e nos legislativos municipais e em outros embates do estado. Dentro desse quesito, destacamos um em especial que ganhou as páginas do magazine no ano de 1910, isto é, a antecipação do debate sobre as eleições que escolheriam o substituto de Araújo Pinho. Por meio dessas charges, a revista noticiou uma eleição que, em tese, aconteceria somente em 1912, especulando sobre os principais nomes que, naquele momento, figuravam como concorrentes nessa sucessão governamental.

A antecipação dessa discussão veio logo após o fim da eleição presidencial de 1910, que aparece na tabela como o segundo tema mais citado nessas charges. Apesar de aparecer em segundo lugar no gráfico, é preciso dizer que a eleição que colocou de lados opostos civilistas e militaristas dominou a pauta da política nacional desse ano e, conseqüentemente, mobilizou quase toda a produção caricatural desse periódico (mesmo que de forma indireta). É possível citar, por exemplo, que algumas das imagens que tinham os assuntos internos da Bahia como

tema principal citavam de alguma forma a eleição que elegeu Hermes da Fonseca, o que demonstra, mais uma vez, como o magazine estava comprometido com o seu “programa” de atuação na política.

Os dados apontam também que o interesse do magazine no pleito de 1910 não cessou após o fim da disputa presidencial, visto que a terceira temática mais citada nessas imagens foi a repercussão da formação do governo de Hermes. Nessas charges, o magazine trouxe as notícias da confirmação dos novos ministros escolhidos pelo presidente eleito, a aguardada posse do mandatário e a avaliação dos primeiros dias da sua administração. É possível citar outros assuntos que também geraram interesse do veículo como as notícias do governo federal, as notícias políticas vindas de outros estados, as charges de humor não político e, de forma minoritária, nesse ano, os assuntos relacionados à higiene pública da Bahia. Mas um tema merece ser mais detalhado.

Chama atenção, igualmente, o permanente interesse nos assuntos pertinentes aos movimentos e as questões sociais. Nesse período, internacionalmente, ocorreram diversas revoltas, greves e ações populares que visavam conquistar diversos tipos de direitos. Entre esses movimentos sociais, o feminismo foi um dos que mais despertou a curiosidade da revista e, quando citado, era tratado de forma pejorativa, o que não destoava da maneira com que a imprensa, nacional ou não, o retratava. Foi assim quando o periódico repercutiu negativamente a luta pelo direito ao voto na França, onde as mulheres foram representadas como histéricas.²¹⁵ Também em cidades como Chicago, nos EUA, onde, para o magazine, as chamadas sufragistas só alcançariam êxito caso recorressem à “greve de sexo” com seus maridos.²¹⁶ A crítica as feministas aparecia de maneira mais sutil em outra temática que estava sempre presente nas colunas da *Revista do Brasil*: a moda (ver figura 29, logo abaixo):

²¹⁵Charge *O feminino na França*. *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de novembro de 1908, ano 3, n.11, p. 7.

²¹⁶Charge *Epidemias de greves*. *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1909, ano 4, n. 12, p. 38.

Figura 29 - Charge “Reflexões de uma senhora smart”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNDigital. 05 de fevereiro de 1908, ano 4, n. 16. Autor: não identificado.

Legenda:

São uns araras a que falta inteiramente o senso prático esses senhores que andam por aí a ridicularizar as dimensões e formatos dos modernos chapéus. Os antigos depois de usados uma dúzia de dias, para que diabos serviam? Somente para serem enviados aos fornos de incineração. Os atuais, porém, são de todo ponto úteis: quando novos, livram-nos de sol e de chuva e uma vez desusados ainda servem à criada para acondicionar as compras diárias feitas no açougue, na quitanda, na padaria e no armazém. E depois disto se dizem inteligentes!

Em “Reflexões de uma senhora smart”, vemos uma mulher sendo representada, usando um chapéu demasiadamente grande. Embora incipiente no Brasil da primeira década do século XX, a moda era um dos símbolos do que se definia como modernidade, tendo a Europa, especificamente Paris, como referências principais. Essas novas tendências reverberaram em todo o mundo, e foram reproduzidas em diversos centros urbanos, tendo as mulheres como alvo. Nesse sentido, a imprensa passou a veicular anúncios com novos lançamentos de roupas, acessórios e cosméticos que visavam “propagar uma beleza traçada para a alteridade (do homem) e não para a identidade (da própria mulher)”.²¹⁷ O objetivo desse ideal de beleza era que as mulheres “pudessem, enfim, encontrar um bom partido”, se fossem solteiras, e no caso das casadas, que “mantivessem seus postos arduamente conquistados”.²¹⁸

²¹⁷CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**: representação e história. 2007. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007, p. 139.

²¹⁸Ibidem

Em contrapartida a esse modelo de mulher, estava o feminismo. Movimento social que foi duramente criticado por Requião e seus redatores. Todas essas críticas revelam o temor da revista (e por assim dizer, da maioria dos homens da época) sobre o quanto as conquistas almejadas pelas mulheres poderiam ameaçar seus privilégios. Durante algum tempo, esse temor esteve simbolizado pela tentativa do controle dos corpos das mulheres, como demonstra a imagem acima. Porém, apesar dessa temática ter tido um lugar de destaque entre as charges da *Revista no Brasil*, as tramas partidárias, particularmente, as eleições de 1910, foram as mais importantes no ano em análise. Para entendermos melhor o interesse do periódico por esse tema, torna-se necessário conhecermos a importância dessa campanha eleitoral na história política da Primeira República.

4.1 - A Campanha Civilista na historiografia brasileira: um marco divisor na Primeira República

A importância da campanha eleitoral de 1910 foi amplamente estudada em vários trabalhos que tem como tema a Primeira República. Dois dos historiadores que fazem parte de uma linha historiográfica mais tradicional têm pensamentos semelhantes sobre o assunto: José Maria Bello e Edgar Carone. O primeiro é categórico em dizer que as eleições de 1910 produziram, pela primeira vez no regime republicano, um clima eleitoral que levou os brasileiros a correrem com entusiasmo às ruas - algo que lembrava as grandes campanhas eleitorais que ocorriam nos Estados Unidos. Para Bello, muito disso se deveu ao que chamou de “reação civilista” de Rui Barbosa que, mesmo com tropeços, abriu o “caminho para o regime dos livres pleitos”.²¹⁹

Edgar Carone também enxerga nessas eleições a singularidade de introduzir certos métodos mais amplos de participação popular. Ele afirma que a presença de um candidato como Rui Barbosa levou as eleições presidenciais de 1910 a uma intensidade eleitoral nunca vista anteriormente, pois, pela primeira vez, tentou-se entusiasmar o “povo” para uma campanha eleitoral. Apesar disso, adverte Carone, ainda vigorava totalmente o sistema oligárquico e suas formas eleitorais de pressão. O que ocorreu em 1910, para o historiador, foi uma mudança nos

²¹⁹BELLO, José Maria. **História da República** (1889-1954): síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1972, p. 214.

métodos de campanha, mas com a permanência das velhas formas de se fazer uma eleição na República.²²⁰

Trabalhos mais recentes também atestam a capacidade de mobilização popular da Campanha Civilista. Lorayne Garcia Ueocka destaca que mesmo em uma época de restrições ao voto e de pouca participação dos eleitores nas eleições, Rui Barbosa, ao combater o que denominava de “candidatura militar”, atraiu alguns setores sociais. Dentre eles, as classes médias urbanas, que apoiaram o candidato baiano através dos vários comícios e discursos que ele proferiu pelo Brasil, o que era uma novidade por saírem dos ambientes fechados de teatros e salões, para as praças e ruas de várias cidades. Apesar da entonação popular, Ueocka acredita que o civilista manteve uma postura dúbia em seus discursos, pois, ao mesmo tempo em que Rui Barbosa mobilizava a população, entendia que esse “povo” era “inapto politicamente” para votar. Enfatizava que tinha necessidade de um líder que pudesse guiar a sociedade ao “exercício da democracia, que iluminaria seus caminhos”, explicitando a mesma visão compartilhada pelas oligarquias, das quais era um integrante.²²¹

Outros historiadores, além de atestarem o poder de mobilizar a população urbana, ao menos, do civilismo, apontam a capacidade que essas eleições tiveram em mexer com as estruturas políticas da época. Renato Lessa, ao defender a ideia de que o “modelo” de governança criado por Campos Sales acabou com as instabilidades políticas dos primeiros anos da República, aponta que a campanha de 1910 foi um dos raros momentos em que uma eleição foi capaz de abalar a estabilidade desse pacto oligárquico. Como dito, esse “modelo” ou pacto visava afastar as oposições, permitindo ao presidente governar sem contestações, o que, vale ressaltar, vem sendo crescentemente questionado pela mais recente historiografia. De toda forma, alguns episódios evidenciariam o surgimento de dissidências oligárquicas, como é o caso da campanha civilista, que desestabilizou esse pacto por ter como principal característica um aceno “para o *demos*, com vagas promessas de regeneração do regime.²²² A eleição civilista, na concepção de Lessa, teria sido um desses momentos em que houve esses acenos, vide os discursos de Rui Barbosa que continham apelos para reformas no regime republicano.

Já Cláudia Viscardi, fiel à sua tese que enfatiza a inexistência da aliança do “café com leite” como pacto estabilizador e duradouro, durante a Primeira República, defende que o processo sucessório de 1910 foi, na verdade, uma reedição (talvez aprofundada) do que

²²⁰CARONE, Edgard. **A República Velha II: evolução política** (1889-1930). 3. ed. ver. Rio de Janeiro: Difel, 1971, p. 269.

²²¹UEOCKA, Lorayne Garcia. **A Campanha Civilista nas ruas**. 2005. 282f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis/SP, 2005.

²²²LESSA, 1999, p. 226.

aconteceu na campanha presidencial de 1906, quando os membros do chamado Bloco se uniram em oposição aos paulistas. Assim, segundo a autora, essa eleição se configurou em uma nova derrota para as elites de São Paulo que, vendo o fortalecimento do nome do gaúcho Hermes da Fonseca, declararam apoio à candidatura oposicionista de Rui Barbosa. O apoio ao político baiano, no entanto, não foi automático e só foi concretizado por ele ter se comprometido em manter aquilo que era mais o importante, naquele momento, para economia do estado, ou seja, a manutenção da política cambial de valorização do café.²²³

Por sua vez, Vera Lúcia Bogéa Borges afirma que o embate entre Rui e Hermes dividiu a política brasileira, provocando as oligarquias a rever as articulações de eleições passadas, e disputar a preferência de quem podia votar. Um dos principais palcos para o entendimento dessa disputa, para a historiadora, foi a imprensa, pois foi nos jornais e revistas do período, que encontramos o noticiário sobre as chapas concorrentes, as matérias sobre seus lançamentos oficiais, as manifestações de apoio de políticos etc. Para Vera Borges, a campanha mostrou que a conquista do voto dos eleitores indicava que “as ideias estavam em movimento, inscritas na luta política da terceira década republicana, portanto, anterior à crise dos anos 1920, considerada marco inaugurador das fissuras na Primeira República”.²²⁴

Já os estudiosos que se dedicam à Bahia dialogam, de certa forma, com os trabalhos citados acima, que evidenciam a capacidade de mobilização do civilismo e como essa disputa eleitoral desestabilizou a política brasileira. Mas, apresentam especificidades. Os principais trabalhos nessa linha são os de Consuelo Sampaio, Eul-Soo Pang e Silvia Noronha Sarmento. A primeira historiadora entende que os resultados do “cisma de 1907” - que estabeleceram a rivalidade entre seabristas, marcelinistas e severinistas – foram fundamentais para moldar os rumos da disputa de 1910, visto que cada um desses grupos se mobilizou em prol dos presidenciais. Para Sampaio, a campanha sucessória de 1910 deixou claro para os baianos o quanto a união entre J.J. Seabra e José Marcelino era “precária”, uma vez que eles ficaram de lados opostos naquela ocasião.²²⁵

Pang, além de evidenciar o embate desses grupos rivais, também define a Campanha Civilista como uma eleição bastante acirrada e que teve efeitos catastróficos para o já abalado Partido Republicano Baiano. O historiador destaca que o primeiro beneficiado com os resultados dessa eleição foi Seabra, um político que, até aquele momento, “estivera do lado

²²³VISCARDI, 2001, p. 206 a 210.

²²⁴BORGES, 2011, p. 39.

²²⁵SAMPAIO, 1999, p. 93-99.

perdedor durante grande parte de sua carreira política”.²²⁶ Mas, com a vitória de Hermes, lograria êxito com um cargo no ministério do militar. Outro ponto que Pang mostra são as movimentações que ocorreram nas ruas, através dos *meetings* e demais cerimônias políticas, que foram capazes de provocar brigas, tiroteios e disputas entre as facções que se enfrentavam na capital e cidades do interior.

Nessa mesma perspectiva, Silvia Noronha aprofunda a questão ao apresentar a Campanha Civilista como um dos momentos que demonstram como os rituais políticos típicos da Primeira República tinham o poder de atrair multidões. Apesar da exclusão da grande maioria da população, que não tinha direito de voto, foi possível ver nessa campanha uma grande participação da população em eventos políticos, como caravanas, cerimônias de embarque e desembarque de autoridades e nos comícios. Na Bahia isso se intensificou, pois um fator contribuiu para que houvesse maior presença de pessoas nessas cerimônias: era a primeira vez que um baiano era candidato à presidência da República.²²⁷

Como é possível notar, os trabalhos citados acima têm objetos diferentes sobre o processo sucessório de 1910, mas concordam que ele foi significativo para a história política do regime republicano. Assim como ocorreu em outros locais, na Bahia, essa eleição se mostrou um marco divisor para as organizações partidárias desse estado, que se mobilizou como nunca para uma eleição presidencial. Na imprensa baiana, isso também foi visto por meio de um forte embate de ideias. Nessa perspectiva, a *Revista do Brasil*, mais uma vez, se mobilizou politicamente ao rever suas posições e apoios a antigos aliados. Para uma melhor compreensão do papel do magazine em cada dos acontecimentos que mostraremos a seguir, é importante ver a “Linha do Tempo 3: A Campanha Civilista (1910)”:

²²⁶PANG, 1978, p. 102.

²²⁷NORONHA, 2011, p. 115.

Linha do Tempo 3: A Campanha Civilista (1910)



Fonte: informações fornecidas pela *Revista do Brasil* e pela historiografia do tema.

4.2 - O civilismo na *Revista do Brasil*

Como foi possível perceber até aqui, José Alves Requião foi um aliado de primeira hora de José Marcelino. Em momentos de crises, como a que aconteceu em 1907 com o PRB, o periódico defendeu os marcelinistas com notícias sempre positivas. Entretanto, informações que obtivemos sobre a revista apontavam para possibilidade de a Campanha Civilista ter forçado Requião a rever esse antigo apoio.²²⁸ Essas informações indicavam que o desenrolar das eleições presidenciais teria sido o fator primordial para o rompimento entre o jornalista e o grupo político de Marcelino, então situacionista do PR baiano. Entretanto, na pesquisa, encontramos menções negativas aos marcelinistas antes mesmo das eleições civilistas, evidenciando que havia discordâncias anteriores.

As primeiras críticas a esse grupo surgiram por ocasião de outra eleição que ocorreu entre o final de 1908 e início de 1909, e que elegeu os novos deputados federais e um novo senador pela Bahia. Pelo Senado, disputaram dois ex-governadores: Virgílio Damásio, que tentava a reeleição, e o próprio Marcelino, que estava recém-saído do executivo baiano. Bastante controversos, os resultados dessa eleição foram contestados por ambas as partes envolvidas, o que levou a disputa a passar pelo crivo do Senado Federal, que acabou reconhecendo a vitória de Marcelino.²²⁹ Na verdade, os resultados do pleito desagradaram a revista, porque ela passou a apresentar charges que, mesmo de forma sutil, criticavam seus aliados.

Nelas, Marcelino e Pinho eram apresentados como estando irritados e preocupados com a insistência de Damásio em concorrer ao cargo. A partir daí a *Revista do Brasil* divulgou um discurso ambíguo em relação a José Marcelino e, por consequência, a Pinho, ora os elogiando, ora mostrando insatisfação. A explicação mais provável para essa mudança de posição é que Requião não aprovou o tratamento dado pela ala situacionista do PRB a Damásio, visto que o periódico defendeu explicitamente a permanência do político no cargo de senador. A justificativa apresentada era a de que não haveria ninguém capaz de substituí-lo, pois, era um “republicano da velha guarda”.²³⁰

²²⁸NELSON, Cadena. **Os pioneiros do anúncio a cores na Bahia**, 2012. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2012/08/25/os-pioneiros-do-anuncio-a-cores-na-bahia/>>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

²²⁹SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. **José Marcelino**. Verbetes da Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCELINO.%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2024.

²³⁰*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de novembro de 1908, ano 3, n.10, p. 57.

Entretanto, não podemos descartar a hipótese de que o próprio processo sucessório de 1910, que já vinha sendo debatido com bastante antecedência, também tenha provocado essa alteração, pois, como veremos, um dos nomes que os marcelinistas defendiam para a sucessão de Afonso Pena desagradava a revista. Na medida em que as eleições presidenciais iam se aproximando e os chefes partidários tiveram que se posicionar nessa disputa, o periódico mudou gradualmente o tom das críticas contra os marcelinistas, até migrar totalmente para a oposição nos primeiros meses de 1909. Ou seja, com a política baiana dividindo-se em grupos, desde 1907, Marcelino e Pinho tiveram que se equilibrar entre o apoio dado ao candidato inicial do presidente Afonso Pena (David Campista) e as investidas de Rui Barbosa que, mesmo negando, lutava para que seu nome fosse citado nas tratativas. Por sua vez, J.J. Seabra procurou levar vantagem com as negociações feitas para a formação das chapas presidenciais, não decidindo entre o apoio aos situacionistas da Bahia e a adesão ao marechal Hermes. Já Severino Vieira, derrotado na quebra de braço com Marcelino em 1907, decidiu optar pelo nome de Hermes, vendo nele uma chance de galgar vitórias.²³¹

Atenta a todos os postulantes que foram citados como possíveis sucessores de Pena, o magazine aprovava nomes como o Barão do Rio Branco, Rodrigues Alves e o próprio Hermes da Fonseca. Antes mesmo da realização da convenção partidária que confirmou a candidatura do marechal, ele era elogiado por José Alves Requião, que enaltecia a atuação do ministro na pasta da Guerra. Assim, à medida que Hermes ganhava força como candidato presidencial, a revista comemorava as adesões ao ministro. A figura abaixo (30) mostra a repercussão das primeiras notícias sobre a candidatura militar.

²³¹ Como aponta NORONHA, 2011, p. 113 e 114.

Figura 30 - Charge “Interpelação, em tempo...”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de março de 1909, ano 3, n. 17, p. 15. Autor: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

A. Pena: Para aqui, meu marechal! Diga-me, que mal lhe tenho feito, para mandar organizar *Ligas* patrocinadas com seu nome? Para darem combate a candidatura do meu e seu amigo e colega Campista?

Marechal Hermes: Excelência, rogo-lhe de dar quarentena a mais esta intriga, em que meu nome teve saliente destaque. Aqui está meu amigo Seabra, que sabe de minha vida íntima, e a quem já declarei terminantemente, que, se fosse eleito presidente, resignaria o mandato em favor do candidato de v. ex. ainda que fosse um *cóio* qualquer!

Seabra: Creia; é verdade Conselheiro! Nós só queremos o Campista.

Zé: É verdade seu conselheiro; eles só *querem* o candidato do Catete que é seu Campista, tudo mais é conversa fiada; é, é, fique certo que é, sim!

(grifos do autor)

Afonso Pena é apresentado por Raimundo de Oliveira pressionando seu ministro da Guerra a se manifestar sobre a candidatura de David Campista. Até a data dessa charge (31 de março de 1909), Campista ainda era citado para concorrer a esse pleito. Porém, a preferência por outros postulantes, como Hermes da Fonseca, levou o ministro da Fazenda a desistir de sua candidatura (18 de maio de 1909). Vendo-se prestigiado pelos apoios de membros do chamado Bloco - Rio Grande do Sul e Minas Gerais – e de algumas elites dissidentes de estados situacionistas – como o seabrismo e o severinismo da Bahia - Hermes tornou pública sua intenção de se candidatar à Presidência (15 de maio de 1909), sendo oficializado na convenção de 22 de maio, o que mostra como, até o mês da convenção, o nome do candidato ainda não estava decidido.

Com destaque na charge, Seabra aparece se esquivando do apoio a Hermes. Alusão que fazia jus a sua tática de obter vantagens políticas em meio à crise, que estava em curso. Tudo indica que J.J. Seabra adotara essa estratégia, pois, naquele momento, tinha o mandato de

deputado federal, que conseguira na mesma eleição em que Marcelino se elegera. Era interessante se equilibrar entre as forças que estavam se digladiando, até ganhar tempo para tomar as decisões “certas”. Assim, quando decidiu pelo nome do candidato militar, indicado pelo situacionismo federal, teve que romper a aliança estabelecida com José Marcelino que, como veremos, tomou rumos diferentes nesse pleito. A entrada definitiva de J.J. Seabra na disputa presidencial animou a *Revista do Brasil*:

Congratulamo-nos com os convencionistas de 22 de maio, e especialmente com o nosso querido mestre e prezadíssimo amigo dr. J. J. Seabra, estamos certos de que as candidaturas Hermes e W. Brás hão de alcançar, nas urnas, êxito brilhantíssimo, mesmo na Bahia e em S. Paulo, cujos governos terão mais tarde, certamente, que abraçá-las como nacionais e populares.²³²

Como é possível perceber, mais uma vez, José Alves Requião e J.J. Seabra estavam do mesmo lado em mais uma crise da política da Bahia. Como demonstra o trecho acima, apesar de ter o apoio dos mineiros e gaúchos, a oficialização de Hermes da Fonseca não foi bem aceita em outros estados. Aproveitando-se dessas dissidências e criticando a indicação de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa começou a articular uma aliança oposicionista. Seu plano inicial era trazer Rodrigues Alves para encabeçar uma chapa, em claro aceno para atrair o PR paulista. Contudo, o ex-presidente declinou do convite.

Assim, seu próprio nome se fortalecia como uma alternativa para se combater o militarismo de Hermes da Fonseca, que muitos viam com preocupação. Esse temor foi muito bem utilizado por Rui Barbosa que advertia sobre os possíveis perigos do retorno aos tempos dos primeiros governos militares da República (receio que era ampliado pelo fato do gaúcho ser sobrinho de Deodoro da Fonseca). O pleito era uma oportunidade perfeita para o político baiano concretizar o que muitos diziam ser seu antigo sonho: ser presidente da República. Com o apoio de estados como a Bahia e São Paulo, Rui foi lançado como candidato presidencial e Albuquerque Lins, um paulista, como postulante à vice-presidente, na Convenção de 22 de agosto de 1909. Estava lançada a candidatura civilista.

Ancorada na adesão ao nome do marechal Hermes da Fonseca, desde o primeiro momento, o periódico acompanhava, de forma negativa, as primeiras notícias que citavam o nome de Rui Barbosa para concorrer a esse pleito. Apesar de ser um baiano de proeminência

²³² Editorial Altos e Baixos. *Revista do Brasil*. BCEB. 16 de julho de 1909, ano 4, n. 4, n.p.

nacional, o senador desagradava boa parte da elite política e da imprensa de seu estado, dentre eles, a *Revista do Brasil*, que foi um dos veículos jornalísticos mais oposicionistas ao ruismo. A figura (31) a seguir representa como o candidato passou a ser tratado após entrar na disputa:

Figura 31 - Charge “Sectários de S. Timoteo”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de agosto de 1909, ano 4, n.6, p. 9. Autor: não identificado.

Legenda:

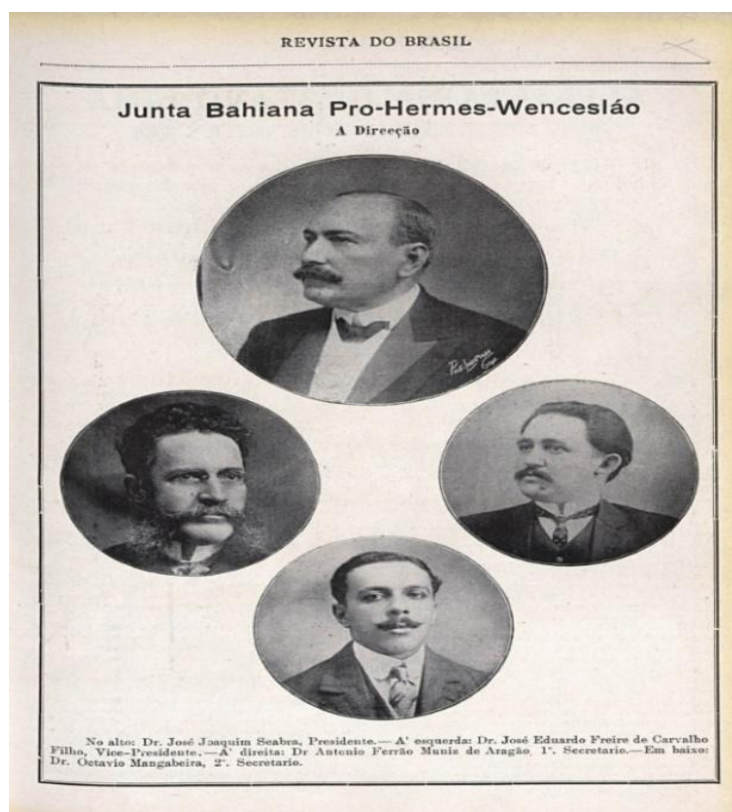
- I – FAUSTO DE GOTHE: Este necromante fez um pacto com o diabo para descobrirem, os dois, um candidato civil.
- II – SOCRÁTES: Filósofo a quem Fausto condenou a beber cicuta, nesse negócio de candidaturas presidenciais.
- III –MAQUIAVEL BRASILEIRO: Para este homem todos os meios são honestos e bons para se alcançar a presidência da República.

A charge, “Sectários de S. Timoteo”, é uma referência ao dia desse santo católico, 22 de agosto, que era usado para fazer deboche sempre que a convenção civilista era citada. Se compararmos a cena acima com as charges que mostramos no capítulo anterior, em que havia uma defesa enfática do Fausto (José Marcelino) e do Sócrates (Araújo Pinho), percebemos o quanto as eleições de 1910 foram decisivas para que o periódico mudasse definitivamente de posição. Essa mudança pode ser explicada por alguns motivos. Entendemos que a aprovação do nome de Hermes da Fonseca e, o mais relevante, a decisão de Seabra em entrar na campanha do militar foram decisivos para o posicionamento de Requião (um apoiador histórico do seabrismo). Soma-se a isso, a adesão de Marcelino e Pinho em apoiar a candidatura de Rui Barbosa, um nome que era visto de forma ambígua pela revista.

À medida que a campanha eleitoral avançava, as alianças locais aos postulantes ao cargo de presidente iam se consolidando. Pelo país se espalhavam grupos de apoio aos dois

candidatos. Na Bahia, a “Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau” serviu para contrabalançar o peso da máquina estatal utilizada pelo governador civilista, Araújo Pinho, cujos membros foram liderados por seabristas. Nesse momento, totalmente convertida à oposição no estado, a *Revista do Brasil* passou a veicular todos os atos políticos em apoio ao candidato Hermes da Fonseca. A página que segue abaixo (figura 32) dá uma noção do quanto o periódico se empenhou em divulgar a campanha do marechal. Ela contém fotografias dos apoiadores da chapa militarista e é claramente um panfleto de divulgação desse grupo.

Figura 32 - Fotografias dos membros da Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de agosto de 1909, ano 4, n. 7, p. 31. Autor da fotografia: não identificado.

Legenda:

No alto: Dr. José Joaquim Seabra, Presidente – À esquerda: Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, Vice-Presidente – À direita: Dr. Antonio Ferrão Muniz de Aragão, 1º secretário – Em Baixo: Dr. Otávio Mangabeira, 2º secretário.

Todos os membros dessa comissão se dedicaram à causa hermista por influência e liderança de J.J Seabra. Pouco tempo após o resultado dessas eleições presidenciais, os integrantes dessa junta colheram bons frutos para suas carreiras políticas. José Eduardo Freire de Carvalho Filho (1852-1934), que era membro da Faculdade de Medicina da Bahia, e Otávio

Mangabeira (1886-1960), na época, vereador de Salvador, elegeram-se deputados federais nas eleições legislativas de 1911. Já Muniz de Aragão foi o caso mais bem sucedido, pois, além de também ter sido eleito deputado (em 1911), anos mais tarde, se tornou o sucessor de Seabra. É interessante observar que jovens políticos, como os citados, estavam junto a nomes como o do jornalista Simões Filho (1886-1957), e ficaram conhecidos como os “diabretes” do seabrismo, um termo dado aos apoiadores desse líder à época.

Esse grupo contou ainda com a adesão de outro líder que retornou à vida política para somar forças a favor do candidato militar: o ex-governador Luíz Viana. As eleições de 1910 se mostraram decisivas para o futuro desse político, que vinha de um longo processo de ostracismo. Firmando um pacto com Seabra - que precisava fortalecer Hermes da Fonseca e, consequentemente, o seu próprio nome - Viana consolidou uma aliança que foi decisiva para que o militar tivesse uma base política em um estado que tinha, na ocasião, um governador civilista. A análise das edições que retrataram essa campanha demonstram que a revista de Requião foi uma fiadora do acordo Seabra-Viana. Em algumas matérias, o periódico comemorou a volta desse chefe, procurando defendê-lo das críticas que vinha sofrendo da claque civilista. O trecho abaixo, assinado por Zé Alves, foi um dos vários de apoio ao vianismo:

Apesar da alta traição de que foi vítima s. exa. quando deixou o governo e que o levou, por tanto tempo ao exílio voluntário a que se entregou, não conhecemos no nosso meio político baiano, na presente fase de balbúrdia e de politicagem, nome de um político que se avanteje ao cons. Luiz Viana, e que, como administrador que foi, reúna soma igual de relevantes, de valores servidos ao nosso estado.²³³

Denominando o ostracismo vivido por Luiz Viana de “exílio voluntário”, o magazine defendeu o ex-governador em várias frentes. Para esse veículo, ao contrário do que diziam seus opositoristas, o maior legado de Viana teria sido o equilíbrio das contas fiscais da Bahia, apesar das “avultadíssimas despesas com a campanha de Canudos” e da epidemia de varíola que ele enfrentou, quando estava no governo.²³⁴ A citação a Canudos era estratégica, visto que esse foi um dos motivos que levaram o político a se afastar da vida pública. Com textos como esse, a revista buscou afastar de Viana qualquer responsabilidade pela catástrofe que aconteceu no semiárido desse estado, episódio que ainda estava presente na mente dos baianos.

A aliança entre o seabrismo e o vianismo possibilitou também a criação Partido Democrata. Vendo que o PRB estava dominado por seus opositoristas, Seabra enxergou a

²³³Revista do Brasil. BNdigital. 31 de outubro de 1909, ano 4, n. 11, p. 7.

²³⁴Idem, p. 6.

necessidade da formação de um novo partido que pudesse rivalizar com o existente. A partir daí Seabra passou a viabilizar esse objetivo, tentando convencer primeiro as lideranças baianas, que ainda resistiam aos seus planos. Para convencer esses chefes locais, os seabristas se ancoraram na figura de Luiz Viana, um ex-governador que apesar da imagem abalada, ainda tinha bases políticas fortes.²³⁵ Seabra se valeu ainda do seu poder de convencimento, fazendo excursões eleitorais que, ao mesmo tempo defendiam Hermes da Fonseca, também promoviam a sua imagem e a da sua agremiação. A criação do PD, empolgou a *Revista do Brasil*, como mostra o trecho abaixo:

Estamos informados de que, em 15 de março, vindouro realizar-se-á, nesta capital, uma notável reunião política, na qual ficará assentada a criação de um grande partido, que obedecerá à chefia dos beneméritos brasileiros srs. drs. J. J. Seabra, Luiz Viana José Gonçalves da Silva e que virá dar decidido combate às facções que hoje se digladiam, neste Estado, tão digno de melhor sorte.²³⁶

Como demonstra a nota, Seabra e Luiz Viana passaram a ser duas lideranças de referência para José Alves Requião, que justificava seu apoio, afirmando que a aliança seria a oportunidade de “sanar” a difícil situação da Bahia, que foi comparada com a de “um tuberculoso em segundo grau”.²³⁷ Essa publicação foi uma defensora fiel desse acordo em vários momentos, mesmo naqueles em que os acontecimentos da política nacional e estadual demonstravam que ele seria inviável de se sustentar a longo prazo, como veremos. O que importava, naquele momento, era a derrota dos marcelinistas e dos severinistas que foram atormentados pelo “fantasma” de Viana (ver a figura 33).

²³⁵NORONHA, 2011, p. 103

²³⁶*Revista do Brasil*. BCEB. 05 de fevereiro de 1910, ano 4, n. 16, n.p.

²³⁷*Revista do Brasil*. BNdigital. Rio de Janeiro. 30 de setembro de 1909, ano 4, n.9, p.7.

Figura 33 - Charge “Sonho político”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de abril de 1910, ano 4, n.21, capa. Autor da charge: não identificado.

Legenda:

ZÉ MARCELINO (sonhando): Ah! É o Viana, em plena atividade política! Será ilusão?!

SEVERINO: É ilusão nada; é ele mesmo. Estamos fritos!

LUIZ VIANA: *Hodiemihicrastibi...* quem não morre sempre aparece! (grifos do autor)

Na charge, “Sonho Político”, Marcelino é assombrado pelo espectro de Viana que é representado fortalecido após a sua volta à cena estadual. Em segundo plano, debaixo da cama e também amedrontado, está Severino Vieira, que via em Hermes da Fonseca uma chance para superar o duro golpe que sofreu em 1907. Apesar de fazerem campanha para o mesmo candidato, no caso, o marechal, Requião e Severino Vieira mantiveram a renhida rivalidade nutrida em 1907, o que demonstra que as eleições estaduais e presidenciais se diferenciavam. Os anos após a crise do PRB foram de um intenso oposicionismo para o severinismo, que viu nas eleições de 1910 uma questão de sobrevivência. Ainda com um mandato de senador federal, que se encerraria em 1911, Severino Vieira acreditava na vitória do marechal para a sua reeleição. Ao contrário de Seabra, que se equilibrou até o último momento antes de decidir qual seria a sua postura nas eleições, Vieira tinha pouco poder de barganha desde que cortou relações definitivas com o situacionismo estadual.

Mais do que disputas de gabinete, a Campanha Civilista na Bahia foi assinalada por um clima eleitoral que, até aquele momento, não havia sido visto. Tanto na capital quanto no interior, líderes como Seabra, Vieira (pró Hermes) e a dupla situacionista Marcelino-Pinho (pró

Rui) concorriam para divulgar o nome dos seus postulantes. Temos notícias de comícios e excursões eleitorais lideradas por esses políticos em municípios como Pojuca, Alagoinhas, além de vários locais do Recôncavo, como Cachoeira, e cidades como Macaúbas, Rio de Contas. Também houve movimentações de apoiadores desses chefes em regiões como o sul e extremo sul da Bahia, vendo-se que todo o estado foi alcançado pela campanha. Essas excursões foram marcadas pela violência dos capangas contratados por chefes locais de ambos os lados e um dos episódios ganhou repercussão no magazine. Foi um tiroteio que aconteceu em Curralinho, no município de Castro Alves. Segundo relatos dessa publicação, Seabra teria sofrido um atentado que quase lhe custou a sua vida e que teria sido contratado pelos:

(...) aguerridos defensores do *ruismo* que utilizaram-se logo daquilo que tanto condenam – o *fuzil*, fazendo efetiva, num pronto a *sanção* daquela irrevogável lei. Sabíamos que o civilismo na Bahia capaz de pressões, codilhos, subornos, falcatruas eleitorais etc: não acreditamos, porém, que visse a utilizar-se do processo de eliminação dos adversários de maior prestígio.²³⁸

Mesmo não se sabendo da veracidade das informações citadas, é possível notar como essa campanha foi marcada pela tensão política. Em meio ao clima da campanha eleitoral, o estado foi afetado por intensos movimentos de agitação popular. Um deles foi a greve dos trabalhadores ferroviários da Companhia Viação Geral da Bahia, que aconteceu em fins de 1909 e paralisou parte significativa do estado. Dentre outras reivindicações, os manifestantes visavam resistir contra as péssimas condições de trabalho às quais estavam submetidos e que, segundo estudiosos, se assemelhavam à escravidão. Esse movimento marcou a história das lutas sociais e da classe trabalhadora na Bahia. O episódio ganhou repercussão nacional e levou o governador Araújo Pinho a buscar ajuda junto ao então ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco de Sá (1862-1936).²³⁹

Alerta às consequências da greve, a *Revista do Brasil* destacava que o movimento chegava em má hora para Pinho, que já enfrentava a concorrida campanha eleitoral. Preocupada com as consequências da paralização, o magazine criticava os grevistas, afirmando que eles exageravam na pauta de reivindicações. A ironia chegou ao ponto de seus colunistas dizerem que os paredistas só iriam pôr fim ao movimento caso recebessem um “aumento de 50%” e ganhassem os famosos “Chocolates Reconstituintes Magalhães, a Manteiga Brasileira e os charutos Dannemann”,²⁴⁰ históricos patrocinadores desse veículo.

²³⁸ *Revista do Brasil*. BCEB. 28 de fevereiro de 1910, ano 4, n. 17, n.p., grifos do autor.

²³⁹ SOUZA, Robério. **Quer nos colocar à forma de escravos humilhados:** relações de trabalho e mobilizações grevistas na Bahia, 1909. Campinas, N° 14-15, 2008. p. 1-2.

²⁴⁰ *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de outubro de 1909, ano 4, n.11, p. 22.

O auge desse clima eleitoral foi a vinda de Rui Barbosa ao seu estado, entre 14 e 19 de janeiro de 1910, quando o civilista visitou lugares estratégicos de Salvador. Os jornais que o apoiavam destacaram a euforia da população, que teria comparecido em massa para prestigiar seu conterrâneo. É o que relatou o civilista *A Bahia*, em sua edição de 15 de janeiro, quando destacou que a cerimônia de recepção do senador foi bastante prestigiada pelo “povo”, que “afluía ao bairro do Comércio” para vê-lo, sendo que os “bondes vinham repletos e retornavam vazios”.²⁴¹ Visivelmente irritada com as descrições dos jornais civilistas, o periódico debochou dos relatos afirmando que eram mentirosos:

Grandes pândegos!
Agora a concorrência, no desembarque do sr. Rui, foi colosssssal!!!
Calcule quem não viu, que do Elevador [Lacerda] à Ribeira de Itapagipe, (uma légua) de Itapagipe a Barra, (duas léguas) da Barra ao Rio Vermelho e do Rio Vermelho ao Rio das Tripas, era tal a acumulação de gente, que já andavam uns sobre os outros.
Calculamos a concorrência ao desembarque do senador Rui em cerca de um milhão de almas curiosas.
Vão mentir no inferno, srs. civilistas.²⁴²

Pesquisas sobre a Campanha Civilista na Bahia indicam que a *Revista do Brasil* não estava isolada na oposição ao civilismo. Entre os grandes jornais que circulavam em Salvador, somente o *A Bahia* era declaradamente a favor de Rui Barbosa. Outros periódicos, como a *Gazeta do Povo* e o *Diário da Bahia*, eram apoiadores explícitos do hermismo. Havia aqueles que procuravam manter um discurso imparcial, mas tinham ligações diretas com os apoiadores locais do candidato militar (ou seja, Seabra e Severino Vieira). Esse era o exemplo do *Jornal de Notícias*, que estava vinculada ao seabrismo. No interior, a imprensa também se movimentava. Jornais de Canavieiras, como *A Razão*, apoiava o marechal, e o *Monitor do Sul* ficou junto a Rui Barbosa. Já o cachoeirense, *A Ordem*, foi defensor do militarismo.²⁴³

De janeiro até a data da eleição, em 1º de março de 1910, os jornais civilistas e os militaristas começaram a mobilizar os eleitores em prol dos seus respectivos candidatos. Em uma clara estratégia para tirar o maior número de votos possíveis do militar, *A Bahia* começou a divulgar notas, na primeira página, que anunciavam aos seus leitores uma possível inelegibilidade da candidatura do marechal Hermes que, segundo o jornal, seria explicada pela sua formação militar.²⁴⁴ Essas notas se estenderam por várias edições até o dia votação. Do outro lado, a *Revista do Brasil* repercutia as excursões eleitorais e os *meetings* que Seabra e

²⁴¹JANUÁRIO, 2022, p. 21.

²⁴² *Revista do Brasil*. BCEB. 05 de fevereiro de 1910, ano 4, n. 16, n.p.

²⁴³JANUÁRIO, 2022, p. 84.

²⁴⁴*Diário da Bahia*. BCEB. 01 de março de 1910, ano 4, n.4196, p. 1

Luiz Viana faziam em todo o estado, procurando advertir os civilistas baianos, aos quais chamavam de “caricatos”, sobre a “proeminente derrota” que eles sofreriam.²⁴⁵

Conforme saíam os boletins eleitorais e se consagrava a vitória de Hermes da Fonseca, a revista comemorava publicando fotografias e seções que enalteciam a história do marechal. Para esse magazine, o candidato militar teria vencido em todos os estados do país. A historiografia que se dedicou a essa campanha, mostrou, entretanto, que os dados oficiais apontaram para a vitória de Rui Barbosa em estados onde teve a máquina estatal em seu apoio, isto é, na Bahia em São Paulo, ao contrário do que seus opositores então propagavam.²⁴⁶ Assim, Requião e seus redatores se dedicaram a zombar dos jornais que demoravam a admitir o fracasso civilista, como a sua congênere *A Bahia*.

Como uma revista de humor também fez piadas sobre o futuro político dos derrotados, a exemplo de José Marcelino e Severino Vieira, que estariam prestes a fazer uma aliança política de sobrevivência. Notícia que não passava de uma especulação, naquele momento, visto que a união entre esses dois líderes só se concretizaria três anos depois, em 1913, quando houve um acordo entre eles, com o intuito de se combater o já consolidado seabrismo.

Apesar de ter apoiado Hermes da Fonseca, Severino Vieira não colheu bons frutos com o resultado eleitoral, uma vez que viu Seabra e Viana se consolidarem como as grandes lideranças locais do hermismo. Irreconciliáveis, mesmo após o “cisma” de 1907, a relação conflituosa entre José Alves Requião e Severino Vieira não pode ser comparada com outra corrente política. Mas, havia outra liderança que também despertou a ferrenha oposição de Requião: Rui Barbosa. Enquanto na crise do PRB o severinismo foi o alvo preferencial desse periódico, na Campanha Civilista, o senador baiano sofreu com a pena vilipendiosa da *Revista do Brasil*, que procurou culpá-lo por todos os males que a Bahia passava.

4.3 - “Ruim Barbosa” e as eleições de 1910

Mais de um século após a sua morte, Rui Barbosa segue lembrado pela memória nacional. Atual patrono do Senado Federal, ao baiano são atribuídos feitos históricos que perpassam pela campanha contra a escravidão; na sua elogiada participação no Congresso de Paz de Haia; e, é claro, o combate eleitoral que travou em 1910. Em todos esses acontecimentos

²⁴⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 28 de fevereiro de 1910, ano 4, n.17, n.p.

²⁴⁶Alguns dados apontam que Rui venceu na Bahia com 40.980 votos contra 20.128 de Hermes da Fonseca. E em São Paulo, o civilista obteve 82.198 contra 25.384 do militar. Conforme aponta BORGES, 2011, p. 355. A historiadora colheu esses dados dos relatórios gerais da grande comissão de verificação dos poderes.

foi reconhecido pela sua oratória de intelectual que era capaz de produzir discursos rebuscados – mesmo que, muitas vezes, pouco compreendidos pela maioria da população. Apesar de ter se firmado no panteão dos chamados heróis nacionais e de ter um “museu casa” em sua homenagem (o primeiro do gênero no Brasil), em seu tempo, Rui Barbosa esteve longe de ser uma unanimidade.

Entre boa parte dos políticos baianos que se queixavam dos prejuízos que o estado, supostamente, teria sofrido desde o fim da Monarquia, havia uma sensação de que um dos seus mais ilustres conterrâneos pouco fizera para reaver o poder perdido no cenário nacional. Esse sentimento em relação a Rui Barbosa foi reverberado por expressiva parcela da imprensa que, entre outras questões, acusava o senador de ter preterido o seu estado. Ao que constatamos, o ressentimento dos jornais baianos com o “águia de Haia” ficou mais evidente com a Campanha Civilista, visto que, na qualidade de candidato, o político ficou mais exposto às críticas e julgamentos dos veículos de informação adversários.

Em texto acerca do papel de Rui Barbosa nas eleições de 1910, Rogério Rosa Rodrigues afirma que as críticas dirigidas ao candidato oscilaram entre o reconhecimento de sua inteligência e os lamentos por supostamente não defender os interesses da Bahia. Utilizando-se, sobretudo, de jornais, o historiador constata que esse ressentimento revelava a expectativa que a elite desse estado tinha sobre a figura do seu “filho ilustre” – ou “filho ingrato”, como era denominado pelos adversários - e como ele se amparava em uma perspectiva partilhada dentro e fora do universo letrado da época.²⁴⁷ Nesse sentido, acreditamos que a revista de Requião nutria críticas semelhantes em relação a Rui Barbosa. Em outras palavras, o magazine admitia que o senador era uma personalidade de destaque no cenário nacional e, ao mesmo tempo, externava a desilusão com o civilista que ignoraria as necessidades políticas da Bahia.

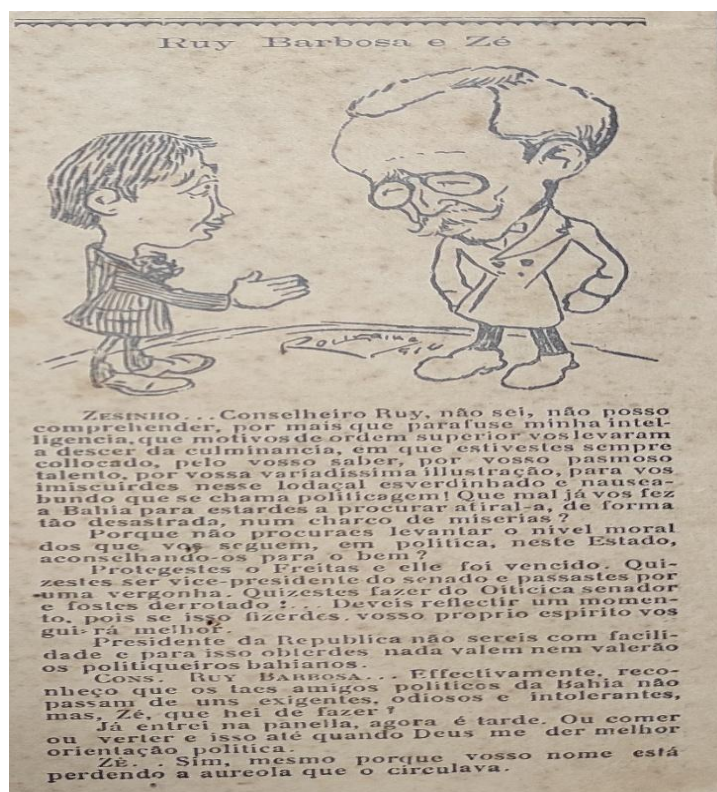
No que se refere à admiração que a *Revista do Brasil* mantinha por Rui, isso aparecia, de forma mais evidente, nas edições que relembavam datas comemorativas do calendário nacional, em que o senador tivera participação ativa. O 15 de Novembro era a mais relevante delas, pois, além de homenagear o civilista, lembrava a atuação de figuras como o Barão do Rio Branco, Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiúva. Essa percepção é reforçada quando analisamos os dados dos apêndices A e C. No primeiro material, vemos que Rui Barbosa é o primeiro homenageado desse tipo de edição especial através de uma capa que contém uma fotografia e uma legenda que elogia a sua atuação em Haia. Já no segundo, o político é

²⁴⁷ RODRIGUES, Rogério Rosa. Filho ingrato: Rui Barbosa e a campanha civilista na Bahia. In: ARAÚJO, Dilton Oliveira de; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. (Org.). **Sociedade e relações de poder na Bahia: séculos XVII-XX**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 243.

novamente lembrado através de uma dedicatória de folha de rosto que destaca a passagem de seu aniversário (que ocorria em 05 de novembro) momento em que ele era definido como um excelente juriconsulto, o “príncipe insigne das nossas lutas nacionais”²⁴⁸. Enfim e acima de tudo, por ter sido um intelectual de “talento assombroso, por sua ilustração inextinguível e por seus serviços ao país, nas letras, nas ciências e na diplomacia”.²⁴⁹

Contudo, havia uma esfera em que Rui Barbosa se revelara uma grande decepção: as escolhas políticas que o senador fizera ao longo de sua carreira. Esse aspecto incomodava o magazine, que o acusava de interferir nos assuntos internos da Bahia, visando o benefício de seus interesses particulares. Ao que parece, para a *Revista do Brasil*, a atuação de Rui deveria estar circunscrita às suas obras intelectuais e jurídicas. Esses elogios, que estavam presentes nas edições comemorativas, também se misturavam às críticas à sua atuação na política de seu estado. Uma das primeiras menções negativas ao conselheiro surge já no final de 1906. Como aponta a figura 34:

Figura 34 - Charge “Rui e Zé”



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de novembro de 1906, ano 1, n. 13, p. 11. Autoria da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

ZÉZINHO: Conselheiro Rui, não sei, não posso compreender, por mais que parafraseie minha inteligência, que motivos de ordem superior vos levaram a descer da culminância, em que estíveis sempre colocado, pelo vosso

²⁴⁸ *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de novembro de 1908, ano 3, n.10, p.5.

²⁴⁹ *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de novembro de 1909, ano 4, n.12, p.7.

saber, por vosso pasmoso talento, por vossa variadíssima ilustração, para vos imiscuirdes nesse lodaçal esverdeado e nauseabundo que se chama politicagem! (...) Presidente da República não sereis com facilidade e para isso obterdes nada valem e nem valerão os politiquinhos baianos.

CONS. RUI BARBOSA: Efetivamente, reconheço que os tais amigos e políticos da Bahia não passam de uns exigentes odiosos e intolerantes, mas, Zé, o que hei de fazer? (...)

ZÉ: Sim, mesmo porque vosso nome está perdendo a aureola que o circulava.

A charge de Raimundo de Oliveira apresenta Rui Barbosa como um político que fez alianças partidárias equivocadas em seu estado. Ou, melhor dizendo, alianças com as quais o magazine não concordava. No longo diálogo, o Zé Povinho (aqui chamado de Zezinho) cita alguns reveses políticos que Rui sofreu, quando se aproximou de um verdadeiro “lodaçal” da “politicagem”. Servindo como uma espécie de conselheiro político, o Zé mostra ressentimentos para com o senador, que são revelados em algumas falas da personagem. A mais significativa delas é quando o magazine, utilizando-se do Zé, sentencia que, dificilmente, o senador seria escolhido como Presidente da República, o cargo que Rui Barbosa cobiçava.

Mais uma vez, o Zé Povo chama nossa atenção, pois, ao contrário das imagens apresentadas até aqui, onde ele aparecia como coadjuvante, nessa charge ele conversa diretamente e com autoridade com Rui Barbosa. Esse tipo de representação não era a usualmente utilizada pelo periódico de Requião, que sempre mostrava o Zé, atrás dos chefes políticos. Entretanto, em ambos os casos, percebemos que o Zé Povinho da *Revista do Brasil* exercia uma função que é muito comum na literatura, isto é, a do alter ego. O “outro eu” ou o alter ego, que também é uma espécie de personagem, é criada propositalmente por um autor ou autora para mostrar suas próprias opiniões sem, no entanto, se revelar.

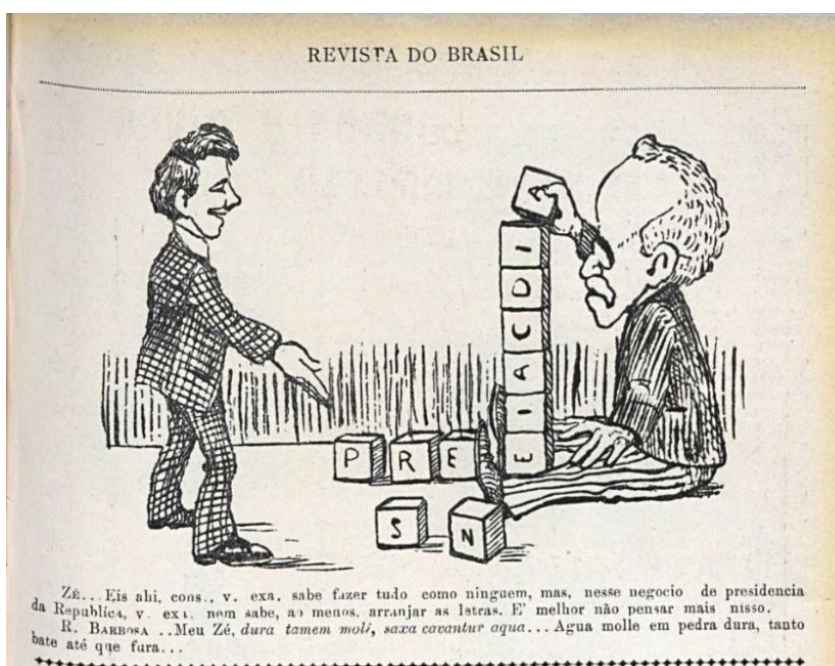
Vários casos podem ser exemplificados, um dos mais famosos é o de Álvaro de Campos, também um heterônimo criado por Fernando Pessoa (1888-1935) e que assina poemas como “Tabacaria”, uma das maiores obras do escritor português. Como em obras da literatura, acreditamos que o Zé Povinho, aqui analisado, funcionava como um tipo de alter ego dessa revista. Consequentemente, atuava como uma espécie de consciência política do magazine e também de seu proprietário e dos caricaturistas que trabalhavam no periódico que - utilizando-se da mais tradicional caricatura brasileira desses anos - conseguiam emitir suas mensagens políticas.

O historiador Pedro Krause Ribeiro, mesmo refutando o entendimento do Zé como uma personagem, preferindo denominá-lo como um “boneco”, ajuda a entendermos essa questão. Ele defende que o Zé seria uma construção individual de cada caricaturista que o manipulava de acordo com seus interesses. Na percepção de Ribeiro, não existia um só Zé Povo, que

pudesse definir de forma homogênea todas as caricaturas dos inúmeros magazines ilustrados que surgiram no começo do século passado e a ele recorreram. Havia, sim, vários “zés”, cada um com suas especificidades, segundo os diversos humoristas que os criaram.²⁵⁰ A partir disso, pensamos que o Zé Povo da *Revista do Brasil* não pode ser desassociado dos interesses políticos dos caricaturistas do periódico, como Raimundo de Oliveira, e também dos proprietários desse veículo, como Requião, pois esse desenho tinha o poder de carregar mensagens políticas.

Nesse sentido, as charges apresentadas a seguir (figuras 35 e 36) reforçam a mensagem que a figura 34 quis demonstrar. Mesmo que com alguns anos de diferença em relação à anterior, elas têm a intenção de desqualificar a atuação política do candidato civilista. Dessa vez, o intuito foi desacreditar a capacidade de Rui em ganhar o pleito presidencial de 1910.

Figura 35- Charge “Presidência”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de outubro de 1909, ano 4, n. 11, p. 33. Autoria da charge: não identificada.

Legenda:

Zé: Eis, aí, cons., v. exa. Sabe fazer tudo como ninguém, mas, neste negócio de presidência da República, v. exa. nem sabe ao menos arranjar as letras. É melhor não pensar mais nisso.

R. Barbosa: Meu Zé, dura tomem moli, saxa cavantur aqua... Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura... (grifos do autor).

Na figura 35, novamente temos o Zé Povinho dialogando de forma direta com a personagem de Rui Barbosa. Na charge, temos uma técnica que foi utilizada diversas vezes, quando o periódico queria chamar seus adversários de imaturos ou mesmo ingênuos: a

²⁵⁰ RIBEIRO, 2011. p. 90.

infantilização. Nessa cena, que tem a clara intenção de “diminuir” a figura do candidato, vemos que Rui procura montar um “brinquedo” que simboliza a Presidência, mas enfrenta dificuldades de cognição em analogia à suposta falta de habilidade política. Por sua vez, a única solução encontrada pelo Zé – o alter ego da *Revista do Brasil* – é que o senador abandone o desejo pelo cargo que tanto almejava.

Nessa perspectiva, encontramos várias charges semelhantes, que procuravam infantilizar Rui Barbosa ou brincar com a imagem de um eterno candidato que queria chegar à Presidência. Em algumas delas, o civilista era representado como um “brinquedo” manipulado pelas mãos de José Marcelino.²⁵¹ Em outras, a revista zombava da sorte de Rui, ao trazer a figura de uma cigana lendo a mão do candidato, que questionava a vidente se ele seria presidente da República algum dia. Porém, para sua frustração, sempre recebia uma resposta negativa.²⁵²

Para além do Zé Povinho, o magazine retratou a participação de Rui Barbosa, de outras formas, nessa corrida eleitoral. A charge de Onerom (figura 36), caricaturista substituto de R. de Oliveira, é uma delas. Essa charge apresenta dois eleitores comentando a conferência que o civilista fez no Teatro Politeama, em 14 de janeiro de 1910, onde apresentou suas propostas eleitorais para uma restrita plateia de apoiadores.

Figura 36 - Charge de dois eleitores conversando sobre o discurso de Rui



²⁵¹*Revista do Brasil*. BNdigital. Rio de Janeiro. 30 de setembro de 1909, ano 4, n.9, p.39.

²⁵²*Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de outubro de 1909, ano 4, n.10, p.13.

Fonte: Revista do Brasil. BCEB. 15 de janeiro de 1910, ano 4, n. 15, n.p. Autoria da charge: Onerom.

Legenda:

O da direita: Gostaste de ouvir o Rui?

O da esquerda: O rui Intelectual, não há dúvida, é o assombro do mundo agrada imenso, mais notável seria se não fosse tão pedante; politicamente, porém, é um desastrado incomparável. Estou satisfeito com a sua excursão, porque o homenzinho está se incumbindo de fazer propaganda da candidatura do Marechal Hermes.

Mais uma vez, vemos a exaltação de Rui Barbosa como um exímio intelectual, mas um “desastrado” do ponto de vista político. A imagem de Rui Barbosa como um intelectual, aliás, perdurou por décadas, mesmo após sua morte, graças às formas como seus biógrafos retrataram sua vida. Das várias biografias sobre o civilista, o que mais se sobressai é como os interessados em sua história acentuam as características positivas de suas falas, buscando dimensionar o brilhantismo do senador. Aspectos como esses fizeram com que Rui se tornasse um símbolo, um conjunto de ideias, uma espécie de personalidade que ultrapassou a constituição de um indivíduo e se transformou em uma figura representativa da sociedade brasileira de seu tempo.²⁵³ É bom lembrar também, que Rui Barbosa representava uma parcela da elite intelectual do que se convencionou chamar de “Atenas Brasileira” – um título que, na época, fazia alusão à relevância da Bahia nos campos das artes, da política e da cultura. O senador era o nome maior dessa nova “Atenas”, pois, foi um homem que atravessou dois regimes políticos.²⁵⁴

Apesar de ser reconhecido como um grande intelectual, o periódico classificou os discursos de Rui, nessa corrida eleitoral, como enfadonhos, o que gerou várias charges que retrataram o candidato carregando extensos rolos de papel, que aludiam à duração de suas falas. Ainda no Politeama, mesmo não propondo mudanças radicais na estrutura do regime político, o candidato tocou em pontos delicados, ao propor uma reforma no sistema eleitoral, mudanças na área econômica e críticas às oligarquias. O senador baiano ainda citou, diretamente, seu concorrente militar, dizendo que sua candidatura servia para pôr de lado “todas as outras apreensões, para se assentar, como objeto exclusivo” de ser uma “reação contra o militarismo renascente”.²⁵⁵

²⁵³RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. **Ideias jurídicas, famílias e filiação na passagem à modernidade no Brasil, 1890-1940**. Niterói, 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008, p. 143.

²⁵⁴LEITE, 2012, p. 17.

²⁵⁵BARBOSA, Rui. **Excursão Eleitoral na Bahia**. Rio de Janeiro: MEC, 1910. (Obras Completas. Vol. XXXVII, tomo I), p. 19.

Em resposta a ataques semelhantes, que Rui Barbosa já vinha fazendo em conferências anteriores ao ato em Salvador, a revista preparou uma ofensiva contra o civilista. Em edição lançada no dia posterior ao discurso do senador, foi publicada a plataforma eleitoral da candidatura de Hermes da Fonseca, que trazia a sua fotografia e um texto que se estendeu por seis páginas. Além de propostas de campanha, a referida matéria trouxe trechos em que o marechal se defendia das ofensivas de Rui, ao afirmar que ele não era um candidato essencialmente militar e sim “genuinamente civil”, pois era amparado “pelos chefes situacionistas da quase a unanimidade dos Estados”.²⁵⁶

Sobre o discurso antimilitar dessa campanha, José Murilo de Carvalho defende que é um equívoco pensarmos a candidatura de Hermes da Fonseca como totalmente militarista, pois, essa conotação deveu-se muito mais à atuação de Rui Barbosa. Para o historiador, a viabilização do nome de Hermes só foi possível graças às disputas que aconteceram nos estados, como o desacordo entre Minas Gerais e São Paulo, e as divisões internas das próprias elites mineiras. Esse último fator facilitou a aceitação da candidatura de um militar como uma alternativa para acabar com o impasse sucessório, solução que foi facilitada com a entrada do Rio Grande do Sul e do Exército em apoio a Hermes da Fonseca.²⁵⁷ Como é possível notar, tudo isso passou por um jogo político que envolveu tanto elites civis quanto militares.

A vinda do civilista à Bahia gerou um acalorado debate entre jornais de Salvador, que refletiram sobre o papel de Rui Barbosa na política nacional. Esteio do seabrista, o *Gazeta do Povo* usou de todos os argumentos para atacar o senador. Nas páginas da folha seabrista, Rui era acusado dos mais absurdos “crimes”, inclusive, de ter conspirado pessoalmente para a queda do imperador D. Pedro II – líder que foi elogiado pelo jornal, em matéria que claramente defendia a Monarquia. O hermista *Diário da Bahia* foi o noticioso com linguagem mais agressiva em relação ao seu contrerrâneo. Nem mesmo a fama de grande intelectual foi respeitada, visto que, para esse veículo severinista, a vinda do civilista à Bahia só serviu para provar que Rui Barbosa era tudo, menos o “mito” que outrora foi.²⁵⁸

Na *Revista do Brasil*, a admiração ao Rui intelectual foi se diluindo à medida que o pleito ia se aproximando e, assim, os ataques pessoais ficaram cada vez mais intensos. Usando de sua usual criatividade, o magazine de Requião atacou o civilista por meio de notas cômicas, que traziam diálogos inventados por seus colunistas. O trecho abaixo simula uma conversa entre

²⁵⁶ *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de janeiro de 1910, ano 4, n.15, n.p.

²⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 46.

²⁵⁸ JANUÁRIO, 2022, p. 91 e 92.

dois funcionários públicos que, temerosos de que a situação política piorasse ainda mais a crise financeira da Bahia, falam sobre os atrasos no pagamento dos seus salários (uma realidade do governo Pinho que foi denunciada constantemente por esse veículo):

- E você acredita que recebemos todos os nossos vencimentos atrasados, de uma só vez?
- Sua pergunta não deixa de ter fundamento. Já ouvi dizer que o Zé Martelo aconselhara ao seu compadre [Araújo Pinho] só mandar pagar metade dos ordenados vencidos, porque, por ora, ele precisava de dinheiro para a eleição do Ruim Barbosa.²⁵⁹

De “filho ilustre” e representante da “Atenas Brasileira”, o civilista foi denominado de *Ruim Barbosa*. Esse trocadilho era utilizado no meio político baiano da época, e foi reverberado pela imprensa opositora, que se valia de impropérios para caracterizá-lo. Para a *Revista do Brasil*, por exemplo, além de péssimo político, os discursos rebuscados e as conferências do civilista serviam unicamente para alimentar outra característica, que era atribuída ao candidato: o seu ego exacerbado. Na campanha eleitoral em questão, segundo o veículo de Requião, esse aspecto foi revelado de forma mais acentuada, pois o civilista era o novo Narciso que “admirava radiante, a beleza de sua fisionomia”.²⁶⁰

Finda a eleição, em 1º de março de 1910, Rui Barbosa teve de enfrentar o dissabor de ver os resultados eleitorais indicando a vitória militarista. A reação do candidato à sua derrota foi mostrada nas charges desse magazine nos meses posteriores ao resultado oficial. Nessas imagens, Rui era apresentado inconformado e com semblante sempre pesaroso por ter sido “atropelado” pelo “caminhão hermista”.²⁶¹ A capa apresentada abaixo (figura 37) foi publicada quase um mês após o dia da votação e mostra como o periódico soube debochar da derrota do civilista.

²⁵⁹ *Revista do Brasil*. BCEB. 5 de fevereiro de 1910, ano 4, n. 16, n.p.

²⁶⁰ Charge. *Revista do Brasil*. BCEB. 05 de fevereiro de 1910, ano 4, n.16, n.p.

²⁶¹ Charge. *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de maio de 1910, ano 5, n.1, n.p.

Figura 37- Charge com Rui Barbosa vendo seu sonho se distanciando



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de março de 1910, ano 4, n. 19, capa. Autoria da charge: Onerom.

Legenda:

O ASTRONOMO (monologando): Aquella cadeira auri-fulgente tornou-se meu ideal único, há vinte anos; e como, para mim, é o complemento da felicidade terrena, paira sempre distante, muito longe, tão longe que só consigo alcançá-la por *um óculo*. (grifos do autor)

A charge de Onerom faz, novamente, referências ao que a revista e parte da imprensa opositora diziam ser o grande objetivo pessoal de Rui Barbosa: se sentar na “cadeira” da presidência da República. Irritado com a atuação energética do civilista, que não só se recusava a admitir sua derrota, o periódico se valeu de outros ataques ao longo dos meses. Esses ataques revelam o quanto Rui Barbosa sofreu uma forte oposição na imprensa baiana, demonstrando que o “águia de Haia” teve dificuldades para se firmar enquanto liderança em seu estado. Figura muitas vezes mais bem aceita no cenário nacional, do que na sua terra natal, o civilista poderia ser uma ponte importante entre essas autoridades e a capital federal, mas viu que alguns líderes não quiseram ficar à sua sombra. O maior deles foi José Joaquim Seabra, que ao construir seu poder, ao longo da primeira década do século passado, conseguiu neutralizar, de forma gradual, as bases políticas ruístas em terras baianas.

Fiador do pacto entre Seabra e Viana - que apesar de frágil teve como legado a criação do PD - Requião atuou de forma decisiva dentro da imprensa opositora a Rui Barbosa, ao duvidar da capacidade do senador liderar os interesses da Bahia no cenário nacional. Críticas

que foram vistas desde o surgimento desse periódico e que estão em consonância com os discursos de lamentação das elites do estado, que se queixavam da perda de influência baiana no novo regime. Como já sinalizamos no capítulo 1, Rinaldo Leite (no caso da Bahia) e Marieta Ferreira (no caso do Rio de Janeiro) afirmam, que essas lamúrias integravam um recurso de persuasão política dessas elites para conseguir mais espaço no cenário nacional.

Na Campanha Civilista, percebemos que o ressentimento em relação a Rui Barbosa se mostrou mais intenso que nos demais eventos políticos nos quais a *Revista do Brasil* se envolveu. Uma das explicações para essa oposição se deve à aproximação entre Requião e J.J. Seabra, que foi a mais relevante força anticivilista da Bahia, naquele momento. Para defender Seabra, era preciso derrotar Rui e o que ele representava, em outras palavras, o civilismo.

4.4 - Civilismo: uma “serpente” a ser combatida

Meses após o 1º de março, Rui Barbosa continuou a mobilizar setores da sociedade que simpatizaram com as suas ideias. Do mesmo modo, o chamado civilismo foi um movimento que continuou sendo uma referência política importante ao longo dos anos do governo Hermes da Fonseca. O novo presidente teve de enfrentar a dura oposição do senador baiano e de parcelas da classe política e do eleitorado. Inserida nessa conjuntura, a *Revista do Brasil* também se mobilizou contra às autoridades que representavam esse grupo político na Bahia.

Entendemos que uma das razões que levaram a política a se manter acirrada, mesmo meses após o fim da eleição, foi a contestação feita por Rui Barbosa acerca dos resultados eleitorais, que aclamaram Hermes da Fonseca como vencedor. Segundo relatórios divulgados pelo próprio candidato derrotado, os seus adversários se utilizaram de métodos fraudulentos para adulterar as atas eleitorais, além de aplicaram a violência para impedir que o eleitor civilista comparecesse no dia da votação.²⁶² Respondendo a essas e a outras acusações, Rui Barbosa ocupou a sua principal tribuna, a do Senado Federal, e usou a imprensa que o apoiava, para construir um argumento político contra os seus adversários que, consequentemente, também mobilizaram os seus simpatizantes.

Para combater os civilistas, que se ancoravam nas teses de Rui Barbosa, os jornais hermistas empreenderam uma ferrenha oposição contra esse grupo político. A *Revista do Brasil* é o exemplo de um veículo jornalístico que se manteve compenetrado no combate ao civilismo.

²⁶²BARBOSA, Rui. **Memória sobre a eleição presidencial**. Rio de Janeiro: MEC, 1910. (Obras Completas. Vol. XXXVII, tomo II), p. 5.

Ao longo dos meses de 1910 e no início de 1911, seus colunistas e caricaturistas respondiam às acusações do senador baiano, aplicando o que mais sabiam fazer, isto é, usavam a criatividade ao unir os acontecimentos que chamavam a atenção da população com as tramas partidárias. Nesse sentido, é necessário observar a figura 38, abaixo:

Figura 38 - Charge com o cometa Harley sob o céu da Bahia



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de maio de 1910, ano 5, n. 1, n.p. Autor: não identificado.

Legenda:

Zé Povo (de cócoras, com medo): Oh! Se o rabo dele toca na Bahia!

Os civilistas: Oh! Que bello cometa! É a estrella do Oriente, que vos guia ao berço do Divino!

A charge acima trata da passagem do cometa Harley, que ocorreu em 18 de maio de 1910. Visível a cada 76 anos em nosso planeta, o Harley sempre chamou a atenção e causou preocupação na população de todo o mundo. Mas em 1910, o episódio ganhou uma proporção maior que nas aparições passadas, pois foi a primeira vez que o cometa foi avistado por amplas parcelas da população no Brasil.²⁶³ Criaram-se teorias impressionantes, como os supostos gases tóxicos que seriam lançados por esse cometa e que poderiam asfixiar a vida na Terra ou que seriam um sinal do fim dos tempos.

Em meio a esse ambiente eufórico que coincidiu com a Campanha Civilista, a *Revista do Brasil* se aproveitava do tema para criticar os seus adversários. Na figura 38, sob o olhar debochado do Zé, Marcelino ou, simplesmente, Zé Marcelo é apresentado como o próprio

²⁶³LEAL, Bruno. **Cometa Halley causou pânico e histeria no início do século XX**, 2023. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/cometa-halley-causou-panico-e-histeria-no-inicio-do-seculo-20/>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

cometa, que causava admiração em seus apoiadores e troça em seus opositores (como a própria revista). Em uma época em que a ciência astronômica não havia se consolidado, o Harley despertou curiosidade e, ao mesmo tempo, medo na população. Aproveitando-se dessa curiosidade, outras comparações com o Harley foram encontradas. Desde explicações para o estado de nervos dos civilistas ou mesmo citações racistas, que tentavam advertir que a “cauda” desse cometa teria provocado a mudança de “cor” em alguns políticos negros da época, como o deputado federal Monteiro Lopes (1867-1910).²⁶⁴

Com a demora dos civilistas em assimilar a derrota, o magazine procurou atacar Rui Barbosa em diversas frentes. Nem mesmo uma das teses mais caras dos seus discursos saiu ilesa: o apelo para o bom uso das finanças públicas. Com o objetivo de chamar esse grupo político de desonesto, a coluna, “No corte da tesoura”, trouxe denúncias com gastos de campanha, que afirmava serem no mínimo suspeitos. O questionamento da matéria girava em torno de verbas “exageradas” para banquetes políticos, nas viagens de Rui Barbosa, além de auxílios para seus apoiadores. Mas, o que mais chamou a atenção desse veículo foi a ajuda financeira para jornais que apoiaram Rui, como o paulista, *Gazeta de Notícias* e o carioca, *Correio da Manhã*. Tudo isso, segundo o periódico, provava que de “honestos” e “santos” os civilistas não tinham nada.²⁶⁵

Nessa mesma perspectiva, a *Revista do Brasil* revidou as acusações feitas por Rui Barbosa de que a vitória do Marechal Hermes teria sido garantida através de fraudes, afirmando, para tanto, que os próprios civilistas se utilizaram desses métodos. Uma instigante analogia encontrada em algumas charges foi a comparação dos civilistas com os “fósforos”, isto é, como eram chamados os eleitores falsos na época e que, segundo o periódico, foram utilizados por líderes como José Marcelino para modificar o resultado das urnas.²⁶⁶ Assim, além da astronomia e de acusações de fraude, o humor afiado desses caricaturistas explorou outros temas que eram bastante utilizados pelos magazines ilustrados do período, como as referências à morte e aos rituais fúnebres (ver a figura 39):

²⁶⁴Charge. *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de maio de 1910, ano 4, n.1, s.p.

²⁶⁵*Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de abril de 1910, ano 4, n.20, s.p.

²⁶⁶Charge. *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 15 de maio de 1910, ano 4, n.1, s.p.

Figura 39 - Charge “O enterro dos ossos... na Bahia”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de setembro de 1910, ano 5, n.5, n.p. Autoria: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

ZÉ MARCELINO: Não ria-se! Não ria-se, seu Zé, o caso é sério! Entoe o cântico, seu Galvão.

LEÔNIO GALRÃO (cantando): *Memento, civilismos quiapulvis est et in pulverem...reverteris...*

ZÉ MARCELINO, LEÃO VELOSO, ZÊMARIA, COSTA PINTO E PACHECO DE OLIVEIRA:
Per omnia seculaseculorum...

TODOS: Amem...

Zé (rindo-se) *Findus est mamatorum...liquidatus civilorum...ah! vane Vianorum...qui vos hadegovernorum* (grifos do autor).

Em “O enterro dos ossos... na Bahia” vemos o civilismo sendo carregado em um “caixão” por políticos civilistas do estado. Além do senador Marcelino, os nomes mais conhecidos nessa charge são os de Leôncio Galvão (1864-1944), padre e senador estadual; Pedro Leão Veloso Filho (1856-1923), então deputado federal; e José Maria Tourinho (1863-1932), chefe da polícia baiana na ocasião. Como é possível perceber, o objetivo central da imagem é decretar a morte simbólica do civilismo baiano - que é velado por seus representantes. Na história da caricatura política, esse mote não é uma novidade. Em algumas sociedades, como a mexicana, por exemplo, alguns caricaturistas tinham o hábito de desenhar em caveiras os nomes de autoridades, com o intuito de ridicularizá-los.²⁶⁷ No periódico em questão, identificamos que esse tema aparecia toda vez que se queria decretar o fracasso político de um adversário. Nesse sentido, encontramos representações da morte como uma senhora

²⁶⁷VILLASEÑOR, R. L.; CONCONE, M. H. V. B. A celebração da morte no imaginário popular mexicano. *Revista Kairós-Gerontologia*, [S. l.], v. 15, n. Especial12, p. 37-47, 2013. DOI: 10.23925/2176-901X.2012v15iEspecial12p37-47. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17036>. Acesso em: 20 de agosto de 2024, p. 41.

encapuzada que estava sempre à espreita dos desavisados e charges que traziam o ambiente de cemitérios.

Nas legendas, há expressões que também chamam nossa atenção (*civilismos, findus est mamatorum, governorum* etc.) e que lembram um estilo literário muito comum entre humoristas de São Paulo e do Rio de Janeiro do princípio do século passado. O macarronismo, como ficou conhecido, tinha a função de misturar duas línguas diferentes com o intuito de criar uma espécie de paródia bastante peculiar. Geralmente, utilizavam o francês e o italiano, que eram aportuguesados para um terceiro jargão que, “por mais sérios que fossem os assuntos, a própria anarquização da língua fazia derrapar quaisquer significados mais sérios”.²⁶⁸ Na *Revista do Brasil* identificamos a mistura do latim e do português, quando havia referências aos desafetos do veículo. Um dos casos mais peculiares foi a definição da situação política vivida por Severino Vieira no pós eleição: *fritus est in casca*.²⁶⁹

Nesse ínterim, a revista passou a divulgar os preparativos para a posse de Hermes da Fonseca e a fazer listas com especulações sobre quem seriam os novos ministros. Demonstrando interesse em relação ao papel que a Bahia desempenharia nessa nova conjuntura, o magazine apostava todas as suas fichas na indicação de J.J. Seabra para um ministério de peso. A principal aposta de Requião era que Seabra fosse nomeado para a pasta da Fazenda.²⁷⁰ O que acabou não se concretizando, pois o político baiano foi nomeado para o Ministério da Viação. Entre especulações e outras notícias da transição governamental, as críticas ao civilismo não desapareciam. Além de zombar do fiasco eleitoral de Rui Barbosa, os civilistas passaram a ser sinônimo de demagogos, mentirosos, desordeiros e, sobretudo, uma ameaça. A charge abaixo (figura 40), que foi publicada em comemoração à posse do novo presidente, indica como esse último aspecto foi trabalhado:

²⁶⁸SALIBA, 2002, p. 108.

²⁶⁹Charge. *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 30 de abril de 1910, ano 4, n.21, n.p.

²⁷⁰*Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 30 de setembro de 1910, ano 4, n.6, n.p.

Figura 40 - Charge do civilismo como uma “serpente”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de novembro de 1910, ano 5, n. 8, capa. Autor da charge: não identificado.

Legenda:

República brasileira: Salve! Vitorioso Marechal! O Brasil, de vosso governo que hoje se inicia, espera ordem, justiça, respeito a sua Constituição e aos seus habitantes, muito patriotismo e muito progresso. Desejo-vos felicidades! Entrai com o pé direito no Catete, marechal! Salve! 15 de novembro de 1910.

Marechal Hermes: Sim; prometo governar com a espada da lei e da justiça, sem jamais afastar-me da Constituição.

Civilismo: Boas entradas, marechal!

A cena acima faz parte de uma edição cujo assunto predominante foi a posse de Hermes da Fonseca, que ocorreu em 15 de novembro daquele ano. Nela estão o marechal, a República brasileira, que na época era representada como uma mulher branca com barrete frígio ou barrete da liberdade, e a figura do civilismo como uma “serpente” ou “cobra”. Com a bandeira nacional ao fundo, a República saúda o presidente recém-empossado que carrega uma “espada” gravada com a palavra “lei”. Há nessa charge uma contradição visível, visto que a espada, além de ser uma das referências ao Exército brasileiro da época, é uma representação da força, que é o inverso da lei ou justiça, que não pode estar armada. Em contrapartida, as leis, geralmente, eram apresentadas por símbolos como um livro aberto ou uma balança.

Nas eleições civilistas, particularmente, essas alusões estavam presentes nos discursos de Rui Barbosa (que associava a espada, a farda e outros elementos militares ao autoritarismo). Charges como a descrita acima contribuem para entendermos melhor questões que eram

próprias do debate político da Primeira República, e que já vinham sendo debatidas antes mesmo de 1910. Uma dessas questões foi o embate entre o civilismo e o militarismo. Segundo Vera Lúcia Borges:

O debate que explicitou o confronto entre militarismo e civilismo envolvia a ideia de paz social ligada à convivência “ordenada”, em outras palavras, a manutenção da ordem pública era algo almejado, uma vez que, suas possíveis repercussões poderiam atingir os diferentes atores sociais. Em linhas gerais, o cerne da questão está na garantia de liberdade assegurada pela Constituição Federal, pois a *situação de normalidade* poderia ser inviabilizada mediante o uso da força, muitas vezes, utilizado pelo elemento militar.²⁷¹

Dessa forma, entendemos que o discurso antimilitar de Rui Barbosa retoma esse debate, o que acabou irritando parte da elite política e da imprensa brasileira. Na imagem acima, vemos que a charge quer afastar a ideia de que Hermes da Fonseca poderia significar um perigo ao cumprimento desses princípios legais, constitucionais, pelo uso da força. Isso é explicitado pelas legendas que mostram o então presidente eleito prometendo respeitar as leis. Em contrapartida, o civilismo é representado por uma “cobra” sendo pisoteada pelo marechal. Como dissemos no capítulo anterior, a analogia com esse animal é um recurso utilizado dentro do humor, quando se quer trazer elementos negativos a determinados sujeitos, sobretudo, nas representações caricaturais. Encontrada em outras charges, a comparação tinha o intuito de mostrar que, ao invés dos militares, era o civilismo que representaria uma real ameaça ao país e que na cena está sendo morto por uma “espada”, isto é, a força.

Novamente, segundo Vera Lúcia Borges, essas questões ficaram explícitas, já no início do governo Hermes da Fonseca, quando as autoridades militares recorreram ao uso da força para controlar algumas revoltas que aconteceram no Rio de Janeiro. Uma delas foi o movimento dos marinheiros que tomaram navios e dispararam seus canhões contra a capital federal, em novembro de 1910.²⁷² Conhecida como Revolta da Chibata, o movimento mostrou a todo o país as péssimas condições de trabalho e os castigos físicos aos quais os marinheiros eram submetidos. Rui Barbosa foi uma das vozes que se levantaram a favor das reivindicações dos revoltosos defendendo a anistia dos envolvidos. Se aproveitando da repercussão negativa do movimento entre o meio político local, a *Revista do Brasil* associou a imagem de Rui a dos revoltosos. Assim, além de ser denominado de “Ruim Barbosa”, narcisista e ser acusado de fraudes, o conselheiro foi apelidado de “advogado dos marinheiros” com sentido negativo.²⁷³

²⁷¹BORGES, 2011, p. 235, grifos da autora.

²⁷²Idem, p. 246

²⁷³*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de novembro de 1910, ano 5, n.9 e 10, n.p.

Apesar de tal denominação, uma correspondência enviada pelo civilista a José Marcelino indica que Rui desaprovou os métodos utilizados na revolta. Na missiva em questão, o senador baiano se mostrou incomodado com a ação dos revoltosos, que dispararam projéteis que chegaram a passar a poucos metros do telhado de sua casa. Classificando o movimento como “desgraçado”, a descrição dada a Marcelino mostrou ainda o temor de Rui Barbosa com a ação liderada por João Cândido (1880-1969) que, segundo a correspondência, poderia destruir a capital federal em poucas horas.²⁷⁴ Essas informações lembram outra revolta, que aconteceu anos antes a dos marinheiros e que também mobilizou Rui Barbosa. Em 1904, em função da Revolta da Vacina, o senador criticou a obrigatoriedade da imunização contra a varíola, defendendo que essa escolha caberia à decisão individual de cada cidadão. Mas, em contrapartida, apoiou a violência cometida pelo Estado contra os revoltosos.²⁷⁵

É válido lembrar ainda que líderes civis de diferentes campos políticos, ao realizarem intervenções urbanas em várias capitais do país, como Rio de Janeiro e Salvador, não respeitaram nenhum tipo de liberdade individual. Com discursos de cunho modernizador e utilizando-se de extrema violência, políticos, como Pereira Passos e Seabra, empreenderam nessas cidades reformas que expulsaram uma expressiva parcela da população para as periferias. Esse discurso era defendido com entusiasmo pelos veículos de imprensa. O magazine de José Alves Requião, por exemplo, foi um grande defensor dessas reformas, que ele via como necessárias para inserir a Bahia entre capitais como Rio, S. Paulo, Belém, Porto Alegre e Belo Horizonte. Cidades que Requião julgava serem modelos de urbanização.²⁷⁶

O olhar da *Revista do Brasil* para as eleições de 1910, ajuda-nos a entender o quanto a Campanha Civilista modificou o cenário político da Bahia. Em certos aspectos, a crise desencadeada com a disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca se mostrou um “cisma” ainda maior que o ocorrido com o PRB, em 1907. Se nesse ano o partido situacionista saiu enfraquecido e dividido em três grupos rivais; em 1910, os resultados que consagraram a vitória do militar decretaram o final melancólico dessa agremiação.

Dessa forma, as disputas partidárias que colocaram em lados opostos civilistas e militaristas permaneceram acirradas nos anos posteriores, mesmo depois da violenta resposta dada pela política salvacionista de Hermes da Fonseca que, com o pretexto de combater as oligarquias regionais, derrubou vários governos oposicionistas. Beneficiado diretamente com

²⁷⁴Carta de Rui Barbosa a José Marcelino. BCEB. Local de envio: Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1910.

²⁷⁵SILVA, L. A. **O discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto em Ciências Humanas. Juiz de Fora, UFJF, 2009, p. 93.

²⁷⁶Charge. *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de fevereiro de 1910, ano 5, n.15, n.p.

essas intervenções, J.J. Seabra consolidou-se como a maior força política da Bahia na década seguinte, chegando ao poder em 1912. Diretamente envolvidos nessa conjuntura, José Alves Requião e o seu magazine se aproximariam ainda mais do seabrismo.

CAPÍTULO 5 – A CRISE DO BOMBARDEIO DE SALVADOR

S. exa. [J. J. Seabra], para chegar ao ponto em que está no conceito de seus concidadãos, na estima de seus patrícios e no apreço dos que dirigem superiormente a política do país, subiu, degrau por degrau, a escada do seu merecimento, pela confiança que inspirou sempre a todos e, por esse mesmo caminho, sejam quais forem as circunstâncias, chegará a todas as posições que lhe estejam reservadas nos destinos nacionais.²⁷⁷

A citação acima faz parte de uma matéria publicada na *Revista do Brasil* sobre o aniversário de José Joaquim Seabra, na época, recém-empossado governador do estado da Bahia. Bastante elogioso, o texto enalteceu o líder baiano citando aspectos de sua personalidade e a sua habilidade enquanto administrador público. Em 1912, Seabra colhia os frutos das alianças que soube desenvolver anos antes e que culminaram com a sua ascensão ao executivo desse estado. O êxito do seabrismo, como veremos, foi ancorado pela política salvacionista de Hermes da Fonseca, que procurou intervir em estados em que tinha opositores, e numa ampla base de apoio, que incluiu parte significativa da imprensa baiana.

Também nesse ano, a *Revista do Brasil* mostrou-se ainda mais empenhada na execução de seu projeto de intervenção política – sua característica primordial ao longo de sete anos de existência. Após a Campanha Civilista, esse projeto se revelou através da defesa de duas correntes que representavam, naquele momento, os anseios políticos de Requião, isto é, o seabrismo e o vianismo. Como acompanharemos, quando essas duas facções conseguiram chegar ao poder, José Alves Requião sentiu-se parte dessa vitória, até porque obteve benefícios políticos diretos.

Apesar do ano de 1912 ter-se mostrado auspicioso politicamente para Requião, pois começou colhendo os louros da consolidação de Seabra, acabaria sendo o último ano desse periódico. Porém, para uma publicação que encerraria suas atividades em alguns meses, tinha bons números, o que não apontava para uma decadência financeira visível: uma boa média de páginas (50), ilustrações (15), fotografias (8) e uma quantia razoável de anunciantes (de 30 a 35 propagandas por edição). A edição especial do Natal de 1911 é um bom indicador nesse sentido, pois o veículo levou aos seus leitores um exemplar que continha uma grande quantidade de páginas muito bem trabalhadas e que apresentava um olhar esperançoso sobre 1912, com homenagens aos seus patrocinadores, votos de boas festas e, sobretudo, matérias que

²⁷⁷*Revista do Brasil*. BCEB. 18 de agosto de 1912, ano 7, n.7, n.p.

reafirmavam a confiança na vitória de Seabra nas eleições que aconteceriam já no início do novo ano.²⁷⁸

Em mais um sinal de curiosidade em relação a 1912, a *Revista do Brasil* publicou as previsões do denominado Barão Ergonte, pseudônimo de Múcio Teixeira (1857-1926), escritor e jornalista, para o novo ano que nascia. Famoso na imprensa carioca, o Barão Ergonte afirmava que 1912 seria marcado pela influência negativa dos “astros”, o que indicaria acontecimentos catastróficos para a humanidade e, o que mais interessava ao periódico, grandes transformações na política brasileira.²⁷⁹ Trazendo algo que despertava o interesse de seus leitores, o chamado ocultismo, o magazine demonstrava confiança no trabalho que exerceria nos próximos meses.

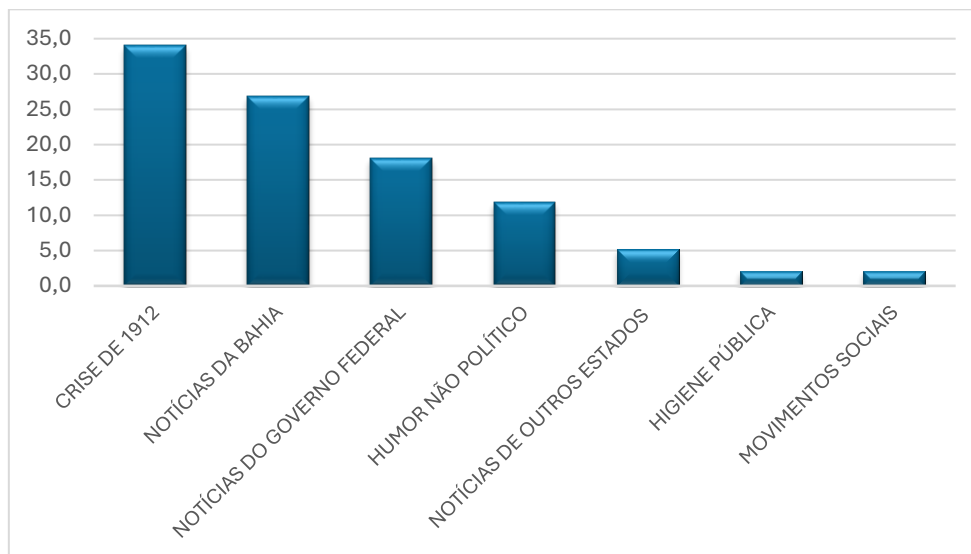
No ano de 1912, percebemos também que o olhar da *Revista do Brasil* sobre os assuntos internos da Bahia se aguçou, o que se refletiu sobre os conteúdos que mais veicularam. Na medida em que a crise política que culminou com o bombardeio de Salvador e a posse de Seabra se intensificava, o veículo jornalístico diminuía os espaços das seções culturais e outros conteúdos, com o intuito de defender a eleição, e posteriormente, o governo de Seabra. Assim, no auge da campanha eleitoral para o governo da Bahia, o periódico repetiu a tática feita na Campanha Civilista ao divulgar as reuniões de apoiadores do seabrismo, meetings e demais atos eleitorais. E quando Seabra já estava assentado na cadeira de governador, foi possível ver matérias que divulgavam os atos oficiais do novo governo, o que indica que, a exemplo do que aconteceu com boa parte da imprensa baiana, o quinzenal passou a ser uma folha quase oficial desse grupo político.

Embora a intensa luta política travada em 1912 tenha forçado essa publicação a ficar menos diversificada em relação aos anos anteriores, as colunas culturais não desapareceram por completo. Os poemas assinados por artistas e pensadores como Altamirando Requião permaneceram, assim como algumas breves seções que discorriam sobre a cena cultural da Bahia. As tradicionais charges que traziam sátiras do cotidiano e, sobretudo, da política nacional e estadual, continuaram sendo publicadas com o destaque que sempre tiveram. Nesse aspecto, novamente, o gráfico abaixo mostra as temáticas que foram veiculadas com maior frequência nas charges no último ano do periódico:

²⁷⁸ *Revista do Brasil*. BCEB. Dezembro de 1911, ano 6, nº 15 e 16.

²⁷⁹ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de março de 1912, ano 6, nº 21, n.p.

Gráfico 3 - Revista do Brasil: temáticas predominantes nas charges e caricaturas no ano de 1912 (por porcentagem)



Fonte: *Revista do Brasil*. BCEB. Edições de 1912.

Como dissemos no capítulo 3, focar na análise das charges é uma forma de entendermos melhor um modo de comunicação política distinto desse tipo de imprensa, que queria se diferenciar dos demais jornais que, essencialmente, usavam das palavras e não das imagens. Nesse aspecto, evidenciá-las por meio desses dados é uma maneira de destacar a peculiaridade desse magazine. No que diz respeito ao gráfico, é visível que os episódios que culminaram com a crise política de 1912, ou seja, o bombardeio de Salvador, e, posteriormente, a eleição de Seabra, foram os temas predominantes nas charges. Por meio dessas imagens, o veículo procurou defender o seabrismo daqueles que o acusavam de ser o causador da destruição da capital baiana, e, nas eleições para o governo estadual, se engajou na campanha desse líder.

Repetindo o que aconteceu nos gráficos analisados nos capítulos anteriores, vemos que as notícias da Bahia e as notícias do governo federal se destacam, mais uma vez entre os assuntos tratados, ocupando aqui o segundo e terceiro lugares. Com o mesmo número de menções, temos dois temas que - apesar de minoritários - persistiram entre os assuntos mais veiculados pelos caricaturistas. Especificamente, a preocupação em relação aos movimentos sociais (a moda e o movimento feminista se destacaram, novamente) e as charges que trouxeram uma questão que se mostrou central para essa publicação, isto é, a higiene pública. Nessas imagens, as autoridades eram cobradas para canalizarem a precária rede de esgoto da capital e também para implantarem um política de vacinação mais eficaz contra as doenças que dizimavam milhares de vidas.

Um tópico que se diferencia em relação às charges de 1907 e 1910, são as imagens que retrataram o humor não político, isto é, que traziam piadas sobre o cotidiano e amenidades. Elas foram publicadas em um número ligeiramente maior que os já analisados nos outros capítulos (estando até mesmo à frente das charges que informavam sobre a política dos outros estados, tema de grande valia para o veículo). A figura 41 é um exemplo bem-humorado desse tipo de charge:

Figura 41- Charge de humor não político



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 15 de junho de 1912, ano 7, números 1, 2 e 3, n.p. Autor: não identificado.

Legenda:

Ela: Aqui está, seu Ambrósio, o nosso Chiquinho, uma maravilha, um encanto, um talento precoce e de primeira grandeza!

Ele: Ah! Genoveva, que alegria sinto n'alma por termos este produto do nosso amor! E dizem que pote velho não dá boa água...

Ela: Basta, seu Ambrósio, deixe de levandades!!!

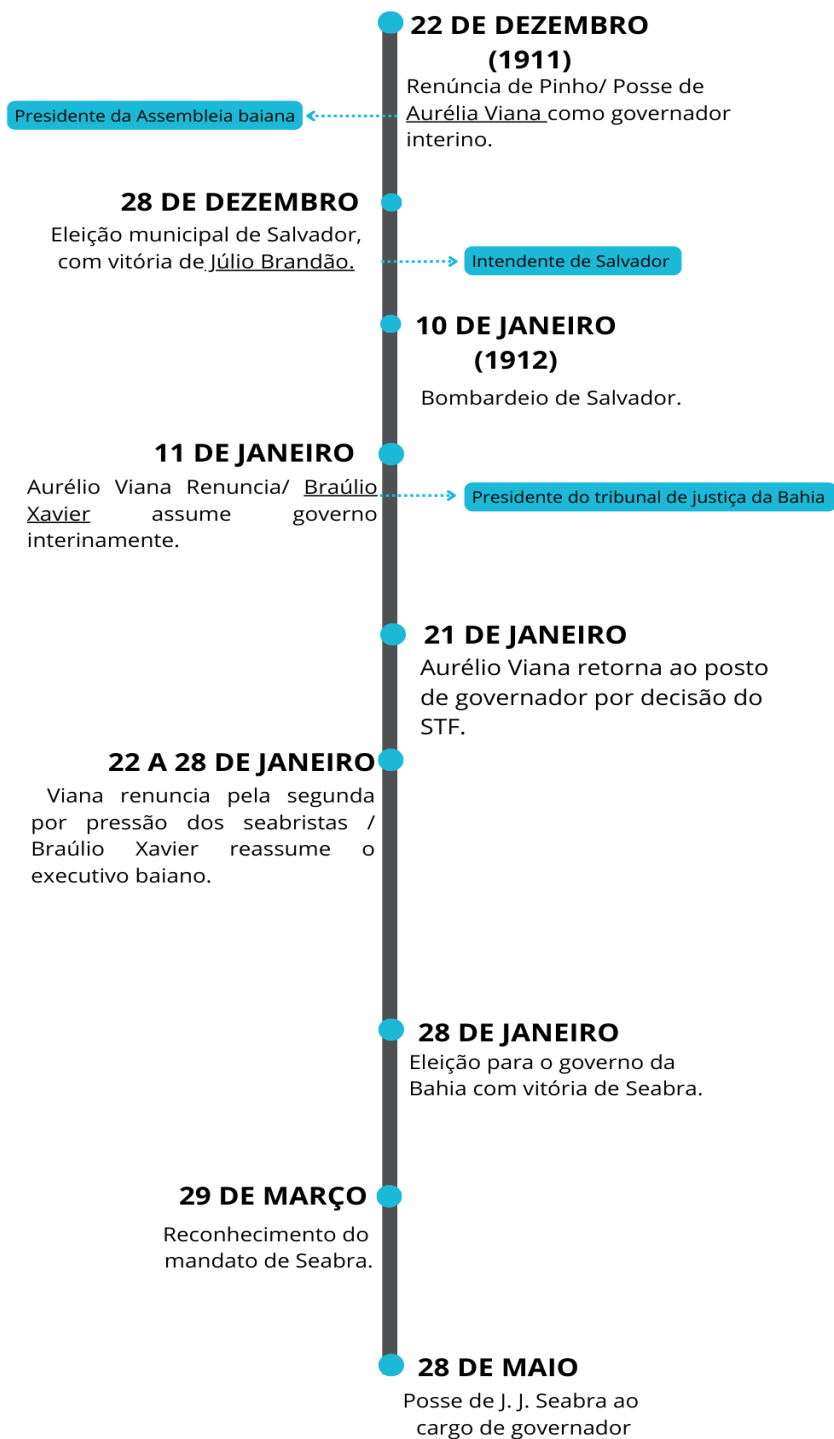
A imagem exhibe uma cena que difere das charges da *Revista do Brasil* que são, em sua maioria, políticas. Nela, vemos um dos tópicos mais trabalhados por diversos gêneros de humor, isto é, a comparação entre velhice e juventude.²⁸⁰ Na cena é possível ver uma mãe que apresenta a um senhor idoso uma criança que, supostamente, seria seu filho. Além do tom escrachado, que contém um tipo de humor muito comum para a época, o que chama a atenção é o fato de a charge não ter a assinatura do artista responsável. Isso se repetiu em boa parte das charges do

²⁸⁰PROPP, 1992, p. 135.

ano que estamos analisando. Acreditamos que a maior parte dessas imagens seja de autoria de Raimundo de Oliveira, visto que elas têm traços muito peculiares desse caricaturista.

Porém, como apontam os dados acima, a crise de 1912 predominou entre as temáticas dessas charges, e todos aqueles que se opuseram ao seabrismo padeceram nos traços vilipendiosos dos seus caricaturistas, além, é claro, das colunas escritas que se dedicaram, como em nenhum outro momento, à defesa do político. Os acontecimentos ocorridos entre o final de 1911 e o início de 1912 foram de intensas articulações políticas, reviravoltas e o uso de violência extrema. Alguns deles já citamos no capítulo 1, quando nos dedicamos a apresentar a conjuntura política na qual a *Revista do Brasil* se inseria. Os outros estão resumidos na “Linha do tempo 4: a crise do bombardeio de Salvador (1912)”, que detalha os eventos mais relevantes desse período e que se encontra na próxima página.

Linha do Tempo 4: Crise do bombardeio do Salvador (1912)



Fonte: informações fornecidas pela *Revista do Brasil* e pela historiografia do tema.

5.1 - A “república” de Jequié

Entre a renúncia do governador Araújo Pinho (em 22 de dezembro de 1911) e a posse de Seabra (28 de maio de 1912), a Bahia viveu dias intensos. Entre esses acontecimentos, um em especial adicionou ainda mais tensão nessa crise política: a escolha do novo intendente de Salvador, que ocorreu em 28 de dezembro de 1911. Essa eleição foi disputada por João Santos (1871-1946), candidato do PRB, que representou uma breve conciliação de marcelinistas e severinistas; e Júlio Viveiros Brandão, que contava com o respaldo de Seabra. Além da escolha do intendente, nesse pleito foram eleitos novos conselheiros municipais, cargos correspondentes ao que hoje chamamos de vereadores.

Essa eleição terminou com os dois postulantes se declarando vitoriosos, o que gerou mais uma duplicata. Para resolver o impasse, foi montada uma junta de verificação do resultado eleitoral que contou com a participação de representantes dos dois lados. Seabra se empenhou diretamente na eleição de Júlio Brandão, que contava com o apoio do comércio, setor de influência econômica da capital, e também na escolha dos novos conselheiros municipais, chegando a pedir a dedicação dos seus aliados para que elessem uma câmara alinhada ao seu projeto.²⁸¹ A vitória nessas eleições era algo estratégico para consolidar os planos de Seabra, que meses antes já tinha conquistado número expressivo de cadeiras para o seu partido no parlamento estadual.

Vendo a importância do pleito para base seabrista-vianista, a *Revista do Brasil* cobriu o evento até o seu desfecho. Desde 1910, o periódico citava Júlio Brandão como um nome ideal para concorrer a esse cargo, devido a sua estreita proximidade com o comércio da cidade. Brandão foi caracterizado como um administrador eficaz e capaz de pôr em prática o programa que prometia na campanha, certamente alinhado ao programa modernizador de Seabra.²⁸² Em contrapartida, João Santos, que já sofria oposição desde o cisma de 1907, era definido como fraco e desleal (atributos que, seguramente, eram direcionados ao político devido a sua aproximação com Severino Vieira).

Além de ações jurídicas, os concorrentes se utilizaram da violência para fazer pressão sob a junta eleitoral que se formou para decidir acerca da duplicata. Júlio Brandão muniu-se das forças federais e João Santos recorreu às forças policiais do estado. Relatos da época indicam que o pelotão de cavalaria de Sotero de Menezes (1849-1921), general alinhado a Seabra e com prestígio junto ao Catete, passou “com frequência frente às dependências da

²⁸¹ ARAGÃO, 1923, p. 394.

²⁸² *Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 30 de novembro de 1911, ano 6, nº11 e 12, n.p.

intendência Municipal” com o intuito de amedrontar os governistas.²⁸³ O acirrado clima dessas eleições municipais, que acabou dando a Brandão uma vitória contestada, serviu para mostrar aos chefes partidários situacionistas e de oposição como se daria a eleição marcada para 28 de janeiro de 1912 que elegeria o novo chefe do Executivo baiano.

O resultado desse pleito, que deu o mandato de intendente de Salvador a um seabrista, provocou agitação no meio político local que estava prestes vivenciar as consequências da tentativa do governador interino, Aurélio Viana, de transferir a sede legislativa da Bahia para a cidade de Jequié. Buscando concretizar o plano traçado por Rui Barbosa, Viana marcou por decreto uma assembleia geral para o dia 15 de janeiro onde esperava que os parlamentares tratassem sobre a eleição para o executivo. Atualmente, o município de Jequié está localizado no sudoeste desse estado, na chamada zona de transição entre o bioma da caatinga e a zona da mata, ocupando a 11ª posição entre as cidades mais populosas da Bahia e está a cerca 365 km de Salvador.²⁸⁴

Chegar a Jequié no início do século passado era uma tarefa difícil, pois essa distância se intensificava pela precariedade dos transportes da época. O acesso a uma das mais estratégicas estações ferroviárias da Bahia, a Estrada de Ferro de Nazaré, no Recôncavo baiano, só chegou a Jequié em 1927. Soma-se isso o fato da rede de telégrafos, equipamento essencial para a comunicação nesses anos, não existir na cidade.²⁸⁵ Até os dias atuais, o decreto de Aurélio Viana é visto como um marco na história de Jequié, que se orgulha de ter sido, mesmo que por pouco tempo, a “capital da Bahia”, embora saibamos que o decreto não se concretizou, visto que a mobilização feita pela oposição inviabilizou a estratégia de Viana.

Na *Revista do Brasil*, a transferência do legislativo para o interior foi tratada como um ato de desespero dos aliados de Rui Barbosa que, segundo o periódico, teriam planos “tirânicos” com a mudança da capital. A capa da edição de 20 de janeiro, que foi publicada dias após o episódio, resume a tática em desacreditizar o decreto assinado por Aurélio Viana (figura 42):

²⁸³MENDES, Hugo Santiago. **O Bombardeio de 1912**. Disputa política e cotidiano na Bahia da Primeira República. 2019. 90f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, p. 26.

²⁸⁴Site do IBGE. **Dados sobre Jequié**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

²⁸⁵ARAGÃO, 1923, p. 407.

Figura 42- Charge “Em 9 de janeiro de 1912”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de janeiro de 1912, ano 7, n. 17, capa. Autor da charge: autor não identificado.

Legenda:

Auréliu Jequié (de lança em punho): Juro, por todos os deuses do inferno, que amanhã, 10, a nossa brava polícia baterá, em toda a linha, a soldadesca do exército que nos amedronta. Na câmara dos deputados os conservadores só entrarão fazendo de meu cadáver pinguela.

Marcelino (danado!): Assim deve ser!

Ruim Barbosa: Veja bem o que vai fazer...

Zé: Para o Zé rir-se no fim.

Com vestimentas parecidas as de Dom Quixote, Auréliu Viana é apresentado como um cavaleiro que - semelhante ao personagem de Miguel de Cervantes, que lutava contra “moinhos” imaginários - recusava-se em admitir a guerra perdida contra os seabristas. Também presente na cena, Rui Barbosa é transformado em uma espécie de bobo da corte e Marcelino é representado com trajes bastante espalhafatosos. Tudo para diversão do Zé, que ri às custas dos seus adversários. A cena acima também faz referências a transferência da sede legislativa - pois, o governador é chamado de “Auréliu Jequié” - e também ao bombardeio de Salvador. As alusões a Jequié foram bastante exploradas sempre de forma pejorativa. A charge abaixo (figura 43) é um bom exemplo:

Figura 43- Charge “Câmara de Jequié”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de janeiro de 1912, ano 7, n. 17, n.p. Autor: não identificado.

Legenda:

O porteiro e os seus respectivos ajudantes da ex-projetada Câmara dos deputados de Jequié. Olá! Qual o deputado conservador que, com tal perspectiva, teria coragem de se aproximar dessa Câmara?

As referências a Jequié iam desde comentários sobre a falta de estrutura para se criar uma assembleia legislativa até citações que enfatizavam uma suposta onda de violência no município, local em que, segundo o quinzenal, o “crime e os criminosos imperavam desenfreadamente”.²⁸⁶ Com essas notícias, a publicação procurava amedrontar os seus leitores e, assim, desfavorecer o ato de Aurélio Viana. Interessante notar como os moradores da cidade eram tratados. Na imagem, alguns personagens estão descalços e usam vestimentas muito simples. Esse aspecto foi reforçado pelo veículo que chegou a dizer que os deputados e senadores da “assembleia de Jequié” usariam “tangas, arcos e flechas” como vestimentas oficiais.²⁸⁷

Em alguns momentos, os moradores de Jequié eram vistos como “selvagens” e chamados genericamente de “sertanejos” - termo que na época era utilizado para se referir aos habitantes do interior. As representações sobre essa cidade suscitam, mais uma vez, questionamentos acerca do projeto civilizador das elites brasileiras do início da era republicana.

²⁸⁶ *Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de janeiro de 1912, ano 6, nº 17, n.p.

²⁸⁷ *Ibidem*, n.p.

Oposto ao ideal de sociedade das classes dirigentes da Primeira República, que defendiam a “urbanidade” como modelo de uma modernidade a ser alcançada, o interior, sobretudo, o meio rural, era tratado como um local em que imperava o banditismo. Os exemplos mais relevantes eram o Contestado (SC) e Canudos (BA), referências negativas para as elites brasileiras, que viam o interior com temor e “estranheza”.²⁸⁸

De modo geral, as representações da *Revista do Brasil* sobre Jequié lembram as analogias desse periódico sobre Canudos, pois em ambos os casos percebemos que o “sertão” era visto como um local do atraso e do domínio dos “jagunços”. Referências que estão, até mesmo, em sintonia com os relatos de outros jornais da Bahia. Caso a ser citado é do jornalista e comediante Lulu Parola, que em versos satíricos comparou Aurélio Viana a Antonio Conselheiro, líder da revolta do semiárido baiano.²⁸⁹ Se por um lado a *Revista do Brasil* tratava os jequieenses de forma pejorativa, de outro atacava os mentores desse plano. Os versos abaixo, que lembram bastante um tipo de canção de repente, ou seja, uma poesia popular cantada, mostram o quanto a fracassada tentativa de transferir a assembleia virou chacota entre os desafetos de Aurélio Viana:

(...) Entregue a triste abandono,
Vive o Marcelino, sem fê,
Como um cachorro sem dono,
Bem perto de Jequié.

O Bambo Aurélio Viana,
Que fez tanto *rapa-pé*,
Parece agora um banana,
A maldizer Jequié.

Lemos Brito, o *frango teso*,
Vai tomando seu rapé,
Porque sente muito peso
Na cabeça, em Jequié.

E ficará com medonha
Cara enorme de Mané,
Toda a gente sem vergonha
Que segue pra Jequié.²⁹⁰

Os versos saíram na coluna, “No Bandalim”, de forte cunho político, que circulou por breve período no magazine. Nos versos acima, os membros do PR baiano são atacados, como

²⁸⁸SILVA, Célia Nonata da; CARNEIRO, Maria Fabiana. **O estranho sertão da Primeira República**. In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 12, 2009. Recife. Anais. [...]: Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 3. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Silva1.pdf. Acesso em 07 de novembro de 2024.

²⁸⁹QUARESMA, 1999, p. 74.

²⁹⁰*Revista do Brasil*. BEPB. 20 de janeiro de 1912, ano 6, n.17, n.p., grifos do autor.

José Marcelino (que é chamado de “cachorro sem dono”), Aurélio Viana (caracterizado como um “banana”) e Lemos Brito, político que nesse momento estava ligado a esse grupo (e que é denominado de “frango teso”). O objetivo do repente é expor a derrotada da “Assembleia Geral da República de Jequié”,²⁹¹ expressão utilizada para apelidar a malfadada transferência do legislativo da Bahia. A derrota de Aurélio Viana e de seus aliados pode ser explicada, entre outras coisas, pela dificuldade de se formar um quórum nessa cidade, visto que boa parte dos parlamentares não aderiram a esse plano e, acima de tudo, ao bombardeio de Salvador (que serviu como um derrota final aos membros desse partido situacionista). É necessário relembrar que o último episódio causou a renúncia de Viana, em 11 de janeiro de 1912.²⁹²

O ataque militar a Salvador é entendido como um dos capítulos mais violentos do “salvacionismo”, que foi liderado por Hermes da Fonseca após Campanha Civilista como forma de retirar do poder os governadores que eram de oposição ao presidente. A linha de ação dessa política foi a intervenção com a ajuda do Exército, que foi usado para derrubar os principais líderes oposicionistas. De alguma maneira, estados como Alagoas, Ceará, Pernambuco e Bahia sofreram com intervenções federais que foram usadas com a justificativa de “moralizar a política” e derrubar as oligarquias. Na imprensa nacional, os grandes jornais expuseram as suas opiniões de acordo com os grupos políticos aos quais pertenciam. Incumbida de auxiliar Seabra e o marechal Hermes, a *Revista do Brasil* adotou como estratégia amenizar os danos causados pela ação salvacionista.

O intuito era tirar de Seabra qualquer responsabilidade pelos danos materiais e os efeitos sofridos pela população da cidade, que ficou encurralada entre os disparos de canhões dos fortes militares de Salvador. Na primeira publicação de Altos e Baixos em 1912, Zé Alves, ou melhor dizendo, José Alves Requião, não escondia a satisfação de ver a derrocada de seus adversários, a começar pela renúncia de Aurélio Viana. Para o colunista, a retirada da combatida hoste do PR baiano do poder seria o próximo passo e, assim, passou a fazer campanha para a vitória de Seabra nas eleições para o executivo, o que aconteceria dias após o bombardeio. Zé Alves acreditava que a derrota do PRB marcava o início de uma nova era na Bahia.²⁹³

²⁹¹*Revista do Brasil*. BNdigital. 20 de janeiro de 1912, ano 6, nº 17, n.p.

²⁹²Entre 21 e 28 de janeiro de 1912, houve uma intensa disputa sobre quem iria assumir o comando do executivo após a renúncia de Aurélio Viana, que caiu devido as consequências desse bombardeio. Como já dito no capítulo 1, Bráulio Xavier, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assumiu o cargo interinamente. Mas, poucos dias após ser empossado teve o mandato cassado por decisão do Supremo Tribunal Federal que devolveu, novamente, o mandato de governador a Viana. Contrariados pela decisão do STF, os seabristas promoveram vários tumultos na capital baiana com objetivo de tirar de Viana o cargo que fora devolvido por decisão judicial. Temendo maiores conflitos, Viana é obrigado a renunciar mais uma vez devolvendo a chefia do executivo baiano a Bráulio Xavier que só saiu do cargo após a consumação da vitória de Seabra (ver a linha do tempo sobre a crise de 1912).

²⁹³*Revista do Brasil*. BCEB. 20 de janeiro de 1912, ano 6, nº 17, n.p.

É preciso dizer que entre meados de 1911 e início de 1912, os partidos baianos enfrentavam uma complexa situação. O PRB, que já vinha de uma crise que culminou com a divisão entre marcelinistas e severinistas, teve que enfrentar as investidas de Seabra (então chefe do PD). Este ratificou a estratégia de lançar, pelo PRB, o filho do presidente da República, Mário Hermes, como deputado federal pela Bahia. O herdeiro de Hermes da Fonseca não só foi eleito, como também se tornou o líder da bancada baiana desse partido. Em outra frente, consolidava-se o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado por Pinheiro Machado, que objetivava tornar-se uma agremiação política de cunho nacional.

Na Bahia, o PRC contou com a chefia de Luiz Viana, na época aliado de Seabra e de Hermes da Fonseca. A fundação do partido pinheirista nesse estado ocorreu de forma bastante peculiar. A comissão executiva do PRC, por exemplo, era a mesma do PD, quando da sua fundação em 1910. Outro fato chama a atenção. Quando indicado para concorrer nas eleições de 1912, Seabra foi lançado, oficialmente, como candidato pelos dois partidos: pelo PD (ainda no início de 1911) e meses depois pelo PRC. Esses eventos indicam o quanto essas agremiações se confundiram na Bahia e, em contraface, o quanto o partido fundado por Seabra perdia a sua individualidade.²⁹⁴ Pelas informações que encontramos, José Alves Requião se filiou pelo PRC, esperando que a união entre o seabrismo e vianismo prosperasse. Ao longo de seus editoriais, o jornalista apostava no sucesso político de Luiz Viana.

Desse modo, Requião viu no bombardeio uma oportunidade de consagração dessas lideranças políticas. Para isso, abraçou as autoridades responsáveis pela ação, como o líder da 7ª Região Militar, o general Sotero de Menezes (o mesmo militar que amedrontou os aliados de João Santos nas eleições municipais de fins de 1911). Antes de liderar o ataque à Bahia, Menezes já havia participado de momentos históricos como a Guerra do Paraguai, a guerra contra Canudos e de outras ações repressivas como a Revolta da Vacina, em 1904. Desempenhando as ordens vindas do Catete, o general ganhou a simpatia do magazine que publicou, por algumas edições, fotografias com dedicatórias, uma folha de rosto e notas em que classificava o militar como um “amigo” e “libertador da Bahia”.²⁹⁵ Com tais deferências, Requião queria afastar das lideranças seabristas, como Menezes, por exemplo, a imagem de responsáveis pela destruição do patrimônio da cidade, evitando sua criminalização pelas vítimas fatais que o episódio deixou.

Visando minimizar ante a opinião pública as consequências catastróficas do bombardeio, o periódico preferiu desviar a atenção dos seus leitores, publicando notícias mais

²⁹⁴SAMPAIO, 1978, p. 113 a 115.

²⁹⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1912, ano 4, nº 22, n.p.

amenas e, sobretudo, destacando o que considerava os erros políticos da oposição, sendo o principal a transferência da sede legislativa para Jequié. Nas duas primeiras edições do ano de 1912, o magazine citou poucas vezes o episódio, evitando citar palavra bombardeio que aparecia somente para responsabilizar os políticos do PRB. O texto abaixo é um desses casos:

Mas, realmente foi bombardeada a cidade de Salvador, capital do estado da Bahia? O que, segundo as informações fidedignas, parece ter havido, foram alguns disparos do forte S. Marcelo sobre um edifício da cidade, ocupado pelas forças da polícia, de ordem do governo estadual.

Se a isto é que corretamente se chama um bombardeio da cidade, então forçoso é convir que o Rio de Janeiro também foi bombardeado pela *bondosa* marujada, revoltada, em fins de 1910. (...) Entretanto, que eu saiba nunca se falou (nem se devia ter falado) em bombardeio do Rio de Janeiro” (grifos do autor).²⁹⁶

O texto é uma reprodução da seção “Microcosmo”, de autoria do jornalista e professor Carlos Laet (1847-1927), que era publicada pela imprensa da capital federal. Monarquista convicto, suas análises versavam sobre críticas à República (que chegavam a conter apelos para volta do antigo regime) e a políticos como Rui Barbosa, um de seus grandes desafetos. Críticas essas que fizeram de Laet um dos autores mais reproduzidos pelos jornais baianos opositores do “águia de Haia”. Na matéria acima, o jornalista refuta a ideia de que a ação militar que aconteceu em Salvador pudesse ser definida como um bombardeio. É notório que a citação à Revolta da Chibata é uma referência a Rui Barbosa que, na ocasião, reconheceu como legítimas as exigências dos marinheiros que atemorizaram o Rio de Janeiro em novembro 1910, como já citamos.

Se a *Revista do Brasil* ocultou de suas páginas os estragos causados pelo bombardeio da Bahia, outros jornais baianos não pouparam seus leitores das consequências desse ato. O *Jornal de Notícias*, por exemplo, destacou a destruição de prédios públicos como a Biblioteca Central do Estado, onde inúmeros livros raros se perderam, lamentou o fato do bombardeio ter deixado feridos e vítimas fatais (citados nominalmente) e culpabilizou a política pelos “gravíssimos acontecimentos” que “deixaram entre lágrimas e inquietações a família baiana”.²⁹⁷ O *Diário da Bahia* nomeou o canhoneio como um gesto despótico de J. J. Seabra, contando com a cumplicidade virulenta do general Sotero de Menezes e das forças policiais federais que, conforme o diário, gritavam o nome de Seabra enquanto atacavam a cidade.²⁹⁸

²⁹⁶ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de janeiro de 1912, ano 6, n.18, n.p., grifos do autor.

²⁹⁷ *Jornal de Notícias*. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. 12 de janeiro de 1912, ano 33, nº 9343, p. 3.

²⁹⁸ *Diário da Bahia*. IGHB. 16 de fevereiro de 1912, ano 57, nº 17, p. 1. O diário severinista, inclusive, informou ao seu público que, dias após o bombardeio, o prédio do jornal teria sido saqueado e incendiado por uma horda seabrista que fez com que a impressão do jornal atrasasse por vários dias.

Até mesmo a *Gazeta do Povo*, conhecida pelo seu alinhamento com o seabrismo, admitiu a gravidade do caso, culpabilizando o governador interino, Aurélio Viana e Rui Barbosa, que foi nomeado como “velho demente e chefe nato de todas as revoluções e rebeliões que tem havido no Brasil”.²⁹⁹

Nos periódicos de outros estados, o episódio também repercutiu. A *Fon-Fon*, por exemplo, estampou fotografias dos edifícios do Palácio do Governo e da delegacia de Salvador que foram completamente destruídos.³⁰⁰ Enquanto isso, *O Malho* repercutiu com destaque o evento, responsabilizando toda a classe política pelos trágicos acontecimentos. Em charge, o jornal carioca ironizou a situação, e trouxe José Marcelino e Araújo Pinho correndo dos disparos vindos do Forte São Marcelo, enquanto uma desesperada Mulata Velha e um curioso Zé Povo olhavam a situação sem saber o que fazer.³⁰¹ As cenas descritas pelo *O Malho* retrataram bem o estado de desespero da classe política baiana, mas quem sofreu de fato com o bombardeio foi a população do centro da cidade, local mais atingido pela ação militar e onde o comércio fechou as portas mais cedo. As famílias residentes na região tiveram que fugir a pé ou tomaram bondes na esperança de se salvarem.³⁰²

Com o fim de mais uma intervenção salvacionista do governo Hermes, a política baiana sofreria outro grande revés com as eleições estaduais marcadas para 28 de janeiro. A *Revista do Brasil*, vendo que Seabra estava cada vez mais forte rumo a chefia do executivo da Bahia, passou a publicar fotografias com legendas sobre o líder baiano, conclamando os eleitores a apoiarem seu maior aliado. Disputando contra Seabra, estava o deputado federal Domingos Guimarães (1849-1914) que foi indicado pela ala severinista do PRB, por ter relações mais próximas com o presidente da República. Apesar da indicação, Guimarães lidou com a resistência de políticos ligados a Rui Barbosa, que esperavam alguém mais próximo de José Marcelino.

Uma missiva assinada por Bernardo Jambeiro, também deputado federal situacionista, exemplifica a desconfiança de parte da base do PR baiano com essa indicação. Na carta, Jambeiro detalha a Araújo Pinho a costura política que foi feita para se chegar a esse nome, relatando conversas reservadas que teria tido como próprio Guimarães e com Rui Barbosa. Segundo Jambeiro, o postulante teria confessado certo temor pela possibilidade de ter a reprovação de Rui e Marcelino, mas aceitaria a incumbência caso ele fosse escolhido como

²⁹⁹*Gazeta do Povo*. IGHb. 11 de janeiro de 1912, ano 7, nº 1905, p. 1.

³⁰⁰*Fon-Fon*. BNdigital. 16 de março de 1912, ano 5, nº 11, p. 39.

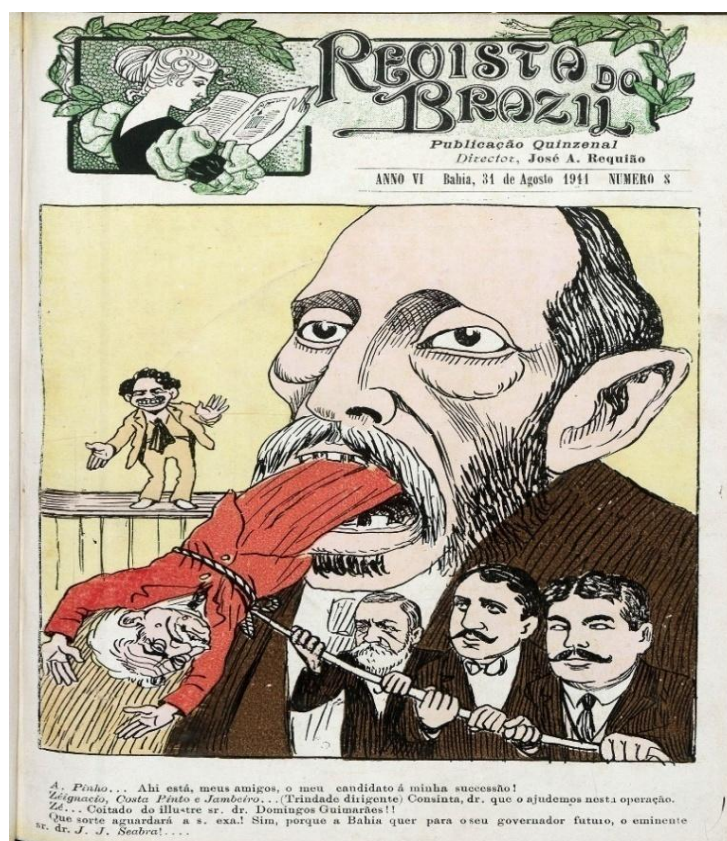
³⁰¹*O Malho*. BNdigital. 20 de janeiro de 1912, ano 11, nº 488, p. 28.

³⁰²QUARESMA, 1999, p. 77.

nome de conciliação do grupo. Em relação à resposta do “águia de Haia”, a carta descreve que o conselheiro teria afirmado que a única incompatibilidade com Guimarães seriam suas afinidades com o “hermismo”.³⁰³

Com muita resistência, o político foi escolhido como candidato situacionista, com a justificativa de ser o oponente mais forte na disputa contra J.J. Seabra.³⁰⁴ Antes indiferente ao mandato de Guimarães, a *Revista do Brasil* passou a mirar no oponente do seabrismo. Algumas charges faziam troça da aproximação que o candidato tinha com Severino Vieira e, em outros momentos, duvidava da sua capacidade política. Por meio da coluna Altos e Baixos, Requião acusava Guimarães de não ter construído um legado que pudesse abonar a sua empreitada rumo ao governo da Bahia.³⁰⁵ Nesse sentido, observemos a capa a seguir (figura 44) que ironiza a escolha do PRB:

Figura 44 - Capa com charge sobre sucessão de Pinho



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de agosto de 1911, ano 6, n. 8, capa. Autor da charge: não identificado.

Legenda:

Araújo Pinho: Aí está, meus amigos, o meu candidato à minha sucessão!

Zé Ignácio, Costa Pinto e Jambeiro (trindade dirigente): Consista, dr. que o ajudemos nesta operação.

Zé: Coitado do ilustre dr. Domingos Guimarães!!

³⁰³ Carta de Rafael Jambeiro a Araújo Pinho. BCEB. Local de envio: Rio de Janeiro. 05 de maio de 1911., p. 1 a 6.

³⁰⁴ SAMPAIO, 1978, p. 107.

³⁰⁵ *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de agosto de 1911, ano 6, nº 8, n.p.

Que sorte aguardará a sua exa.! Sim, porque a Bahia quer para os eu governador futuro, o eminente sr. dr. J. J. Seabra!

A imagem mostra Araújo Pinho, três políticos da base governista (entre eles, o deputado Bernardo Jambeiro) e Domingos Guimarães, que é burlescamente apresentado pelo governador aos seus correligionários como candidato à sucessão do grupo. Todos são ironizados pelo Zé Povo, que está em outro plano, representando, mais uma vez, a consciência da revista com o intuito de informar aos desavisados sobre a vitória de Seabra. Essa capa expressa bem o tom adotado por essa publicação quinzenal entre o final de 1911 e o início de 1912, período que coincidiu com as eleições da intendência da capital e do governo baiano, e que foi de um forte engajamento político de Requião.

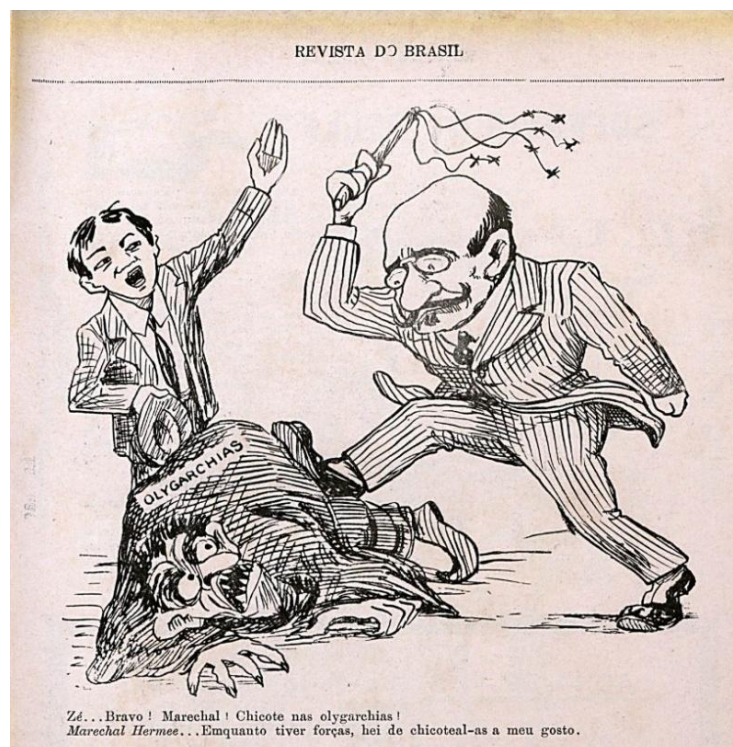
Com o fim da eleição estadual, J.J. Seabra se consagrou vitorioso graças, é claro, à crise política desencadeada com o bombardeio de Salvador. Mas, como de costume na época, os resultados desse pleito foram cancelados pelo parlamento baiano, que reconheceu a vitória de Seabra, nomeando-o como o novo governador da Bahia em 29 de março de 1912. Os números apresentados pelas fontes e especialistas do tema, dão a impressão de que, nessa eleição, a presença de Domingos Guimarães foi meramente figurativa, pois, o seabrismo recebeu uma quantidade avassaladora de votos.³⁰⁶

A vitória de Seabra foi, sem dúvida, um momento de consagração na carreira de José Alves Requião que, durante anos, foi um entusiasta desse chefe político, a ponto de defini-lo como o grande “libertador” da Bahia, aquele que livrou o estado dos “oligarcas” e “déspotas” que “governaram essa terra nos últimos 12 anos”.³⁰⁷ Com esse discurso, o magazine combatia as críticas da nova oposição baiana, que definia a vitória dos seabristas como uma consequência direta do bombardeio de Salvador. Dessa forma, Requião saiu em salvaguarda da política salvacionista de Hermes da Fonseca que, segundo ele, seria necessária para livrar todo o país do chamado domínio oligárquico. Na figura 45, abaixo, vemos como o discurso de combate às oligarquias era utilizado:

³⁰⁶Sampaio afirma que Seabra teve 66.956 votos contra 2.695 de Domingos Guimarães (SAMPAIO, 1978, p. 111). Já Pang diz que Seabra não chegou ao menos até concorrentes (PANG, 1979, p. 111).

³⁰⁷*Revista do Brasil*. BCEB. Salvador. 20 de janeiro de 1912, ano 6, nº17, n.p.

Figura 45- Charge “Oligarquias”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 17 de fevereiro de 1912, ano 6, n. 19, n.p. Autor: não identificado.

Legenda:

Zé: Bravo! Marechal! Chicote na oligarquias!

Marechal Hermes: Enquanto tiver força, hei de chicoteá-las a meu gosto.

As oligarquias são representadas através da imagem de um homem decrépito que é chicoteado pelo marechal Hermes da Fonseca. O envelhecimento das oligarquias lembra a forma como os caricaturistas da época tratavam a D. Política, uma senhora carcomida pelo tempo e que não inspirava confiança. Por sua vez, o presidente Hermes aparece como um contraponto, um herói que com suas mãos firmes usaria o seu chicote, ou seja, o Exército para livrar a nação desse mal. Como em outras charges, o Zé povinho, a grande voz política da *Revista do Brasil*, cumpre a função de incentivar a atitude de um aliado, que nesse caso é o presidente República. A simpatia de Requião à política “salvacionista” ia bem além da Bahia.

Desde os primeiros relatos de intervenções militares em estados oposicionistas ao governo Hermes, a revista mostrou-se apoiadora dessa política. Um exemplo foi o que ocorreu em Pernambuco, meses antes ao bombardeio de Salvador, e que tirou do poder o grupo do senador Rosa e Silva, dando o mandato de interventor federal ao general Dantas Barreto. Após o sucesso da intervenção que levou Seabra ao poder na Bahia, o magazine viu nessa política intervencionista uma forma de fortalecer os seus aliados. Assim, Requião e seus redatores

defenderam intervenções que aconteceram em outros entes federativos. A figura 46 exemplifica como o veículo viu o golpe sofrido no estado do Ceará, também em 1912:

Figura 46 - Charge sobre o salvacionismo no Ceará



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 18 de agosto de 1912, ano 7, n. 7, n.p. Autor: não identificado.

Legenda:

Coronel Franco Rabelo (governador do Ceará): Descansem, meu amigos, prometo-lhes administrar com honradez e patriotismo.

Bezerril e Calvacanti: É só o que desejamos!

Moura Brasil: Meus, parabéns. Faço votos pela prosperidade do seu governo.

Zé: Tudo está muito bom, mas se V. exa., esquecendo-se das promessas, seguir as pegadas Aciolinas, estamos todos desgraçados da Silva!

Governando o estado do Ceará de 1896 a 1912, Antonio Nogueira Acioli impôs de forma hegemônica uma das mais duradouras oligarquias da história da Primeira República. Entretanto, Acioli também viu crescer, cada vez mais, a insatisfação de autoridades, da imprensa e da sociedade cearense que enfrentava a dura perseguição desse governo. Essa insatisfação coincidiu com o clima instaurado com a eleição para a sucessão do executivo desse estado, ocorrida em 24 de janeiro de 1912. Nesse sentido, Franco Rabelo (1851-1940), político e militar, foi escolhido como candidato de oposição e acabou representando a política salvacionista no Ceará. Enfraquecido nessas eleições, Acioli enfrentou uma intensa mobilização popular, que transformou a capital Fortaleza em uma verdadeira praça de guerra, terminando com a derrota das suas forças policiais e, consequentemente, com a sua deposição, após 16 anos no poder.

Nogueira Acioli foi um político bastante atacado pela *Revista do Brasil*, o que pode ser explicado pela oposição que fez contra os aliados de José Alves Requião. A sua deposição foi comemorada com certo entusiasmo, como na imagem 46, acima, que exhibe Rabelo fazendo promessas a correligionários sob a desconfiança do Zé. As intervenções federais que o governo Hermes da Fonseca fez ao longo de seu mandato receberam aprovação total de Requião, que justificava o salvacionismo como uma maneira de “pacificar” as forças dissidentes do país, como a que governou o Ceará.³⁰⁸ O salvacionismo, bastante defendido por esse veículo, acabou dando o mandato de governador a Seabra – um aliado político e definido como um “amigo” por Requião.

5.2 - Seabra: um aliado de Requião no poder

É praticamente um consenso entre os historiadores que a vitória de J.J. Seabra deu início a uma nova era na história política da Bahia, ao conseguir se impor às oligarquias dissidentes regionais. Definido por alguns de seus contemporâneos como autoritário em seu modo de governar e, por outros, como o grande governador da Bahia de seu tempo, Seabra conseguiu se destacar na memória política do estado. Uma de suas ações mais lembradas foi a remodelação urbana de Salvador, responsável pela reestruturação e alargamento de ruas do centro da cidade, como a Avenida Sete de Setembro. Essas reformas, no entanto, não se deram pacificamente. Seguindo a tendência do que acontecia em outras capitais, o seu governo desapropriou antigos cortiços, que foram demolidos para dar lugar ao seu moderno plano arquitetônico. Tudo garantido por meio de força policial.

Entretanto, em seu primeiro mandato, Seabra buscou manter proximidade com algumas das entidades que representavam os trabalhadores, como o Centro Operário da Bahia. Conforme Mário Augusto Silva Santos, o seabrismo e o Centro Operário mantiveram um relacionamento que não se abalou nem mesmo frente às greves que surgiram contra a carestia e as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Seabra, segundo Santos, chegou a receber homenagens desta entidade em 1916, já no fim de sua primeira administração.³⁰⁹ Algo que demonstra que o novo governador não só se valeu de métodos repressivos, como também procurou atender algumas das pautas defendidas por esses operários.

³⁰⁸*Revista do Brasil*. BCEB. 18 de julho de 1912, ano 7, nº 7, n.p.

³⁰⁹SANTOS, 2001, p. 129

Seabra também conseguiu emplacar como uma das suas marcas de governo a reforma e reestruturação do Porto de Salvador, entregue em maio de 1913, e que era uma das grandes reivindicações do setor econômico baiano. Podemos citar a criação da Imprensa Oficial do estado, órgão responsável pela divulgação dos atos administrativos governamentais (como as reformas urbanas da capital) e a publicação de livros de diversas áreas (como a literatura, história da Bahia e memórias de seus correligionários). Com uma boa estrutura para a época, que incluía maquinários modernos e número significativo de empregados,³¹⁰ a criação desse órgão demonstra o quanto o líder se preocupava em divulgar os feitos do governo e o quanto ele sabia da relevância em se construir memórias oficiais.

A relação de J. J. Seabra com a imprensa é algo que deve ser melhor compreendido. Além da criação da Imprensa Oficial do estado, Seabra procurou manter o apoio de jornais que já o seguiam desde a campanha eleitoral de 1910. Casos como o da *Gazeta do Povo*, *Jornal de Notícias* e, é claro, da *Revista do Brasil*, que passaram a defender, cada um a sua maneira, as reformas que demoliram parte da arquitetura colonial soteropolitana. Esses veículos viam com bons olhos a inserção de Salvador na “modernidade”, algo que eles já defendiam nas décadas anteriores. Exemplos que demonstram o quanto Seabra passou a dominar parte significativa da imprensa da capital (e do interior), embora tivesse desafetos em jornais como o *Diário de Notícias* e, mais tarde, no *A Tarde*. Essa última gazeta surgiu no final de 1912, fundada por Simões Filho, um ex-aliado que rompeu com o seabrismo, meses após o chefe político chegar ao poder.

Seguindo uma carreira de ascensão que já vinha sendo construída desde quando foi ministro e deputado federal, Seabra se mostrou um habilidoso chefe político. Aos poucos ele soube costurar alianças que lhe garantiam o apoio da maior parte da classe dirigente da Bahia. Nas eleições para assembleia estadual, em 1913, ele conquistou a maioria dos deputados e senadores do estado. Já em 1914, o novo governador conseguiu a maior parte das bancadas legislativas, através de duas outras eleições que ocorreram nesse ano: a da assembleia de Salvador e da Câmara federal. Em agosto de 1915 veio outra importante vitória: a promulgação de uma lei que permitia ao chefe do executivo indicar quem seriam os intendentes municipais em vários municípios do estado.³¹¹ Com essa lei o governador conseguiu a tutela de boa parte dos coronéis municipais baianos.

³¹⁰COUTINHO, Honestílio. Imprensa Oficial do Estado. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa da Bahia, 2005, p. 122 e 123.

³¹¹MEIRELES, Edilton. **J. J. Seabra, sua vida, sua história**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2012, p. 154.

Apesar dos muitos sucessos, o início do primeiro mandato de Seabra apresentou instabilidade política, causada pela reação de algumas elites regionais dissidentes, que não aderiram ao seu governo. Ele enfrentou resistências com chefes partidários em regiões como o Recôncavo, o sul e o norte da Bahia, que só foram vencidas no decorrer dos anos. Além disso, a sua gestão enfrentou crises financeiras, que foram agravadas pela Primeira Guerra Mundial, episódio que dificultou a aquisição de novos empréstimos do governo da Bahia no exterior. A consequência foi o atraso nos salários do servidores estaduais e dificuldades em sanar dívidas com os seus credores. Tudo isso em meio a uma crescente carestia de alimentos, que desafiava o prestígio desse líder junto à população urbana, em geral.³¹²

Mas, enquanto durou, a *Revista do Brasil* retratou o mandato de J. J. Seabra positivamente enaltecendo as primeiras medidas tomadas pelo novo governador. Em certa medida, a vitória de Seabra também significou a vitória do projeto político idealizado por José Alves Requião, que o definia, em seu veículo, como “um amigo de longa data” que chegara ao poder. O ano 1912 foi, assim, o da consolidação da relação Seabra-Requião: proprietário de um órgão da imprensa, que se utilizou de sua influência para defender e divulgar as ações da nova administração, desde seus primeiros dias. Nesse assunto, a capa abaixo (figura 47) faz parte de uma edição cujo assunto foi a posse do governador, evento que teve cobertura detalhada do periódico em vários aspectos:

³¹²Ibidem, p. 145 e 146.

Figura 47 - Capa com charge sobre a posse de J. J. Seabra



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de março de 1912, ano 6, n. 22, capa. Autor da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

A Revista do Brasil também saúda ao eminente governador da Bahia dr. J. J. Seabra

Nela vemos duas mulheres que saúdam Seabra. A primeira, apresentada anteriormente, é a representação da República, utilizando seu usual barrete da liberdade (chapéu símbolo da Revolução Francesa) e vestindo as cores e os emblemas nacionais brasileiros. A segunda é a representação da Bahia, que se veste com a bandeira do estado e que, como a primeira personagem, é uma mulher branca. Outro aspecto a ser assinalado, é o fato de, na maior parte das vezes, a *Revista do Brasil* (e os demais magazines) associarem a Bahia à caricatura da famosa Mulata Velha. Mas, não representavam o estado da Bahia com a imagem de uma mestiça em momentos como a posse de Seabra, o que ganharia sentido negativo, chocando-se com o que pensavam as elites desejosas de apagarem a forte presença negra, que caracterizava a população desse estado.

No transcorrer da pesquisa, percebemos que a *Revista do Brasil* dava destaque aos rituais políticos, como as investiduras em cargos oficiais - que incluíam solenidades como jantares e coquetéis - e eventos como embarques e desembarques de autoridades. Esse

interesse é explicado quando entendemos que eram nesses locais que essas autoridades se encontravam e, conseqüentemente, discutiam a política e os principais acontecimentos da vida nacional. Um tipo de cerimônia que tinha lugar garantido nas colunas eram os banquetes políticos que reuniam uma grande quantidade de chefes partidários. As matérias que repercutiam esses jantares eram demasiadamente minuciosas, trazendo pormenores que iam desde o menu servido, à música tocada e aos convidados ilustres. Nesse sentido, o banquete oferecido na posse Seabra também recebeu atenção do veículo, que publicou uma matéria, destacando a presença de chefes nacionais e estaduais, como o intendente de Salvador, Júlio Brandão, o general Sotero de Meneses e representantes do presidente Hermes da Fonseca, além de vários coronéis regionais. Presenças que, segundo essa publicação, demonstravam que Seabra já assumia o mandato com o prestígio de um líder nacional.³¹³

Após sua posse, Seabra passou a formar o seu governo com indicações de pessoas próximas e que estiveram com ele em momentos cruciais de sua carreira política. À medida que os cargos da administração seabrista eram preenchidos, o periódico comentava as escolhas do governador. Algumas dessas indicações agradaram a José Alves Requião. A mais importante delas foi a de Arlindo Fragoso, o colunista inaugural da revista, que recebeu a indicação de Secretário Geral do Estado. Tudo indica que o cargo era de grande influência, pois Fragoso foi um dos responsáveis por coordenar várias ações do governo como as reformas urbanas feitas em Salvador.³¹⁴

Outro colaborador que obteve um cargo no governo Seabra foi Silio Boccanera, colunista cultural da *Revista do Brasil*, que publicava seções sobre teatro e que acabou sendo indicado como diretor do extinto Teatro São João. Tanto a indicação de Fragoso, quanto a de Boccanera foram comemoradas pelo periódico que definiu o primeiro como “competente e criativo”³¹⁵ e o segundo como de “um talento artístico muito apurado”.³¹⁶ Influente no meio político local em 1912, Requião celebrou outras nomeações para funções de relevância na administração seabrista, enfatizando a proximidade que teria com essas autoridades.

Outra grande vitória celebrada por Requião foi a nomeação de Luiz Viana para o Senado Federal. Eleito em fins de 1911, Viana disputou as eleições legislativas que renovaram parte dos assentos da Câmara e do Senado, com Severino Vieria. Este tentava a sua reeleição para mais um mandato de senador, visando a sua sobrevivência política, mas acabou sendo

³¹³ *Revista do Brasil*. BCEB. 18 de abril de 1912, ano 6, nº 23, n.p.

³¹⁴ MEIRELES, 2012, p. 127.

³¹⁵ *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de março de 1912, ano 6, nº 6 n.p.

³¹⁶ *Revista do Brasil*. BCEB. 31 de julho de 1912, ano 7, nº 6, n.p.

derrotado pela força da aliança Seabra-Viana. Entretanto, a eleição foi mais uma das que foram decididas através de junta eleitoral que teve de reconhecer a vitória de Luiz Viana, em meados de 1912.³¹⁷ O reconhecimento do mandato do senador foi visto pela *Revista do Brasil* como o fortalecimento de um projeto político que unia, ainda mais, seus aliados. O trecho abaixo é exemplar nesse sentido:

O nosso venerado amigo representa hoje, na Bahia, como em todos os estados do Norte, a bandeira do Partido Republicano Conservador em torno do qual se agregam os bons brasileiros, para sustentarem os governos da República e dos Estados e para manterem a sábia direção do incomparável e supremo chefe general Pinheiro Machado.³¹⁸

Mesmo que as notícias sobre desavenças entre Luiz Viana e Seabra já circulassem, a tese sustentada era que a aliança fosse capaz de perdurar ao longo dos anos. No seu magazine, José Alves Requião apostava alto, indicando que Viana seria o nome natural para ser o próximo governador, e que Seabra seria o nome ideal para ser indicado à vice-presidência da República, após o mandato de Hermes da Fonseca. Notoriamente ligado ao Partido Republicano Conservador, Requião via a legenda como um sustentáculo do governo Hermes, contando para isso com a lealdade do senador Pinheiro Machado, algo improvável, pois, naquele momento, ele já tinha planos de alçar voo solo rumo ao executivo federal.

Requião defendeu combativamente os detratores dessa agremiação, como Francisco Glicério e Severino Vieira. Os dois políticos chegaram a cogitar a criação de um partido de oposição, que foi classificado pela *Revista do Brasil* como a legenda “dos vencidos, batidos nas urnas, aniquilados no plenário da Câmara e do Senado”.³¹⁹ Apesar das tentativas da oposição, J.J. Seabra seguiu fortalecido por meio de um base que incluía, desde políticos a instituições de prestígio e influência junto à sociedade baiana. Uma das mais relevantes foi a Associação Comercial da Bahia, que vinha ensaiando uma aproximação, que se consolidou a partir de 1912.³²⁰ Na figura a seguir (48), a *Revista do Brasil* retratou a habilidade de Seabra em atrair aliados:

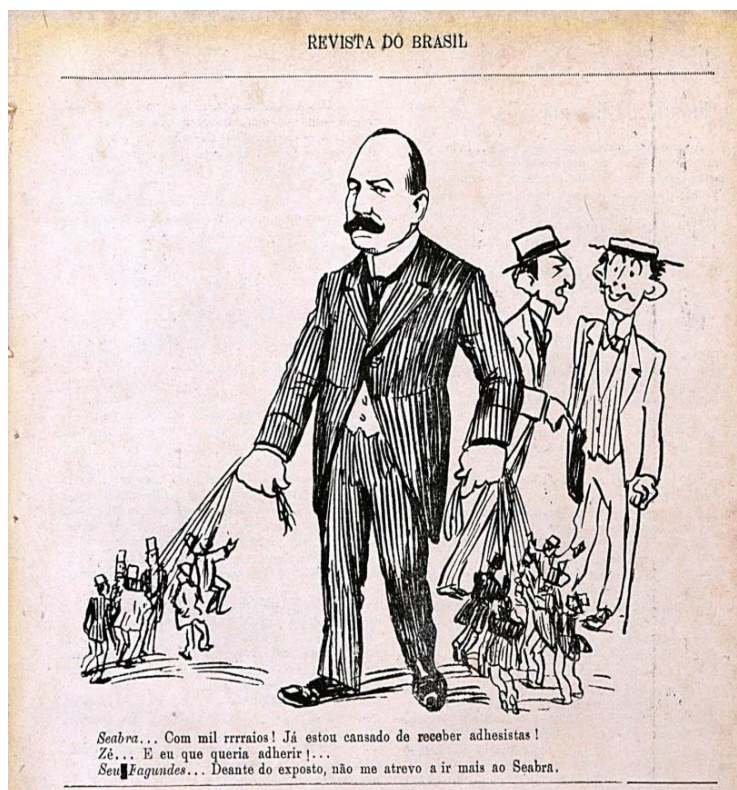
³¹⁷ARAGÃO, 1923, p. 468.

³¹⁸*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de junho de 1912, ano 7, n.1, 2 e 3, n.p.

³¹⁹*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de junho de 1912, ano 7, nº 4 n.p.

³²⁰SANTOS, 1991, p. 101.

Figura 48 - Charge sobre os adesistas do seabrismo



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 30 de junho 1912, ano 7, n. 4. Autor: não identificado.

Legenda:

Seabra: Com mil rrrraios! Já estou cansado de receber adesistas!

Zé: E eu que queria aderir!...

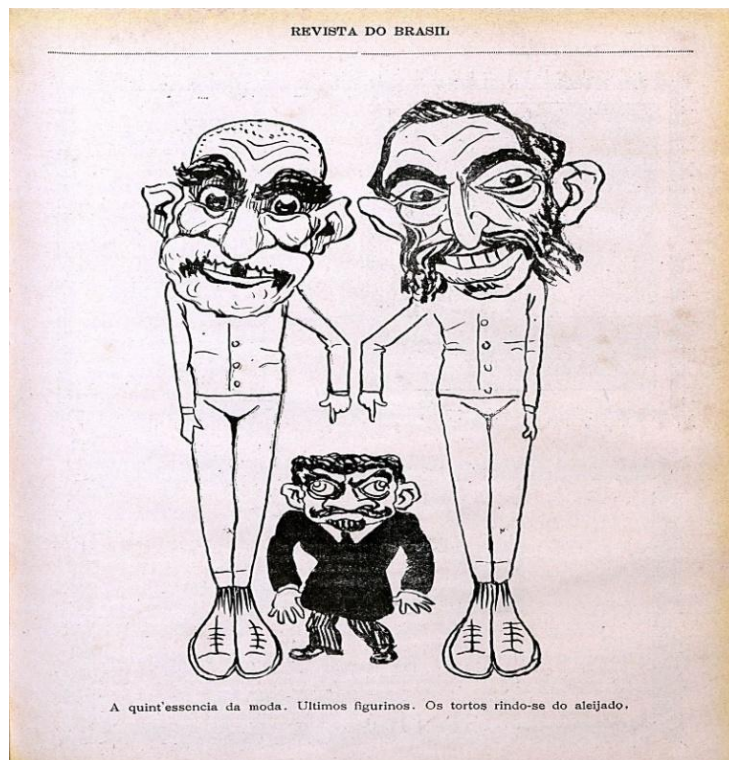
Seu Fagundes: Diante do exposto, não me atrevo a ir mais ao Seabra.

A figura 48 utiliza uma técnica bastante comum entre os caricaturistas da época, que consistia em ampliar o tamanho de determinados personagens com o intuito de apresentá-los com maior prestígio e poder possíveis. É o caso de Seabra, que aparece na imagem domando os chamados adesistas, políticos recém-chegados ao ninho seabrista. Os adesistas citados, muito provavelmente, foram antigos políticos do PRB que desembarcaram na nova hoste para sobreviverem após a desintegração dessa legenda. Em outro plano estão o Zé e outra personagem chamada “Seu Fagundes” (que não conseguimos identificar), ambos com a função de afirmar a mensagem da charge.

Apesar da capacidade de Seabra em atrair adesistas, a oposição não se desintegrou totalmente, pois, mesmo após sofrerem consecutivas derrotas, José Marcelino, Araújo Pinho e Severino Vieira continuaram se articulando contra o governador. A atitude desses políticos em não aderir ao seabrismo recebeu a atenção dos colunistas da *Revista do Brasil*, que debocharam da situação dos derrotados ao afirmarem que a alternativa mais viável para os três ex-governadores seria sair da vida pública. Marcelino, por exemplo, era constantemente convidado a retornar a sua fazenda localizada no Recôncavo baiano, curiosamente,

denominada de “Xangó”. Severino Vieira, por sua vez, teria um destino bem mais distante, isto é, a África.³²¹ O magazine nutria curiosidade em relação ao continente africano e os seus habitantes que eram retratados de forma pejorativa, com claro cunho racista. A figura (49) abaixo é mais um caso da relação hostil estabelecida com o trio de políticos:

Figura 49 - Charge sobre a situação política de Marcelino, Pinho e Vieira



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 18 de julho 1912, ano 7, n. 5, n. p. Autor: não identificado.

Legenda:

A quintessência da moda. Últimos figurinos. Os tortos rindo-se do aleijado

Na figura 49, Severino Vieira está centralizado e é responsabilizado por Marcelino e Pinho - na realidade, a opinião do periódico - por mais uma derrota. Essas críticas demonstram que mesmo enfraquecidos, esses líderes ainda tinham poder de barganha, pois possuíam jornais e contavam com uma representação partidária nos legislativos estadual e federal, que foi suficiente para lhes garantir sobrevida por algum tempo. O domínio seabrista não significou, entretanto, um tempo de plena calmaria. Como afirma Consuelo Novais Sampaio, o primeiro mandato de Seabra marcou, na Bahia, o começo da década mais turbulenta de toda a Primeira República (1912-1922).³²²

³²¹ *Revista do Brasil*. BCEB. 20 de janeiro de 1912, ano 6, nº 17 n.p.

³²² SAMPAIO, 1978, p. 112.

Lembramos, novamente, que, meses após a posse de Seabra, marcelinistas e severinistas tiveram de se reconciliar para ganhar força contra o governador. Em janeiro de 1913, Luiz Viana também se juntaria aos seus antigos detratores para compor as fileiras antiseabristas, confirmando as notícias que apontavam um racha iminente. Tudo começou quando Viana concedeu uma polêmica entrevista a um jornal carioca com críticas a Seabra. Como represália, o chefe do executivo decidiu expulsar o senador baiano do PRC- partido que inicialmente era de domínio dos vianistas, mas que naquele momento passou a ser, na Bahia, dominado pelos seabristas. A atitude gerou mais um revés, pois Viana levou para fora do partido sete deputados correligionários, que se mantiveram fiéis ao seu grupo. Com a união de marcelinistas, severinistas e vianistas o antiseabrismo se fortaleceu, fato que exemplifica mais uma vez como as oposições foram capazes de se rearticular em diversos momentos na política baiana da Primeira República, evidenciando o alto grau de competição política nela existente.

Em outra perspectiva, a ligação entre J. J. Seabra e José Alves Requião precisa ser compreendida para além de uma provável relação de proximidade ou de interesses econômicos. Algumas informações encontradas indicam que ambos também tinham afinidades políticas e ideológicas. Assim como Seabra e as elites políticas do país, Requião desejava que Salvador fizesse parte do plano de modernização urbana que foi aplicado em outras capitais do Brasil, e que não incluía somente a execução de reformas na cidade, mas, também, a implantação de uma política higienista em relação a sua população.

É plausível ressaltar que, enquanto ministro da Justiça, foi Seabra um dos responsáveis pela criação da lei que tornou obrigatória a vacinação no Brasil - norma essa que foi o estopim para revolta que levou a população às ruas no Rio de Janeiro, em 1904. O que demonstra seu comprometimento com esse tipo de pensamento antes mesmo de chegar à chefia da Bahia. Requião pode ter visto em Seabra, um bom executor do programa modernizador que defendeu em seções como, “Brasil Moderno” - que trazia fotografias de obras e lugares de um país “reformado” - e em charges que continham críticas ao atraso da capital baiana em relação a obras e a uma política de higiene pública.

Essa afinidade era comum também em outra questão cara às elites, isto é, a necessidade de educar as classes operárias. Segundo Silvia Noronha Sarmiento, desde a sua fundação, o Partido Democrata fazia referências claras em seu programa à necessidade de criar uma educação voltada para os operários. Essa questão estava estreitamente ligada a tentativa do partido em solucionar outro problema: o da habitação operária, compreendendo que enquanto a educação disciplinaria os costumes populares, a construção de casas facilitaria a remoção

dos cortiços e demais moradias “insalubres”.³²³ Entendemos que com esse projeto, os seabristas (e a elite brasileira como um todo) visavam educar os operários pelo trabalho na medida em que desejavam que esses sujeitos fossem inseridos em um modelo de civilização que era idealizado.

Na Primeira República, essa abordagem foi posta em prática através da construção de escolas noturnas em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e mesmo na Bahia. Em algumas edições especiais, o quinzenal trouxe matérias que apresentavam exemplos exitosos de empreendimentos que se preocupavam em oferecer moradias e ao mesmo tempo aulas para seus empregados. Como o Empório Industrial do Norte, localizado em Salvador, que garantia o ensino noturno e roupas para os operários, assim como para seus filhos, elogiando a vila operária instalada nas intermediações da fábrica.³²⁴

Com o governo instalado, o periódico passou a cobrir a maioria dos atos dessa administração, divulgando decretos, obras que eram anunciadas e eventos sociais nos quais o governador participava. Não obstante, Requião foi beneficiado diretamente com a chegada de Seabra no executivo estadual, ao conseguir entrar para o Conselho Municipal de Salvador (hoje Câmara de vereadores), em fins de 1911. Como veremos, neste Conselho, Requião iria propor leis que estavam afinadas com o seabrismo.

5.3 - José Alves Requião: um seabrista no Conselho Municipal de Salvador

Em 15 de março de 1912, através do seu editorial, José Alves Requião noticiou aos seus leitores que havia sido eleito como conselheiro municipal na mesma eleição em que Júlio Brandão fora escolhido intendente (prefeito). Essa informação, provavelmente, surpreendeu parte do público da *Revista do Brasil*, que não fora informado que Requião havia concorrido a uma cadeira do Conselho soteropolitano. O texto se inicia, justamente explicando as razões do proprietário não ter avisado sobre a disputa do cargo. Seu tom é bastante conciliatório, com doses de modéstia e de agradecimentos calculados, aliás, nada incomuns:

Bem contra meu gosto consenti, depois de solicitado por amigos, dentre os quais destaco o cons. Luiz Viana, meu distinto chefe, que meu nome figurasse na chapa dos candidatos ao Conselho desta cidade, apresentada pelo Partido Republicano Conservador, a que pertenço, para o vigente quadriênio municipal. Escusei-me dessa honra até a véspera da eleição, tanto assim que não solicitei votos dos meus amigos, mesmo dos mais íntimos, e até permiti, muito gostosamente, na

³²³NORONHA, 2011, p. 127.

³²⁴*Revista do Brasil*. BCEB. 24 de dezembro de 1907, ano 2, nº 8, n.p. A referida matéria trouxe elogios a esse empreendimento com belas fotografias patrocinados pelos estúdios *Lindemann*.

Gazeta do Povo, que meu nome deixasse de figurar em várias chapas destinadas em Pirajá.³²⁵

O editorial Altos e Baixos, acima, inaugurou uma mudança muito significativa na carreira de Requião que, até esse momento, equilibrava-se num dúbio discurso de neutralidade e imparcialidade frente aos políticos que defendia. A entrada no legislativo municipal, no entanto, dificultaria a permanência desse discurso. Alguns fragmentos da matéria são bastante relevantes, como o reconhecimento do vínculo partidário com Luiz Viana e com o PRC, legenda que Requião, pela primeira vez, informava pertencer. Anteriormente a essa publicação, o editor fundamentava o apoio dado a Viana e a sua agremiação, pelas afinidades políticas que ambos possuíam.

Ademais, a admissão no Conselho Municipal permitiu que Requião entrasse em um seleto grupo de proprietários de órgãos da imprensa que, por meio da militância em favor de determinadas hostes políticas, conseguia ascender à vida pública, através de um mandato eletivo. No referido editorial, que foi publicado após sua eleição, Requião constrói para seus leitores (quicá eleitores também) uma espécie de discurso de posse que indicava sua atuação em prol das causas que defendia no periódico. Nesse texto, o conselheiro traçava sua estratégia de atuação no Conselho de Salvador ao fazer promessas e cobranças indiretas ao intendente Júlio Brandão, para que ele pudesse zelar pela higiene pública e finanças e, sobretudo, para que Brandão se empenhasse na “modernização desta cidade”.³²⁶

Isso demonstra o quanto o conselheiro objetivava levar à Casa legislativa municipal, as causas que sempre pregou na *Revista do Brasil*: as reformas urbanas e a implantação de uma ampla política de higiene pública, que pudesse aproximar Salvador de outros grandes centros urbanos que admirava. Com Requião nessa posição, o periódico passou a agir em duas frentes: na defesa do mandato do seu proprietário e, em decorrência, do seabrismo. Seabra havia cobrado de seus correligionários empenho para obter maioria dos assentos no Conselho, o que de fato se concretizou, visto que os seabristas conseguiram uma base legislativa sólida, tanto Conselho Municipal quanto na Câmara estadual. Nesse sentido, fica evidente que a eleição de Requião fez parte de um esforço desse grupo político para conseguir governar com maioria parlamentar.

No âmbito municipal, Seabra e Júlio Brandão conseguiram salvaguarda para implantar as medidas que achavam necessárias. Pelo menos é o que demonstram as atas do Conselho da capital baiana no ano de 1912. Essas fontes estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Público

³²⁵*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de março de 1912, ano 6, n.21, n.p.

³²⁶*Revista do Brasil*. BCEB. 15 de março de 1912, ano 6, n.º 21, n.p.

Municipal de Salvador e contêm os registros das atividades administrativas desses políticos, como a criação de projetos leis, impostos, autorizações para obras e demais trabalhos que movimentaram a Casa. Como qualquer fonte histórica, as atas devem ser vistas com cautela, pois eram elaboradas com o intuito de deixar documentadas as ações que se queria registrar. Uma maneira de analisá-las é entender o contexto em que elas foram produzidas, comparando-as com outras fontes.

Dito isso, notamos que a maioria das ações legislativas do ano de 1912 estava alinhada com o projeto de intervenção urbana aplicado pelos seabristas. Encontramos sessões em que os conselheiros autorizavam o intendente Júlio Brandão a desapropriar prédios, a demolir casarões e a construir monumentos e praças, com o objetivo de “embeleazar” a capital.³²⁷ Ademais, essa fonte aponta também que José Alves Requião se mostrou um conselheiro bastante atuante, pois fez questão de deixar registrada sua aprovação às medidas modernizadoras e, acima de tudo, confirmar seu vínculo com Seabra e Luiz Viana, através de moções de apoio a esses líderes.³²⁸

Um exemplo que demonstra o quanto José Alves Requião usou do seu cargo para apoiar Seabra aconteceu em abril daquele ano, momento em que o governador e uma comitiva inspecionaram as instalações de uma penitenciária localizada na capital do estado. Acompanhando a comitiva do governador estava Requião, que publicou um relato detalhado da visita do governador. O texto continha elogios à estrutura da prisão, que contava com banheiros, refeitórios, lavanderias e pavilhões amplos, mas igualmente críticas à falta de higiene do local, problema que afetava a saúde dos presos e que, segundo o conselheiro, seria resolvido através de futuras reformas. Além de indicar a reestruturação do presídio, outra proposta apontada foi a necessidade de tornar a penitenciária uma instituição que pudesse gerar lucro aos cofres estaduais por meio do

o espírito do sentenciado, adaptando-o ao trabalho regular e constante e que lhe incuta na consciência, além dos hábitos da economia, a convicção de que está lhe é proveitosa, para, deixar a prisão não se encontra sem abrigo, abandonado, desprovido de recursos para garantia de sua subsistência.³²⁹

A citação toca em uma questão cara às elites da época, que se preocuparam em propor reformas às leis penais republicanas e, conseqüentemente, ao sistema penitenciário brasileiro.

³²⁷ *Atas do Conselho Municipal de Salvador*. Arquivo Público Municipal de Salvador de Salvador. 01 de junho de 1912, p. 113.

³²⁸ *Atas do Conselho Municipal de Salvador*. Arquivo Público Municipal de Salvador de Salvador. 07 de julho de 1912, p. 117.

³²⁹ *Revista do Brasil*. BCEB. 30 de abril de 1912, ano 6, n.24, n.p.

Essas elites estavam atentas ao que era discutido desde o final do século XIX nas nações do “Velho Mundo” e nos EUA, países que tentaram reformular os seus sistemas penitenciários com a finalidade de superar a visão das prisões como sinônimos apenas do “castigo” ou da punição. Foi nesse sentido que alguns estudiosos se debruçaram na criação de métodos que pudessem, gradativamente, preparar os presos para a liberdade definitiva. Esses experimentos aconteceram em lugares como Inglaterra, Estados Unidos, Irlanda, Espanha etc.

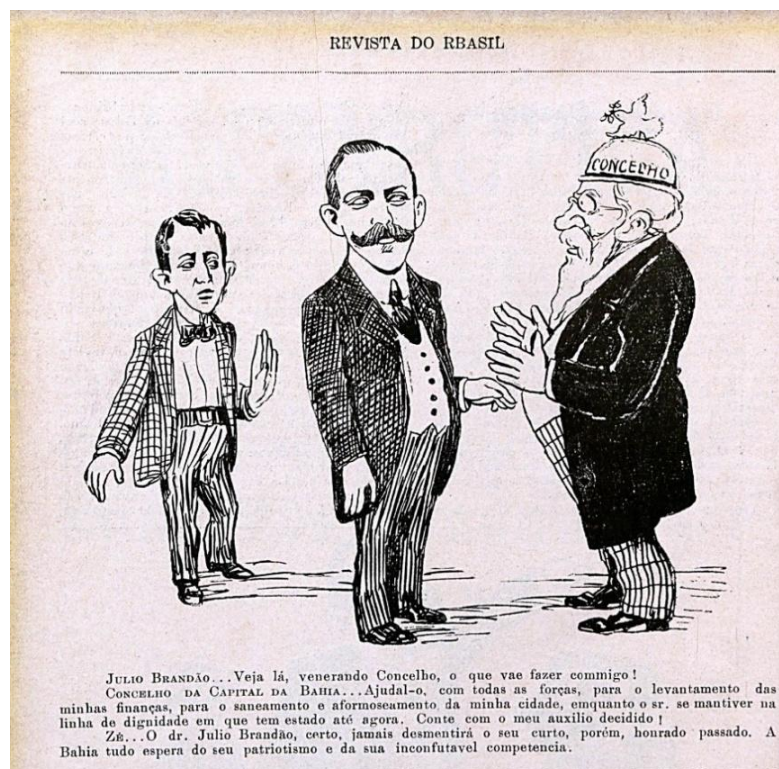
O texto sobre visita à penitenciária do estado faz referências a um desses métodos, especificamente, ao “sistema intermediário irlandês”, criado em 1854. Ele defendia que, para que o sentenciado pudesse conquistar a sua liberdade, seria necessário a criação de uma fase de intermediação entre a prisão e o chamado “regime condicional” (momento em que se antecipava o fim da pena). Nesse sistema, o trabalho tinha o papel fundamental, pois, era só a partir dele que o preso teria condições de se preparar para a vida fora da prisão. Ao relatar a visita que fizera junto a Seabra, Requião terminava elogiando o irlandês Walter Crofton (1815-1897), criador desse método, argumentando que sua proposta teria trazido “bons resultados na América e na Europa”.³³⁰ Evidentemente, essas discussões ecoaram entre os pensadores da nossa Primeira República. Exemplo disso foi o Código Penal do Brasil, de 1890, pensado a partir da tríade do “trabalho, ordem e progresso”, lema sobre o qual se assentava o regime”.³³¹

Ademais, em outras ocasiões Requião mostrou-se um conselheiro bastante ativo ao sugerir outras intervenções que considerava essenciais para colocar Salvador e a Bahia em novos tempos. Nesse aspecto, o periódico começou a publicar propostas de leis, sugestões de obras que transformariam a cidade e, de modo bem enfático, a defesa do Conselho Municipal de Salvador, instituição apresentada de forma muito positiva aos leitores. Um dos casos foi a coluna, “Edilidade baiana em caricatura”, publicada logo após a eleição de Requião e que mostrava caricaturas dos conselheiros municipais com intuito de homenageá-los. Nas imagens, os colegas de Requião eram representados de forma imponente e com legendas que rasgavam os políticos da cidade de elogios. As referências apareciam de diversas maneiras, como na figura 50 (logo abaixo):

³³⁰ *Revista do Brasil*. BCEB.30 de abril de 1912, ano 6, n.24, n.p.

³³¹ GRUNER, Clóvis. “**Um bom estímulo à regeneração**”: a Penitenciária do Estado e as novas estratégias da ordem na Curitiba da Primeira República. *História*. Franca: Unesp, v. 28, n.2, 2009, p. 445.

Figura 50 - Charge sobre o Conselho Municipal de Salvador



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 18 de abril de 1912, ano 6. n. 23, n.p. Autor: não identificado

Legenda:

Júlio Brandão: Veja lá, venerado Concelho, o que vai fazer comigo!

Conselho da Capital da Bahia Ajuda-lo, com todas as forças, para o levantamento das minhas finanças, para o saneamento e aformoseamento da minha cidade, enquanto o sr. se mantiver na linha de dignidade em que tem estado até agora. Conte com o meu auxílio decidido!

Zé: o dr. Júlio Brandão, certo, jamais desmentirá o seu curto, porém, honrado passado. A Bahia tudo espera do seu patriotismo e da sua inconfutável competência.

O Conselho Municipal é caracterizado como uma instituição de credibilidade, representado por um senhor vestido elegantemente que promete cumprir seu dever fiscalizador. Nota-se que, na charge, a velhice é apresentada como sinônimo de respeito e sabedoria, ao contrário de algumas imagens que foram veiculadas, que faziam troça com os mais velhos (como a D. Política, para citarmos um exemplo). Essa imagem contrasta com as críticas que a *Revista do Brasil* costumava fazer ao Conselho, acusado sempre de lentidão ao fiscalizar o trabalho dos intendentos. Porém, com a eleição de Requião, o magazine passou a evitar quaisquer menções negativas que pudessem afetar a imagem de seu proprietário. A charge também pode ser entendida como um recado a Júlio Brandão, que é cobrado a zelar pelas causas que Requião mais estimava. A figura abaixo (51) reforça essa posição política.

Figura 51 - Charge “Município da Bahia (capital)”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 18 de julho de 1912, ano 7, n. 5, n.p. Autor: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Júlio Brandão: Que osso danado! Mais rijo do que ele há [de] ser a minha vontade!

A imagem resume a estratégia da publicação: entre elogios, fazia uma cobrança sutil ao trabalho de Brandão, enquanto Requião encarnava o papel de um bom fiscal. Como é possível observar, Brandão é representado como um intendente obstinado em resolver os problemas da cidade, que para o magazine eram muitos. Entre eles, os mercados de venda de peixes, espalhados em vários pontos de Salvador e considerados locais insalubres. Através de uma matéria, a *Revista do Brasil* abordou o tema, citando a situação do mercado de peixes localizado na região da Baixa dos Sapateiros, situada no centro histórico da cidade. Esse mercado foi considerado como um local que precisava “ser completamente reformado por ser imundo, indecente e sem a mínima higiene”.³³² De modo geral, a solução apontada pela coluna era a necessidade de se criar uma lei que pudesse regular esse tipo de comércio, o que visivelmente era uma sugestão de Requião para o intendente de Salvador.

Evidentemente, a questão da higiene pública gerou outras matérias em que o conselheiro sugeriu intervenções, mas outros assuntos também foram abordados. Ao completar seis meses de mandato, por exemplo, o político demonstrou interesse em regular as festas populares, como

³³²*Revista do Brasil*. BCEB. 30 de junho de 1912, ano 7, n.4, n.p.

o São João, que, segundo ele, além de não ter autorização do poder público para acontecer, incomodava toda a cidade com “suas fogueiras e fogos de artifício”.³³³ Outro tema tratado inúmeras vezes na trajetória dessa publicação e que não escapou do olhar atento do novo conselheiro foi a questão dos bondes. Caso bastante exemplar foi a publicação de uma matéria que, supostamente, cotinha um apelo dos moradores do bairro de Brotas (um dos maiores bairros da capital baiana) para que o intendente Júlio Brandão intercedesse junto a Linha Circular para que a empresa criasse uma linha de bondes para essa localidade.³³⁴ Os dois exemplos demonstram o quanto Requião estava empolgado com o mandato recém conquistado.

Mas, nenhum outro exemplo demonstra o quanto ele foi combativo, como o de uma polêmica que envolveu parte dos conselheiros municipais eleitos em 1912, e uma profissão que tinha forte influência na economia da Bahia na época, a dos caixeiros (profissionais do comércio varejista). A controvérsia se iniciou quando o Conselho manifestou a intenção de criar um projeto de lei que fixaria um imposto para a atuação profissional desses trabalhadores. Ao que constatamos, os valores desse imposto podiam variar de acordo ao tipo de trabalho que os profissionais exerciam, chegando a cifras entre 10 mil e 20 mil réis que seriam cobrados a cada semestre.³³⁵ Para entender melhor, as atas da Câmara Municipal de Salvador nos auxiliam, pois elas indicam o quanto o projeto de lei repercutiu negativamente entre os caixeiros.

O conteúdo dessas atas revela que a taxa de atuação profissional foi concebida com a justificativa de corrigir o que o Conselho Municipal, eleito em 1912, considerava uma distorção: a Postura 49 A. Segundo essa alegação, a mencionada postura estabelecia uma matrícula de identificação profissional, que acabou igualando todos os caixeiros que atuavam nos balcões das lojas aos vendedores que trabalhavam nas ruas. Apesar da justificativa de diferenciar a atividade caixeiral dos demais profissionais que exerciam suas atividades nas ruas, como os carroceiros, por exemplo, a notícia continuou desagradando os caixeiros e também parte da imprensa.

Sentindo-se defensor das instituições que representavam os trabalhadores do comércio, o *Diário de Notícias* trouxe a informação à tona, quando publicou uma série de matérias entre o final de julho e início de agosto de 1912, classificando a cobrança semestral como um grave erro do Conselho Municipal. Antiseabrista desde as eleições presidenciais de 1910, o diário fez duras críticas à tentativa de criar uma nova taxa, dizendo-se, para isso, saudosista dos tempos em que na Bahia não faziam avenidas, mas em compensação, “não se cobrava impostos

³³³ *Revista do Brasil*. BCEB. 18 de julho de 1912, ano 7, n.5, n.p.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *Atas do Conselho Municipal de Salvador*. Arquivo Público Municipal de Salvador. 21 de julho de 1912, p. 164.

absurdamente taxados”. Para o jornal soteropolitano, que iniciou as suas atividades em 1875 e circulou com vários donos até o fim do século XX, a classe caixeiral não poderia ser onerada dessa forma, pois

A profissão de caixeiro é transitória, é o início da carreira comercial ou de outra qualquer, desde que o empregado deixe o ramo de negócio a que serve e dedique a sua atividade a outro; não há uma legislação que regule o assunto, não há um ponto que assegure regalias a nenhum dos que se entregam ao honesto e nobilitante mourejar no comércio.³³⁶

As reportagens do *Diário de Notícias* ecoaram em seguidas sessões do Conselho Municipal de Salvador, que teve de responder às denúncias do jornal, e de pessoas de influência, como o deputado marcelinista Rafael Jambeiro e o comediante Lulu Parola, que fizeram questão de se opor ao projeto.³³⁷ Requião se sentiu diretamente ofendido pelas denúncias do jornal opositor, que chegou a citar seu nome com destaque em matéria que atacava o projeto. Em uma das várias sessões que trataram do tema, ele denunciou que o *Diário de Notícias* fora injusto com o Conselho da capital ao publicar tais acusações.³³⁸ O conselheiro também tratou do assunto em seu periódico, pois temia a insatisfação dos caixeiros, profissionais que a *Revista do Brasil* afirmava estimar. Em algumas passagens da edição 31 de julho de 1912, Requião tentou explicar a sua versão sobre essa polêmica. Na capa da edição (figura 52), vemos como a questão era tratada e também se vinculava à questão racial.

³³⁶ *Diário de Notícias*. IGHB. 27 de julho de 1912, ano 38, n.2747, p.1.

³³⁷ *Atas do Conselho Municipal de Salvador*. Arquivo Público Municipal de Salvador. 29 de julho de 1912, p. 179

³³⁸ *Ibidem*, p. 178

Figura 52 - Capa com a charge “Matrícula Municipal”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de julho de 1912, ano 7, 6, capa. Autor da charge: Raimundo de Oliveira.

Legenda:

Caixeiros: Tenham todos certeza absoluta: aqueles negraços, nem eu, nem os meus nobres companheiros de classe nos nivelaremos! Aquela corrente jamais nos atingirá!

Zé: De pleno acordo. Os senhores nada pagarão de imposto. Confiem no Conselho Municipal da Bahia.

A charge é de Raimundo de Oliveira e mostra um caixeiro segurando um bastão que está entrelaçado por duas serpentes, um caduceu, o símbolo de Mercúrio, o deus romano que é o protetor do comércio e dos viajantes. Esse caixeiro, que é um homem branco e bem-vestido, aparece na imagem irritado com a possibilidade de ser comparado ao casal de vendedores negros, que está junto a um cachorro maltrapilho. Referendando a opinião da charge está o Zé. A cena acima contém fortes elementos racistas, devido à forma estereotipada como as pessoas negras são apresentadas: traços físicos demasiadamente acentuados (black face) e vestimentas jocosas - algo que era a maneira usual como essas pessoas/personagens eram representadas. Além disso, percebe-se que o casal está aprisionado a uma corrente que recebe o título de “matrícula municipal”. Percebemos que a charge acima se ancora na mesma justificativa dada pelas atas do Conselho Municipal, ou seja, de que a criação do imposto estaria vinculada à revogação da Postura 49 A que, segundo essas duas fontes (as atas e o periódico) teria a

finalidade de diferenciar os “serviçais domésticos” (negros e negras), considerados inferiores pelos conselheiros, dos caixeiros.

A partir das informações, acreditamos que a “matrícula municipal” citada na charge está relacionada às tentativas do poder público do período de criar taxas para a atividade caixeiral. Mário Augusto Silva Santos, em um livro que se debruça sobre os caixeiros de Salvador, aponta que tanto o legislativo estadual quanto o municipal se empenharam na criação de alíquotas que incidissem sobre o trabalho dos caixeiros, casos que ocorreram nos anos de 1903 e 1905. Nesses anos, as associações ligadas aos empregados do comércio reagiram com bastante indignação contra esses impostos, exemplificando alguns dos poucos momentos de toda a Primeira República, em que essas associações lutaram em favor desses trabalhadores, pois, na maior parte do tempo, estiveram ligadas aos interesses das ligas patronais.³³⁹

Santos afirma que, apesar desses profissionais serem genericamente compreendidos como empregados do comércio, eram bastante hierarquizados e se dividiam em três tipos de categorias: o caixeiros, os primeiros caixeiros e os patrões. Os que eram denominado simplesmente de caixeiros eram todos tipo de empregados, que eram responsáveis por exercer as tarefas mais distintas: desde a limpeza das lojas até servirem como mensageiros dos seus patrões. Os chamados primeiros caixeiros constituíam um degrau acima nessa relação hierárquica que, passando pelas escalas anteriores, tinham como objetivo atingir o posto de sócio de um comerciante. Os patrões, obviamente, eram o topo da categoria “sempre vigilantes, tudo dirigindo e controlando”.³⁴⁰ A informação dada por Santos está em conformidade com a justificativa dada pelo *Diário de Notícias*, que deu argumentos contra a criação do imposto, visto que, segundo o noticioso, a atividade caixeiral não poderia ser taxada uma vez que era transitória.

A questão racial precisa ser melhor compreendida e, novamente, Santos contribui ao ressaltar que, em Salvador, essa atividade era, em sua maioria ou exclusividade, composta por trabalhadores brancos, uma vez que o comércio dessa cidade resistia (e ainda resiste) na contratação de trabalhadores negros.³⁴¹ O que pode explicar o teor da charge que mostra a ira de um caixeiro (um homem branco) ao ser comparado a vendedores negros. A charge abaixo (figura 53), publicada na mesma edição da anterior, mostra, mais uma vez, Requião explicando a polêmica:

³³⁹Ibidem, p. 84.

³⁴⁰SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 33 e 35.

³⁴¹Ibidem, p. 117

Figura 53- Charge sobre a “Postura 49 A”



Fonte: *Revista do Brasil*. BNdigital. 31 de julho de 1912, ano 7, n. 6, n.p. Autor: desconhecido.

Legenda:

O de chapéu: Posso garantir-lhe que a Postura 49 A, que institui a matrícula dos serviços domésticos, etc., foi elaborada e votada pelo Conselho passado. O “Diário de Notícias” foi injustíssimo com o atual Conselho!

O careca: Posso garantir-lhe que o Foeppell afirma, por todo o comércio, que a lei é nova e que os eu autor foi o Requião.

O de chapéu: Não creio. O Foeppell é amigo do Requião e nunca o tive na conta de um mentiroso, de um intrigante.

O careca: Pois é o consta, tanto assim que as informações prestadas ao “Diário”, para tratar do assunto, como o fez no dia 27, insultando e maltratando o atual Conselho, disseram-me, foram dadas pelo Foeppell e por um jovem advogado administrativo que anda zangado com o Requião, por causa de uma história de desapropriações.

Na longa legenda, José Alves Requião procura responsabilizar o Conselho Municipal anterior pela autoria da postura 49 A que foi a norma que teria unificado os vendedores de rua aos trabalhadores de balcões. Enquanto na imagem 52 a revista usa do Zé Povo para ser a voz de auxílio de seu proprietário, na figura 53 vemos que o caricaturista responsável se utiliza de dois anônimos, que argumentam em favor do seu chefe. Esses personagens criticam as matérias do *Diário de Notícias*. Este jornal, ademais, incitou toda a atividade caixeiral a se rebelar contra a medida, incentivando os trabalhadores a se reunirem contra o Conselho. A outra pessoa citada na legenda é Guilherme Conceição Foeppel (1869-1914), que ficou como suplente na eleição do Conselho Municipal, e que é apontado como o responsável por difamar Requião na imprensa. A maneira como o dono dessa revista se defendeu das acusações do *Diário de Notícias* revela o quanto ele estava disposto a não se desgastar com essa categoria, mas, acima

de tudo, como o caso dos caixeiros demonstra o quanto esse editor utilizou seu magazine em causa própria.

No entanto, o periódico não sobreviveria para ver o seu proprietário completar o mandato e, muito menos, ver a aliança entre J.J. Seabra e Luiz Viana ruir. Na contenda que colocou de lados opostos esses dois correligionários de ocasião, Requião firmou-se ao lado de Seabra, reagindo contra as novas alianças que prometiam fortalecer o antiseabrismo. Uma delas foi a união firmada entre Viana e Severino Vieira (o maior opositor de Requião), que se concretizou quando o conselheiro já havia migrado para a *Gazeta de Notícias*. Neste jornal, que começou a circular em setembro de 1912 - um mês após a última edição encontrada da *Revista do Brasil* - as matérias publicadas não escondiam a frustração com o outrora aliado, que foi denominado com a alcunha de “gêmeo siamês” do senador Severino Vieira.³⁴²

Nesse mesmo jornal, Requião continuou enaltecendo as desapropriações de casas, as reformas em prédios públicos e demais intervenções arquitetônicas feitas por Seabra.³⁴³ Tudo com o intuito de exaltar o trabalho do governador e reforçar a importância de firmar Salvador na almejada modernidade, ideal que não foi esquecido nesse novo diário. Na mesma medida, a *Gazeta de Notícias* destacava as ações de Requião no Conselho Municipal por meio de algumas colunas que, inclusive, foram transferidas para essa nova gazeta com títulos idênticos aos do magazine fundado em 1906.

Como anunciamos neste capítulo, a *Revista do Brasil* demonstrava aos seus leitores a expectativa de ainda durar muitos anos na imprensa baiana. Essa ideia foi reforçada até os últimos exemplares. Na edição de 15 de junho de 1912, foi publicado um texto comemorativo aos sete anos de sua existência, que misturava sentimentos como o saudosismo e a esperança com o futuro. O texto, assinado por Zé Alves/Requião reafirmava antigos valores prometidos desde as “Primeiras Palavras” do periódico. Entre eles, a preocupação em caracterizar o veículo como um aliado das “causas do povo” e contra os políticos que considerava “imorais” e “desonravam a República”, regime que reafirmava estimar. Ao final do editorial, que representou como nenhum outro o comprometimento do periódico com o projeto de atuação política iniciado em 1906, Zé Alves conclamava os seus leitores para o que considerava uma tarefa ou “missão”, isto é, que o seu público pudesse ajudá-lo a fazer com que sua publicação pudesse viver por longos anos.³⁴⁴

³⁴² *Gazeta de Notícias*. BNdigital. 16 de agosto de 1913, ano 3, n.279, p. 2.

³⁴³ *Gazeta de Notícias*. BNdigital. 11 de setembro de 1912, ano 3, n.4, p. 1.

³⁴⁴ *Revista do Brasil*. BCEB. 15 de junho de 1912, ano 7, n.1, n.p.

Obviamente, essa “missão” não foi abandonada com o fim da *Revista do Brasil*, mais transferida para outro tipo de jornalismo muito peculiar à época, o diário. A escolha para a atuação nesse tipo de jornalismo pode ser explicada por alguns fatores. O primeiro deles, provavelmente, foi a questão financeira, uma vez que a *Gazeta de Notícias* tinha um número muito menor de páginas (cerca de oito), não era impressa em cores e raramente publicava fotografias e charges. Tudo isso reduzia o custo de produção, o que influenciou essa decisão tomada. Aliás, com a experiência adquirida em anos na imprensa, Requião conseguiu levar para sua nova gazeta boa parte dos patrocinadores da *Revista do Brasil*, como os Charutos Dannemann, o xarope Bromil, o Café Cabral, o Elixir Nogueira e tantos outros que dariam a esse jornal um suporte financeiro razoável.

Por fim, outro fator que devemos levar em conta é que a distribuição diária permitiria a Requião ter um alcance muito maior do que a de um veículo quinzenal. O que nos leva a pensar que a migração para a *Gazeta de Notícias* foi feita na aposta de que o jornalismo diário daria a esse grupo maior fôlego e capacidade de atuação política. O fim da *Revista do Brasil* não significou, portanto, o fracasso desse grupo empresarial e político. Ao contrário, o magazine humorístico lançado em 1906 cumpriu o seu papel, isto é, o de fortalecer Requião dentro da imprensa e da política da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 30 de abril de 1917, faleceu, em Salvador, o jornalista José Alves Requião. No dia seguinte, o *Diário Oficial do Estado da Bahia* publicou em sua capa um texto com as seguintes informações:

Faleceu, ontem, pelas quatro horas da madrugada, o Sr. dr. José Alves Requião, diretor que era da Secretaria de Segurança Pública.

Jornalista e homem das letras, foi o extinto fundador e proprietário da *Revista do Brasil*, publicação quinzenal ilustrada, e diretor da *Gazeta de Notícias*, jornal diário dessa capital.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, por pouco tempo exerceu o sr. José Alves Requião a magistratura, desempenhando as funções de Juiz Preparador em um dos termos do interior do estado.³⁴⁵

O texto deu mais algumas breves informações sobre a vida pessoal e a carreira de Requião tanto na política quanto na imprensa. A passagem no Conselho Municipal de Salvador foi lembrada (1912 a 1915), assim como as funções que exerceu como delegado de polícia, juiz no interior e diretor da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, cargo que ocupava quando de seu falecimento. O diário oficial também deu destaque para sua atuação na *Revista do Brasil* e na *Gazeta de Notícias*, jornal que continuou a circular diariamente por um bom período. Mas, o que mais sobressai, nessas homenagens, são as cerimônias fúnebres então realizadas.

Seu corpo foi levado ao cemitério em cortejo que recebeu honras dignas de um ex-Conselheiro Municipal e de um Secretário de estado em exercício, com direito a desfile em carro oficial da empresa Linha Circular. Segundo o diário, a cerimônia teve a expressiva presença de políticos: os presidentes do Senado estadual, do Conselho Municipal, senadores, deputados e conselheiros municipais. O mais ilustre de todos foi o governador da Bahia, na ocasião, Antonio Muniz de Aragão, chefe do executivo alinhado a J.J. Seabra. Houve também jornalistas e outros colegas de profissão que, mesmo não comparecendo ao enterro, mandaram flores, prestando homenagens ao falecido: Lulu Parola, Arlindo Fragoso, Simões Filho, entre outros.

A sua morte foi decretada como dia de luto oficial em repartições públicas, caso da Secretária de Segurança Pública, que suspendeu o expediente nesse dia, hasteou a bandeira da corporação no enterro e divulgou nota classificando-o como uma “alma boa, sã, habituada ao bem”, que não deixava, “entre nós, nenhum desafeto”.³⁴⁶ A corporação também saudou o corpo

³⁴⁵*Diário Oficial do Estado da Bahia*. BCEB. 1 de maio de 1917, p. 1.

³⁴⁶*Diário Oficial do Estado da Bahia*. BCEB. Salvador. 1 de maio de 1917, p. 1 e 2.

do homenageado com marchas fúnebres da banda do 3º Batalhão de Polícia da Bahia. Os últimos tributos a Requião foram prestados na Câmara de Deputados do estado, que manifestou apreço pelo jornalista, emitindo uma moção com votos de profundo pesar pelo seu passamento.

Além de descrever como foram as últimas homenagens a Requião, buscamos com elas evidenciar que o jornalista estava sendo reconhecido como alguém de grande relevância política, entre os veículos de imprensa e órgãos públicos, quando de sua morte. Sobretudo, queremos mostrar que esse legado foi se perdendo ao longo das décadas seguintes. Pela leitura dos capítulos, ficou evidente que o que Requião idealizou, com a sua *Revista do Brasil*, foi algo bastante ousado para o jornalismo da Bahia desse período. Porém, percebemos que essa publicação não recebeu atenção entre os trabalhos que se dedicam a história da imprensa e da Primeira República na Bahia, começando a despertar maior interesse muito recentemente. Isso no que se refere aos estudos acadêmicos que, em sua maioria, preocuparam-se em apresentar a história e atuação política dos grandes jornais diários de Salvador. Mesmo a historiografia que se dedica à era republicana, nesse estado, praticamente não referenciava esse relevante agente político, para melhor se compreender os embates da época.

Entretanto, duas teses que estavam sendo feitas de maneira simultânea a nossa pesquisa (uma defendida em 2024 e a outra em 2025) indicam que a *Revista do Brasil* começa a despertar interesse dos historiadores. A pesquisa apresentada em 2024, foi publicada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e retrata a história de outra importante publicação ilustrada que começou a circular em Salvador em 1916, a *Renascença*. A tese foi escrita por Henrique Sena dos Santos, que considera esse periódico um herdeiro direto da *Revista do Brasil*, em especial, no que se refere a publicação de imagens. O historiador faz uma importante consideração da fonte que estudamos, ao afirmar que os clichês que foram publicados pela *Revista do Brasil* “encontraram um lugar de experimentação e desenvolvimento, acompanhando a constituição de uma cultura visual que ocorria em outras regiões do Brasil e do mundo”.³⁴⁷ Vale lembrar que a *Renascença* foi fundada por um dos sócios da *Photographia Lindemann*, que era a empresa que publicava clichês para a revista de Requião.

Já a tese de 2025 é do historiador Fábio Valente de Moraes que foi defendida pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Assim como o atual trabalho, que agora estamos finalizando, a tese de Moraes toma a *Revista do Brasil* como locus principal de sua análise, mas abordando questões diferentes do que analisamos aqui. O autor procurou analisar nessa pesquisa as representações da *Revista do Brasil* em torno de um ideal de civilização que era

³⁴⁷ SANTOS, 2024, p. 91

pensado por Requião para os moradores cidade de Salvador. Analisando a formação acadêmica desse jornalista, na Faculdade de Direito de Recife, instituição que era amparada pelo social darwinismo e pelo evolucionismo spenceriano. Para Moraes, essas ideias certamente influenciaram uma atuação pedagógica de Requião em seu magazine que procurou difundir um ideal de civilização que excluía a grande maioria das pessoas, principalmente, os negros que eram altamente estigmatizados nesse periódico.³⁴⁸

Soubemos da existência desses trabalhos somente na etapa final de nossa pesquisa, sobretudo, o de Moraes, que foi defendido em junho do ano corrente. Apesar disso, entendemos que as três teses que agora retratam a *Revista do Brasil* indicam o potencial dessa fonte para o estudo de uma etapa muito importante de nossa história. Tanto o trabalho de Santos quanto o de Moraes também reforçam o que apresentamos anteriormente, isto é, José Alves Requião criou na Bahia um quinzenário com elevado padrão gráfico e de conteúdo bastante ousados para o jornalismo baiano na Primeira República. E o mais importante: essas três pesquisas apontam para a promessa de que o magazine possa ser mais estudado nos próximos anos pela nossa historiografia.

É necessário afirmar ainda que o legado da *Revista do Brasil* na imprensa da Bahia perdurou por vários anos. Uma breve leitura de outras publicações que circularam nesse estado demonstrou que a proposta de unir conteúdos relacionados ao humor (com textos e charges), notícias variadas e, sobretudo, a repercussão das tramas políticas foi algo inovador, mesmo se compararmos com os periódicos que surgiram até meados dos anos 1920. Tudo isso, é claro, em meio a uma publicação que trazia várias imagens e com uma qualidade gráfica que dificilmente foi encontrada nos arquivos que consultamos.³⁴⁹ A *Renascença*, por exemplo, que se inspirou na *Revista no Brasil*, era uma publicação ilustrada composta por variedades, artigos científicos, crônicas, poesias, dentre outras matérias,³⁵⁰ mas não tinha a política partidária como seu principal foco (ao menos não de forma tão combativa quanto o que Requião fazia).

A *Revista do Brasil* continuou sendo também uma referência importante no currículo de alguns dos profissionais que trabalharam no periódico. Casos de Antonio Garcia, redator, e Rafael Spinola, com funções distintas no jornal ilustrado. Apesar de terem trabalhado anteriormente em outros noticiosos, tiveram carreiras exitosas na imprensa após a experiência

³⁴⁸MORAES, Fábio Valente de. **Educação nas representações de civilização da Revista do Brasil (Salvador, 1907 a 1912)**. 2025. Tese (doutorado em Educação e Contemporaneidade- PPGEDUC) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2025.

³⁴⁹ Tivemos acesso a alguns títulos de magazines ilustrados que se localizam na Biblioteca Central do Estado da Bahia, no setor de periódicos raros. O Arquivo é um dos mais completos no que se refere ao número de jornais e revistas que foram produzidos na Bahia na Primeira República.

³⁵⁰ SANTOS, 2024, p. 196.

com Requião. Spinola, por exemplo, foi diretor em alguns jornais de Salvador e um dos donos do *Diário de Notícias*, a partir de 1939. Garcia é um caso interessante, pois foi redator-chefe da *Renascença* por quase uma década. O que demonstra que a sua atuação em periódicos ilustrados, como o de Requião, contribuiu para que pudesse atuar na *Renascença*, folha ilustrada que também marcou a história da imprensa da Bahia.

Mas, nenhum outro exemplo de trajetória é comparável ao de Altamirando Requião. Após trabalhar na propriedade do seu tio, que acabou por impulsionar a sua carreira no jornalismo, Altamirando foi colaborador de noticiosos dentro e fora da Bahia. O auge de sua carreira na imprensa foi quando conseguiu a propriedade do *Diário de Notícias* entre 1919 e 1939, ano que decidiu vender o jornal para Rafael Spinola e outros acionistas. Também atuava na política, e diferentemente do tio, Altamirando foi opositor de Seabra, juntando-se a nomes que compunham a oposição ao seabrismo, como Simões Filho e João Mangabeira. Outra posição política distinta foi a admiração a Rui Barbosa, exemplificada no apoio que deu a segunda e malfada incursão do civilista à presidência, em 1919.³⁵¹

Dois pontos altos de sua vida pública, sem dúvidas, foram a eleição para o cargo de deputado federal (em 1934) e a entrada para a Academia de Letras Bahia (a partir de 1941). Acontecimentos que fizeram dele um dos nomes mais famosos dos Requião. Mas, outros membros dessa família também entraram para a política no mesmo período. Segundo informações do diário oficial já citadas, Jonathas Benjamim, enteado de José Alves e responsável pelas finanças da *Revista do Brasil*, foi eleito para o cargo de deputado estadual da Bahia,³⁵² provavelmente, no mesmo mandato de Antonio Muniz Aragão.

Essas informações demonstram que Requião e seu veículo deixaram marca importante na história da imprensa da Bahia, que perdurou por alguns anos após a sua morte. O jornalista, aliás, não foi a única pessoa de relevância política a morrer em 1917. Fato curioso é que, nesse mesmo ano, a morte levou três das principais figuras que citamos até aqui. Dois deles foram nomes de antigos aliados de Requião que, posteriormente, se tornaram seus adversários: José Marcelino, que faleceu apenas quatro dias antes do jornalista (em 26 de abril), e Araújo Pinho, que morreu três meses depois (em 23 de julho). O último foi Severino Vieira - aquele com quem

³⁵¹ VEIGA, 1993, p. 42.

³⁵² Roberto Requião, ex-governador e ex-senador do Paraná, é indicado como o político mais famoso da linhagem dos Requião na atualidade. Alguns autores indicam que ele é sobrinho bisneto de Altamirando. Ver: CADENA, Nelson Veron. O DNA jornalístico dos Requião. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/noticias/opiniao/856/o+dna+jornalistico+dos+requiao>. Acesso em 26 de maio de 2025. Ver: MELO, Cristiane Tavares Santos. **A produção literária de Altamirando Requião: A Bahia do século XVII em O Baluarte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, 2013, p. 36.

Requião travou a sua mais intensa disputa – que veio a falecer em 23 de setembro de 1917. Um trágico final que demonstra que um capítulo importante do jornalismo e da política baiana da Primeira República estava se encerrando.

O que a trajetória da *Revista do Brasil* demonstra é que foi um periódico ilustrado que se engajou em episódios que abalaram a política republicana, sobretudo baiana. De modo especial, no primeiro capítulo, evidenciamos o panorama histórico do quinzenal, quando traçamos as complexas lutas intraoligárquicas que a Bahia viveu. No capítulo 2, apresentamos, com cuidado, a publicação: sua materialidade, seus patrocinadores, aqueles que faziam o veículo acontecer e quem foi José Alves Requião. Uma das principais conclusões a que chegamos foi que a publicação queria se apresentar como um jornal “moderno” e que fosse representante das mudanças que aconteciam em sua época.

Assim, os seus idealizadores nutriam interesse por questões consideradas contemporâneas como a moda europeia, os cinematógrafos, as novas invenções tecnológicas, a ciência, sendo através da cultura visual que esse ideal mais se traduziu. Enquanto as charges e caricaturas que o periódico publicava refletiam as transformações que ocorriam na imprensa ilustrada de então, as fotografias traziam cenas de grandes centros urbanos reformados, e se constituíam na tradução perfeita do que o seu proprietário entendia como modernidade, isto é, como sinônimo do progresso. Vimos, ainda, que Requião ambicionava que o veículo ultrapassasse as divisas da Bahia e repercutisse nacionalmente. Esse desejo estava expresso no esforço de construir um jornal de conteúdo próximo ao que era feito na capital da República, na escolha dos agentes regionais como representantes da publicação em diferentes locais do país e, de forma especial, na escolha do título do periódico, que queria ser uma revista do e para Brasil.

Nos capítulos 3, 4 e 5, analisamos a participação da publicação nas três grandes crises partidárias desse período: 1907 (a cisão do PRB), 1910 (a Campanha Civilista) e 1912 (o bombardeio de Salvador/eleição de Seabra). Em todas essas crises, vimos que a publicação participou ativamente das competições intraoligárquicas que foram travadas pelas hostes políticas que estavam em disputa. Muito disso se deveu à atuação de seu proprietário, que mantinha estreitas ligações com as principais personagens desses eventos: José Marcelino e Araújo Pinho (quando da divisão do PR baiano) e com Seabra, particularmente este, do qual o jornalista foi um seguidor até os seus últimos dias.

A atuação política de José Alves Requião foi um capítulo à parte na tese aqui apresentada, pois, percebemos que ele foi um editor que exerceu importante função de mediação política com o seu público-leitor. Ficou claro que Requião tinha interesses políticos

quando escolheu tomar lados nessas crises, mesmo tendo que sustentar um discurso de imparcialidade. O ápice de sua vida pública foi a eleição para o cargo de Conselheiro Municipal de Salvador, o que só possível graças ao empenho de J.J. Seabra em montar um apoio legislativo amplo em seu objetivo de conquistar maioria governamental. Nesse projeto de atuação política, visto até aqui, Requião também idealizava um país moderno onde Salvador teria de se espelhar nas transformações arquitetônicas que eram feitas nos grandes centros urbanos do “Velho Mundo”, em um Brasil onde a mão de obra imigrante fosse valorizada e em uma política higienista, que acabava por excluir a maior da parte da população das cidades.

Durante essa pesquisa também enfrentamos algumas dificuldades. A falta de informações sobre parte do corpo editorial do magazine foi, sem dúvida, a maior delas, pois, até agora, não encontramos dados mais detalhados sobre a vida desses profissionais. O grande exemplo nesse quesito é o do caricaturista Raimundo de Oliveira. Não há dados sobre quem ele foi, onde nasceu e morreu, seus vínculos políticos ou se ele continuou o trabalho com as charges em outros jornais, além dos de Requião. Na busca sobre informações, vimos que ele é confundido com outro artista baiano homônimo, Raimundo de Oliveira (1930-1966), pintor e desenhista nascido em Feira de Santana, que tinha a religiosidade como o principal tema de suas obras. E isso ocorre apesar do diretor artístico da *Revista do Brasil* ter, provavelmente, nascido no final do século XIX.

Acreditamos que R. de Oliveira foi um dos maiores nomes da caricatura baiana do início do século XX. Seus traços figuravam entre alguns nomes de grande reconhecimento na cena artística da Bahia, do período que se inicia, mais ou menos, entre o final da década de 1910 até meados de 1920. Citamos dois exemplos: Manoel Paraguassu, famoso chargista e aquarelista, e K-Lunga, nome artístico de Raimundo Aguiar. Esses profissionais publicaram trabalhos em jornais como o *A Tarde*, *Renascença*, *Revista da Bahia*, *A Fita*,³⁵³ entre outros, e ao que acreditamos, ganharam notoriedade após Raimundo de Oliveira iniciar a sua carreira no veículo de Requião. K-Lunga, por exemplo, começou a trabalhar no jornal *A Tarde* em 1917. Importante frisar que, pela pesquisa realizada até o momento, Raimundo de Oliveira não era um pseudônimo ou algo do gênero. Contudo, não se pode afastar absolutamente essa hipótese, pois essa prática era comum à época.

³⁵³CRUZ ANDRADE, Gutemberg. Humor Gráfico na Bahia. O Traço dos Mestres. Salvador: Editora Arembepe, 1993, p. 7

Um dos fatores que pode explicar a falta de informações a respeito de Raimundo de Oliveira (e de outros caricaturistas cujas informações se perderam no tempo) é que a caricatura era considerada um arte de menor valor, o que justifica a falta de registros sobre ele. Esse fato nos deixa um tanto frustrados, pois, não encontramos em nenhum outro periódico uma produção de imagens cômicas (charges e caricaturas) comparável ao que R. de Oliveira fazia para a *Revista do Brasil* (pelo menos no período que indicamos acima). Quem sabe as informações sobre esse importante artista estejam em um algum arquivo de algum guardião da memória baiana e, assim, poderão ser reveladas em outras pesquisas.

Entretanto, essas lacunas indicam que trabalhos sobre esse periódico não se encerram, uma vez que podemos percorrer outros caminhos, em um futuro próximo, que nos permita ter novos olhares sob a fonte estudada. Essa pesquisa não trabalhou, por exemplo, de forma mais aprofundada, nas representações sobre os movimentos e conflitos sociais surgidos na Bahia na Primeira República: greves, representações sobre mulheres, sobre o feminismo, a repressão ao jogo do bicho etc. Essa questão foi tratada de maneira pontual, até porque não era o objetivo da pesquisa, que tinha a política baiana como foco. Não aprofundamos também a produção literária da *Revista do Brasil*, que publicou colunas sobre a literatura baiana e brasileira e numerosos poemas (que foram tão duradouros quanto as seções políticas). Por si só, essa produção pode motivar outras investigações nos próximos anos. De maneira semelhante, os demais magazines ilustrados que surgiram nesse estado, entre finais do século XIX e início do XX, também precisam de um olhar mais apurado dos historiadores. Mesmo que tenham sido efêmeros, estudos mais cuidadosos podem ser enriquecedores para a história da nossa imprensa.

A pesquisa sobre *Revista do Brasil* tocou em alguns pontos que foram alvo de muitos trabalhos na historiografia da política baiana. Um deles foi a crise que deu origem ao rompimento do Partido Republicano Baiano, considerado um marco divisor para a política estadual. Acreditamos que a disputa que dividiu os dois principais grupos do PRB (severinismo e marcelinismo), em 1907, é um tema que pode render pesquisas com mais afinco nos próximos anos. Muitos dos trabalhos realizados, como advertimos, tendem a explicar o acontecimento sem questionamentos mais profundos aos argumentos utilizados pelas fontes que noticiam a chamada “Cisão de 1907”. Isto é, que a disputa teria sido um gesto essencialmente unilateral de Severino Vieira.

No entanto, outros trabalhos podem discutir as razões da crise 1907, levando em consideração as disputas sobre as finanças estaduais,³⁵⁴ sobre quem conseguiria a hegemonia

³⁵⁴NEGRO, 2020, p. 11. O autor sugere aos pesquisadores do tema que a crise entre marcelinistas e severinistas pode ser explicada a partir da disputa das duas alas do PRB para ter acesso as chaves dos cofres públicos da Bahia.

do partido e, mais importante, relacionando o episódio às lutas intraoligárquicas da Bahia (característica primordial da política desse estado no regime republicano). É importante lembrar, que boa parte dessas fontes foi produzida por setores contrários aos severinistas, como Muniz Aragão e Lemos Brito. A vida partidária de Severino Vieira, aliás, pode se desdobrar em algumas pesquisas que se interessem no papel das oposições políticas na Bahia. O fundador do PRB, mesmo tendo sofrido derrotas, manteve-se na oposição, fazendo a luta política muitos anos após a “cisão”, através de uma fiel facção partidária e, vale acentuar, do seu jornal.

Por fim, esperamos que a pesquisa possa ter contribuído para a historiografia que se dedica à Primeira República. De forma especial, esperamos que as reflexões sobre a *Revista do Brasil* se unam aos estudos históricos que atestam que, na Bahia, a competição política e as oposições continuaram existindo com vigor durante toda a Primeira República. O caso do magazine de José Alves Requião demonstrou o quanto foi movimentada a política desse ente federado, que foi um dos estados em que mais houve competições intraoligárquicas. Foi possível perceber o número e a violência desses confrontos, através das renhidas disputas que apresentamos nos três últimos capítulos, especialmente quando parte dessas elites bombardeia a cidade de S. Salvador, em 1912. Esse é o exemplo maior, mas nem tão lembrando, de até onde as oligarquias políticas estavam dispostas a ir, para se instalar no poder. É bom não esquecer.

REFERÊNCIAS

Livros, dissertações e teses:

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio Janeiro: Zahar, FGV, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste** e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Caminhos da produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875 – 1891)**. 2015. 272 f. Tese (Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, Marialva. **Donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vícios de. Leitura, 2000.

_____. **História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BELLO, José Maria. **História da República (1889-1954): síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BRITO, Jonas. **A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da 1ª República (1920-1926)**. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador: 2014.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história**. 2007. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 21 a 27.

CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Tese de doutorado, Salvador. UFBA, 2008.

CARONE, Edgard. **A República Velha II: evolução política (1889-1930)**. 3. ed. ver. Rio de Janeiro: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. Revista USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, novembro de 2003.

_____. **História Intelectual: a retórica como chave de leitura**. Topói, Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COUTINHO, Honestílio. Imprensa Oficial do Estado. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa da Bahia, 2005.

CUNHA, Cinthia da Silva. “**A Bahia se mostrará digna do renome que a cerca**”: Exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923). 2018.

FERREIRA, Marieta. **Em busca da idade do ouro**: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Org.). **Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador. EDUFBA, 2013

JANUÁRIO, Willan de Souza. **Civilismo na “terrinha do vatapá”**: representações do “povo” na campanha eleitoral de 1910. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Topbook, 1999.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso**. Humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A Rainha Destronada**: Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas. Feira de Santana; UEFS Editora, 2012.

MEIRELES, Edilton. **J. J. Seabra, sua vida, sua história**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2012.

MELO, Cristiane Tavares Santos. **A produção literária de Altamirando Requião**: a Bahia do século XVII em O Baluarte. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Literatura em Diversidade Cultural. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2013.

MENDES, Hugo Santiago. **O Bombardeio de 1912**. Disputa política e cotidiano na Bahia da Primeira República. 2019. 90f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MORAES, Fábio Valente de. **Educação nas representações de civilização da Revista do Brasil (Salvador, 1907 a 1912)**. 2025. Tese (doutorado em Educação e Contemporaneidade-PPGEDUC) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2025.

MOREL, Marco. **Animais, monstros e diformidades: a “zoologia política” no processo de construção do Império no Brasil**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999.

NETO, AL Machado. **A Bahia intelectual (1900-1930)**. Universitas, n. 12/13, p. 261-261, 1972.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PORTO, Ângela (org.). **O Barão do Rio Branco e a caricatura: Coleção e Memória**. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

PROPP, V. **Comicidade e riso**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

QUARESMA, Mônica dos Santos. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política de J. J. Seabra (1912-1916)**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, Unicamp-IFCH, 1999.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. **A Cor da Notícia: Discurso sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937**. Dissertação (Mestrado em História Social / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

RÉMOND, René (Org.) - **Por uma história política**. Rio de Janeiro. FGV, 2003.

RICC, Paulo. ZULINI, Jaqueline. Partidos Políticos e Legislativo na Era Vargas: a representação política antes da democracia. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio. ABREU, Luciano Aronne (orgs). **A Era Vargas (1930-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

_____. Nem só a base do cacete, nem apenas com presente: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

RIBEIRO, André Rosa. **Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2002.

RIBEIRO, Pedro Krause. **Usos do povo no discurso político da charge: Zé povo e Zé povinho na imprensa luso-brasileira (1877-1912)**. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social (UFRJ). Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. **Ideias jurídicas, famílias e filiação na passagem à modernidade no Brasil, 1890-1940**. Niterói, 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Filho ingrato: Rui Barbosa e a campanha civilista na Bahia. In: ARAÚJO, Dilton Oliveira de; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. (Org.). **Sociedade e relações de poder na Bahia: séculos XVII-XX**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. 2 ed. Salvador, EDUFBA, 1978.

SANTOS, Mônica Celestino. **As Trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): A interface entre a atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República**. 2011, 406 f, tese (doutorado em História Social) Universidade Federal da Bahia, 2011.

SANTOS, Henrique Sena dos Santos. **Uma Bahia Ilustrada: cultura visual, imprensa e cidade na Renascença, 1916-1931**. 2024. 501 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SANTOS, Mario Augusto. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República**. Um grupo de pressão. 2ª ed. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1991.

_____. **Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **A República do povo: sobrevivência e tensão**. Salvador: Edufba, 2001.

_____. **O Movimento republicano na Bahia**. Salvador. Centro Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1990.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República**. Salvador, EDUFBA, 2011.

SILVA, L. A. **O discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto em Ciências Humanas. Juiz de Fora, UFJF, 2009.

SILVA, Leticia Santos. **Ideias e ações: a trajetória política de Altamirando Requião (1922-1937)**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2015.

SILVA, M. A. **A caricata República: Zé Povo e O Brasil**. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

SOUSA, Maria Mercedes Lopes de. **Rui Barbosa e José Marcelino**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 250.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa da Bahia, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP / Salvador: EDUFBA, 1979.

UEOCKA, Lorayne Garcia. **A Campanha Civilista nas ruas**. 2005. 282f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis/SP, 2005.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. ABREU, Luciano Aronne (orgs). **A Era Vargas (1930-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

VEIGA, Claudio. *Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: Turunas e quixotes. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio. Vargas, 1996.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VISCARDI, Claudia Maria. FIGUEIREDO, Vitor. As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Org.). **A República revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira**: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930. São Paulo, 2016. 323 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Artigos e anais de eventos:

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira, in **Cultura**, Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. XIV, II série, 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol. 5, n. 11, jan/abr. 1991. p. 184

GRUNER, Clóvis. “Um bom estímulo à regeneração”: a Penitenciária do Estado e as novas estratégias da ordem na Curitiba da Primeira República. **História**. Franca: Unesp, v. 28, n.2, 2009.

MAUAD, Ana M. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, jul./dez., 2014

MENESES, U. B de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp.11-36, 2003, p. 25 e 26. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025

NEGRO, Antonio Luigi. Política de acomodação: lendo e relendo “Partidos políticos da Bahia na Primeira República”, de Consuelo Novais Sampaio. In: **Pol. Hist. Soc.**, 2020, Vitória da Conquista. Anais. p. 11. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/6922/4964>. Acesso em 25 fev. 2023.

NEGRO, Antonio Luigi e BRITO, Jonas. Mãe parálitica no *teatro das oligarquias?* o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia hist.* [online]. 2013.vol.29, n.51. p. 882-883. ISSN 0104-8775. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/BLkskV493NyHZcz4ycqmbbG/>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

PINTO, Célia Regina. A Política Rio-Grandense na República Velha - a Percepção das Oposições. *Análise Econômica*. Março/1987. Ano 5, n. 8, p. 83. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10264>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 15-47, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/abstract/?lang=pt> . Acesso em 04 de outubro de 2023.

RIBEIRO, Pedro. **O professor-doutor Raul Pederneiras:** a formação bacharelesca e a atuação política de um “intelectual-humorista” da Primeira República. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2014, Rio de Janeiro. Anais.

SILVA, Célia Nonata da; CARNEIRO, Maria Fabiana. **O estranho sertão da Primeira República.** In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 12, 2009. Recife. Anais. [...]:

Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Silva1.pdf. Acesso em: 07 de novembro de 2024

SOUZA, Robério. **Quer nos colocar â forma de escravos humilhados:** relações de trabalho e mobilizações grevistas na Bahia, 1909. Campinas, N° 14-15, 2008. p. 1-2. Disponível em:

<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/124>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; SOARES, Livia Freitas. Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de “O Malho”. *Revista de História*, São Paulo, n. 177, p. 01–3`1, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rh/a/shSx4zJjDSvYDBJCKzvSpsS/>. Acesso em 23 de março de 2014.

VILLASEÑOR, R. L.; CONCONE, M. H. V. B. **A celebração da morte no imaginário popular mexicano.** Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 15, n. Especial12, p. 37–47, 2013. DOI: 10.23925/2176-901X.2012v15iEspecial12p37-47. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17036>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

ZANFRA, Marcello Peres. **Horácio Sat. 1.4, a comédia de Terêncio e a filiação do gênero satírico.** Phaos: Revista de Estudos Clássicos, Campinas, SP, v. 17, n. 1, 2017, p. 237.

Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/phaos/article/view/9424>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

Sítios eletrônicos:

NELSON, Cadena. **Os pioneiros do anúncio a cores na Bahia**, ago. 2012. Disponível em: <
<http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2012/08/25/os-pioneiros-do-anuncio-a-cores-na-bahia/>>. Acesso em 03 outubro de 2020

Site da Fundação Pedro Calmon. Disponível em:

<http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>. Acesso em 02 agosto 2022.

Fundação Ralile, Coronel Gustavo Costa.
https://www.fundacaoralile.blogspot.com/p/caravelas_17.html. Acesso em: 03 de junho de 2023

Site da Universidade Federal de Pernambuco. **Acervo**. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em 07 julho de 2023.

Coronel José Benjamim, a rua do fazendeiro, 2023. Disponível em:

<https://www.jornaldopadreeustaquio.com.br/coronel-jose-benjamim-a-rua-do-fazendeiro>.

Acesso em 08 de agosto de 2023.

SAES, Alexandre Macchione. **História do Bondes de Salvador**, 2012

<https://salvador2012.blogspot.com/2012/07/historia-dos-bondes-em-salvador.html>. Acesso em 02 junho de 2025

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Diário da Bahia**. Verbetes temáticos da Bahia. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/diario-da-bahia>. Acesso: em 17 de abril de 2024.

NASCIMENTO, Jaime de Oliveira. **Obalberto Pereira**. Verbetes da Primeira República.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Odalberto.pdf> Acesso em 17 de abril de 2024.

SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. **José Marcelino**. Verbetes da Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCELINO,%20Jos%C3%A9.pdf> Acesso em 15 de julho de 2024.

LEAL, Bruno. **Cometa Halley causou pânico e histeria no início do século XX**, 2023.

Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/cometa-halley-causou-panico-e-histeria-no-inicio-so-seculo-20/> Acesso em: 15 de julho de 2024.

Site do IBGE. **Dados sobre Jequié**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>. Data de acesso: 30 de outubro de 2024.

Site Salvador Antiga. **Rodolfo Lindemann**. Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/fotografos/lindemann.htm> Acesso em 02 de maio de 2023.

Arquivos Pesquisados:

Arquivo Público Municipal de Salvador

Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB) – Setor de Periódicos Raros e Centro de Memória da Bahia

BNdigital - Fundação da Biblioteca Nacional (FBN)

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

Fontes históricas:

ARAGÃO, Antonio Ferrão Muniz. **A Bahia e os seus governadores na República**. Bahia: Salvador, Imprensa Oficial, 1923.

BARBOSA, Rui. **Excursão Eleitoral na Bahia**. Rio de Janeiro: MEC, 1910. (Obras Completas. Vol. XXXVII, tomo I), p. 19.

BARBOSA, Rui. **Memória sobre a eleição presidencial**. Rio de Janeiro: MEC, 1910. (Obras Completas. Vol. XXXVII, tomo II).

BRITO, Lemos. **A Cisão**: páginas de crítica, Bahia: Tip. Baiana, 1908, p. 98: apud: Aragão, 1923.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João N. **Annaes da imprensa baiana**: primeiro centenário 1811 a 1911, Bahia, Typografia Bahiana de Cicinnato Melchiades, 1911

Acervo Araújo Pinho (cartas enviadas recebidas pelo ex-governador nos anos de 1904, 1907, 1910 e 1911)

Atas do Conselho Municipal de Salvador (1912)

Diário da Bahia (1907, 1910 e 1912)

Diário de Notícias (1912)

Fon-Fon (1908 e 1912)

Gazeta do Povo (1912)

Gazeta de Notícias (1912 e 1913)

Jornal de Notícias (1898, 1892 e 1912)

O Malho (1905, 1906, 1907, 1908 e 1912)

O Regenerador (1905)

Revista do Brasil (1906 a 1912)

APÊNDICE A- EDIÇÕES ESPECIAIS DA REVISTA DO BRASIL

Nº	Pessoas/cidades/estados homenageados	Data	Descrição da capa	Descrição da folha de rosto
01.	Especial de Natal (1907)	25 de dezembro de 1907	<i>Revista do Brasil</i> dedica edição a Rui Barbosa (com fotografia e legenda destacando sua atuação em Haia)	Fotografia de José Marcelino (homenagem ao Mérito)
02.	Estado de Minas Gerais	31 de janeiro de 1908	Fotografia do governador João Pinheiro	Fotografia do presidente Afonso Pena (homenagem ao Mérito)
03.	Estado do Amazonas	15 de junho de 1908	Fotografia governador do Amazonas Antônio Constantino Nery	Fotografia governador do Amazonas Antônio Constantino Nery
04.	Miguel Calmon	18 de setembro de 1908	Fotografia de Calmon sendo laureado pela representação da República (mulher)	Sem folha de rosto
05.	Edição de Natal	24 de dezembro de 1908	Fotografia do comendador	Fotografia do assinante e patrocinador da revista

			Manuel José bastos	Raimundo Pereira Magalhães (
06.	Número dedicado a colônia portuguesa na Bahia	30 de dezembro de 1909	Fotografia Rei D. Manoel II com legenda chamando-o de “jovem e simpático rei”	Fotografia Rei D. Manoel II com legenda chamando-o de “jovem e simpático rei”
07.	Estado de Minas Gerais	31 de agosto de 1910	-Fotografia de Wenceslau Brás Pereira Gomes com legenda sobre o então governador de Minas Gerais e chamado de “futuro vice-presidente”	Fotografia de Júlio Breno, governador eleito de Minas Gerais. Legenda destaca posse futura
08.	Especial de Natal	28 de dezembro de 1910	Fotografia de J. J. Seabra	Fotografia de Araújo Pinho
09.	Especial da cidade de Itabuna	18 de agosto de 1911	Fotografia do coronel Firmino Ribeiro de Oliveira (intendente de Itabuna)	Fotografia de Olinto Batista Leone. Legenda descreve pequena biografia de Leone, que foi o primeiro intendente eleito da cidade

10.	Estado de São Paulo	30 de outubro de 1911	Fotografia e legenda descritiva sobre Manoel Joaquim Albuquerque, governador de São Paulo	Fotografia de Bernadino de Campos seguida de texto destacando a atuação de Campos como presidente do Partido Republicano Paulista
11.	Especial de Natal	Dezembro de 1911	Fotografia e legenda descritiva de Quintino Bocaiuva	Coluna Altos e Baixos. Requião comenta sobre o Natal

APÊNDICE B - DEDICATÓRIAS DE CAPA

Nº	Autoridades/pessoas homenageadas	Data	Descrição da capa
01.	Miguel Calmon	30 de setembro de 1907	Fotografia de Miguel Calmon
02.	José Marcelino	15 de outubro de 1907	Fotografia de Marcelino com legenda que destaca seu mandato
03.	Rei D. Carlos	15 de fevereiro de 1908	Fotografia do rei de Portugal com legenda de condolências por seu assassinato
04.	Conde Alvares Penteado	15 de março de 1908	Fotografia com legenda enaltecendo construção feita pelo conde
05.	José Marcelino	31 de março de 1908	fotografia com legenda elogiosa a Marcelino
06.	José Maria Tourinho	15 de abril de 1908	Fotografia do Chefe de Polícia do Estado da Bahia com legenda elogiosa
07.	Araújo Pinho	31 de maio de 1908	Fotografia destacando início do mandato
08.	José Rodrigues Costa Dória	15 de novembro de 1908	Fotografia do governador de Sergipe com legenda chamando-o de amigo

09.	Afonso Pena	26 de junho de 1909	Fotografia com legenda de pêsames pelo falecimento do presidente
10.	Hermes da Fonseca	16 de julho de 1909	Fotografia e legenda de apoio a candidatura de Hermes à presidência
11.	Luíz Viana	20 de agosto de 1909	Fotografia com legenda chamando Viana de amigo
12.	Nilo Peçanha	30 de setembro de 1909	Fotografia com legenda sobre posse do novo presidente
13.	Jeronimo Monteiro	30 de novembro de 1909	Fotografia com legenda elogiosa ao governador do Espírito Santo
14.	Senador Antônio Lemos	15 de janeiro de 1910	Fotografia e legenda destacando atuação de Lemos na política de Belém do Pará
15.	Hermes da Fonseca	15 de março de 1910	Fotografia e legenda sobre eleição do Marechal ao cargo de presidente da República
16.	José Rodrigues Costa Dória	15 de abril de 1910	Fotografia do governador de Sergipe com legenda afirmando que a revista estava entre seus admiradores

17.	Rodolfo Miranda	20 de setembro de 1910	Fotografia do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio
18.	Hermes da Fonseca	15 de outubro de 1910	Fotografia do marechal com legenda destacando retorno ao Brasil de sua viagem na Europa
19.	José Rodrigues Costa Dória	30 de novembro de 1910	Fotografia do governador de Sergipe
20.	General Sotero de Menezes	30 de junho de 1911	— Fotografia com legenda incluindo a Revista do Brasil entre os amigos e admiradores do general
21.	Hermes da Fonseca	15 de julho de 1911	Fotografia do Marechal. Legenda destaca visita a Bahia
22.	Júlio Bueno Brandão	31 de julho de 1911	Fotografia do governador de Minas gerais. Legenda felicita por seu aniversário
23.	Luiz Viana	30 de setembro de 1911	Fotografia de Viana com legenda destacando seu retorno a Bahia após

			viagem a capital federal
24.	José Joaquim Seabra	30 de janeiro de 1912	Fotografia de Seabra com legenda comemorando sua eleição ao governo da Bahia
25.	Luiz Viana	15 de março de 1912	Fotografia de Viana. Legenda enfatiza eleição de senador da Bahia e chefia do Partido Republicano Conservador
26.	Luiz Viana	15 de junho de 1912	Fotografia de Viana. Legenda enfatiza reconhecimento do mandato de senador pela Bahia
27.	Quintino Bocaiúva	18 de julho de 1912	Fotografia com legenda dando pêsames a nação brasileira pela morte de Bocaiúva
28.	José Joaquim Seabra	18 de agosto de 1912	Fotografia com legenda elogiosa ao novo governador da Bahia
29.	Francisco Antônio de Castro Loureiro	31 de agosto de 1912	Fotografia com texto relatando atuação de Loureiro como secretário do chefe da Polícia da Bahia. Destaca seu aniversário

APÊNDICE C - DEDICATÓRIAS DE FOLHA DE ROSTO

01.	Autoridades/pessoas homenageadas	Data	Justificativa/descrição da capa
02.	Araújo Pinho	15 de outubro de 1907	Fotografia de Pinho com legenda apoio de candidatura ao governo
03.	Araújo Pinho	30 de outubro de 1907	Fotografia de Pinho com legenda apoio de candidatura ao governo
04.	Afonso Pena	15 de novembro de 1907	Fotografia de Pena com legenda sobre seu governo
05.	Araújo Pinho	30 de novembro de 1907	Fotografia de Pinho com apoio de candidatura ao governo
06.	Araújo Pinho	15 de dezembro de 1907	Fotografia de Pinho com apoio de candidatura ao governo
07.	Araújo Pinho	15 de janeiro de 1908	Fotografia de Pinho com legenda apoio de candidatura ao governo
08.	Araújo Pinho	15 de fevereiro de 1908	Texto sobre vitória de Pinho ao governo e com sua fotografia ao centro
09.	Escola do Comércio Álvares Penteado	15 de março de 1908	Fotografia de edifício comércio financiado por Álvares Penteado
10.	Manoel Pimentel de Barros Bittencourt	31 de março de 1908	Fotografia do diretor da Penitenciária do Estado da Bahia
11.	Araújo Pinho e José Marcelino	31 de maio de 1908	Cliché com fotografia dos dois mandatários e legenda sobre troca de governos

12.	Araújo Pinho	15 de julho de 1908	Fotografia da posse de Araújo Pinho como governador (Praça da Aclamação - Salvador)
13.	José Maria Tourinho	30 de julho de 1908	Fotografia do Chefe de Polícia da Bahia
14.	Oficialidade da Escola de Aprendizes da Marinha	15 de agosto de 1908	Fotografia com grupo de 9 oficiais da Marinha da Bahia
15.	Rui Barbosa	15 de novembro de 1908	Homenagem aniversário de Rui Barbosa
16.	Luíz Viana	20 de agosto de 1909	Fotografia com legenda chamando Viana de amigo
17.	Jeronimo Monteiro	30 novembro de 1909	Fotografia com legenda elogiosa ao governador do Espírito Santo
18.	José Joaquim Seabra	05 de fevereiro de 1910	Fotografia e legenda destacando retorno de Seabra a Bahia
19.	José Rodrigues Costa Doria	15 de abril de 1910	Fotografia do governador de Sergipe com legenda elogiosa
20.	Aquila de Miranda	20 de setembro de 1910	Fotografia com texto longo sobre a atuação do secretário do ministro da agricultura, Rodolfo Miranda

21.	Luiz Viana	15 de outubro de 1910	Fotografia de Viana com legenda enfatizando seu retorno a Bahia
22.	José Rodrigues Costa Doria	30 de novembro de 1910	Fotografia de Doria e seus dois irmãos em dentro de uma carro típico da época. Legenda descreve atuação de cada um
23.	Zulmira Silvany	31 de janeiro de 1911	Fotografia de Zulmira, seguido de texto destacando sua atuação no magistério e como pianista. Única mulher homenageada pela Revista do Brasil em uma folha de rosto.